

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CARLA MARIA LOBATO ALVES

ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS:

produções de gênero em narrativas de mulheres residentes no Abrigo
São Vicente de Paulo

São Luís

2018

CARLA MARIA LOBATO ALVES

ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS:

produções de gênero em narrativas de mulheres residentes no Abrigo
São Vicente de Paulo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Nascimento Sousa.

São Luís

2018

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Alves, Carla Maria Lobato.

ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS: : produções de gênero em narrativas de mulheres residentes no Abrigo São Vicente de Paulo / Carla Maria Lobato Alves. - 2018.

191 f.

Orientador(a): Sandra Maria Nascimento Sousa.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2018.

1. Experiências. 2. Histórias de Vida. 3. Memória. 4. Mulheres. 5. Produção do Gênero. I. Sousa, Sandra Maria Nascimento. II. Título.

CARLA MARIA LOBATO ALVES

ENTRE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS:

produções de gênero em narrativas de mulheres residentes no Abrigo São Vicente
de Paulo

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Ciências Sociais, da
Universidade Federal do Maranhão, para obtenção
do título de Doutora em Ciências Sociais.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Sandra Maria Nascimento Sousa (Orientadora)
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão (PPGC Soc)

Prof^a. Dr^a. Carolina Vasconcelos Pitanga
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Prof^a. Dr^a. Juciana de Oliveira Sampaio
Doutora em Ciências Sociais
Instituto Federal do Maranhão - IFMA

Prof. Dr. José O. Alcântara Júnior
Doutor em Ciências Sociais
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof^a. Dr^a. Márcia Manir Miguel Feitosa
Doutora em Letras/Literatura Portuguesa
Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Dedico este trabalho à minha avó materna,
Maria da Glória Martins Lobato.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos concedida durante o curso de Doutorado em Ciências Sociais.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) que me ajudaram na constante problematização e construção do objeto de estudo. Aos demais funcionários e funcionárias, agradeço pela disponibilidade a cada ajuda que me foi concedida.

À professora orientadora Sandra Nascimento. Seu apoio, a partir da Graduação e percorrendo o Mestrado, foi muito importante. Obrigada pelo suporte, conselhos e, sobretudo, pela compreensão nos momentos difíceis.

Ao Grupo de Estudos em Gênero, Memória e Identidade (GENI) e integrantes pelas discussões teóricas que ajudaram a construir esta pesquisa.

Às professoras Tatiana Reis, Régia Agostinho e Elizabeth Santos pelas contribuições nos momentos de Qualificação (do projeto de pesquisa e da Tese).

A *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste*, por terem se tornado narradoras. Foram as vozes dessas seis mulheres que me ajudaram a construir essa Tese. Agradeço pelo tempo dedicado às narrativas sobre suas Histórias de Vida, assim como pela atenção e confiança obtidas ao longo de nossos encontros.

Às senhoras voluntárias da Associação de Caridade São Vicente de Paulo (ACSV), núcleo João Paulo, por terem me recebido e permitido que eu realizasse a pesquisa com as moradoras do Abrigo São Vicente de Paulo.

A meus pais, Jarbas (in memoriam) e Socorro, que sempre me incentivaram e apoiaram a trilhar o caminho do conhecimento. Aos meus irmãos, Silvana e Eduardo, e às sobrinhas, Gabriela, Rafaela e Eduarda. Agradeço, especialmente, à minha avó materna, Maria da Glória (in memoriam) por tudo que aprendi ao seu lado.

Às amigas, amigos e demais colegas que me ajudaram ao longo desta caminhada.

A Narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória.

(Ecléa Bosi)

RESUMO

Este estudo analisa experiências de seis (06) mulheres, na faixa etária dos 69 a 83 anos de idade, que residem no Abrigo São Vicente de Paulo (ASVP), Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) que funciona em um terreno com quinze casas individuais e ladeadas, no modelo de uma “vila”, localizada no João Paulo, bairro popular situado nas proximidades do centro da cidade de São Luís, Maranhão. Através da articulação teórico-metodológica entre Memória e Histórias de Vida, analiso como processos de engendramento e de envelhecimento se combinam, sobretudo, para mulheres “em processo de envelhecimento” que residem em um abrigo e cujas experiências estão relacionadas à pobreza ou vulnerabilidade social e, em geral, recebem pouca atenção da mídia, da sociedade civil e das esferas pública e privada no Brasil. Desse modo, *Cristina, Teodora, Nara, Vera, Josefa e Celeste* registram lugares, informações, acontecimentos e pessoas com as quais conviveram. As intersecções de classe social, naturalidade, regionalidade, territorialidade, raça, etnia, gênero, geração e etc. também se emaranham às recordações daquelas seis mulheres e revelaram que a produção discursiva e performativa do gênero foi sendo construída, reiterada e/ou desestabilizada, ao longo da passagem do tempo, na “entrada na vila”, nas experiências de trabalho, nos estudos e cursos realizados, nas relações de amizade e familiares, nos namoros, relacionamentos amorosos e/ou outras formas de conjugalidade, assim como nas situações que envolvem conflitos, desafios, expectativas, frustrações e aspirações que foram vivenciadas no decorrer de suas vidas. Nesse sentido, as narrativas destacam experiências relevantes à produção discursiva e performativa do gênero e revelam, também, vivências que, usualmente, não são evidenciadas e não se enquadram nas imagens construídas por discursos científicos e institucionais a respeito do “envelhecimento bem sucedido” (DEBERT, 2004). Mostram, sobretudo, que o processo de envelhecimento é distinto e está relacionado a diferentes contextos socioculturais, grupos socioeconômicos, heterogêneas vivências e distintos marcadores sociais da diferença como classe social, raça, etnia, gênero, geração, regionalidade, territorialidade, nacionalidade, naturalidade e etc.

Palavras-chave: Mulheres. Experiências. Memória. Produção do Gênero. Histórias de Vida.

ABSTRACT

This study analyzes the experiences of six (06) women, aged 69 to 83 years old, who live in the Abrigo São Vicente de Paulo (ASVP), a Long Stay Institution for the Elderly (ILPI) individual and flanked houses, in the model of a "village", located in João Paulo, popular neighborhood located in the vicinity of the city center of São Luís, Maranhão. Through the theoricomethodological articulation between Memory and Life Stories, I analyze how processes of aging and aging combine especially for "aging women" who live in a shelter and whose experiences are related to poverty or social vulnerability, and in general, receive little attention from the media, civil society and the public and private spheres in Brazil. In this way, Cristina, Teodora, Nara, Vera, Josefa and Celeste register places, information, events and people with whom they lived. The intersections of social class, naturalness, regionality, territoriality, race, ethnicity, gender, generation and so on. the discursive and performative production of the genre was constructed, reiterated and / or destabilized, along the passage of time, in the "entrance in the village", in the experiences of work, in the studies and relationships, friendship and family relationships, relationships, relationships and / or other forms of conjugality, as well as situations involving conflicts, challenges, expectations, frustrations and aspirations that have been experienced during the course of their lives. In this sense, the narratives highlight experiences relevant to the discursive and performative production of the genre and also reveal experiences that are usually not evidenced and do not fit into the images constructed by scientific and institutional discourses about "successful aging" (DEBERT, 2004). They show, above all, that the aging process is distinct and related to different socio-cultural contexts, socioeconomic groups, heterogeneous experiences and distinct social markers of difference such as social class, race, ethnicity, gender, generation, regionality, territoriality, nationality, etc.

Keywords: Women. Experiences. Memory. Gender Production. Life Stories.

LISTA DE IMAGENS E ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Fachada do salão de reunião.....	58
Imagem 2	Casas/lado esquerdo do Abrigo.....	60
Imagem 3	Casas/lado direito do Abrigo.....	61
Imagem 4	Plantas e bancos de cimento localizados na parte de trás do Abrigo.....	62
Imagem 5	Bancos de cimento e orelhão localizados na parte de trás do Abrigo.....	63
Croqui	O Abrigo São Vicente de Paulo.....	64
Imagem 6	Propaganda Máquina de Costura Singer.....	109
Imagem 7	Revista “Crochê e Tricô”.....	113

LISTA DE SIGLAS

ABEP	Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas
ABRAAPI	Associação Brasileira de Atenção e Apoio à Pessoa Idosa
AC	Acre
ACSV	Associação de Caridade São Vicente de Paulo
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AP	Amapá
ASVP	Abrigo São Vicente de Paulo
AVC	Acidente Vascular Cerebral
AVE	Acidente Vascular Encefálico
AVD	Atividades da Vida Diária
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAISI	Centro de Atenção Integrada à Saúde do Idoso
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCEB	Critério de Classificação Econômica Brasil/Critério Brasil
CDC	Crédito Direto Caixa Automático
CE	Ceará
CEST	Faculdade Santa Teresinha
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DP	Delegacia de Polícia
DPI	Delegacia de Proteção ao Idoso
DF	Distrito Federal
ELA	Esclerose Lateral Amiotrófica
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GEN	Gerenciamento do Envelhecimento Natural
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IDSE	Índice de Desigualdade Socioespacial
ILPIs	Instituições de Longa Permanência para Idosos
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LP	Long Play
MA	Maranhão
MPE	Ministério Público Estadual
MT	Mato Grosso
NE	Nutrição Enteral
NP	Nutrição Parenteral
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PB	Paraíba
PEA	População Economicamente Ativa
PHO	Programa de Historia Oral
PPGCSoc	Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Pnad	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
Pnad Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PR	Paraná
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RG	Registro Geral
RJ	Rio de Janeiro
RR	Roraima
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SESC	Serviço Social do Comércio
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SC	Santa Catarina

SP	São Paulo
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
TV	Televisão
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UNDB	Unidade de Ensino Superior Dom Bosco
UNICEUMA	Universidade do Maranhão
UNITI	Universidade da Terceira Idade

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 CAMINHOS, LIMITES E DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA	21
2.1 Revisão Bibliográfica e Informes sobre a Temática	24
2.2 O Campo Empírico, Desdobramentos e Redefinições na Pesquisa	32
2.3 Recursos Teórico-metodológicos	43
3 ENTRANDO NA VILA	58
3.1 Construindo Relações: o contato e as narradoras.....	59
3.2 Lugares de Origem e Deslocamentos.....	72
4 TRABALHO, APOSENTADORIA E CONSTRUÇÕES SOBRE O PRESENTE E O “FUTURO”	91
4.1 Aposentadoria: futuro previsível para as mulheres?	91
4.2 Produções de Gênero nas Relações de Trabalho	108
5 AMORES, FAMÍLIA, VIVÊNCIAS NO PRESENTE E EXPECTATIVAS	131
5.1 Relações Amorosas.....	131
5.2 Aflições com o avançar da idade: cuidados e responsabilidades.....	147
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173
APÊNDICE	187
ANEXOS	190

1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no século XX fizeram com que o envelhecimento populacional emergisse mundialmente. Entre os fatores que impulsionaram o aumento da longevidade populacional estão, por um lado, a redução das taxas de mortalidade da população em idade avançada, dos nascimentos, da fecundidade e, por outro, os incentivos na prevenção e no controle de algumas doenças, a partir da produção de antibióticos e vacinas (ALVES, 2011).

De acordo com pesquisas realizadas pela OMS (2012)¹ e pela ONU (2005-2010)², a expectativa de vida também sofreu mudanças ao longo do século XX. As melhorias nos serviços de saneamento básico, saúde, habitação e nos índices de segurança, poluição, alimentação e educação foram responsáveis pelo aumento da expectativa de vida em países considerados desenvolvidos, como Japão (85 anos), Cingapura (84), Suíça (83,4), Islândia (83,3), Itália (82,7) e etc. Entretanto, a falta de políticas e ações governamentais naquelas áreas e indicadores sociais, econômicos, educacionais e ambientais em vários países considerados em desenvolvimento tem feito com que regiões do continente africano, por exemplo, registrem uma expectativa de vida pouco acima dos 50 anos de idade, vide exemplos como Somália e Guiné-Bissau (50 anos), Angola (52), Moçambique (52,2) e Nigéria (53).

No Brasil, existem cerca de 27 milhões de pessoas com mais de 60 anos (grupo etário oficialmente denominado pela categoria idoso), informação apontada pela última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/2014 (IBGE, 2015)³. Porém, pesquisas demográficas já indicam que em 2020 o país terá, aproximadamente, 30 milhões de pessoas idosas, chegando a ocupar o 6º lugar entre aqueles com maior número de pessoas em idade avançada no mundo⁴. Aquelas pesquisas também vislumbram o contínuo alargamento do cume da pirâmide etária brasileira (representado pela população em processo de envelhecimento) e o estreitamento de sua base (constituída pela população de crianças e jovens), cujas

¹ <<https://esa.un.org/unpd/wpp/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

² <<http://apps.who.int/gho/data/node.main.688?lang=en#>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

³ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/2014 divulgados em 13 de novembro de 2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Informação disponível no site <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

⁴ Camacho e Coelho (2008, p.280) e Carvalho (2014, p.185).

implicações sociais, econômicas, previdenciárias, de saúde e habitacional não poderão ser menosprezadas pelo Estado, sociedade e família.

A expectativa de vida no Brasil também sofreu mudanças ao longo dos séculos XX e XXI, tanto em razão daquelas melhorias governamentais nos setores públicos quanto com o aumento de indicadores socioambientais. Para homens e mulheres que já possuíam mais de 60 anos de idade, no ano de 2014, a Projeção da População por Sexo e Idade (IBGE, 2015) apontava uma esperança de vida⁵ de 21,9 anos a mais. No caso dos homens, esta estimativa seria de 20 anos; e para as mulheres, 23,6 anos. Àqueles e aquelas que nasceram no ano de 2016 as projeções são ainda maiores, pois destacam uma perspectiva de vida pouco acima dos 70 anos de idade⁶.

A maioria destas pessoas está concentrada nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, onde representam respectivamente 11,7% e 11,4% da população total. No contexto nacional, as mulheres com mais de 60 anos de idade (denominadas por idosas) representam 51,3% de toda a população. Elas também vivem, em média, sete (07) anos a mais do que os homens. Esta sobrevida é explicada, sobretudo, pela maior atenção com os cuidados tomados em relação à saúde ao longo de suas vidas. (MICHEL, 2010).

Apesar de o aumento da “população idosa” ser uma questão quantitativa, cujas implicações não podem ser desprezadas (como os desdobramentos econômicos da situação previdenciária para o Estado), o processo de envelhecimento também está relacionado a questões de saúde, segurança, assistência social, habitação, alimentação, qualidade de vida e cuidados daqueles e daquelas que envelhecem, acarretando preocupações para o Estado, a sociedade e as famílias.

Todavia, nem sempre a velhice esteve no “foco” das atenções de amplos setores da sociedade, como se percebe que ocorre nos dias atuais. Ela foi construída socialmente enquanto “idade da vida”⁷ (ARIÈS, 1981), a partir do século XVI, mas foi

⁵ A esperança de vida ao nascer é um indicador de longevidade populacional que corresponde, também, à idade média à morte, ao manter o padrão de mortalidade observado no período (IBGE, 2015).

⁶ Série jornalística “Novos Velhos” (exibida no Jornal Hoje, da TV Globo, de 21 a 25 de junho de 2016). Informação disponível no site <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2016/06/serie-de-reportagens-mostra-como-vivem-os-idosos-no-brasil-e-no-mundo.html>>. Acesso em: 21 jun. 2016.

⁷ É importante ressaltar que a classificação da infância, adolescência, juventude e velhice foi construída no contexto cultural, histórico e político europeu ocidental e se expandiu para outros continentes (demarcam os sujeitos de modo homogêneo e desprezando ou anulando as diferenças de raça, etnia, classe social, gênero e etc.), mas em *A Velhice* (2003), Simone de Beauvoir realiza um levantamento etnográfico sobre como os “velhos” e “velhas” são tratados em sociedades consideradas primitivas ou tribais, isto é, aquelas nas quais os sistemas social, econômico, agrícola, de parentesco e regras de

problematizada enquanto um “problema social” (LENOIR, 1998), no século XIX, através da convergência de variados discursos científicos que construíram enunciados e autorizaram pessoas e instituições a falar sobre a temática. Entre estes discursos e saberes é possível ressaltar a elaboração do sistema de aposentadorias e pensões no século XIX; a acolhida e assistência da “velhice desamparada” (GROISMAN, 1999a e 1999b) em instituições especializadas, a partir do século XIX, e à formação de saberes médicos investidos sobre o corpo envelhecido e ao processo de envelhecimento, bem como a formulação de políticas sociais e dispositivos legais que diziam respeito ao processo de envelhecimento, suscitados no decorrer do século XX.

Nesse sentido, paulatinamente a temática da velhice ganhou destaque em matérias jornalísticas e programas de televisão brasileiros relacionando o envelhecimento de homens e mulheres a questões de saúde, bem-estar, previdência social, segurança e lazer nessa fase da vida. Porém, esses cuidados e atenções nem sempre estiveram em voga.

A valorização da velhice começou a ocorrer no Brasil em meados da década de 1970, quando alguns profissionais detentores de saberes oficiais a tornaram visível e digna de atenção de políticas públicas. Muitos grupos institucionais, como clubes, corais, universidades, bailes e grupos de convivência foram surgindo, em diferentes proporções, em todo o país. Nesse ínterim, dispositivos legais (leis e políticas sociais) também foram formulados, muito em razão das pressões realizadas pelos movimentos sociais e estudos acadêmicos que, paulatinamente, se consolidavam ao requerer e assegurar juridicamente direitos diferenciados em função do pertencimento a um grupo específico, nesse caso, falo daqueles e daquelas que atingiam os 60 anos de idade. (DEBERT, 2004).

Aqueles profissionais também começaram a repensar, embora não tenham anulado, algumas conotações negativas que o processo de envelhecimento poderia acarretar, tais como: dificuldades cognitivas, fragilidades corporais e etc., mas se destacaram ao desenvolver discursos que atribuíram conotações positivas a respeito

condutas são baseados na magia, mitos e rituais. Vários povos são citados, dentre eles, os Zande, Tongas (no Leste da África do Sul), Ainos (no Japão), Iacutes (no Nordeste da Sibéria), Dinkas (no Sul do Sudão), dentre outros. Nessas sociedades, segundo a autora, os “velhos” e “velhas” são negligenciados, abandonados ou sacrificados em rituais. Isso ocorre porque os “velhos” e “velhas”, naquelas culturas, inspiram respeito e medo, uma vez que conhecem muitos segredos e dominam muitos feitiços.

da velhice, incentivando o “envelhecimento bem sucedido” (DEBERT, 2004), por exemplo, através da divulgação de discursos e saberes médicos que preconizaram a adoção de hábitos saudáveis; como a prática de atividades físicas, o consumo regular de alimentos saudáveis e dos cuidados com a saúde por meio de exames e consultas clínicas realizados frequentemente. Assim, a busca de uma vida longa e ativa começava a ser apresentada aos diferentes segmentos sociais. Ela poderia ser alcançada por quem decidisse seguir tais modos de vida.

Por outro lado, aqueles discursos científicos suplantaram vivências que se distanciavam daquelas recomendações, desprezando que o processo de envelhecimento é diferenciado, relacionado a diferentes contextos, estratos socioeconômicos, heterogêneas experiências e diferentes marcadores sociais, como classe social, raça, etnia, gênero e geração, que acabam sendo homogeneizados através de categorias como “velhice”, “velhos”, “idosos” e “terceira idade”.

Também é preciso considerar que essas categorias não podem ser utilizadas acriticamente como sinônimo, como é feito no senso comum. Cada uma delas foi construída discursivamente em contextos temporais e espaciais diferentes, a partir de diversos critérios, por variadas instituições. Envolvem, desse modo, jogos de interesses que se relacionam, por exemplo, às questões de assistência previdenciária, proteção à saúde, à segurança, à assistência social etc. (ALVES, 2011).

Diante dessas variadas terminologias, resalto que nesta Tese utilizo a expressão “pessoas em processo de envelhecimento” como categoria de análise, pois considero o caráter relacional da velhice. Desse modo, não me apego unicamente àquela determinação etária utilizada no Brasil para classificar as pessoas como “idosas” ao atingir os 60 anos de idade, além de considerar que as distinções de classe social, gênero, raça, etnia servem de aporte aos sujeitos em suas relações sociais. Além disso, destaco que nas ocasiões em que faço referência aos termos “velhos”, “idosos”, “idosas”, “terceira idade”, “mais idade”, “mais avançada” e “idade mais avançada”, os apresento entre “aspas”, considerando que foram adotados por outros autores.

Nesse sentido, a construção desta Tese é realizada através das análises de experiências de seis (06) mulheres, na faixa etária dos 69 a 83 anos de idade, que residem no Abrigo São Vicente de Paulo (ASVP): *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste*. Apresento-as, brevemente, a seguir:

Cristina nasceu em Vitorino Freire (MA), tem 74 anos, é branca, solteira, heterossexual, cursou o Ensino Médio, trabalhou como costureira e recebe o Benefício de Prestação Continuada (BPC) do INSS.

Teodora nasceu em São Luís (MA), tem 74 anos, é negra, solteira, heterossexual, cursou o Ensino Médio e técnico de enfermagem, trabalhou como auxiliar de contabilidade e é aposentada pelo INSS.

Vera nasceu em São Luís, tem 79 anos, é branca, separada, heterossexual, não concluiu o Ensino Médio, trabalhou como telefonista e vendedora e é aposentada pelo INSS.

Josefa nasceu em São João Batista (MA), tem 69 anos, é branca, viúva, heterossexual, tem cinco filhos, cursou o Ensino Médio, trabalhou na lavoura e como dona de casa e é aposentada pelo INSS.

Nara nasceu em São Luís, tem 83 anos, é branca, solteira, heterossexual, cursou até a 3ª série do Ensino Fundamental, trabalhou como comerciária e é aposentada pelo INSS.

Celeste nasceu em Axixá (MA), tem 75 anos, é negra, separada, heterossexual, cursou o Ensino Médio, trabalhou como funcionária pública e, paralelamente, como costureira e ministrava oficinas e cursos em projetos sociais. É servidora pública municipal aposentada.

Nesse sentido, através da articulação teórico-metodológica entre perspectivas analíticas sócioantropológicas como Memória e Histórias de Vida, problematizo as condições sociais em que se constituem experiências de mulheres “em processo de envelhecimento”. Nesse sentido, busco compreender como se combinam processos de engendramento e de envelhecimento dos sujeitos mulheres? Quais experiências são relevantes à produção discursiva do gênero? Existem reiterações na produção do gênero e/ou deslocamentos, desestabilizações?

Destaco, ainda, que o trabalho com narrativas segue uma sequência livre, com movimentos de recuos e avanços; como é o ato de lembrar. O tempo das lembranças não encadeado ou linear é um “tempo reversível” em que presente, passado e futuro se imbricam e se articulam (BOSI, 2004). Assim, a cada interlocução, minhas narradoras lembraram de lugares, parentes, pessoas amigas e conhecidas, bem como costumes e acontecimentos que afloraram diversos sentimentos e

emoções ao desenrolarem o “novo da memória” (SARAMAGO, 2006), pois o ato de lembrar se processa sempre em relação a outras pessoas.

O vaivém de suas lembranças ressaltaram experiências que as constituíram enquanto sujeito mulher através dos afazeres domésticos, das vivências no ASVP, das roupas usadas, dos modos de se comportar, brincadeiras na infância e educação recebida no âmbito familiar, dos cuidados com familiares, das profissões exercidas, dos namoros, dos relacionamentos conjugais e da criação de filhos/filhas, sobrinhos/sobrinhas ou afilhados/afilhadas etc. As intersecções de geração, classe social, raça e naturalidade também se emaranharam às lembranças daquelas seis mulheres e revelam que a produção discursiva do gênero vai sendo construída e reiterada ao longo da passagem do tempo.

Entretanto, recortar experiências de sujeitos em tópicos, itens ou temáticas específicas é uma tarefa difícil em trabalho com narrativas. As divisões servem, didaticamente, para situar leitores e leitoras a respeito de aspectos que podem ser encontrados, em maior relevância, em uma e outra seção específica. Desse modo, ressalto que fragmentos de narrativas repetidos poderão ser encontrados em diferentes seções desta Tese, pois valorizo a significância que as narradoras trazem de suas experiências e, sobretudo, como as ressignificam no ato de narrar.

Nesse sentido, diante de variados assuntos lembrados e por questões de recorte de pesquisa, organizei e sistematizei interpretações e análises em uma estrutura textual que é constituída, além desta introdução, por quatro capítulos, considerações finais e apêndices, conforme apresento a seguir:

No primeiro capítulo indico os caminhos que percorri, as dificuldades enfrentadas, as escolhas e estratégias usadas na construção do objeto de estudo e as fontes teorícometodológicas que embasaram a construção desta Tese.

No segundo capítulo apresento a estrutura física do Abrigo São Vivente de Paulo (ASVP) e exponho como abordei e conheci suas moradoras, sobretudo, aquelas mulheres que se tornaram narradoras desta Tese. Em seguida, aprofundo minha análise a respeito dos processos de (re)começos que envolvem a “entrada na vila”, as situações de vulnerabilidade financeira e os conflitos geracionais e familiares que foram vivenciados por aquelas mulheres e que as teriam impulsionado a residir no abrigo.

No terceiro capítulo busco compreender a articulação entre dimensões da vida que constituem os sujeitos através das experiências de trabalho, aposentadoria,

(des)construções de gênero, classe social, regionalidade, vivências conflituosas etc. Nessa direção, segui analisando intersecções de marcadores sociais da diferença que me ajudaram a compreender quem são as mulheres “em processo de envelhecimento” que na fase da velhice foram morar no Abrigo São Vicente de Paulo.

No quarto capítulo considerei pertinente abordar que as moradoras do Abrigo São Vicente de Paulo são mulheres que vivem sozinhas na fase da velhice (e esta é uma das condições para residirem no local). Algumas daquelas seis (06) mulheres casaram e/ou viveram outras formas de conjugalidade no passado e arrependimentos, frustrações e expectativas criadas a respeito daquelas relações amorosas e da possibilidade de terem tido filhos, que cuidassem delas na fase da velhice, ganharam destaque nas narrativas. Nesse sentido, também foi possível refletir sobre preocupações com a autonomia e a independência das mulheres “em processo de envelhecimento” que residem no Abrigo São Vicente de Paulo, percebendo redes de solidariedade existentes entre as moradoras e queixas em relação ao local e sua equipe gestora (as senhoras da Associação de Caridade São Vicente de Paulo/núcleo João Paulo) em relação à Infraestrutura e Recursos Humanos deficientes e/ou inexistentes no ASVP.

Em apêndice localizo documentos que foram utilizados no decorrer da construção desta Tese, tais como Carta de Apresentação e Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e, em anexo, o ofício encaminhado à presidência do Abrigo São Vicente de Paulo.

2 CAMINHOS, LIMITES E DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA

Em meu trabalho dissertativo, analisei mudanças e/ou permanências nas relações de gênero a partir das narrativas de quatro mulheres “consideradas velhas ou idosas”, residentes na cidade de São Luís, Maranhão, que na ocasião possuíam entre 61 e 76 anos de idade. Contudo, a participação daquelas mulheres nos denominados grupos de idosos, Universidade da Terceira Idade (UNITI) e Gerenciamento do Envelhecimento Natural (GEN) ganharam destaque nas narrativas, pois ressaltaram que, após se inserirem nestes grupos, “mudaram de vida” ao adotar modos “ativos” de ser/pensar/agir na velhice, ainda repensando sobre os cuidados despendidos em relação ao casamento, aos filhos e ao trabalho⁸.

Aquelas narrativas esboçaram referências de uma velhice ativa, construída e atrelada ao discurso institucional dos grupos UNITI e GEN. Este “olhar” de valorização a respeito desta fase da vida começou a ser elaborado no Brasil, segundo Andréa Alves (2004) e Guita Debert (2004), em meados da década de 1970, quando alguns profissionais detentores de saberes oficiais tornaram a velhice no Brasil visível e digna de atenção de políticas públicas.

Estas autoras destacam que, naquele contexto, alguns profissionais também começaram a repensar, embora não tenham anulado, algumas conotações negativas que o processo de envelhecimento poderia acarretar aos sujeitos, como doenças e enfermidades, dificuldades cognitivas (como lembrar dos acontecimentos, datas e/ou pessoas) e fragilidades corporais para realizar atividades habituais (como alimentação ou mesmo a higiene pessoal) e, sobretudo, desenvolveram ações que objetivavam, dentre outras questões, atribuir sentidos positivos à velhice, reforçando que essa fase da vida seria de realização pessoal, satisfação, liberdade e atividades prazerosas, como passeios, excursões, ida ao teatro, cinema, participação em corais, clubes e bailes “da terceira idade”/“melhor idade” e etc. Em suma, revisaram antigas concepções de que com o avançar da idade as pessoas deveriam ficar em casa descansando ou fazer atividades que não pusessem sua saúde em risco. (DEBERT, 2004).

⁸ Ambas as instituições funcionavam na capital maranhense. As atividades da UNITI ocorriam nas dependências da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no Campus do Bacanga. As reuniões e consultas médicas do GEN eram realizadas nas dependências do Hospital Carlos Macieira, localizado no bairro Renascença II, então pertencente à rede de saúde estadual (Alves, 2011, p.27).

Alda Britto da Motta (1997), Benedita Cabral (1997) e Guita Debert (2004) assinalam que os referenciais de “valorização” da velhice aumentaram ao longo das décadas de 1980 e 1990, em razão da atenção que a mídia, os movimentos sociais, as produções acadêmicas e os grupos institucionais (tais como universidades, corais e bailes para “pessoas em processo de envelhecimento”, que surgiram no Brasil no final da década de 1970 e continuam atuando nos dias atuais) deram aos diversos aspectos que envolveriam o processo de envelhecimento. Todos esses atores ajudaram a projetar e incentivar o “envelhecimento bem sucedido” (Debert, 2004, p.16) por meio de concepções positivas a respeito do envelhecimento, conforme destacado anteriormente.

Nesse sentido, a concepção de velhice positiva ou bem sucedida acabou se afirmando no âmbito das relações sociais através da divulgação de informações via mídia televisiva⁹ e impressa¹⁰ (periódicos especializados) que parecem “receitas prontas e genéricas” (COUTRIM, 2010, p.23) ao recomendarem, de um modo geral, a prática de atividade física (caminhar, exercitar-se, dançar, etc.), hábitos alimentares saudáveis e cuidados clínicos com a saúde que, juntos, poderiam conceder uma vida longa e ativa a quem segui-los. Por outro lado, suplantou experiências que se distanciavam daquelas representações e, até mesmo, desprezou que o envelhecimento é um processo diferenciado, de heterogêneas experiências, relacionado a diversos contextos (sociais, regionais e nacionais), camadas socioeconômicas, e marcadores sociais como, por exemplo, raça, classe social, escolaridade e gênero, mas que acabam sendo homogeneizadas através de categorias sociais como velhos, idosos e terceira idade.

Lembro que tais discursos médicos e institucionais a respeito da velhice bem sucedida podem atingir uma parcela da população “em processo de envelhecimento” que tem acesso a recursos culturais e econômicos para realizar boa parte do que lhe é apregoado. Entre eles estão aqueles e aquelas que podem aproveitar esta fase da

⁹ Alguns exemplos de reportagens especiais sobre o envelhecimento são: Os 60 anos (exibida no Jornal Nacional da TV Globo em 19/07/2004), Novos Velhos (exibida no Programa Fantástico da TV Globo em 12/12/2004), Tempo – O Dono da Vida (exibida no Programa Fantástico da TV Globo em 12/11/2006), Reportagens de Dona Esmeraldina Pedroso (exibidas semanalmente no telejornal SBT Notícias do Sistema Brasileiro de Telecomunicações de maio a outubro de 2013), Como Chegar aos 100 anos? (exibida no Programa Fantástico da TV Globo em 23/06/13), Necessidades e Medos dos Idosos (exibida no telejornal Jornal Hoje da TV Globo em 02/10/14), Personal Trainer para Idosos Está Cada Vez Mais “em Alta” (exibida no Jornal do SBT do Sistema Brasileiro de Telecomunicações em 09/12/15), dentre outras.

¹⁰ *Revista Kairós Gerontologia, Cadernos de Saúde Pública, Revista Brasileira de Enfermagem, Boletim do Instituto de Saúde.*

vida viajando, sem comprometer seu orçamento financeiro, e realizar intervenções cirúrgicas e tratamentos, de cunho estético, que visem atenuar as rugas de seus rostos, isto é, algumas das marcas que o passar do tempo exerceu sobre seus corpos.

Assim, segundo Guita Debert (2004, p.204), o “idoso como fonte de recursos” começa a ser projetado no cenário social, também após a década de 1970, e um mercado do consumo começa a ser avistado, principalmente na década de 1990, por revistas voltadas para o público feminino (*Cláudia* e *Marie Claire*) conforme aponta André Pires (1993). Estas publicações, segundo o autor, começam a convocar as mulheres para uma “batalha” contra o avançar da idade. Nelas a velhice é, também, apresentada como um período de privilégios para a realização pessoal em que não há espaços para desprezo, abandono, doenças, decadência física e dependência. A este respeito, a autora acrescenta que, paulatinamente, as pesquisas de mercados consumidores vão ampliando a faixa etária das pessoas pesquisadas, visando alcançar um público que passou a ganhar cada vez mais espaço nas empresas de publicidade, podendo representar muitos significados, tais como a confiabilidade de um produto, de um investimento financeiro e, também, a contestação ou subversão de alguns padrões sociais, conforme destacarei posteriormente.

Todavia, algumas outras camadas da população “em processo de envelhecimento” não têm acesso e/ou recursos financeiros para seguir aquelas recomendações do “envelhecimento bem sucedido”, embora possam acompanhar a circulação daquelas concepções positivas sobre a velhice. Arelado a isto, também não se pode desconsiderar que a passagem da vida é atravessada por diferentes questões, como, por exemplo, mudanças nas formas de sociabilidade: relações familiares, relações de trabalho, aposentadoria e etc. Esses diferentes elementos mostram que os cursos da vida dos sujeitos revelam diversas maneiras de envelhecer.

Assim, considero que os desafios, expectativas e modos de viver a velhice de alguém que reside em um bairro de classe alta não podem ser os mesmos daqueles que moram em um bairro periférico ou nas ruas e vias públicas. O mesmo pode ser dito em relação à velhice de uma mulher negra brasileira em comparação à de uma mulher branca alemã. A expectativa de cuidados na velhice de alguém que teve filhos e netos não pode ser igual à de alguém que não os teve. A segurança previdenciária na velhice de uma pessoa que ocupou, durante mais de 30 anos de trabalho, grandes cargos na direção de uma determinada empresa não pode ser a mesma de alguém que desenvolveu, e ainda pode desenvolver, atividades no mercado informal de

trabalho. Em suma, com esses exemplos quero chamar atenção para duas coisas. Em primeiro lugar, que é importante considerar os diferentes marcadores sociais da diferença ao se analisar as experiências de pessoas em idade avançada e, em segundo, que o mais aconselhável seria trabalhar com a categoria de análise “velhices” no plural e não no singular, como no geral são abordadas as pesquisas sobre o envelhecimento populacional.

Nesse sentido, levando em conta que são diversas as experiências de envelhecimento e lembrando daquelas narrativas de mulheres “em processo de envelhecimento” (ouvidas e registradas em meu trabalho dissertativo), que apresentavam discursos sobre a velhice vivida de modo autônomo, independente e ativo, que me interessei por buscar compreender, em abril de 2015, produções discursivas sobre velhice em outros espaços institucionais, tais como as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)¹¹ – que outrora ficaram socialmente conhecidas como asilos, lares, abrigos, casas de repouso ou clínica geriátrica - experiência diversa daquela com as quais tive contato em meu trabalho dissertativo (na UNITI e no GEN), mas que muito me instigavam.

2.1 Revisão Bibliográfica e Informes sobre a Temática

Iniciei uma pesquisa bibliográfica em estudos que possuía entre meu arquivo particular, em abril de 2014, no qual pude encontrar quatro referências¹² que me levaram a outras produções, como livros, artigos, dissertações e teses, bem como a instituições governamentais responsáveis pelo funcionamento e fiscalização de ILPI a nível municipal, estadual e federal. À medida que eu revisava aquela literatura, algumas questões surgiam e eu percebia que uma pesquisa documental também deveria ser reforçada em legislações específicas como as Portarias 810/1989 e 73/2001, o Decreto Federal 1.948/1996, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003), as Resoluções 283/2005 e 94/2007, dentre outras.

¹¹ A Resolução da Diretoria Colegiada nº283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) define ILPIs como instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar, em condições de liberdade, dignidade e cidadania. Este termo foi adotado oficialmente para padronizar a nomenclatura daquelas instituições e, sobretudo, para evitar preconceitos relacionados ao termo “asilos”.

¹² Almeida (2000), Alcântara (2004), Debert (2004) e Cortelletti, Casara e Herédia (2004).

As leituras das obras de Daniel Groisman (1999a), Fabiana Almeida (2000), Adriana Alcântara (2004), Guita Debert (2004) e Tatiane Michel (2010) ressaltavam, sobretudo, que no imaginário social podem perpassar imagens de que as ILPIs são locais sombrios, sujos, sem cuidados, como “depósitos de velhos” para parentes que quiserem se “livrar” de preocupações e gastos relacionados às pessoas “em processo de envelhecimento” que lá aguardariam até sua morte (pois não teriam mais função econômica e social), sendo, muitas vezes, alvos de maus tratos ou negligências. Tendo ciência dessas considerações, lembrei-me de alguns comentários, proferidos por familiares, escutados durante a fase da adolescência.

Não lembro ao certo as situações em que pude presenciá-los, mas estavam em sintonia com as explicações daqueles autores e remetiam às condições insalubres de tais instituições (denominados naquela ocasião por asilos) e, sobretudo, aos descasos das famílias em relação a pais, mães, tios, tias e outros parentes ou pessoa conhecida que passariam a viver naqueles ambientes. Nesse último caso, meus familiares comentavam que a atitude de levar, por exemplo, o pai ou a mãe para morar em um asilo seria uma falta de consideração e falta de gratidão diante de tudo o que aquela pessoa já teria feito, antes, em relação às pessoas mais novas, sendo estas familiares ou não.

Também recordei-me de algumas reportagens que pude assistir (nos anos de 2013, 2014, 2015 e 2016)¹³, desde que comecei a elaborar um projeto de pesquisa de Doutorado (passando por suas posteriores reformulações), que reforçavam estas imagens negativas do local ao abordar denúncias de maus tratos, da insalubridade nas condições higiênico-sanitárias do local, bem como da má gestão, por diretores/administradores das instituições, e do desvio de verbas referentes às contribuições financeiras que eram realizadas, mensalmente, pela própria pessoa “em processo de envelhecimento” que residia em uma ILPI ou por algum familiar, representante legal ou pessoa conhecida que estaria encarregada de efetuar tal pagamento à instituição.

¹³ Os casos foram noticiados em portais de notícias digitais como <<http://www.g1.globo.com>> e <<http://r7.com>> que representam, respectivamente, o Grupo Globo e a Rede Record de Televisão. Essas matérias chamam a atenção para os maus tratos cometidos contra idosos que residiam em instituições localizadas nas cidades de Blumenau/SC, Cuiabá/MT e São Paulo/SP. Destaco que, apesar da legislação federal brasileira orientar a denominação Instituição de Longa Permanência (ILP), as matérias jornalísticas citadas utilizavam o termo “asilos” nas chamadas das reportagens.

Essas matérias jornalísticas, como outras que já foram noticiadas, acabavam ajudando a reforçar preconceitos e desconfianças em relação a uma possível vivência em instituição de cuidados de longa duração, vistos como locais de abandono e solidão, mas também servem de alerta para a população de um modo geral, uma vez que possuem importância conjuntural diante das projeções demográficas que assinalam o aumento da expectativa de vida da população brasileira, das possíveis complicações em relação às capacidades físicas e cognitivas que algumas das pessoas “em processo de envelhecimento” podem apresentar e da diminuição da disponibilidade ou ausência de familiares e/ou recursos financeiros que assegurem os cuidados na velhice.

Foi pensando nessas questões que meu olhar se voltou para compreender as produções discursivas sobre a velhice em duas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) localizadas em São Luís, Maranhão (por residir nesta cidade): o Asilo de Mendicidade¹⁴ e o Solar do Outono¹⁵, ambas de público misto, cuja natureza jurídica são, respectivamente, privada e pública, e que acolhem e cuidam de “pessoas em processo de envelhecimento”, na maioria da vezes, dependentes para a execução das atividades da vida diária (AVD)¹⁶.

O primeiro contato que realizei com os responsáveis do Asilo de Mendicidade e do Solar do Outono ocorreu em junho de 2014, já como aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA. Lembrei das recomendações de Celso Castro (2008) e levei uma Carta de Apresentação (em apêndice) que foi entregue aos dirigentes dessas duas instituições, no momento em que pude explicar minha temática de estudo. O consentimento foi dado naquela ocasião de forma verbal, embora eu tenha explicado que ele seria formalizado por

¹⁴ Esta instituição foi criada em 1919. Sua natureza jurídica é privada, sem fins lucrativos e não-religiosa. Está localizada, desde então, no bairro São Francisco e é administrada pela maçonaria, loja Renascença. Tem capacidade para abrigar 30 pessoas, mas a direção da instituição prefere manter um número de residentes reduzido, em função do baixo quadro de funcionários com que conta (Contratados: 07 técnicas de enfermagem, 01 enfermeira, 02 cozinheiras, 02 auxiliares escritório, 03 vigias, 01 lavadeira. Voluntários: 01 nutricionista, 01 terapeuta ocupacional, 01 professor de educação física). Na ocasião da pesquisa de campo, 11 mulheres e 11 homens residiam no Asilo de Mendicidade. (Caderno de campo, agosto de 2015).

¹⁵ Esta instituição foi criada em 1979. Sua natureza jurídica é pública, sem fins lucrativos e não-religiosa. Funcionou durante anos no bairro do Olho d'Água, mas passou a funcionar no bairro da Cohab em 2011. Tem capacidade para abrigar 40 pessoas, mas, na ocasião da pesquisa de campo, 18 mulheres e 14 homens residiam no local. (Caderno de campo, agosto de 2015).

¹⁶ A Resolução 283 da ANVISA (BRASIL/05) classifica o Grau de Dependência do Idoso em três (03) modalidades de acordo com: a execução, dificuldade ou impossibilidade de realizar as Atividades da Vida Diária (AVD), como, por exemplo, se alimentar, realizar a higiene pessoal, andar, subir e descer escadas.

meio de ofício no ano seguinte (a partir de agosto de 2015), após a reformulação do projeto de pesquisa que foi apresentado na disciplina Seminário de Tese, ministrada pelo Prof. Dr. José Alcântara Júnior, de março a junho de 2015.

Enquanto isso, segui realizando a revisão bibliográfica a partir do levantamento de pesquisas que abordam a temática dos cuidados de longa duração (denominação também utilizada na fonte documental sobre as ILPIs no Brasil) para pessoas “em processo de envelhecimento” no estado do Maranhão. Pude notar que ainda são poucas as produções acadêmicas sobre essa questão, constatação realizada após uma busca, realizada nos meses de maio, junho e julho de 2015, em portais eletrônicos de Universidades e Faculdades do referido estado (como Universidade Federal do Maranhão/UFMA, Universidade Estadual do Maranhão/UEMA, Universidade do Maranhão/UNICEUMA, Faculdade Santa Teresinha/CEST, Unidade de Ensino Superior Dom Bosco/UNDB e Faculdade Santa Fé) e nos bancos de dados de teses, dissertações e artigos científicos no Brasil (como Scientific Electronic Library Online/SciELO, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Ibict e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Capes).

As pesquisas encontradas estavam relacionadas, predominantemente, a cursos da área da saúde (Medicina, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e outros). Elas não foram desprezadas, mas uma prioridade foi dada àquelas teses, dissertações, monografias e artigos que abordavam a gestão da velhice e o cotidiano de pessoas “em processo de envelhecimento” em instituições de longa duração, embora eu tenha notado que muitas delas referenciavam suas análises através de títulos que continham as expressões: instituições asilares, idosos asilados, idosos institucionalizados, lar de velhinhos e Instituição de Longa Permanência. Isso chamou minha atenção e eu sempre tinha o cuidado de anotar, em meu caderno de campo, o ano de publicação daquelas produções para verificar se estavam em consonância com as recomendações dos dispositivos legais vigentes no Brasil e por que aqueles termos haviam sido escolhidos.

Também busquei referências bibliográficas a respeito de “como as pessoas estão envelhecendo no Brasil”. Algumas notícias em meio eletrônico digital¹⁷ registravam o aumento do número de pessoas com mais de 60 anos de idade que residem sozinhas nos últimos dez anos no Brasil (2004-2014). Segundo o Instituto

¹⁷ Informação obtida no site <<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2013/12/1389765-numero-de-idosos-que-moram-sozinhos-triplica-em-20-anos.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

Brasileiro de Geografia e Estatística, existem cerca de 4.376.982 pessoas que se encaixam nessa situação. A maioria daquelas pessoas são mulheres separadas, viúvas ou que nunca se casaram/viveram outra forma de conjugalidade. (IBGE, 2015).

Por outro lado, podem ocorrer situações que façam com que as “pessoas em processo de envelhecimento” não possam mais viver sozinhas. Mirela Camargos, Roberto Rodrigues e Carla Jorge Machado (2007 e 2011) destacam alguns fatores, como, por exemplo, dificuldades financeiras, complicações de saúde com ocorrência de quedas, recuperação lenta de problemas de saúde, aparecimento/agravamento de doenças crônicas não transmissíveis (como hipertensão, diabetes, pneumopatias, distúrbios renais, acidentes cardiovasculares que ocasionem, principalmente, enfartes; doenças cerebrovasculares que acarretem Acidentes Vasculares Cerebrais/AVCs, Acidentes Vasculares Encefálicos/AVEs e problemas neurodegenerativos como Alzheimer, Parkinson e Depressão) que afetem a execução de higiene pessoal, bem como funções motoras, fisiológicas e a capacidade cognitiva das pessoas na velhice. Além disso, aqueles autores ainda destacam desânimo das atividades rotineiras, isolamento social, a existência de alimentos vencidos que, uma vez ingeridos, podem provocar problemas de saúde e falta de organização e limpeza da casa e etc.

Essas questões me direcionaram, mais uma vez, para as pesquisas sobre os cuidados de longa duração para idosos no Brasil, mais especificamente ao levantamento censitário a respeito do perfil das ILPIs no Brasil (tanto nas cinco regiões quanto por unidades da federação), pois destacavam fatores que poderiam ocasionar a institucionalização de “pessoas idosas”, isto é, processo no qual as pessoas com idade igual ou superior aos 60 anos de idade passam a residir em instituições especializadas e responsáveis pelos cuidados de longa duração, tais como feito outrora por asilos, lares, casas de repouso e, atualmente, Instituições de Longa Permanência.

O trabalho intitulado “Pesquisa Nacional sobre Condições de Funcionamento e Infraestrutura nas Instituições de Longa Permanência”¹⁸, coordenado por Ana Amélia Camarano (Técnica em Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea), durante o período de 2006 a 2009, tentou suprir o déficit de informações que existiam ao apresentar a natureza jurídica das instituições

¹⁸ Realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com apoio da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) (Camarano, 2008a).

(filantrópicas, privadas e públicas), a infraestrutura, os recursos humanos, a estrutura de custos, os serviços oferecidos e o perfil do público atendido.

Camarano (2007, 2008a, 2008b, 2008c e 2010) ainda destacou que existiam 84 mil pessoas residindo em 3.551 ILPIs nas cinco regiões do Brasil. Estas, em ordem decrescente, encontram-se na Região Sudeste (2.225 estabelecimentos/64.113 residentes), Sul (693 estabelecimentos/15.422 residentes), Nordeste (302 estabelecimentos/8.386 residentes)¹⁹, Centro-oeste (252 estabelecimentos/5.529 residentes) e Norte (49 estabelecimentos/1.159 residentes)²⁰.

No caso específico do Maranhão, o trabalho apontou que 234 pessoas residiam em doze (12) instituições que estavam localizadas em dez municípios. São eles: Açailândia (01), Balsas (01), Barra do Corda (01), Caxias (01), Grajaú (01), Pio XII (01), Rosário (01), Vitoria do Mearim (01), Imperatriz (01) e São Luís (03). (Camarano, 2008b, p. 89).

Todavia, Ana Amélia Camarano (2008b) ressalta que cuidados e atenções destinadas às “pessoas idosas” em instituições especializadas não são uma prática muito comum no Brasil, pois este comportamento ainda é imbuído de tabus e preconceitos, conforme aqueles destacados anteriormente. Com auxílio de outras pesquisadoras, tais como Adriana Alcântara (2004), Helena Watanabe e Vera Maria de Giovanni (2009), Ana Amélia Camarano e Solange Kanso (2010) e Micheline Christophe (2009), verifica-se que o “cuidado e atenção com a geração ‘mais velha’ ainda é bastante realizado pelos descendentes” e é, sobretudo, marcado pelo viés do gênero, haja vista que tem sido atribuído, quase sempre, às mulheres do grupo familiar no Brasil.

Na visão de Camarano (2008b), existiria uma norma cultural e socialmente estabelecida nas famílias brasileiras que conferiria a função de cuidado e proteção, em geral, às mulheres. Elas cuidariam de filhas e filhos na fase jovem da vida e, na meia-idade ou na velhice, passariam a cuidar dos pais, maridos, irmãos, tios e sogros e/ou das mães, tias, irmãs e sogras, principalmente, por alguma doença ou fragilidade provocada pelo avançar da idade ou viuvez. Entretanto, é possível considerar que a

¹⁹ O cenário mapeado das ILPIs na Região Nordeste registrou que 8.386 pessoas residiam em 302 instituições que se encontram distribuídas geograficamente, em ordem decrescente, da seguinte maneira: Pernambuco (93), Bahia (82), Ceará (30), Rio Grande do Norte (29), Paraíba (19), Alagoas (16), Sergipe (15), Maranhão (12) e Piauí (06). A maioria delas está localizada nas capitais dos Estados e Região Metropolitana, sendo deficiente o número de instituições localizadas em municípios mais afastados destas localidades. (Camarano, 2008b, p.13).

²⁰ Camarano (2007, 2008a, 2008b, 2008c e 2010).

alocação daqueles cuidados às mulheres são “atos performativos” que acabavam por naturalizar processos de constituição do gênero, de acordo com a visão de Judith Butler (2003).

Nesse sentido, o considerado “tradicional” cuidado que as mulheres passariam a desenvolver ao longo de suas vidas, em relação a descendentes, ascendentes, parentes colaterais ou pessoas com algum tipo de afinidade, acabavam sendo passados de uma geração a outra e reiterando um padrão heteronormativo que muitas vezes não é questionado, refletido ou contestado.

Com estas informações pude estabelecer uma conexão com algumas recordações de minha família sobre os cuidados com a geração mais velha. Sempre gostei de conversar com as chamadas “velhas da família”, isto é, minha avó materna e suas seis irmãs (em um grupo de mais 3 irmãos vivos) e muitas vezes as indagava sobre muitas questões, como infância, namoro, casamentos, festas, viuvez, falecimentos e etc.

Um dos assuntos que muito me instigava era a saída da família de minha avó materna da cidade de Axixá, interior do Maranhão (distante cerca de 92 km da capital, percorridos em 1 hora e 30 minutos via transporte rodoviário), para a capital do Estado. Gostava de saber o local onde os filhos daquele casal (minha bisavó e meu bisavô maternos) estudaram, trabalharam, os hábitos adquiridos na nova cidade e, dentre outras questões, onde moraram.

Um elemento que sempre aparecia nas narrativas daquelas mulheres remetia à acolhida e cuidados da geração “mais velha” pelo grupo de mulheres descendentes da família. Cito, a seguir, alguns exemplos:

Minha bisavó materna cuidou, além dos onze filhos (biológicos e adotivos), inicialmente, das duas tias maternas e sua sogra adoentada, todas em “idade avançada” (trazendo-as de Axixá para morar junto com ela em São Luís). Depois cuidou do marido, que também ficou doente e faleceu. Minha avó materna criou seus dois filhos, acolheu uma irmã viúva em sua casa e, também, cuidou de seu marido doente. Minhas tias-avós maternas cuidaram e acolheram, seja por doença, consideração ou gratidão, filhos, sobrinhos, sogras, maridos, primos e amigas, todos em “idade avançada”.

Ainda ressalto que o mesmo tem ocorrido, com algumas variações, com as demais gerações de mulheres que sucederam as “velhas da família”, sendo praticamente nulos os episódios que retratem o inverso, ou seja, que os cuidados e

atenções em relação aos descendentes ou ascendentes tenham sido realizados por um dos homens da nossa família. E isso era narrado de modo muito naturalizado pelas “velhas da família” – e ainda o é, pelas suas descendentes - pois não era “coisa de homem”.

As variações que destoam do “tradicional” cuidado realizado, exclusivamente, pelas mulheres dos grupos familiares podem ser explicadas, ainda segundo Camarano (2008b), pelo aumento da escolaridade feminina, inserção das mulheres no mercado de trabalho, diminuição da taxa de fecundidade e número de filhos e, também, mudanças no seu papel social no Brasil.

Apesar de a autora não propor uma desconstrução daquelas normas socioculturais que embasam, possibilitam e reiteram a continuidade da alocação de cuidados das gerações “mais velhas” às mulheres, ela ressalta que outras alternativas de cuidados e assistências em relação à população “idosa” precisaram ser criadas diante de demandas e conquistas das mulheres e, sobretudo, das mudanças nos papéis de gênero que, nas últimas décadas, ocorreram na sociedade brasileira.

Entretanto, a legislação brasileira²¹ também acaba reiterando que a função de cuidados pertenceria às mulheres ao qualificar que as atenções para com as pessoas “idosas” devem ser realizadas, prioritariamente, pela família (que nesse caso, pode ser compreendida como sinônimo das mulheres que compõem o grupo familiar), podendo ser de modo domiciliar formal (realizado com auxílio de cuidadores, técnicos de enfermagem ou enfermeiros) ou informal (pelos membros da família ou mesmo vizinhos) (GRISON, ALVES e FALEIROS, 2015).

Nas situações nas quais as famílias não tenham condição financeira ou espacial para acomodar seu familiar “idoso” em seu domicílio ou, também, não possa asseverar que conseguirá auxiliar nos cuidados daqueles e daquelas que residem sozinhos, o Estado deve garantir algumas modalidades de cuidados de longa duração, como residência temporária, família acolhedora, república ou casa lar (BRASIL, Portaria nº73/01) e, em último caso, o provimento de atenção integral às pessoas “em processo de envelhecimento” em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

Nesse sentido, foi a partir dessas leituras que a hipótese de pesquisa começou a ser formulada, a de que as “pessoas em processo de envelhecimento” residiam em

²¹ Vide Constituição Federal de 1988 (nos artigos 229 e 230), no Decreto 1.948/96 (que regulamenta a Política Nacional do Idoso, aprovada em 1994) e no Estatuto do Idoso.

ILPIs por conta de conflitos familiares ocorridos na mesma residência (como primeira razão), pela impossibilidade de familiares se responsabilizarem pelos cuidados (formal ou informal) ou os levarem para residir no mesmo local (como segunda razão) e por complicações financeiras que impedissem seu próprio sustento (como terceira razão), mas eu precisava me inserir no ambiente físico das duas instituições (de agosto a dezembro de 2015) que eu havia definido para buscar conhecer a estrutura física dos locais, o perfil de moradores e moradoras, os profissionais que nelas atuavam e, sobretudo, compreender produções discursivas sobre a velhice elaboradas ou (re)elaboradas nos espaços das ILPIs. Adianto que, conforme destacarei, reformulações foram feitas com o decorrer da pesquisa, impulsionando-me a realizar outras reflexões sobre experiência, gênero e geração.

2.2 O Campo Empírico, Desdobramentos e Redefinições na Pesquisa

Em agosto de 2015 comecei a pesquisa de campo no Asilo de Mendicidade e Solar de Outono. Procurei conhecer a estrutura física e forma de organização dessas instituições, o período em que elas foram criadas, o quadro de funcionários, os horários de visitas, bem como o público que nelas residia, pois buscava subsídios que me ajudassem a construir e desconstruir as ideias que então tinha em mente, conforme destacado.

No primeiro dia em que estive no Asilo de Mendicidade e no Solar do Outono, tive a oportunidade de conhecer a estrutura física das instituições, acompanhada, respectivamente, de uma assistente social e uma técnica de enfermagem. Expliquei o objetivo de minha pesquisa e me recordo que logo fui alertada de que não conseguiria conversar com os moradores e moradoras daquelas instituições, pois muitos deles e delas não falavam mais. Tentei argumentar se tinham problema de audição, moderada ou intensa, mas elas só me explicaram que com o avançar a idade aquelas pessoas já não poderiam conversar como nós o fazíamos. Apesar disso, aquelas funcionárias continuaram a me mostrar as dependências do local, apresentaram alguns funcionários, se disponibilizaram a conseguir algum documento, caso eu precisasse, e, com o decorrer da pesquisa de campo, é que eu fui compreendendo, como destacarei, que se tratariam de “pessoas em processo de envelhecimento” com elevado grau de dependência para as atividades da vida diária e comprometimentos

cognitivos decorrentes de doenças crônicas neurodegenerativas (como Parkinson, Alzheimer, Depressão, Demências e etc.).

Daquele primeiro momento exploratório no campo o que ficou bastante presente em minha memória foi a possibilidade de visualizar alguns homens e mulheres “em processo de envelhecimento” com alto grau de dependência, pois viviam em situação permanentemente acamada ou, por questões de saúde, passaram a utilizar cadeiras de rodas. Neste caso, a maioria daqueles homens e mulheres não tinham mais sustentação corporal na parte do tronco e, sobretudo, do pescoço. No primeiro caso, precisavam ser “contidos” (expressão que pode ser compreendida, a grosso modo, como amarrados) para evitar que caíssem da cadeira de rodas, aparelho que eram usados para locomovê-los pelas dependências da instituição. No segundo caso, a contenção com o uso do colar cervical era imprescindível para imobilizar e proteger a musculatura da região do pescoço daquelas pessoas, evitando que ele caísse, involuntariamente, para os lados ou frente do corpo.

Aquelas imagens mostraram-me um lado da velhice que, em geral, não é evidenciado, pois não se enquadra naquele estereótipo construído a respeito do “envelhecimento bem sucedido”. Podem ser consideradas experiências “invisíveis” (COUTRIM, 2010), tal como aquelas que estão relacionadas à pobreza, à vulnerabilidade social e ao mercado de trabalho informal, pois tem recebido pouca atenção da mídia, da sociedade civil e das esferas pública e privada no Brasil. Assim, aos poucos eu ia, cada vez mais, me interessando por questões que estavam atreladas à perda da autonomia e independência na velhice, tentando relacioná-las com produções discursivas sobre a velhice elaboradas ou (re)elaboradas nos espaços das ILPIs.

Paulatinamente a pesquisa de campo também me apresentou alguns termos e assuntos específicos de algumas áreas das Ciências da Saúde (Enfermagem, Nutrição, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Odontologia), sobre as quais tive que procurar referências para compreendê-los em sites de busca, artigos científicos e, também, em um Curso a Distância de Cuidador de Idosos. As minhas dúvidas, naquela ocasião, giravam em torno de temáticas como: escalas de avaliação dos pacientes, classificação das formas de nutrição clínica ou hospitalar (via oral/boca,

enteral/sondas²² e parenteral/venosa²³) e escalas para a realização das atividades da vida diária (Escala de Katz²⁴ e Escala de Barthel²⁵) e etc. Cabe destacar que estes assuntos estavam presentes em prontuários e fichas de admissão/identificação (quando estas existiam) daquelas duas instituições, bem como foram utilizados, em setembro de 2015, durante uma capacitação em que pude participar no Solar do Outono.

A ausência de fichas de admissão/identificação no Asilo de Mendicidade constituiu em um elemento que dificultou obter informações a respeito dos motivos que fizeram com que homens e mulheres “em processo de envelhecimento” passassem a residir naquela Instituição de Longa Permanência. Infelizmente esses dados também não foram obtidos entre os funcionários mais antigos da instituição, que lá trabalhavam há cerca de 05 ou 06 anos. Eles me informaram que não tinham documentos que revelassem as informações que eu buscava e só sabiam, por alto, a “história de um ou outro” morador ou moradora. (Caderno de campo, setembro de 2015).

Apesar da carência daquelas informações, os prontuários existentes no Asilo de Mendicidade e do Solar do Outono me mostraram que estas instituições mantinham o acompanhamento mensal de saúde e o tipo de dieta alimentar considerada adequada para aqueles e aquelas que nelas residiam. Eles destacavam, principalmente, os quadros clínico e fisiológico dos residentes. Essa informação foi percebida através dos exames de saúde encontrados (raios-x, ressonâncias magnéticas, hemogramas, por exemplo), das anotações diárias sobre a rotina dos

²² Nutrição Enteral (NE) consiste na administração de alimentos liquidificados ou nutrientes a pacientes que possuem trato gastrointestinal funcionante, mas não conseguem manter ingestão nutricional de alimentos adequada. A administração das fontes alimentares ocorre através de soluções, quimicamente definidas, por meio de sondas nasogástricas (da narina até o estômago) ou por sondas nasoenterais (da narina até o intestino, com calibre mais fino do que as sondas nasogástricas). Informação disponível nos sites: <<http://www.soenfermagem.net/tecnicas/sondagem.html>> e <<http://www.unidospelanutricaoclinica.com.br/pt-br/diferentes-tipos-de-nutricao-clinica-0>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

²³ Nutrição Parenteral (NP) é a administração de solução contendo fontes de glicose, carboidratos, aminoácidos, lipídeos, minerais e vitaminas por via intravenosa diretamente na circulação sistêmica, contornando o trato gastrointestinal (GI). Informação disponível nos sites: <<http://www.unidospelanutricaoclinica.com.br/pt-br/diferentes-tipos-de-nutricao-clinica-0>> e <https://pt.wikipedia.org/wiki/Nutri%C3%A7%C3%A3o_parenteral>. Acesso em: 04 nov. 2015.

²⁴ Escala de avaliação das atividades da vida diária criada por Sidney Katz, em 1963, que avalia 06 itens (banhar, vestir-se, uso do banheiro/para eliminações, mobilizar-se da cama para cadeira, alimentar-se e continência/nas eliminações). (Duarte, Andrade e Lebrão, 2007).

²⁵ Escala de avaliação das atividades da vida diária criada por Mahoney e Barthel, em 1965, que avalia 10 itens (comer, higiene pessoal, uso de sanitários, banhar-se, vestir-se, despir-se, controle dos esfínteres, deambular, transferência da cadeira para a cama, subir e descer escadas). (Serqueira, 2007).

residentes (temperatura, pressão arterial, aparência e membros do corpo que poderiam ter feridas e/ou hematomas), a presença de doenças, uso de medicamentos e os horários em que foram administrados, além da denominação utilizada por enfermeiros e estagiários de enfermagem nos referidos prontuários (cliente, paciente, idoso) (Caderno de campo, outubro e novembro de 2015).

Tais preocupações clínicas mostram que as ILPIs ainda acabam desempenhando funções de instituições de saúde, uma vez que com o passar da idade muitas doenças crônicas não transmissíveis passam a acometer as “pessoas idosas”, conforme ressaltam Helena Watanabe e Vera Maria di Giovanni (2009) e Sílvia Pinto e Olga Von Simson (2012).

Foi com base nos prontuários e fichas de admissão que eu pude perceber algo diferente do que havia pensado inicialmente. Conforme destaquei, minha hipótese era de que as “pessoas em processo de envelhecimento” passariam a residir em ILPIs, abrigos e asilos de São Luís por conta de: a) conflitos familiares ocorridos na mesma residência (como primeira razão); b) pela impossibilidade de familiares se responsabilizarem pelos cuidados ou os levarem para residir no mesmo local (como segunda razão); c) por complicações financeiras que impedissem seu próprio sustento (como terceira razão). Contudo, o que pude observar me mostrou que: d) eram pessoas que viviam sozinhas, tinham problemas de saúde com dificuldades de realizar o autocuidado, também não apresentavam algum familiar ou pessoa conhecida que auxiliasse na recuperação de tais problemas ou em suas atividades rotineiras e, em último lugar, a ocorrência de conflitos com familiares.

Aqueles documentos ainda possibilitaram investigar dados socioeconômicos e o grau de dependência dos moradores e moradoras daquelas duas instituições²⁶ e, ao mesmo tempo, me fizeram refletir sobre formas de cuidado da saúde para quem não reside em uma ILPI, mas está impossibilitado de se deslocar de sua residência para uma clínica ou posto de saúde, o chamado serviço homecare (nos serviços de saúde público e privado), bem como na oferta de cursos profissionalizantes e agências de empregos que disponibilizem cuidadores de “idosos” em São Luís. Os

²⁶ Os homens e as mulheres “em processo de envelhecimento” que encontrei residindo no Solar do Outono e no Asilo de Mendicidade recebem 01 salário mínimo da previdência social brasileira e a grande maioria possuía, segundo a Resolução nº283/2005, dependências para as Atividades da Vida Diária (AVD) grau 2 (com dependência em até três atividades de autocuidado para a vida diária tais como: alimentação, mobilidade, higiene; sem comprometimento cognitivo ou com alteração cognitiva controlada) e grau 3 (com dependência que requeiram assistência em todas as atividades de autocuidado para a vida diária e/ou com comprometimento cognitivo).

questionamentos e as informações que me surgiam eram registrados em meus cadernos de campo (desde o ano de 2014) para que eu pudesse, sempre, consultar e refletir, ao longo da pesquisa e das leituras que realizava, a respeito das questões que aguçavam meu interesse. Nele também pude anotar algumas notícias divulgadas, de janeiro de 2015 a dezembro de 2016, em portais eletrônicos (<www.portaldoenvelhecimento.com.br>) e páginas/grupos em redes sociais (<facebook.com> Associação Brasileira de Atenção e Apoio à Pessoa Idosa/Abraapi, Gerontologia Social PUC-SP, Gerontologia e Geriatria Brasil, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Portal Terceira Idade) que, de algum modo, se cruzavam com as questões que eu vinha problematizando a respeito da temática do envelhecimento.

Entretanto, enquanto eu continuava a pesquisa de campo no Asilo de Mendicidade e Solar do Outono, tentei conversar, muitas vezes, com os homens e mulheres que nelas residiam e pude perceber que quase todos e todas não conseguiam expressar qualquer tipo de resposta em razão de comprometimentos cognitivos, perda da audição/Presbiacusia²⁷ (em caráter que impossibilitava a capacidade de diálogos) e, sobretudo, distúrbios da voz (Afonia/perda de voz²⁸, Afasia²⁹ e Disartria)³⁰, em sua maioria, consequências de problemas psiquiátricos e neurológicos como Depressão, Demência Senil, Acidente Vascular Cerebral (AVC), Acidente Vascular Encefálico (AVE) e Alzheimer. Nas ocasiões em que conseguiam verbalizar algo, as falas eram enroladas, nas quais balbuciavam muito, e pouco daquilo que era verbalizado poderia ser compreendido por mim ou pela equipe de

²⁷ Presbiacusia é o processo de envelhecimento fisiológico de todo o sistema auditivo (orelha externa, média e interna) e vias auditivas centrais. Entretanto, a perda da audição também pode ocorrer por causas hereditárias e exposição a fatores externos como toxinas, infecções, traumas e ruídos. (Tavares, 2001, p.08).

²⁸ A voz é produzida a partir da passagem de ar dos pulmões pela laringe, o que causa a vibração das cordas vocais. Após esse processo, o som criado passa pelas cavidades de ressonância: o nariz e a boca. A afonia é a perda total ou parcial da voz causada principalmente por alterações da laringe (inflamações ou tumores, por exemplo). Em pessoas de idade avançada, podem ocorrer casos de afonia, pois as cordas vocais começam a arquear, causando a flacidez, tremulação e fraqueza da voz. Assim, devido à impossibilidade de aproximar as duas cordas vocais da laringe, ou seja, quando a distância entre estas é superior a 2mm, já não é mais possível emitir qualquer tipo de som vocal, nem mesmo os mais elementares. (PINHO, 1998, p.06).

²⁹ Afasia é uma perturbação da linguagem incapacitante, conhecida como a dificuldade de se expressar verbalmente, em consequência de lesões cerebrais como os Acidentes Vasculares Cerebrais (AVCs) ou Acidentes Vasculares Encefálicos (AVEs) que afetam diretamente as regiões do cérebro responsáveis pela linguagem e comunicação (hemisfério cerebral esquerdo). (GOLDFELD, 1998, p.54).

³⁰ Disartria é o transtorno motor que ocasiona a dificuldade de articular as palavras em consequência de AVCs, AVEs, doenças neurológicas (Parkinson, Alzheimer) e neuromusculares progressivas (como Esclerose Múltipla e Esclerose Lateral Amiotrófica/ELA) que afetam os músculos da face e tornam, em geral, impossível a formação da fala. (GOLDFELD, 1998, p.67).

profissionais daquelas instituições (características da Disartria), embora eu tenha sido comunicada, logo no início da pesquisa, pela direção e alguns funcionários das ILPIs que os moradores e moradoras destas duas instituições tinham a audição e voz comprometidas, conforme pude constatar nas ocasiões em que eu lhes perguntava algo e não obtinha respostas.

As indagações a respeito das produções discursivas sobre a velhice elaboradas ou (re)elaboradas nos espaços das ILPIs ainda permaneciam em minha mente, mas a pesquisa de campo no Solar do Outono e Asilo de Mendicidade foi me mostrando, em algumas situações, produções de gênero bem distintas e demarcadas para homens e mulheres.

Em ambas ILPIs, os quartos/alas eram separados pelo “sexo”³¹ (conforme determina a Resolução 285/05), mas nenhuma objeção em relação a esta forma de organização foi mencionada por parte de seus moradores e suas moradoras, até em razão dos distúrbios de voz (mencionados) que muitos destes e destas apresentavam e da debilidade que seus corpos já mostravam, pois passavam o dia todo deitados e deitadas em suas camas, sendo conduzidos pelos funcionários, de tempos em tempos, para realizar a higiene pessoal, alimentação e, sobretudo, evitar a formação de úlceras de pressão ou escaras de decúbito³². (Caderno de campo, agosto a dezembro de 2015).

No Solar do Outono, percebi que havia uma diferenciação pelo “sexo” nas cores dos quartos (pintados na cores azul/homens e verde claro/mulheres). Os objetos decorativos que adornavam esses cômodos também eram demarcados, como, por exemplo, discos de vinil (também conhecidos como Long Play/LP) e colagens de figuras como notas musicais (homens/quarto 1), cidades internacionais (Londres, França, Nova York) (homens/quarto 2), times de futebol (Corinthians, São Paulo, Flamengo, Palmeiras) e balões infláveis (modelo utilizado em voos de balão, balonismo) (homens/quarto 3), imagens de carros, máquinas agrícolas, moinhos a vento e pontes (homens/quarto 4), colagens de imagens religiosas como santos, santas, corujas e borboletas cor de rosa e roxa (mulheres/quarto 5), sapinho de

³¹ Utilizo o termo “sexo” enquanto referência empregada, em perspectiva biológica, que considera a diferença entre os sexos como sendo única e exclusivamente duas, tendo em conta a aparência dos órgãos genitais.

³² Segundo Mochnaez e Murakami (2000, p.40), as úlceras de pressão são mais conhecidas como escaras de decúbito, caracterizadas por lesões na pele, de várias extensões e profundidade, em regiões de apoio do corpo como atrás da cabeça, nas costas, na articulação do quadril, no cóccix, nas nádegas e calcanhares.

pelúcia, quadros com imagem de rosas (mulheres/quarto 6), jarrinho cor de rosa quadro com imagem de rosas e outro com letras formando a palavra AMOR, (mulheres/quarto 7) e imagens de santos e santas (mulheres/quarto 8). (Caderno de campo, setembro de 2015).

No Asilo de Mendicidade, os 02 quartos existentes (cuja arquitetura lembrava alas de enfermaria coletiva – separados por sexo) eram pintados de branco, mas os lençóis de cama e as toalhas eram separadas por cores (azuis e verde, em tonalidades clara ou escura, eram para homens e cor de rosa, salmão, amarelo, lilás para as mulheres). (Caderno de campo, outubro de 2015). Nesta ILPI também pude notar que as fichas de admissão/prontuários eram organizadas em fichários, tal qual aqueles utilizados por estudantes. Nos fichários azuis e branco, em formato de listras verticais, estavam exames e poucos dados pessoais dos homens; nos fichários cor de rosa e branco, também em listras verticais, estavam as informações sobre as mulheres. (Caderno de campo, outubro e novembro de 2015). Os objetos de uso pessoal, como copos, canecas, colheres e pratos das duas ILPIs também utilizavam determinadas cores para distinguir os usuários em relação ao gênero³³. Azul para os homens e cor de rosa para as mulheres. (Caderno de campo, outubro de 2015).

Ao notar tudo isso, passei a me questionar a respeito da escolha e decisão sobre cores de quartos e objetos de uso pessoal, bem como dos adornos e colagens que estavam decorando, principalmente, os quartos do Solar do Outono. O que consegui como resposta é que, em geral, essas escolhas eram feitas pela direção ou sugeridas por alguns profissionais (da terapia ocupacional e psicologia) – apesar de todos os quartos terem os nomes dos seus respectivos moradores e moradoras escritos na porta, em formato bem visível - “para especificar quais eram os quartos dos homens e das mulheres”, “para dar ‘uma cara’ diferente ao local” ou “para ficar mais bonitinho”. (Caderno de campo, outubro de 2015). As respostas naturalizavam a atribuição das cores/objetos segundo o sexo biológico/genitália de homens e mulheres e não consideram que padrões de masculinidade ou feminilidade são construções sociais, culturais e históricas. Aqueles profissionais ainda relataram que a opinião dos moradores e moradoras da referida ILPI nem chegaram a ser consultados, implicando a imposição das cores dos quartos e objetos pessoais e colagens, adornos e figuras decorativas.

³³ Daqui por diante me referirei à categoria gênero para compreender a distinção que é construída, e naturalizada, como diferença sexual que se materializa no “masculino” e “feminino”.

Todavia, enquanto eu continuava a pesquisa de campo no Solar do Outono e Asilo de Mendicidade, pude tomar conhecimento da existência de uma terceira ILPI localizada na capital maranhense, era o Abrigo São Vicente de Paulo (ASVP). Inicialmente tive dificuldade de encontrá-lo, pois o telefone de contato destacado na pesquisa realizada por Ana Amélia Camarano (2008b) estava desatualizado. Perguntei a algumas pessoas conhecidas sobre o ASVP, conseguindo localizá-lo quase um mês depois, no João Paulo, bairro popular situado nas proximidades do centro da cidade de São Luís (cuja distância é de, aproximadamente, 4,3 quilômetros).

Fui acompanhada de uma senhora que, através de contato com minha família, disse saber onde aquele abrigo se localizava. Ela conhecia uma das voluntárias da Associação de Caridade São Vicente de Paulo³⁴ (ACSVP), núcleo João Paulo, entidade não governamental que administra o local há mais de 30 anos, e poderia me apresentá-la. Eu queria conhecer o lugar e lhe perguntar como proceder para realizar minha pesquisa com as moradoras daquele abrigo.

Ao chegarmos ao local, procuramos por dona *Nira*³⁵, mulher negra, baixa, forte, de cabelos crespos, brancos e enrolados em um belo coque. *Nira* era, dentre as demais moradoras do abrigo, a pessoa encarregada de recepcionar pessoas e entidades interessadas em ajudar a instituição, receber e organizar as doações e comunicar algum acontecimento ou documentação recebida para a Presidente ou Vice-presidente do abrigo. Ela desempenhava aquela atribuição há dois anos e foi escolhida, entre as demais moradoras, pelas presidência da Associação de Caridade

³⁴ Associação composta, predominantemente, por mulheres. Trabalham segundo os princípios caridosos de São Vicente de Paulo e Santa Luisa de Marillac, que viveram no século XVI, na França. Para saber mais sobre a vida e obra destes santos, ver os trabalhos de André Frossard (1986), Louis Châtellier (1995), Elisabeth Charpy (2010) e Kátia Silva (2012). Em seus discursos, a Associação de Caridade São Vicente de Paulo atua contra a pobreza e exclusão social através do atendimento de pessoas “idosas” em abrigos/lares e crianças em creches/escolas, distribuição de cestas básicas e organizando bazares e eventos com intuito de arrecadar recursos financeiros a serem destinados ao que designam como população carente. Em São Luís (MA), 05 (cinco) núcleos atuam nos seguintes bairros: Monte Castelo, João Paulo, Vicente Fialho, Olho d’Água e São José de Ribamar. A entidade está ligada à Associação Internacional de Caridade, entidade católica criada há 400 anos, com sede na Bélgica, que reúne mais de 250.000 voluntárias em 53 (cinquenta e três) Associações Nacionais das Damas/Voluntárias de Caridades (organizadas nos cinco continentes). Informação disponível em: <<http://www.aic-international.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2016/06/cahier22-port.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

³⁵ Decidi utilizar uma fonte diferenciada para distinguir os nomes das narradoras desta Tese do restante do texto. Em relação às narrativas de História de Vida, todos os nomes mencionados foram mantidos em sigilo com a escolha de nomes fictícios. Também faço algumas explicações, no decorrer das narrativas, entre colchetes para informar ou explicitar algumas questões a meus leitores e/ou leitoras.

São Vicente de Paulo (ACSVP). *Nira* nos levou para conhecer as casas do abrigo e depois ao salão de reuniões.

Era uma quarta-feira, à tarde, dia de reunião da ACSVP. Esperei seu término e fui conversar com a senhora que estava responsável pela condução dos trabalhos naquele dia. Apresentei-me e expliquei minhas intenções de pesquisa acadêmica, como estudante de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFMA. Ela me explicou que eu poderia trazer a documentação necessária (em anexo) no próximo ano e, desse modo, começar minha pesquisa. Assim o fiz.

Esperei o ano vindouro com a expectativa de logo começar minha inserção no campo empírico. Nesse ínterim fui buscando outras informações e realizando novas leituras com intuito de reformular meu projeto de pesquisa.

O ASVP foi criado em 1953. Está localizado, desde então, no bairro João Paulo³⁶, e sua natureza jurídica é filantrópica, sem fins lucrativos e religiosa (católica). Funciona em um terreno com casas individuais e ladeadas, no modelo de uma vila, e tem capacidade de abrigar quinze residentes (somente mulheres “idosas”). Foi dirigido, inicialmente, pelas freiras vicentinas³⁷ e, atualmente, é administrado pela Associação de Caridade São Vicente de Paulo (ACSVP), núcleo João Paulo.

Tentei, por diversas vezes, conseguir alguma documentação a respeito da criação do abrigo com alguma das senhoras voluntárias da associação de caridade (ACSVP), mas só consegui obter informações bastante imprecisas, tais como: “Isso já existe há mais de 50 anos” e “Foram as freiras que criaram”.

Também fui ao Colégio São Vicente de Paulo (localizado na avenida principal do bairro João Paulo, a cerca de 600 metros do abrigo), pois pertence à Congregação das Irmãs/Freiras Vicentinas. A diretora daquela instituição de ensino informou-me

³⁶ De acordo com Heloisa Matos (2014), o bairro do João Paulo surgiu, juntamente a outros 60 bairros, ao longo do antigo Caminho Grande. A estrada de, aproximadamente, 8,5 quilômetros ligava o centro da cidade ao bairro do Anil passando pela Rua do Norte, Avenida Cajazeiras, Rua Senador João Pedro/Canto da Fabril, Avenida Getúlio Vargas, Avenida João Pessoa e Avenida Edson Brandão. Atualmente o João Paulo é um bairro comercial que reúne residências, escolas públicas e privadas, praças públicas, quartel do Exército Brasileiro, mercado, supermercado, feira livre, lojas e igrejas.

³⁷ Segundo as pesquisas de Irmã Anita (1991) e Jacklady Nascimento (2010), a Congregação das Irmãs/Freiras Vicentinas no Maranhão começou a atuar, timidamente, a partir do empenho de três religiosas que vieram para São Luís trabalhar na Colônia do Bonfim (hospital colônia para portadores de Hanseníase criado em 1937, localizado à beira do Canal do Bonfim; margem esquerda do rio Bacanga). Contudo, aquelas religiosas só permaneceram no local por, mais ou menos, dois anos, em decorrência da falta de uma casa religiosa na qual a Congregação pudesse ficar. Após a doação de uma residência, se instalaram no bairro do João Paulo e, desde agosto de 1941, o local começou a congregar todas as obras e ações de caridade que eram realizadas, sobretudo, com a população que residia no bairro do João Paulo e adjacências, como Alemanha, Caratatiua e antigo Cavaco (atualmente conhecido por Bairro de Fátima).

que o Abrigo São Vicente de Paulo havia sido doado, há muitos anos, à Associação de Caridade São Vicente de Paulo (ACSVP) e que não poderia me dar maiores informações porque tinha assumido, há pouco tempo, aquela direção.

Nesse sentido, toda informação a respeito do histórico do Abrigo São Vicente de Paulo que eu obtive foi através da conexão de informações entre os relatos imprecisos das senhoras da associação de caridade (ACSVP) e de publicações sobre a vida e obra de São Vicente de Paulo, Luisa de Marillac e das Irmãs Vicentinas no Maranhão.

O Abrigo São Vicente de Paulo (ASVP) apresenta um estilo coletivo de residência, tal qual o Solar do Outono e Asilo de Mendicidade, mas difere destas duas por ser configurada em formato de “vila”. Possui um salão de reuniões/capela na parte central, casas ladeadas à sua direita e esquerda e um espaço com um orelhão telefônico, refeitório, ambulatório e um pátio com mesa, bancos de cimento e algumas plantas na parte detrás do local. Cada casa é destinada a uma moradora, o que permite autonomia e independência às pessoas que envelhecem executarem atividades rotineiras, como, por exemplo, escolher o que comer em cada refeição do dia, ir a feiras e supermercados (localizados naquelas proximidades ou não), comparecer a agências bancárias para receber pagamentos de benefícios previdenciários e realizar viagens. (Caderno de campo, março, abril e maio de 2016).

O ASVP tem capacidade de abrigar até quinze (15) mulheres “em processo de envelhecimento”, mas, na ocasião da pesquisa de campo, doze (12) residiam no local. (Caderno de campo, fevereiro de 2016). Existe uma variação na metragem das casas, entre 18m² e 25m², mas cada uma possui uma pequena sala, um quarto, um banheiro, uma cozinha e um pequeno quintal no qual está a lavanderia. (Caderno de campo, fevereiro de 2016).

Ao acompanhar algumas reuniões que ocorreram no Abrigo São Vicente de Paulo, em fevereiro e março de 2016, pude conhecer algumas de suas moradoras, notar que poucos casos de comprometimentos cognitivos, neurológicos, psiquiátricos, problemas na audição e distúrbios da voz foram identificados entre elas e, desse modo, decidi redirecionar a temática de estudo, bem como o universo empírico ao me interessar por realizar um estudo que busca compreender a produção de experiências de seis (06) mulheres “em processo de envelhecimento” que residem no ASVP, em São Luís, MA – que na ocasião da pesquisa tinham entre 69 e 83 anos de idade. São

mulheres negras e brancas, solteiras, pobres³⁸, com média escolaridade e que atuaram em setores ocupacionais que exigiram pouca qualificação profissional.

Desse modo, é com estas mulheres que trabalhei analiticamente suas Histórias de Vida. Nesse sentido, destaco alguns questionamentos que nortearam minhas análises: Quem são aquelas mulheres? Como se combinam os processos de engendramento e envelhecimento de sujeitos mulheres? Quais experiências são relevantes à produção discursiva do gênero? Que redes de sociabilidade foram construídas ao longo da vida? Quais desafios, expectativas, frustrações e aspirações foram vivenciados no decorrer de suas existências? Existem semelhanças e dissidências nos papéis de gênero que podem ser destacadas em suas histórias de vida? Existem reiterações na produção do gênero e/ou deslocamentos, desestabilizações?

Dúvidas também foram surgindo ao longo da pesquisa, somando-se àqueles questionamentos iniciais, pois eu estava interessada em compreender experiências que eram protagonizadas por mulheres que residiam em um abrigo, tais como: Quais as motivações que culminaram com o processo de residir em um Abrigo? Como o cotidiano daquelas mulheres foi reconstruído no Abrigo São Vicente de Paulo? Quais dinâmicas interpessoais são produzidas na instituição? Como aquelas moradoras lidam com as mudanças e, possivelmente, os limites que a convivência nesta instituição possam acarretar? Quem são as pessoas autorizadas a dialogar na instituição e em seu nome? Como as diferenças socialmente construídas em torno de marcadores sociais, tais como, classe social, raça, etnia, gênero, geração e origem regional se relacionam com o processo de institucionalização?

Desse modo, em fevereiro de 2016, após o recesso que me foi comunicado pelas voluntárias da Associação de Caridade São Vicente de Paulo (ACSVP), que administram o referido abrigo, pude formalizar minha pesquisa através de ofício,

³⁸ Dentre as metodologias encontradas para efeito de estudos econômicos a respeito das classes sociais no Brasil, utilizo aquela adotada pelo governo federal e desenvolvida pelo IBGE, **baseada na renda corrente** (grifo nosso), ou seja, aquela que é avaliada a partir da faixa de salários mínimos recebidos no mês, como salário ou benefícios previdenciários, (no caso dessa pesquisa, em média, 01 salário mínimo da previdência social brasileira) e não aquela adotada pelo Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), mais conhecida como “Critério Brasil” (para atividades de pesquisa de mercado, opinião e mídia no país), desenvolvido em 2014, pela Associação Brasileira de Empresas e Pesquisas (ABEP), **baseada na renda permanente** (grifo nosso), ou seja, aquela em que se mede a capacidade que uma pessoa/família tem de manter o mesmo padrão de vida por determinado período, como nos casos de perda de emprego, em que a renda corrente é zero. Kamakura e Mazzon (2013). Informação obtida no site <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

considerando pertinente acompanhar os modos de viver daquelas mulheres “em processo de envelhecimento” durante o período de 01 (um) ano para que eu conseguisse, dentre outras questões, construir laços que me levassem a registrar as narrativas de suas histórias de vida, ferramenta metodológica a ser utilizada nesta pesquisa.

2.3 Recursos Teórico-metodológicos

Algumas estudiosas são valorizadas nesta Tese por conta de nos situarem excertos sobre o gênero enquanto categoria analítica, isto é, perspectivas teóricas que vislumbram possibilidades de produção do gênero fora das restrições binárias (opostas, fixas e excludentes) entre o masculino e o feminino.

Joan Scott (1995), historiadora norte-americana, reflete a respeito dos limites que a descrição da empiria representava à História. Segundo a autora, na forma como era trabalhada no âmbito daquela disciplina, a descrição da empiria não rompia com o paradigma masculino com o qual a Historiografia Oficial é produzida. Uma maneira de redefinir esses parâmetros científicos seria através da proposição da noção de gênero como categoria de análise histórica.

A autora ressalta que as primeiras feministas passaram a adotar, na década de 1970, o termo gênero para “insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (Scott, 1995, p. 03). Naquela ocasião, o termo sublinhava definições normativas à feminilidade, mas foi defendido por ser uma estratégia através da qual poderiam mudar, incluir ou alargar noções tradicionais daquilo que poderia ser considerado historicamente relevante para ser analisado. Sobretudo, seria capaz de redefinir paradigmas no seio de cada disciplina. Assim, através de pesquisas e estudos sobre as mulheres, aquelas feministas acrescentariam novos temas e reavaliariam premissas no campo da História.

Entretanto, não bastava provar “que as mulheres tiveram uma história ou que as mulheres participaram das mudanças políticas principais da civilização ocidental” (Scott, 1990, p.05). Também não adiantava acrescentar, reconhecer e incluir experiências de mulheres na História Oficial, pois as análises de/as historiadores/as de mulheres possuíam limites. Elas teorizaram sobre gênero usando formulações descritivas (sem explicar ou interpretar fenômenos e realidades)

ou causais (buscando entender como e por quê os fenômenos tem a forma que eles tem).

Até então a maioria das teorizações sobre gênero, que eram realizadas por historiadores/as, usavam o termo, em artigos e livros, como sinônimo de mulheres. O intuito era conquistar legitimidade enquanto campo de pesquisa, mas a categoria “gênero” também conotaria mais erudição e, por conseguinte, implicaria mais neutralidade política do que o termo “mulheres”. Scott ainda apresenta outros aspectos descritivos que estariam imbuídos na substituição entre os termos “mulheres” e “gênero”:

Neste uso, o termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do “gênero” é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980.

(...) “Gênero”, como substituto de “mulheres”, é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (SCOTT, 1995, p.06-07).

A partir da crítica aos usos descritivos da categoria gênero, a autora propõe utilizá-la como instrumento de análise histórica. Isto implica adotar novos paradigmas teóricos que questionem como são construídas, funcionam e se transformam as relações entre homens e mulheres. Assim, a autora define: “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos; o gênero é uma forma primária de relações significantes de poder” (Scott, 1995, p.20).

Nessa perspectiva, ainda segundo Scott (1995), gênero está em símbolos, representações culturais, normas, instituições e organizações sociais. Tais dimensões não são estanques. Ao contrário, operam juntas nas relações sociais, mas uma não é reflexo das outras.

Assim, gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” (Scott,1995, p.20). É a forma primária de dar significado às relações de poder. Implica símbolos que evocam representações contraditórias e conceitos normativos que tenta conter, limitar, representações.

A categoria “geração” também compõe o arcabouço teórico desta Tese. De acordo com Alda Britto da Motta (2010), a preocupação em defini-la esteve presente desde o início da Sociologia, com August Comte, mas a sua utilização teórica sempre foi marcada pela instabilidade, pois o termo é polissêmico. Seus usos podem se referir, de acordo com a autora, aos efeitos de gerar/criação alguma coisa ou alguém, também podem estar relacionados às fases/etapas do desenvolvimento histórico ou tecnológico ou, ainda, associados às idades ou grupos etários. Assim, independentemente das formas cotidianas utilizadas, são os usos socioantropológicos da categoria que adoto neste estudo.

Segundo Britto da Motta (2010), foi com Karl Mannheim que o termo “geração” adquiriu “estruturação teórica alta” nas Ciências Sociais. Ele revisou os enfoques teóricos (positivista e histórico-romântico) a respeito dos modos de classificar sujeitos em “gerações”, vigentes até o século XVIII, e percebeu que não havia unidade analítica naqueles trabalhos.

De acordo com Wívian Weller (2010), a corrente positivista buscava uma lei geral que explicasse o progresso da humanidade e considerava que o tempo linear e quantitativo (objetivamente mensurável) dos seres humanos seria responsável pela substituição de uma geração por outra, necessariamente, mais nova. A corrente histórico-romântica, por sua vez, considerava que o tempo interior e qualitativo, isto é, apreendido subjetivamente delimitaria o pertencimento a uma geração, na qual as experiências fossem compartilhadas, simultaneamente, entre os indivíduos.

Weller (2010) ainda alerta que nesta última concepção as pessoas compartilhavam experiências no mesmo tempo cronológico, visão da qual Mannheim buscou distanciamento em sua formulação teórica a respeito da problemática das gerações.

Nesse sentido, em “O Problema das Gerações”, artigo publicado originalmente em 1928, Mannheim (1982) buscou compreender as mudanças sociais de uma época a partir da dimensão histórico-social da categoria geração. Ele considerou, de acordo com Weller (2010), que não basta que os sujeitos tenham nascido em uma mesma época para serem considerados de uma mesma geração. É, mais que isso, preciso

que compartilhem da possibilidade ou potencialidade de presenciar os mesmos acontecimentos e vivenciar experiências semelhantes.

Desse modo, por apreciar o fluxo da história, Mannheim (1982) ressalta que as gerações não são fixas, uma vez que sofrem mudanças contínuas e processos interativos dinâmicos. A este respeito, a autora acrescenta:

O sentido mais plenamente sociológico, (...) – geração, propriamente dita – designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social, têm aproximadamente a mesma idade e compartilham alguma forma de experiência ou vivência, ou têm a potencialidade para tal. (BRITTO DA MOTTA, 2010, p. 229).

Conforme apresentado, a noção conceitual de geração não está dissociada da idade cronológica. Esta é referenciada, mas a autora adverte que não se deve compreender todas as experiências de “velhice” como uma única “geração”, pois as pesquisas demográficas já assinalam a longevidade da população brasileira em diferentes coortes geracionais, isto é, “conjunto de indivíduos nascidos em um mesmo intervalo de tempo” (Britto da Motta, 2010, p. 228). A autora exemplifica:

A “geração” que inquieta, enquanto vai se desdobrando em anos e diversidades, e enseja uma nova e interessante questão teórica, também existencial e política: entre 60 e 110 anos de vida, que percurso geracional pode ser traçado? Quantas “gerações” de velhos estão coexistindo neste novo espaço cronológico e social de 50 anos? Qual a “contemporaneidade” possível entre elas? (BRITTO DA MOTTA, 2010, p. 234).

Assim, sintonizada com esses argumentos, considero que a noção de geração está relacionada mais à potencialidade/possibilidade de os sujeitos partilharem experiências e formas de pensamento de uma época do que à idade cronológica que possuam. Acrescento que já utilizei a concepção manheimiana de “geração” em experiências de trabalhos anteriores que me demonstraram que uma geração se constitui “em referência mútua, contraposição ou até oposição umas às outras”, tal como ressaltado por Britto da Motta (2010, p.234).

Outra categoria que adoto é “experiência”. O termo é utilizado por Joan Scott (1998) para criticar construções teóricas que viam na realidade evidente o ponto de partida do conhecimento, tal como realizado pela historiografia tradicional.

A autora destaca que a historiografia tradicional buscou explicar os fatos e dados históricos através de “premissas, categorias, ou hipóteses fundamentalistas” (Scott, 1998, p.05) que eram inquestionáveis e, por isso, validavam as análises empiristas. O próprio termo “experiência” é um dos fundamentos que, de acordo com a autora, foi reintroduzido pela História com intuito de tecer críticas ao empirismo dos

escritos históricos. Todavia, por apresentar “conotações variadas e indefiníveis” (Scott, 1998, p.06), permitiu que vários teóricos compreendessem-no a partir de um viés.

Nesse sentido, a própria atividade de historiador não permitiria contestações que a anulasse, pois, ao olhar e registrar um fato ou relato, se acreditava que sua experiência seria fonte confiável do conhecimento, “porque ela se baseia em um contato direto entre a percepção do historiador e a realidade” (Scott, 1998, p.09). Assim, os historiadores legitimavam explicações (consideradas verdades eternas, permanentes e incontestáveis) que atestavam, através da evidência do fato bruto, algo como verdadeiro e autêntico.

Ainda segundo a autora, ao tomar a experiência dos sujeitos como sinônimo de evidência/reflexo da realidade, os historiadores tinham-na como a origem da explicação e, assim, acreditavam que as categorias eram “normalmente tidas como autoevidentes” (Scott, 1998, p.14). Desse modo, acabavam naturalizando categorias, essencializando diferenças e, conseqüentemente, estabelecendo identidades fixas e sujeitos unificados e determinados. Scott (1998) combate essa visão e, sobretudo, assevera que os conceitos emergem historicamente e precisam ser explicados.

Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz (SCOTT, 1998, p. 05).

Ao destacar que é preciso historicizar a experiência, assim como as identidades, Joan Scott destaca que as categorias não são envoltórios vazios (que sempre existiram ao longo do tempo) e nem características inerentes aos indivíduos. A este respeito, explica:

Significa, isto sim, supor que o surgimento de uma nova identidade não é inevitável ou determinado, não é algo que sempre esteve lá esperando para ser representado, muito menos algo que sempre irá existir na forma que lhe foi dada em um movimento político específico ou em um momento histórico particular. (SCOTT, 1998, p.15).

Historicizar a experiência envolve analisar as condições de emergência dos conceitos, bem como investigar como as identidades são atribuídas, resistidas ou abraçadas. Abrange, também, problematizar generalizações conceituais que consideram os sujeitos “plenamente autônomos e unificados” (Scott, 1998, p.16), uma

vez que o “agenciamento é criado através de posições e situações que lhe são conferidas” (Scott, 1998, p.16), tal como se percebe a seguir:

Ser sujeito significa estar “sujeitado a condições de existência definidas, condições de designação de agentes e condições de exercício”. Essas condições possibilitam escolhas apesar de não serem ilimitadas. Sujeitos são constituídos discursivamente. A experiência é um evento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas não está confinada a uma ordem fixa de significados. (SCOTT, 1998, p.16).

De acordo com a autora, experiência (história do sujeito) é uma interpretação e algo que precisa, ao mesmo tempo, de interpretação. “O que conta como experiência não é autoevidente, nem definido; é sempre contestável, portanto, sempre político” (Scott, 1998, p.20). Analisar os processos discursivos que constituem os sujeitos envolve, desse modo, investigar o local que a história em é encenada, bem como as situações e posições que lhe são conferidas.

Ao trabalhar com experiências (história do sujeito) de mulheres “em processo de envelhecimento”, procuro compreender como processos de subjetivação das mulheres são construídos. Nesse sentido, cabe refletir a respeito da base universal com a qual a categoria das “mulheres” é, muitas vezes, representada.

Judith Butler (2003) destaca que a teoria feminista presumia que existiria uma identidade definida pela categoria das “mulheres”. Essa identidade tanto anunciaria objetivos e interesses, dentro do movimento feminista, como também constituiria o sujeito a quem deveria representar politicamente.

Ao defender essa concepção, de acordo com a autora, a teoria feminista daria visibilidade e legitimidade às mulheres como sujeito político e, por outro lado, “revelaria ou distorceria o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (Butler, 2003, p.18). Entretanto, essa concepção dominante entre teoria feminista e política foi questionada pelo próprio discurso feminista que problematizou a noção de sujeito das mulheres em termos estáveis e/ou permanentes.

Os estudos e análises produzidos, a partir de então em contexto feminista, começaram a destacar que a defesa da categoria das “mulheres”, como sinônimo de sujeitos estáveis e/ou permanentes, limitava compreensões e abordagens representacionais de cunho político. Embora o sujeito seja “uma questão crucial para a política e, particularmente, a política feminista” (Butler, 2003, p.19) para efeito de políticas públicas e ações afirmativas a serem elaboradas, por exemplo, os sujeitos

jurídicos são, ao mesmo tempo, produzidos e reprimidos pelas estruturas de poder que buscam emancipar.

A autora destaca que é preciso compreender como a categoria das mulheres (sujeito do feminismo) é produzida e reprimida pelas estruturas de poder, pois estas “engendram, naturalizam e imobilizam” (Butler, 2003, p.22) categorias de identidade (como raça, classe social, geração e sexualidade). Nesse sentido, é errôneo pensar que existe uma concepção singular de identidade para as “mulheres”, pois o termo “mulheres” não denota uma identidade comum, nem é um significante estável e invariável.

Assim, busco problematizar essas compreensões que limitam, engessam, cristalizam e naturalizam o entendimento de que o termo “mulheres” pode significar e abranger, pois o sujeito feminino deve ser compreendido como formação discursiva na qual ser mulher não é tudo que alguém é, uma vez que o gênero não é natural ou dado, “nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (Butler, 2003, p.20).

O gênero é uma identidade tenuamente construída no tempo, constituído no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. [...] então a aparência de substância é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passam a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença. (BUTLER, 2003, p. 200).

Não haveria atos de gênero verdadeiros ou falsos, reais ou distorcidos, e a postulação de uma identidade de gênero *verdadeira se revelaria* uma ficção reguladora. [...] o caráter *performativo* do gênero e as possibilidades *performativas* de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória são observados à medida que se entende que as identidades de gênero são criadas mediante *performances* sociais contínuas. (BUTLER, 2003, p. 200). (Grifos da autora).

Para Judith Butler (2003) existe uma norma regulatória (heterossexualidade compulsória) que institui uma coerência e continuidade entre sexo (características biológicas), gênero, desejo e prática sexual. Essa sequência é construída tendo um polo oposto como contraponto, mas essa lógica não é “dada”, evidente, natural ou inquestionável. Ela é produzida discursivamente por um contínuo e repetitivo trabalho

feito por dispositivos, convenções, normas, tecnologias, permitindo que deslizos, deslocamentos e escapes àquela norma possam existir.

Nesse sentido, as abordagens teóricas devem refletir sobre construções ontológicas de identidade na prática política, como, por exemplo, aquelas que compreendem “mulheres” como categoria una, permanente e que constituem sujeitos estáveis, coerentes e invariáveis do gênero feminino.

Parece necessário repensar radicalmente as construções ontológicas de identidade na prática política feminista, de modo a formular uma política representacional capaz de renovar o feminismo em outros termos. Por outro lado, é tempo de empreender uma crítica radical, que busque libertar a teoria feminista da necessidade de construir uma base única e permanente, invariavelmente contestada pelas posições de identidade ou anti-identidade [sic] que o feminismo invariavelmente exclui (BUTLER, 2003, p.23).

É preciso entender, desse modo, que não se pode assumir como “natural”, “dado” ou “evidente” o compartilhamento de experiências que, muitas vezes, é associado a categoria das “mulheres”, haja vista que o termo não é exaustivo ou explicativo em si mesmo. Fazer uso não problematizado dessa categoria implica entendê-la como unidade, concepção da qual busco distanciamento neste trabalho.

Segundo Avtar Brah (2006, p.341):

O signo “mulheres” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades”, onde vem simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares.

Concordo com esta citação, e muitos de seus argumentos, reiterando a posição analítica de que as dimensões de gênero, classe, raça, sexualidade – e acrescento a de geração – “não podem ser tratadas como ‘variáveis independentes’, porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela” (Brah, 2006, p. 351).

Não é simplesmente adicionar ou juntar aquelas categorias, adverte a autora. É “um movimento transformador de configurações relacionais” (Brah, 2006, p.353) através do qual as dimensões de diferenciação dos sujeitos são entendidas como relações contingentes e específicas a determinado contexto. Assim, convém analisar como tais dimensões se articulam e constituem as experiências dos sujeitos.

O trabalho com mulheres e experiências, portanto, requer a inserção de alguns destes aportes teóricos citados, em análises, nas quais o gênero e a geração se

entrecruzam como principais marcadores destacados, assim como, também, requer o uso de recursos técnicos específicos como é o caso da História Oral³⁹.

No âmbito da História Oral, a História de Vida se ressalta enquanto recurso teórico-metodológico que nos oferece a possibilidade de captar o que os sujeitos trazem de suas experiências, como as produzem e como as significam. A rememoração constitui-se, então, como um núcleo substancial no qual podemos perceber a presença das condições sociais, contextos histórico e político da constituição das experiências vividas e projetadas.

As lembranças selecionam “emoções, desafios, sonhos, desejos realizados ou não, vitórias e derrotas” (Faria e Montenegro, 2005, p.21) que propiciam captar diversas visões de mundo através dos acontecimentos que os sujeitos elegem como significativos a respeito das diversas passagens de suas vidas.

Apoiei-me nestes fundamentos para, nesta Tese, atribuir às mulheres que contam suas histórias de vida a denominação de narradoras. Não são meras informantes, entrevistadas ou depoentes, que transmitem informações a um pesquisador ou uma pesquisadora. Nesse sentido, “sentar” e escutar, atenta e pacientemente, cada uma das seis (06) mulheres (com as quais trabalhei) desfiarem lembranças e tecerem narrativas de suas histórias de vida é que me designa as funções de ouvinte e intérprete.

Segundo Verena Alberti (2004), qualquer temática é possível de ser investigada através da História Oral. Seu uso depende da questão a ser analisada, bem como de haver condições de se desenvolver a pesquisa, uma vez que as narrativas acerca do objeto de análise é que ganham relevância. A autora ainda acrescenta que utilizar a técnica da História Oral não significa deixar de consultar outras fontes, já existentes, sobre o tema escolhido.

Maria Isaura Pereira de Queiroz (1998) destaca que a História Oral reúne diferentes recursos importantes para cientistas sociais interessados na coleta de

³⁹ De acordo com Marieta de Moraes Ferreira (1998, p.01), a História Oral começou a ser usada na Europa Ocidental e Estados Unidos, nos anos 1950, em pesquisas no meio acadêmico e pelos movimentos sociais ao buscarem o registro oral para valorizar os aspectos sociais, políticos, geográficos, econômicos e culturais que a Historiografia Oficial não considerava como legítimos e, principalmente, “dar voz aos excluídos e marginalizados”. A valorização das narrativas também chegou aos Programas de Pós-Graduação no Brasil, mais especificamente nos cursos de História e Ciências Sociais, no final da década de 1970, com objetivo de “formar acervos de depoimentos orais de diferentes grupos da sociedade brasileira, para ampliar o conhecimento sobre a vida política do país e apontar os entraves que impediam o acesso da grande maioria da população aos benefícios da cidadania”. (Alberti, 2005, p.01).

informações. São eles: as entrevistas, os depoimentos, as autobiografias, as biografias e as histórias de vida. Apesar das aproximações e distinções existentes, me deterei nas especificidades destas últimas.

A História de Vida é uma técnica na qual o narrador relata “sobre sua experiência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (Queiroz, 1998, p. 19). As narrativas ativam as vivências trilhadas por caminhos diversos, reavivando trajetórias que sempre se atualizam e se ressignificam no presente junto àqueles e àquelas que as escutam. Desse modo, pesquisadores e pesquisadoras devem ultrapassar o caráter individual de cada relato, apesar de sua importância, para captar a coletividade do mesmo, ou seja, refletir como foram delineadas as vivências nos diversos grupos, tais como as vivências familiares, profissionais, com amigos, indivíduos de diferentes camadas sociais, gênero e grupos étnicos, as tensões ali produzidas, conflitos e, até mesmo, experiências traumáticas e de violência.

Verena Alberti (2004, p.37) lembra que as Histórias de Vida diferem das entrevistas temáticas em um ponto: enquanto estas versam sobre a participação de entrevistados e entrevistadas em um tema escolhido, aquelas “tem como centro de interesse o próprio indivíduo na história”, pois se preocupa com a trajetória de quem relata, ou seja, a trajetória de uma vida; desde a infância até o momento em que as narrativas são produzidas. Neste sentido, tomo as narrativas de História de Vida como base constituinte desta Tese. A interlocução com as narradoras buscará registrar diferentes testemunhos sobre acontecimentos passados, refletindo como ocorreram e o que desencadearam, ou deixaram de desencadear, tanto do ponto de vista individual como de suas inserções nas diversas relações sociais das quais fazem parte, incluindo ressignificações dessa experiência no momento presente.

Um dos realces importantes de Maurice Halbwachs (2006, p.81) deve-se a seu argumento de que a memória individual sempre está relacionada àquilo que ele denomina de “quadros sociais” da vida humana, ou seja, “o relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. Desse modo, as lembranças são recordações de si, de relações que foram mantidas, de valores compartilhados e dos contextos nos quais os sujeitos conviveram e ainda convivem.

Entretanto, o autor acrescenta que por mais que as vivências tenham ocorrido outrora, já tendo transcorrido dez, vinte ou trinta anos, as lembranças serão reconstruídas “com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparado por outras reconstruções feitas, em épocas anteriores, e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (Halbwachs, 2006, p.88). Isto quer dizer que as lembranças podem ser alteradas à medida que, passado algum tempo, a compreensão e análise que os sujeitos fazem daquela circunstância, ou evento, sejam outras. Este é o caso, por exemplo, de recordações da infância, nas quais as crianças acreditam ter uma compreensão a respeito de algo (seja de espaço, tempo, cores, tamanhos, etc.) e com o passar dos anos, ao se tornarem pessoas adultas, acabam percebendo que aqueles referenciais são diferentes, ocasionando uma distinta reflexão a respeito das datas, eventos e demais circunstâncias que foram vivenciadas.

No Brasil, o trabalho de Ecléa Bosi, no âmbito da psicologia social, ganhou grande projeção nas ciências humanas pelo uso da memória enquanto recurso teórico-metodológico. Em *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos* (2004), a autora apresenta narrativas de oito sujeitos, com idade superior aos 70 anos de idade (na ocasião da primeira publicação/ano de 1994), sobre suas vivências na cidade de São Paulo, através das escolas frequentadas, dos bairros e das ruas pelos quais habitavam e transitavam e, também, das relações familiares e profissionais que foram construídas e desconstruídas ao longo de suas vidas. Aquelas lembranças apontavam, sobretudo, para outras interpretações que não estavam incluídas na História Oficial daquela cidade.

A autora, paralelamente ao trabalho de apresentação das narrativas daqueles oito sujeitos, tece considerações que corroboram com as inferências de Halbwachs (2006), destacando que a memória pessoal “é, também, uma memória social, familiar e grupal” (Bosi, 2004, p.37), pois depende do relacionamento que os sujeitos mantiveram com a família, a classe profissional, a escola, a igreja e os grupos de convivência que lhe eram peculiares.

Um dos grandes destaques de *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos* diz respeito à fluidez, entre passado e presente, no processo de reconstrução das memórias. Segundo a autora, o tempo das lembranças não é linear, isto é, não segue a sequência do tempo cronológico das vivências. É, ao contrário, um tempo “reversível” (Bosi, 2004, p.17) em que passado e presente se articulam (juntamente a

projeções futuras) de modo livre e, sobretudo, através de movimentos de avanços e recuos, idas e vindas.

“A lembrança é a sobrevivência do passado”, ressalta Bosi (2004, p.53), e o passado “aflora” ou “emerge” às consciências individuais por intermédio de imagens-lembrança. Isto é, através da ajuda de elementos presentes na situação vivida e/ou dos sujeitos que nela se encontram que é possível lembrar de fatos, pessoas, objetos e circunstâncias com as quais já tivemos contato um dia. Entretanto, a autora adverte que lembrar não é sinônimo de “reviver” algum acontecimento, tal como o mesmo ocorreu no passado. Envolve, por outro lado, processos nos quais as experiências do passado são reconstruídas, refeitas e repensadas com juízos, representações, “imagens e ideias de hoje” (Bosi, 2004, p.55), uma vez que os sistemas de representações dos sujeitos, que são utilizados nos processos de socializações, sofrem alterações ao longo da vida.

Trata-se, segundo Verena Alberti (2004), de escutar histórias que podem se reconfigurar a cada novo relato, pois o ritmo, o teor e o tema das entrevistas são ditados pelas pessoas que estão sendo entrevistadas, uma vez que as narrativas também não seguem a linearidade temporal dos acontecimentos vividos. As lembranças se desenvolvem através de “um ir e vir constante”, tal como aponta Teresinha Bernardo (1993, p. 37) em *Memória em Branco e Negro: Olhares sobre São Paulo* (ao reconstruir a história daquela cidade, no início do século XX, através de narrativas de homens e mulheres descendentes de italianos e africanos residentes em São Paulo), cabendo a pesquisadores e pesquisadoras acompanhar as narrativas, não fazer perguntas a todo o momento e se entregar à possibilidade de reformular as ideias que possuem a partir do que os interlocutores e/ou as interlocutoras forem lhe narrando.

Assim, em sintonia com os trabalhos de Teresinha Bernardo (1993), Ecléa Bosi (1994) e Sandra Sousa (1998 e 2007) a respeito dos usos teórico-metodológicos da memória, nesta Tese optei por dar relevância às lembranças de seis (06) mulheres em “processo de envelhecimento” que têm entre 69 e 83 anos de idade e residem no Abrigo São Vicente de Paulo. Essas autoras lembram que a técnica da História de Vida requer um contínuo, atento e paciente trabalho de escuta de pesquisadores e pesquisadoras, no qual as lembranças são valorizadas e, diferentemente das entrevistas semiestruturadas, não seguem um roteiro de “perguntas que já pareçam mais apropriadas às hipóteses do pesquisador” (Sousa, 1998, p.49).

Nesse sentido, no percurso da investigação, o tempo das narrativas foi ditado por aquelas seis (06) mulheres com as quais trabalhei. Deixei que narrassem livremente suas Histórias de Vida, sendo raras as minhas interrupções (somente quando necessárias a algum esclarecimento), como aconselham Bernardo (1993), Bosi (1994) e Sousa (1998 e 2007) a respeito da operacionalização de estudos com o recurso da memória.

Também não limitei ou estipulei um número de encontros e/ou horas de escuta que teria com cada narradora, pois, assim como Walter Benjamin (1994), considero que nada do que ocorreu um dia pode ser considerado perdido ou irrelevante para a história, uma vez que narração não distingue grandes e pequenos acontecimentos. Acrescento, ainda, que o ato de recordar se realiza em um contínuo e dinâmico fluxo de “ir e vir” nas quais as lembranças do passado, distante ou mais recente, sempre se atualizam e ressignificam acontecimentos, fatos e experiências no tempo presente e, conseqüentemente, as narrativas tecidas “deixam mais soltas as rédeas da imaginação, o que implica numa amplitude maior da narrativa ante a informação”. (Sousa, 2007, p.29).

Minha escuta intencionou mais apreender contradições, tensões, ditos e não-ditos do que verificar e confirmar datas e acontecimentos, pois as histórias de vida “trazem interpretações, reflexões, elucidações e questionamentos que serão adubados e expostos à luz e ao calor de outras reflexões, interpretações e teorias” (Sousa, 2007, p.31) que circunscrevam às questões da memória, gênero e geração.

Assim, gravei as Histórias de Vida em formato digital, o que permitiu salvar aquelas narrativas em pequenos aparelhos (o que facilita o transporte e manuseio para as futuras escutas e transcrições) com maior riqueza de detalhes, valorizar o contexto da subjetividade no qual as recordações afloraram e, sobretudo, possibilitar que assuntos, gestos, expressões, lapsos e silêncios fossem lembrados sempre que as narrativas fossem escutadas. Permitiu, ainda, que fossem exploradas em outras ocasiões, pois ajudariam a refletir a respeito de elementos significativos para a análise dos assuntos que foram narrados por aquelas seis mulheres. (BEAUD e WEBER, 2007).

Um outro cientista social preocupado com a relevância do trabalho, da investigação, com as memórias é o sociólogo austríaco Michael Pollak. Seu conceito de “memórias subterrâneas” busca captar lembranças marcadas por censuras, não-ditos, zonas de sombras e silêncios que não são comentados “pela angústia de não

encontrar uma escuta, pelo medo de ser punido por aquilo que se diz, ou ao menos, de se expor a mal-entendidos” (Pollak, 1989, p.08).

Porém, as recordações que causem perturbações, abalos, comoção e choque podem ser guardadas (ou silenciadas) ao longo dos anos, à espera de um momento adequado para que possam aflorar publicamente ou, ao contrário, amplamente narradas em público. O que vai distinguir a eloquência das narrativas que dizem respeito a situações traumatizantes são os contextos de tempo e espaço nos quais as narrações são, ou podem ser, proferidas.

De acordo com Pollak (1989), “experiências traumatizantes” podem aguardar por muitos anos à espera de um período oportuno para que possam ser contadas publicamente, como demonstra em seus estudos sobre experiências que ocorreram durante as Ditaduras Nazista e Fascista, em meados do século XX, nos campos de concentração. Este autor destaca que as recordações do referido período foram silenciadas e esquecidas no tempo, principalmente, devido a razões políticas e pessoais. Nas raras ocasiões em que as lembranças eram transmitidas oralmente, as narrativas eram feitas unicamente às redes de sociabilidade bem próximas, como, por exemplo, a familiares, amigos e associações políticas.

Outro estudioso das memórias é o historiador italiano Alessandro Portelli. Entretanto, diferentemente de Michel Pollak, Portelli (2002) destaca que algumas lembranças que acarretam traumas e sofrimentos pode ser amplamente narradas, como é o caso de sobreviventes do massacre de Civitella Val di Chiana, na região italiana da Toscana, ocorrido em 1944.

De acordo com este autor, o massacre desencadeou muitas narrativas sobre o sangue derramado, as perdas de familiares, os corpos sangrentos pela cidade e o luto compartilhado, realidade que, ao ser recordada, poderia despertar traumas, sofrimento e censuras adormecidas com a passagem do tempo. Entretanto, através da análise de Portelli (2002), foi possível perceber que havia alterações entre o que era dito sobre o massacre em 1946, logo após o episódio, e em 1994, meio século depois do ocorrido.

Nesse sentido, logo após o massacre, o teor das narrativas destacava o temor de represálias pessoais ou ao grupo familiar. Por outro lado, cinquenta anos depois do episódio, as narrativas ressaltavam a construção de uma identidade contrária àquela dos membros da Resistência, pois os sobreviventes do massacre passaram a realizar homenagens aos 115 homens civis mortos naquela ocasião e, sobretudo,

rejeitavam todo ato cívico que era realizado pelo Estado Italiano, pois este queria homenagear os membros da Resistência e não aqueles mortos de Civitella Val di Chiana. (PORTELLI, 2002).

Essas inferências mostram que também se deve estar atento para as circunstâncias nas quais se desenvolvem as narrativas. Em sintonia com Portelli (2002), percebo que a relação entre entrevistador e entrevistado é, desse modo, muito importante, pois influencia tanto no que é dito quanto naquilo que não é dito na produção das narrativas. Assim, não posso desconsiderar que trabalhar com recordações implica compreender que hesitações, silêncios e emoções podem significar muito na construção de si, como aconteceu em alguns momentos em que estive escutando as narradoras.

Como já procurei destacar, as narradoras são mulheres “em processo de envelhecimento”. Marcas especiais aqui são ressaltadas – gênero e geração. Entretanto, muitas outras determinações históricas e políticas pesam e constituem suas experiências. Uma das especificidades mais significativas é a sua moradia em uma “vila”, um “coletivo asilar”, lugar de residência e espaço social que é sobreposto por vários marcos, como o institucional, o caritativo, o religioso. Assim, nessa direção, convido meus leitores e/ou leitoras a “entrarem na vila”, isto é, no Abrigo São Vicente de Paulo.

3 ENTRANDO NA VILA



Imagem 1 – Fachada do salão de reunião. Fonte: Carla Alves (2017).

*Vila das Lembranças.
Quem sabe?
Um mapa cheio de legendas.
Um caminho que não tem fim.
Uma simples vereda
Cheia de pedras angulares...*

*Vila das Lembranças.
Quem sabe?
Ruas que se cruzam.
Uma rua a mais,
Uma rua a menos,
Numa simples esquina da vida!...*

*Vila das Lembranças. Quem sabe?
Sombras que deixamos para trás.
Figuras, apenas figuras,
Brumas como num cais deserto...*

*Vila das Lembranças.
Uma vila modesta,
Vila da nossa infância,
Da nossa cidadezinha natal!
Cheia de lembranças coloridas,
Coisas que permanecem em nossa mente
E que o tempo não consegue destruir...*

Olympiades Guimarães Corrêa – VILA DAS LEMBRANÇAS.

3.1 Construindo Relações: o contato e as narradoras

Desde a primeira vez que fui ao Abrigo São Vicente de Paulo, em novembro de 2015, uma coisa chamou minha atenção: as casas me lembravam muito uma vila⁴⁰. A seguir apresento algumas fotos e o croqui do local, formado por casas ladeadas, em duas filas paralelas, mas separadas por um salão de reuniões/capela na parte central:

⁴⁰ A disposição das casas do ASVP era bem diferente daquelas que pude conhecer em outras ILPIs localizadas na capital maranhense, mas seu modelo estrutural-arquitetônico apresentava algumas semelhanças àqueles que já estavam sendo utilizados em projetos habitacionais, públicos e privados, no Brasil, conforme destacarei.



Imagem 2 – Casas/lado esquerdo do Abrigo. Fonte: Carla Alves (2017).



Imagem 3 – Casas/lado direito do Abrigo. Fonte: Carla Alves (2017).



Imagem 4 – Plantas e bancos de cimento localizados na parte de trás do Abrigo.
Fonte: Carla Alves (2017).



Imagem 5 – Bancos de cimento e orelhão localizados na parte de trás do Abrigo.
Fonte: Carla Alves (2017).



Croqui – Abrigo São Vicente de Paulo. Fonte: MENDES, G. 2017.

Como ressaltai, em fevereiro de 2016, retornei ao ASVP com a documentação necessária (em anexo) para oficializar minha pesquisa. Depois de entregá-la, procurei dona *Nira* e lhe pedi que me falasse quantas eram as moradoras do abrigo, há quanto tempo cada uma delas morava lá e, ao final, expliquei que começaria minha pesquisa nos próximos dias.

Decidi que eu utilizaria nomes fictícios e, para tal, pedi que cada uma das narradoras sugerisse um nome que lhes agradasse e, sobretudo, que fosse de sua preferência. Entretanto, elas me deixaram à vontade para que eu escolhesse. Desse modo, os nomes escolhidos foram: *Celeste, Cristina Josefa, Nara, Teodora e Vera*.

Dona *Nira* estava um pouco ocupada, realizando afazeres domésticos, mas parou para me dar atenção. Eu anotei suas informações e aproveitei o momento para convidá-la para participar da pesquisa. Ela se esquivou e, logo, recusou o convite. Justificou que não tinha tempo, pois tinha uma vida muito agitada. Ela disse que conciliava as atividades executadas no abrigo com as reuniões em grupos de convivência para “idosos”, dos quais participava. Eu agradei e, logo, me despedi para não atrapalhar o que ela estava fazendo anteriormente. Em outros momentos, ao encontrá-la, reforçava o convite, mas ela sempre recusava e agradecia.

A pesquisa de campo em outras duas ILPIs da capital maranhense, realizada em outro momento, fez com que eu elencasse alguns critérios para a obtenção de narrativas de História de Vida de mulheres “em processo de envelhecimento”, entre eles destaquei: residir no Abrigo São Vicente de Paulo (ASVP), aceitar participar da pesquisa e, sobretudo, não apresentar distúrbios na voz (conhecidos clinicamente como Afonia, Afazia e Disartria), na audição (perda da audição/Presbiacusia⁴¹) ou problemas cognitivos que interfiram diretamente na memória e comunicação, pois entendo que a voz e a audição são recursos primordiais no processo de fala e escuta que ocorre na interação entre pesquisadora e as narradoras.

Diante desses critérios pude identificar que das doze (12) mulheres que moravam no ASVP, naquela ocasião, três apresentam comprometimentos cognitivos que as impossibilitam de participar da pesquisa – eram *Cássia, Ana Maria e Luzia*. Alguns esclarecimentos a respeito do estado de saúde dessas duas últimas mulheres deve ser feito.

⁴¹ Brito Filho (1999) e Veras e Mattos (2007).

Desde minhas primeiras incursões ao Abrigo, *Ana Maria* estava doente. Soube que passava por complicações de saúde em decorrência de problemas hepáticos. Ela sentia-se fraca e quase não comia. Dizia não sentir fome, mas todo alimento que conseguia engolir (em doses pequenas) era expelido na forma de vômito. Ela passou sete (07) meses em tratamentos paliativos e somente foi internada, em hospital da rede pública na capital do Estado, um mês antes de seu falecimento, em junho de 2016, aos 68 anos de idade. Sempre que estive em sua casa, para saber como estava, a cumprimentava e conversávamos um pouco. Ela sempre foi gentil, mas se percebia que cada vez mais estava debilitada e perdendo peso. Nosso contato durou pouco mais de dois meses; até o momento em que ela foi internada, mas faleceu.

Luíza, por sua vez, também estava acamada. Ela levou uma queda há, mais ou menos, quatro anos. Caiu em casa e quebrou o fêmur. Após o acidente, ficou totalmente dependente de cuidados de terceiros. Entretanto, ela faleceu em janeiro de 2017, em razão de uma parada cardiorrespiratória aos 97 anos. Algumas vezes estive na sua casa. Queria saber como ela estava e cumprimentá-la, mesmo não obtendo nenhuma resposta verbal ou gestual, pois ela não falava mais, nem andava ou se mexia. Ela vivia o dia todo em sua cama, vendo televisão, à espera dos cuidados de higiene e de alimentação.

Por outro lado, outras quatro mulheres se disponibilizaram, logo em nossos primeiros encontros, a conceder suas narrativas de História de Vida. Outras três não quiseram participar da pesquisa e tal decisão foi respeitada. A seguir, conto como fui abordando cada uma daquelas moradoras do Abrigo São Vicente de Paulo.

Decidi que iria “de casa em casa” para me apresentar àquelas mulheres e falar a respeito da minha pesquisa. Lembro-me de que a primeira casa visitada, localizada no lado esquerdo, ao atravessar o portão principal, estava com a janela aberta e eu resolvi ir lá, pois pensei que, supostamente, poderia haver alguém no local.

Era a casa de dona *Teodora*: 74 anos, mulher negra, baixa, magra e de cabelos curtos acastanhados. Ela me recebeu bem, pediu para eu me sentar no sofá e puxou uma cadeira, que estava localizada quase à minha frente, para se acomodar próxima à janela. Ela justificou que sentaria ali porque estava sentindo muito calor e que naquele horário o vento seguia aquela trajetória e abrandaria seu incômodo.

Teodora foi bastante receptiva e logo se disponibilizou a contribuir com minha pesquisa, mas também me alertou que nem todas as moradoras do abrigo teriam a

mesma reação comigo, pois não gostavam de conversar ou nem de falar sobre suas vidas. Perguntei quem seriam aquelas que poderiam me dar uma resposta negativa. Enquanto ela as mencionava, eu anotava em meu caderno de campo. Tal informação foi confirmada, posteriormente, à medida que eu me dirigi a cada uma daquelas mulheres que residiam no abrigo e algumas (três delas) se esquivavam ou se negavam a participar.

Conversamos um pouco e eu lhe perguntei que dia poderia retornar para começarmos os trabalhos com suas narrativas de História de Vida. Ela decidiu marcar na próxima semana, pois estava se sentindo ainda fraca, em decorrência da Chikungunya⁴² adquirida recentemente. Também destacou, naquele mesmo dia, que várias das moradoras do abrigo também estiveram adoentadas e estavam se recuperando também.

Antes de sair da casa de *Teodora*, perguntei-lhe que outras moradoras estariam em suas respectivas casas, para que eu pudesse conversar com elas. Ela não soube precisar, porém disse que *Vera* e *Cristina* estavam viajando e achava que *Rosália*, *Mariana*, *Celeste* e *Nara* poderiam estar em suas casas. Antes de me despedir, pedi que *Teodora* me mostrasse em quais daquelas casas aquelas outras mulheres residiam e, então, segui em busca de encontrá-las.

Passei pela casa de *Rosália*: 75 anos, mulher negra, gorda, estatura média-alta e cabelos crespos tingidos de preto. Ela me disse que não estava se sentindo bem aquele dia. Também reclamou que estava se recuperando da virose por Chikungunya e eu lhe disse que voltaria outro dia. Em outras oportunidades, tentei conversar com dona *Rosália*, mas ela sempre se esquivou até que, um dia, disse que não queria participar da pesquisa.

Ao sair da casa de dona *Rosália*, fui à casa ao lado. Ali residia dona *Mariana*: 77 anos, mulher branca, gorda, baixa, cabelos curtos, na altura dos ombros, lisos e grisalhos. Sua filha me recebeu e, ao explicar-lhe como realizaria minha pesquisa, me alertou que sua mãe não aceitaria, pois não gostava de conversar com ninguém. Ela

⁴² As epidemias de Zyka e Chikungunya, ambas transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, ocorreram em todo o Brasil nos anos de 2015 e 2016. Segundo o Boletim de Saúde do Ministério da Saúde (2016), foram notificados 236.287 mil casos de Chikungunya no país de janeiro a setembro de 2016. No Maranhão, a taxa de incidência da Chikungunya foi de 166,08 casos/100 mil habitantes. Disponível em: <<http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/outubro/18/2016-029-Dengue-publicacao-n-34.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

dizia que ela era muito amargurada, vivia isolada e, às vezes, era ríspida com os outros.

Eu tentei conversar com dona *Mariana*, naquele momento, mas ela não quis me receber. Eu não insisti e em outras oportunidades reafirmei o convite, mas não tive êxito. Ao longo do tempo, as narradoras foram me dizendo que eu não conseguiria nada com dona *Mariana*, pois ela era “daquele jeito” e não participava de nenhum tipo de pesquisa acadêmica que já tinha ocorrido com as moradoras do abrigo, provenientes de outras faculdades e universidades.

Também fui, naquele mesmo dia, conversar com dona *Celeste*: 75 anos, mulher negra, alta, magra e de cabelos curtos tingidos de preto. Ela estava com uma visita, mas disse que poderia me receber. Após me apresentar, lhe disse que estava indo, de casa em casa, para explicar a pesquisa que estava desenvolvendo e pedia a colaboração das moradoras para serem narradoras através do registro de suas Histórias de Vida. *Celeste* logo se interessou e disse que eu poderia voltar no dia seguinte, pela manhã, que já poderíamos começar. Agradei a disponibilidade, pedi seu telefone e lhe disse que retornaria no dia seguinte.

Ainda tentei conversar com outras moradoras do abrigo e somente consegui ir à casa de *Cássia*: 90 anos, mulher branca, gorda, baixa, cabelos curtos e grisalhos. Fui recebida por uma mulher que disse ser sua cuidadora. Ela me explicou que dona *Cássia* estava acamada, pois também estava se recuperando da Chikungunya, e me disse que ela já não conseguia falar direito e, outras vezes, tinha uns lapsos de memória. *Cássia* é uma daquelas três mulheres sobre a qual fui alertada, por dona *Nira* e dona *Teodora*, que possuía comprometimentos cognitivos que seriam um empecilho para a condução dos trabalhos em minha pesquisa.

No dia seguinte fui ao encontro de dona *Celeste*, mas ela não estava. Tentei ligar para ela e não obtive resposta. Fui até a casa ao lado e perguntei por dona *Celeste*. Foi dona *Josefa* que me atendeu. Ela disse que sua vizinha tinha saído há, mais ou menos, uma hora. Eu achei que ela iria demorar e, então, aproveitei aquela oportunidade para me apresentar e perguntar se dona *Josefa* gostaria de participar da minha pesquisa.

Dona *Josefa* aceitou e me perguntou se eu queria começar naquele momento. Eu disse que sim, mas não queria atrapalhá-la, pois sabia que eu tinha chegado à sua casa sem avisar. Ela me convidou para entrar e, entre uma ida e vinda à cozinha, fomos conversando. Dona *Josefa* tem 70 anos, mulher branca, magra, baixa e em cabelos médios grisalhos.

Ao fim da entrevista combinei que retornaria à casa de dona *Josefa*, para continuarmos no dia seguinte⁴³. Enquanto eu me despedia pude avistar que um outra moradora do abrigo estava em sua casa. Era dona *Nara*: 83 anos, mulher branca, baixa, gorda e com cabelos curtos grisalhos. Ela estava em sua casa, sentada na sala, em frente à janela. Eu ainda não a conhecia e perguntei à dona *Josefa* quem ela era. Ela se ofereceu para ir comigo até a casa de dona *Nara*.

Dona *Josefa* me apresentou a dona *Nara*, que estava organizando uma documentação no momento em que chegamos à sua casa. Eu não me alonguei ao explicar a temática de minha pesquisa para ela, pois o horário do almoço já se aproximava, mas ela concordou em participar. Eu lhe disse que no dia seguinte iria continuar as entrevistas com dona *Josefa* e queria saber se ela estaria em casa, para poder dar maiores esclarecimentos. Ela respondeu que estaria e que eu poderia procurá-la, a qualquer hora, tal como fiz no dia seguinte.

Por outro lado, alguns desencontros fizeram com que eu demorasse a conhecer outras duas moradoras do abrigo, dona *Cristina* e dona *Vera*. Elas estavam viajando, respectivamente para Santa Inês (MA) e São Vicente (SP), mas nossos primeiros contatos, ocorridos em dias diferentes do mês de agosto de 2016, aconteceram em situações semelhantes: eu chegava ao abrigo para entrevistar alguma moradora e elas estavam retornando de viagem e já retomavam a rotina com a resolução de questões cotidianas. Demorou uma semana para que eu falasse com as duas, que aceitaram participar da pesquisa.

Primeiro falei com *Vera*: 79 anos, mulher baixa, branca, gorda, de cabelos compridos grisalhos, sempre presos. Ela aceitou participar da pesquisa, mas deixou

⁴³ Fui no dia seguinte, conforme combinado com dona Josefa, e, então, consegui falar com dona Celeste. Ela me explicou que nos desencontramos no dia anterior, porque sua amiga e cunhada chegou sem avisar e a convidou para sair. Ela acabou demorando porque foi tingir os cabelos e, depois, as duas foram à feira. Aproveitamos a ocasião e remarcamos a entrevista para dois dias depois.

claro que não deveria chegar cedo demais, pois acordava tarde, e que era melhor trabalharmos à tarde, depois das 15 horas. Respeitando sua preferência, nossos encontros sempre ocorriam no período vespertino do dia.

Em relação à dona *Cristina*: 72 anos, mulher alta, branca, magra, de cabelos curtos acastanhados, sua preferência era o período matutino, pois adquiriu o costume de acordar cedo e logo realizar os compromissos nas primeiras horas do dia. Assim, desde então, tenho trabalhado com seis (06) narradoras.

A experiência de trabalhar com o recurso teórico-metodológico de História de Vida em minha pesquisa dissertativa, em 2011, fez com que começasse o trabalho com as narradoras pedindo-lhes que destacassem, inicialmente, idade, local de nascimento, profissão exercida pelos pais, escolaridade cursada, estado civil e tempo de residência no abrigo. Fui escutando estas primeiras narrativas a partir de suas recordações mais significativas, sendo poucos os momentos de minha intervenção, cujo objetivo era lhes pedir que detalhassem ou explicassem alguma questão que estavam a narrar e deixei que narrassem aquilo que vinha à sua mente à medida que recordavam sobre suas Histórias de Vida.

Também não estipulei, de início, o número de narrativas que eu coletaria com cada uma daquelas seis mulheres, pois entendo que o trabalho com o recurso de História de Vida valoriza a narrativa livre, deixando que as recordações aflorem a trajetória de uma vida em que passado, presente e futuro são acionados num intenso fluxo de “ir e vir” da memória, conforme destaca Ecléa Bosi (1994), sendo poucos os momentos de intervenção.

Assim, com algumas daquelas mulheres conversei mais (12 encontros), com outras menos (05 encontros). *Nara, Cristina e Teodora* eram eloquentes e outras, como *Celeste, Josefa e Vera*, começaram as narrativas timidamente e, pouco a pouco, foram se soltando. Senti que precisava conquistar a confiança delas para que, paulatinamente, relatassem suas experiências ao longo da passagem do tempo.

Também lhes informei que gravaria suas Histórias de Vida, concedidas de modo voluntário, e que a qualquer momento aquelas mulheres poderiam desistir de continuar a referida pesquisa. Alertei que a identidade de cada uma delas seria mantida em sigilo, pois seus nomes não seriam revelados.

Cientes dessas informações, narradoras e pesquisadora assinaram as duas vias do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), em apêndice, e cada uma daquelas mulheres recebeu uma cópia daquele documento.

Expliquei que nossos encontros seriam marcados de acordo com a disponibilidade de cada uma delas, no dia e horário que elas escolhessem. Algumas preferiam marcar à tarde, pois utilizavam o período da manhã para os afazeres domésticos ou para outros compromissos que tinham; outras preferiam o período da manhã, conciliando as entrevistas, sobretudo, com a finalização do almoço.

Em geral, nossas interlocuções eram realizadas de modo particular, nas residências das narradoras, mas por diversas vezes as narrativas foram interrompidas por chamadas telefônicas que elas recebiam, por alguém que chegava e perguntava algo a elas ou, também, quem eu era, qual o meu curso na universidade e sobre o quê minha pesquisa tratava. Recordo, ainda, de momentos nos quais as narrativas eram interrompidas em razão das chuvas que caíam, repentinamente, e molhariam as roupas que estavam secando no varal. Ou, também, dos momentos em que funcionários das companhias de energia ou água compareciam às casas tanto para realizar as aferições do consumo mensal, quanto para entregar as contas a serem pagas (referentes ao que fora utilizado no mês em questão).

Algumas vezes nossas interlocuções precisaram ser remar cadas, pois imprevistos acabavam ocorrendo a ambas as partes. Os motivos eram sempre explicados antecipadamente, no momento do contato telefônico, evitando que transtornos ocorressem. Por outro lado, outras vezes começaram um pouco mais tarde, pois algumas delas me pediam para acompanhá-las a estabelecimentos localizados naquelas imediações, como banco, supermercado/feira ou casa lotérica.

Naqueles momentos, as interlocuções versavam pelos mais variados assuntos e, desse modo, nos aproximávamos mais naquelas caminhadas ou nas esperas em filas ou, ainda, refletindo sobre assuntos como transporte público, segurança, preços de produtos e etc.

Assim, laços de amizade foram se fortalecendo ao longo da pesquisa, resultando em alguns convites para aniversários e outros eventos (como festa de São Cosme e São Damião, terços em datas comemorativas e ladainhas religiosas), bem como quando da troca de algumas lembranças que foram, carinhosamente, recebidas e ofertadas (como frutas, bijuterias, discos, bombons e objetos decorativos).

Daqueles encontros e conversas informais foram sendo construídas relações amistosas, brincalhonas e, sobretudo, respeitosas, pois considero que trabalhar com aquelas mulheres permitiu abrir meu olhar para uma série de questões referentes ao envelhecimento.

Desse modo, convido leitores e/ou leitoras desse trabalho a conhecerem os caminhos que *Cristina, Teodora, Nara, Vera, Josefa e Celeste* trilharam ao chegar ao Abrigo São Vicente de Paulo.

3.2 Lugares de Origem e Deslocamentos

A vida não possui somente caminhos únicos e retilíneos a serem percorridos. Muitas vezes é preciso “esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares” (Pessoa, 2011, p.113) e fazer travessias que, por mais difíceis que sejam percorrê-las, são revestidas por indefinições e incertezas que podem ressaltar fraquezas, medos ou contentamentos.

Em sintonia com a ideia de travessia, destacada por Fernando Pessoa (2011), reflito a respeito da experiência de “entrada na vila” de *Cristina, Teodora, Nara, Vera, Josefa e Celeste*, pois entendo que o que foi vivido por essas seis mulheres envolve distanciamentos de outros modos de viver, preocupações com adaptação e demandas para conviver no Abrigo São Vicente de Paulo.

As lembranças de *Cristina, Teodora, Nara, Vera, Josefa e Celeste*, apresentadas a seguir, não apartam do presente o que foi vivido no passado, pois a memória traz à tona acontecimentos, emoções, lugares e pessoas com as quais se conviveu. Nessa perspectiva, compreendo que nossas lembranças “nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos” (Halbwachs, 2006, p.30).

Nestas primeiras narrativas, *Cristina, Teodora, Vera, Josefa, Nara e Celeste* destacam, dentre diversos assuntos, que residiram em diferentes bairros das capitais maranhense e, em alguns casos, fluminense antes de chegarem ao Abrigo São Vicente de Paulo (ASVP). Suas lembranças asseveram o vínculo da memória individual aos grupos com os quais os sujeitos compartilharam experiências, conforme ressalta Halbwachs (2006), pois *Cristina, Teodora, Vera, Josefa, Nara e Celeste* descrevem

os lugares que residiram, assinalando pessoas bem próximas com as quais conviveram.

Cristina narrou que desde a infância sua vida foi marcada pelos deslocamentos; seja convivendo com parentes na cidade de Bacabal, município maranhense, ou dividindo moradia com amigas ou pessoas que eram conhecidas de sua família, na vida adulta, em São Luís. Ela ressalta que viveu por muitos anos de “um lado” pro “outro” até morar sozinha e ter o “seu canto” depois dos quarenta anos de idade, já na maturidade de sua vida.

Sou natural de Vitorino Freire⁴⁴... nasci em Juçaral dos Saraiwas, município de Vitorino Freire, mas fui registrada em Bacabal⁴⁵. Saí do interior pra estudar e fui morar com meus tios em Bacabal. Eu saí com dezesseis anos. Ia estudar a noite no colégio das freiras e elas não aceitavam pra fazer a inscrição. (...) Não tinha escola, em Juçaral dos Saraiwas. De lá que eu saí pra morar com essa idade dos dezesseis anos. Fiquei só ajudando na casa da minha tia e nada mais. Eu saí com o objetivo de estudar. E gostei demais porque eu não tinha morado em cidade. Ave maria! Fiquei morta de contente. E minha tia foi muito legal. (...)

Eu morei em Bacabal e eu vim pra cá em setenta, 1970...1972?...1971 ou 1972. Só com essa família que eu vim pra cá eu morei dez anos. Morei com essa família 10 anos, na Rua Agostinho Torres, lá na casa de dona Moacyr. Depois fui pro Monte Castelo numa casa de uma senhora que eu costurava pra ela.

Eu costurava muito e meu trabalho era domiciliar. E ela insistia muito pra eu ir morar na casa dela, porque lá na casa de dona Moacyr tinha... tinha muita gente. Os filhos dela, era cinco ou seis filhos, com mais três moças de Bacabal que vieram pra estudar. (...). Até que chegou um dia e eu decidi ir, mas recebi uma palavra desagradável logo que cheguei. (...) Aí me arrependi da graça. A primeira coisa que ela não gostou foi da minha bagagem.

Um dia eu fui na Rua Grande, ia pensando naquilo que a moça me falou, e tava atrás de material de costura. Aí encontrei uma amiga de Bacabal. Nós estudamos juntas. (...) Eu falei que tava no Monte Castelo e expliquei.

Já tinha costurado pra essa amiga em Bacabal. Ela disse: “Agora tu vai é morar comigo. Eu ... eu já mudei pra cá e tô precisando de costura. Tão cedo tu não vai sair de lá”. Eu fui, almocei com ela e depois fui pro Monte Castelo. Almocei e fui lá. (...) Fiquei um bom tempo lá. Eu tinha um pessoal daqui, do lado de cá, dessas bandas, que eu costurava e tinha que vir atender eles também, porque eu não ia abandonar minhas...minhas clientes e as pessoas que eu costurava. Eu costurava pra ela lá, essa dona da casa, a minha amiga, mas tinha os outros clientes. Aí eles se mudaram e foi mais difícil pra dar conta das costuras.

Olha, teve uma manhã que eu conferi e medi no relógio. Foi uma hora certinha esperando o ônibus. Minha perna doía, e eu esperando, esperando. Nesse tempo era mais escasso de ônibus pra ir pro trabalho, mas eles tinham carro. Tinha o dele e o dela, mas eu não vinha cedinho não! Eu ficava pra vim de ônibus. Eles saíam muito cedo! Que você sabe, esse pessoal que é chefe, professor, eles tem que tá é cedo na porta do trabalho. Aí, minha amiga, eu dizia: “Eu vou é mais tarde!”. Eu só vinha depois de 7 ou 8 horas. Aí ficava esperando esse ônibus nesse “banho maria”. E demorava muito e eu disse: “Rita [a dona da casa em que

⁴⁴ Município distante, aproximadamente, 332 quilômetros da capital maranhense.

⁴⁵ Município distante, aproximadamente, 245 quilômetros da capital maranhense.

estava morando], eu vou é voltar pro João Paulo! Vou lá pra casa da Marly”. ... que é a filha dessa senhora que eu morei dez anos na casa dela. Ela morava ali na Vila Militar. “Eu vou pra casa da Marly! Oh, Rita, a gente demora tanto no ponto desse ônibus!”. Ela dizia: “Porque tu quer! É só tu te levantar cedo e vir com a gente!” [Risos]. Não! Eu dizia: “Eu não vou levantar cedo demais. Chegar cedo demais na casa dos outros.”

Aí, minha amiga, eu vim! Voltei pra casa de Marly. (...). Aí um dia eu disse: “Marly me deu vontade de alugar uma quitinete daquelas de dona Regina, no Alto Paraíso”. (...) Aí eu: “Vou é pedir preferência de uma quitinete daquelas!”. (...) E nisso eu fiquei lá quatro anos!

(...) Aí com quatro anos, uma idosa que morava aí nessa casa 177...que eu costurava pra ela...porque Marly era quem era responsável por ela aqui. Que eles chamam de madrinha. (...) Marly levava eu lá pra casa dela pra fazer as costuras dessa senhora também. Vou lhe mostrar uma blusa que era dessa idosa [Levanta entusiasmada]! Eita que essa entrevista vai demorar é horas [Risos]. Porque pra gostar de passado só eu mesmo! [Risos]. Olha, eu costurava muito para ela e fiquei com uma blusa dela de recordação. Fui eu que fiz! Eu disse quando ela faleceu: “Eu vou ficar com a blusa de dona Janoca”. (...) É que eu morava na casa dela! Aí eu ainda vim com ela... quando ela não podia, eu vinha deixar umas coisa pra dona Janoca. E eu já conhecia!

(...) E não encontrei, mas tá tudo anotado numa caderneta. Tem até a hora que eu entrei aqui! Três horas da tarde! A minha mudança...três horas da tarde! Numa quarta-feira, dia de uma reunião! [Risos].

Foi marcado pro rapaz vir de manhã. Quando ele veio foi depois de meio dia! E foi, mais ou menos, nesse período de 1997... 1998. Agora o dia... a data...eu não lembro.

*Eu foi através daquela senhora, que eu mostrei a blusa dela, a você, que eu vim pra cá. Dona Joana! Chamavam ela só de Janoca! A minha amiga que era madrinha dela aqui. (...) *Cristina**

Teodora também destacou que transitou por alguns bairros de São Luís quando ainda morava com seus pais e irmãos. Na vida adulta, foi para a cidade do Rio de Janeiro e morou com parentes e, posteriormente, com duas amigas, conforme rememorou. Ao voltar para São Luís, há quase 30 anos, os deslocamentos continuaram, pois tentou morar com a irmã e os sobrinhos, mas a convivência tornou-se difícil e ela, então, decidiu morar sozinha, como o estava fazendo antes de residir no Abrigo São Vicente de Paulo:

(...) Eu sempre morei por aqui por perto. Me criei no Alto Paraíso, Apeadouro, depois nós fomos pra outro lado, mas sempre por aqui por perto. E de idosa coincidiu de voltar pra cá. Porque eu morava em casa alugada, aí não tive mais condição, por que eu sou...fui aposentada só com um salário, né. Trabalhei muito tempo com Contabilidade e fui me aposentar ganhando pouco.

A narrativa é interrompida por uma das voluntárias da Associação de Caridade São Vicente de Paulo (ACSVV).

Ela pergunta quem eu sou, qual a minha faculdade, e depois conversa com dona Teodora. Pergunta-lhe sobre a saúde de uma das moradoras que está adoentada.

A narrativa é retomada.

Hein, hein... vamos continuar. Aqui é muito complicado! E voltando ao assunto... Morei aqui e depois, já com meus vinte e poucos anos para trinta, eu fui para o Rio [Cidade do Rio de Janeiro]⁴⁶. Passei uns anos no Rio. Primeiro morei com minha irmã e um cunhado. Depois fui morar com duas amigas. A gente trabalhava em escritório de Contabilidade. Aí foi que eu vim, vim pra São Luís, (...) porque eu sempre fui arrimo de família. (...) Por que lá eu não podia mais né... não podia me sustentar e sustentar eles aqui. (...) Aí tive que vir... aí fui ajudar até [Pausa]... até quando cresceram. (...) E eu tive a experiência de morar com eles e não deu certo! Aí fui morar só.

(...) Aqui é perto de tudo! [Fala entusiasmada]. É meu recinto! Onde eu nasci, onde eu me criei, conheço tudo. E eu me sinto bem. Não tenho vergonha daqui... não me sinto envergonhada de dizer onde eu moro. Eu não. Moro aqui e digo. Gosto e tô aqui até quando Deus quiser! (...) O salário mínimo não dá pra você se sustentar, comprar remédio, alugar casa, pagar casa né? E aí foi esse o motivo de eu vir pra cá. Vai fazer sete anos já... É, seis anos e alguns meses, né. Mas eu gosto daqui! Gosto... [com tom de voz mostrando conformismo]. (...) Teodora

Vera destacou que foi morar na cidade do Rio de Janeiro quando era jovem, aos 18 anos de idade, com a tia. Passou boa parte de sua vida naquela capital e, em sua narrativa, se percebe o modo enfático do questionamento que é feito a si mesma por ter retornado para São Luís há, mais ou menos, dezessete anos.

(...) Eu morei na Rua Cândido Ribeiro, no Centro. Nasci em casa, com parteira, (...). Olha, eu tô nessa porque tenho que tá, porque eu vendia muito! Eu ganhava bem! Vendia roupa.

(...) Eu morei no Rio [Cidade do Rio de Janeiro]. Passei quarenta e cinco anos lá. E nem sei porque eu voltei pra cá. Na verdade eu já fui até pra Europa! Morei um tempo na Suíça, mas aí fiquei doente, tava com medo de morrer longe da família e voltei. Foi no ano 2000. E desde então eu tô aqui, em São Luís.

Quando eu fui pro Rio, era novinha. Na minha época... eu fui com dezoito anos. (...) Eu fui pra lá. Eu ia estudar, peguei até a transferência, mas não estudei. Fui morar com uma tia minha, no Flamengo. Morei, depois, em Botafogo e na Tijuca. E olha, vim parar no Maranhão, de novo. Não senti tanta diferença quando eu fui pro Rio. Me adaptei rápido! Eu tinha muito conhecido lá. Amigas minhas, parentes e nem estranhei. Mas eu acho que São Luís ainda é atrasada. Isso é. Continua sendo. [Risos]. Continua sendo.

Logo que eu voltei eu senti um desespero. “Meu Deus, eu tô em São Luís ou no interior?” Pra mim, quando eu cheguei, era um interior. Como em certos lugares é como se você fosse no interior do Rio de Janeiro. (...) Quando eu cheguei no Rio, a Barra da Tijuca era mato, só mato. Depois de muito anos que construíram.

Agora, quando eu fui, já tinha construções novas, lá, e muito lindo. Meu Deus, tá muito lindo! Mas tem muita coisa diferente! Eu gosto de lá. Quero ver se eu vou lá esse ano que entra. Se Deus quiser eu vou! [Risos].

Eu ainda vinha pra cá, mas não vinha muito. Vinha só nas férias. Passei lá quarenta e cinco anos. Acho que eu vim pra cá umas quatro ou cinco vezes. Eu ficava lá em casa, na casa que era da minha mãe, e passeava muito. (..)

⁴⁶ Cidade do Rio de Janeiro, RJ. Distante, aproximadamente, 3.072,05 quilômetros da capital maranhense.

Quando eu cheguei aqui foi difícil. Pra acostumar, foi difícil! [Risos]. A mesma coisa no Rio, quando eu morava na Zona Sul que mudei pro subúrbio. É muito diferente!

No subúrbio o povo é mais em casa, aí vai pra janela, vai na porta pra ti olhar e na Zona Sul não. É...ninguém tem tempo disso. Cada um fica na sua. É que nem aqui. Aqui, quando eu cheguei, eu ia sair de casa, eu morava na Cohab, e quando eu chegava na porta de casa, pra sair, tava aquele pessoal na praça, em frente, e logo olhavam. E eu não saía. [Risos]. Tudo bisbilhotando. [Risos].

E o pior é que passa o tempo e continua a mesma coisa. É! Continua a mesma coisa! E não era pra ter mais. “Pô”, tem televisão! É pra pessoa já tá bem informada! Aqui mesmo, aqui mesmo... o povo também me acha!

(...) Quando eu cheguei aqui eu morava na Cohab, a casa de minha mãe era lá, e lá era assim. Fui morar com uma irmã, mas não deu certo. A gente brigava demais. (...) Aqui eu me sinto...num interior de lá. Lá no Rio é diferente! Aquela parte de Botafogo, Flamengo, Copacabana é a parte daqui já do Calhau, não é a parte de São Luís velha. Por que São Luís velha, pra mim, é interior. Lá a Tijuca é bonitinho. É um bairro bom. (...) Vera

Josefa, natural de São João Batista, município maranhense, mudou-se para São Luís com seu marido e os cinco (05) filhos. Deslocou-se, mais de uma vez, entre capital e interior do Estado para cuidar da saúde de seu marido e, posteriormente, de sua mãe. Dona *Josefa* também nos informou que a mãe residia no ASVP, mas acabou falecendo e, desde então, ela passou a residir no local:

(...) Eu nasci num lugar chamado Ponta da Capoeira, em São João Batista⁴⁷. Sou gêmea de uma menina, mas ela morreu com um ano e seis meses e depois de três anos mamãe teve meu irmão.

A narrativa é interrompida. Dona Josefa pega um álbum de fotografias na gaveta do móvel da sala e me mostra fotos de sua família.

(...) É bom ficar vendo foto antiga. De vez em quando eu olho. Isso foi no aniversário dela, de minha mãe. Ela morou aqui bastante tempo. Foi uns quatorze anos. Eu não sei bem, mas acho que foi isso.

Ela veio pra cá depois que umas amigas informaram. E... uma amiga da patroa dela que era voluntária daqui. Era prima... prima da patroa dela, que ela conhecia lá do Olho d'Água. Conhecia desde aqui, da Rua do Passeio, quando eles moravam aqui, na Rua do Passeio. Daqui que se mudaram pro Olho d'Água, todo mundo. Ela já conhecia eles. Aí depois que ela tava aqui que eles apareceram, mas ela já tinha vindo, que a... a patroa dela vinha trazer doação, também, pra cá, na época.

Diz que tinha só três casinhas na época... Quando eles moravam no Olho d'Água...e cresceu foi muito. Reformaram e criaram mais. São dezessete casas. Tem doze ou treze ocupadas, eu não sei direito. Pra vir tem que falar com a diretoria. Aí faz uns exames... pra poder entrar.

(...) Por enquanto eu to ficando aqui, mas não sei se vou ficar de vez. Se eu conseguir uma casa, eu vou morar com meu filho. Ele tá sozinho. Ele veio embora

⁴⁷ Município distante, aproximadamente, 178 quilômetros da capital maranhense.

de Goiânia⁴⁸ e tá aqui. E eu até prefiro ter o meu canto, porque ele tá sozinho também. Pra os dois se ajudarem. Porque, por enquanto, ele tá lá na casa da ex-mulher, mas sabe; nunca dá mais certo. Sempre tem uma coisa pra dizer um ao outro. Já não deu certo no começo, aí nunca dá certo. Pode se chatear e se eu não ficar aqui mesmo, vou acabar indo pra Belém⁴⁹, pra perto do outro. (...) Josefa

Nara ressaltou que residiu sozinha por muitos anos, embora também tenha convivido com o irmão e a irmã, em períodos distintos, após se aposentar. Ela ainda relembrou que morou na casa de sobrinhos antes de residir no ASVP e ressaltou, sobretudo, as dificuldades enfrentadas naquelas ocasiões.

(...) Morei no Monte Castelo, na Rua 24 de Outubro. Depois que meus pais morreram que eu fui pra minha casa, perto da Casa dos Queijos, lá no Monte Castelo, também. Eu tinha minha casa, mas fui morar com meu irmão.

E na casa de meu irmão, que ele tem um neto muito sabido... Ele ficou viúvo e me convidou. E eu fui morar com meu irmão na Liberdade. Aí eu aluguei minha casa. Eu aluguei, mas eles não pagavam direito. Tu sabe... eles enganam gente nova, imagina quem já tá de idade! Um passou seis meses sem pagar um tostão. Ela ficava no Monte Castelo, perto da Casa dos Queijos. Agora eu alugava minha casa pra comprar meus remédios.

Olha, já passei tanta coisa. Morei com esse, morei com aquele, até desconhecidos. Até que eu vim parar aqui. Eu entrei aqui em setembro. Dia 1º de setembro. Vai fazer um ano, já, em setembro. Aí... porque eu tava na casa da filha de meu irmão.

Ela mora do Cohatrac. No Cohatrac. Ela que sempre vem aqui. Ela é viúva e tem um casal de filhos. Ela que resolve tudo. Eu tive uma época doente e ela veio me buscar. Depois fiquei boa e voltei.

(...) Quando eu me aposentei aí eu fiquei mais na minha casa. Arrumando as minhas coisas. Ajeitando, que eu não tinha tempo antes. Eu já morava na minha casa, no Monte Castelo. A casa de meus pais já tinha vendido. Aí foi passando o tempo, foi passando... Aí foi o tempo que meu cunhado faleceu. Que eles moravam aqui perto, ele e minha irmã, na Alemanha.

Minha irmã... Quando ele fez um ano de morte, minha irmã foi lá em casa, com um neto dela. Ele já era um rapazinho, o neto dela. E ela me convidou pra morar com ela, mas eu não queria sair da minha casa. Gostava tanto da minha casa! E ela me disse: "Oh minha irmã, mas tu já tá aposentada. Pra ti ficar sozinha em casa é ruim. Tu aluga a casa e vem pra cá". E nisso eu passei uns anos com ela. Quando ela morreu que eu voltei pra minha casa, mas logo meu irmão me chamou pra morar com ele. Ele também já era viúvo e morava só com um neto e a mulher dele. (...) Sei que passei tanta coisa, minha filha! Minha irmã já tinha falecido e eu morando com meu irmão e o neto dele, mais a mulher, na casa de meu irmão, lá na Liberdade. Daí eu sai da casa de meu irmão, que eu me aborreci com umas coisas e fui pra casa de uma colega. Passei uns tempos lá.

Ela era muito minha amiga! A casa dela é grande, bonita... só não fiquei mais tempo porque ela tem uns filhos muito danados. (...) Eles chegavam tarde, de madrugada e eu disse: "Quer saber de uma coisa? Vou sair daqui porque aqui não dá". Aí fui pra casa de minha irmã, de novo, que a nora dela ainda mora lá.

⁴⁸ Cidade de Goiânia, GO. Distante, aproximadamente, 2.000 quilômetros da capital maranhense.

⁴⁹ Cidade de Belém, PA. Distante, aproximadamente, 792 quilômetros da capital maranhense.

Tive uma temporada e disse: “Aqui também não vai dar certo”. E foi o tempo que eu fui pra casa de minha sobrinha. A filha de meu irmão soube que eu tava lá e me chamou pra passar uma temporada com ela. “Tia, se eu soubesse que a senhora ia vender sua casa, eu não tinha deixado”.

A narrativa é interrompida. A cuidadora de dona Cássia chega pedindo para arrumar um problema em seu celular. Poucos segundos depois o orelhão toca e ela vai atender. Eu tento arrumar o celular e, quando ela volta, lhe entrego.

Dona Nara volta a falar do período que estava na casa de sua sobrinha.

Aí passei uma temporada lá. E lá eu me dei bem com duas vizinhas. Elas que arranjaram essa casa aqui, pra mim. (...) Nara

Celeste, natural de Axixá, município maranhense, veio com poucos anos de vida para São Luís. Rememorou que, após se separar de seu primeiro marido, transitou por vários bairros desta capital e estava convivendo com uma prima, no município de Rosário, antes de residir no ASVP.

Nasci em Santa Rosa, Axixá⁵⁰. Vivi lá até 2 anos... eu acho que foi 2 anos. O meu pai de criação era Delegado de Polícia lá. Ele me trouxe ainda pequena e, aqui, nós morávamos na Rua da Cerâmica, no João Paulo, ali perto do 2º Distrito [Distrito Policial]. Eu vou fazer dois anos aqui. Ainda não tem isso. Tenho um ano e oito meses aqui. É isso. Eu vim pra cá porque uma prima minha... Ela tá sempre aqui na Igreja da Conceição, e foi ela que disse: “Celeste, tu queres ir lá pro abrigo dos idosos? Se tu quiser, eu falo lá com dona Estela.” Eu disse: “Eu quero”. Eu não tinha mais condição de pagar casa mesmo. A casa aumentou, mesmo. Passou pra quase R\$ 1.000 reais [Mil reais]. Eu disse: “Eu quero”. Ela que conseguiu. Ela que falou. E nisso já tô há esse tempinho aqui.

(...) Quando eu me separei comecei a construir minha casa. Fui morar só. Ainda passei um tempo na casa de minha cunhada, no Rio [Cidade do Rio de Janeiro]. Morei dois anos e uns meses lá. Por ela eu não tinha voltado, mas a saudade bateu mais forte e eu voltei. Aí fui morar no Sacavém. Primeiro eu morei lá, no Sacavém. Morei uns dez anos lá (...).

De lá eu fui pro Monte Castelo. Morei vinte e seis anos e uns meses. Lá que nós nos conhecemos. [Aponta para o senhor Gilberto]. [Risos]. Depois eu vim aqui pra Alemanha. Passei só um ano aqui, na Alemanha. Voltei pro Monte Castelo e morei mais dez anos. E foi nessa época que eu não tive mais condições de pagar aluguel e vim pra cá, mas antes disso eu passei uns meses na casa de uma parenta minha, em Rosário⁵¹. Aí minha prima soube. Ela que me perguntou se eu queria vir pra cá e nisso eu tô aqui. Vai fazer dois anos. (...) Celeste

Ao rememorem os deslocamentos trilhados até a chegada ao abrigo, *Cristina*,

Teodora, Vera, Josefa, Nara e Celeste destacaram bairros e cidades em que viveram ao

⁵⁰ Município distante, aproximadamente, 88 quilômetros da capital maranhense.

⁵¹ Município distante, aproximadamente, 62 quilômetros da capital maranhense.

longo da vida. Nesse sentido, a memória acaba localizando espacialmente aquelas mulheres em espaços geográficos (urbanos e rurais) das cidades e apontam, também, para a distribuição socioeconômica do sujeito, uma vez que indicam locais considerados como periféricos e/ou nobres.

De acordo com Halbwachs (2006, p.161), o espaço é um dos elementos importantes no ato de rememorar. Através dele é possível indicar objetos materiais que existiam, por exemplo, na casa em que passamos nossa infância (moveis, quadros, enfeites, utensílios e etc.), como também o “aspecto material da cidade”, isto é, ruas, becos, praças, casas, escolas e repartições públicas que compõem o cenário de vilas, povoados, bairros e cidades.

Estes objetos e aspectos materiais “não falam, mas nós os compreendemos” (Halbwachs, 2006, p.160), pois nos são familiares e, portanto, nos dão a “impressão” de estabilidade e permanência. Todavia, segundo o autor, os espaços geográficos (urbano e rural) não são perenes e estáticos. Ao contrário, estão em constante mudança. A memória, desse modo, ressalta os novos contornos que passam a constituir bairros e cidades à medida que ocorrem obras destinadas a “abrir” novas ruas, avenidas ou, ainda, demolir antigas casas com intuito de construir prédios e estabelecimentos comerciais.

Nesse sentido, “Vitorino Freire”, “Rua Cândido Mendes”, “Monte Castelo”, “Rua do Passeio” e “Rio de Janeiro” se constituem como pontos de referência dos deslocamentos de *Celeste, Teodora, Cristina, Vera, Josefa e Nara* por bairros de São Luís e, inclusive, outras capitais brasileiras. Também indicam a distribuição socioespacial das pessoas de classe baixa, média e mais abastada, respectivamente, que residem em bairros como Camboa/João Paulo; Cohatrac e Calhau/Barra da Tijuca/Botafogo.

Os constantes deslocamentos pela cidade, de “um lugar” para “outro”, relatados por aquelas seis mulheres, indicam a ausência de posses para adquirir uma casa própria, um ideal discursivo muito forte em nossa sociedade brasileira. Além disso, apontam para a questão da classe social, uma vez que os bairros em que moraram (Alto Paraíso, João Paulo, Cohab, Apeadouro, Sacavém, Liberdade, Bairro de Fátima, Monte Castelo, Liberdade, Alemanha e Tijuca - no Rio de Janeiro) são, em sua

maioria, característicos da população de classe baixa⁵², revelando a condição econômica de seus moradores.

Conforme destacou, somente *Nara* teve casa própria. As demais moraram na casa de algum parente (como irmão, irmã, sobrinho, cunhada, prima, tio e tia), com pessoas amigas/conhecidas de seus familiares ou, ainda, residiram com seus maridos ou companheiros pagando aluguel.

Entretanto, não posso dizer que *Cristina, Teodora, Vera, Josefa, Nara* e *Celeste* elencaram uma única razão ou motivo como elemento determinante da decisão de residirem no Abrigo São Vicente de Paulo. Cada uma daquelas seis mulheres ressaltou suas experiências, razões e perspectivas que se relacionavam a questões econômicas, convivências conflituosas com parentes ou pessoas conhecidas e mudanças nos arranjos familiares.

Cristina, Teodora, Celeste e *Vera* chamaram atenção para o aspecto econômico ao rememorarem a impossibilidade de se sustentar com o valor recebido de suas aposentadorias. Optaram por morar no abrigo diante da carência de recursos financeiros recebidos com os quais pudessem honrar seus compromissos, tais como o pagamento pela moradia, alimentação, vestuário e, sobretudo, remédios utilizados nos tratamentos de saúde.

*E meu salário é pouco. É só porque tenho que...meu... meu...meu dinheiro é pouco! Se fosse mais, eu já tinha arranjado um local pra mim. (...) Eu não tenho condições de pagar um aluguel. (...) Ontem mesmo uma daqui disse pra mim: "Ah, eu já tinha dado um jeito! Já tinha comprado uma geladeira nova! Não tava mais nessa não." Eu disse: "É, mas o salário é tão pouco pra tirar uma nova. Ainda tenho meus exames pra fazer". E, além dos exames, tem os remédios. (...) Graças a Deus eu não compro esse horror de coisa pra incomodar! Encher a geladeira dos outros...não posso tirar geladeira, comprar uma nova! (...) Aí eu fico pensando...tá bom, vocês dizem assim é porque vocês ...as que falam assim ganham dois salários e eu só ganho um salário. Ganham é dois por mês! É por isso que fala! É difícil. (...). *Cristina.**

(...) Fui aposentada com um salário, né. Trabalhei muito tempo com Contabilidade e fui me aposentar ganhando pouco. (...) O salário mínimo não dá pra você se sustentar, comprar remédio, alugar casa, pagar casa né? E foi esse o motivo de eu vir pra cá. Vai fazer sete anos já... É, seis anos e alguns meses, né. Mas eu gosto daqui! Gosto... [com tom de voz mostrando conformismo]. (...) Sim...

⁵² De acordo com Petrus e Pereira Júnior (2015), estes bairros da capital maranhense possuem um baixo Índice de Desigualdade Socioespacial (IDSE), cujos valores variam de 0.41 a 0.50. O IDSE mede a relação pobreza x desigualdade através das dimensões demográfica, de infraestrutura, habitacional, educacional e econômica dos bairros.

Aí eu fiquei morando de aluguel, em casa alugada. Até que chegou um dia que eu não consegui mais pagar aluguel de casa e sai. Não dá pra pagar casa, se sustentar sem você ter ninguém que ajude. Viver com um salário e fazer... as coisas todas, não dá! Ou você come, ou você paga casa. Esse foi o motivo de eu vir pra cá. E tô aqui. (...) Teodora.

(...) Eu vim pra cá porque uma prima minha...(...) ela que disse: “Celeste, tu queres ir lá pro abrigo dos idosos? (...) Eu disse: “Eu quero”. Eu não tinha mais condição de pagar casa mesmo. A casa aumentou, mesmo. Passou pra quase R\$ 1.000 reais [Mil reais]. Eu disse: “Eu quero”. Ela que conseguiu. Ela que falou. E nisso já tô há esse tempinho aqui. (...) Celeste.

Até no começo da Globo eu vendia pro pessoal de lá, da Globo. Aqui tem gente que não acredita e diz que eu sou mentirosa [Fala em tom de voz mais baixo]. Inclusive a minha casa vivia cheia. Eu vendia muito, muito! Aí... deixa eu te dizer...quando eu fui pagar, eu mesma que fiz né, no Banco Nacional, essa época, aí eu dei entrada e tudo, mas eu pagava um salário mínimo, mas eu não tô sabendo! Fui pagando, aí quando eu fui pra me aposentar, que eu me aposentei com vinte e cinco anos, então eu tinha vinte e oito anos, três anos a mais, quando eu fui dar entrada o rapaz olhou na minha carteira e disse: “É uma pena!” Eu: “Porque?” Ele respondeu: “Porque a senhora se aposentou com um salário. A senhora nunca ganhou um salário, não é?!” “Eu não! Eu nunca ganhei um salário! Eu pensei que fosse pelo salário da carteira”. E ele disse: “Não, você tinha que aumentar para pagar”. Eu também nunca perguntei! Eu sempre fiz minhas coisas, me metia pra fazer tudo meu, não gosto de tá pedindo! A não ser quando eu tô apertada, com urgência, aí eu peço coisa pra mim, pros outros, mas assim pra fazer minhas coisas, pra mim, tudo fui eu que fiz. Tudo meu eu resolvo! Eu sempre corri pra fazer. Aí, com dois maridos de amiga minha contador, eles falaram pra mim: “Porra, Vera porque tu não me pediu?” “Eu não quis ocupar né?” Porque era um serviço deles e eu fazia até de graça, que eu sei, que eles não me cobravam, mas eu fui fazer, como eu gosto de fazer até hoje, aí entrei “pelo cano”, mas tudo bem!

Eu agradeço a Deus ainda! Eu não fico falando: “Ah, recebo um salariozinho” [Fala em tom de ironia e depreciação]. Não! É o salário que eu tenho, digno e que é o que me serve. É ele! O que eu posso fazer? Eu dei azar! [Risos]. E tinha mais: eu fui sócia! Fui sócia, mas era sócia...como é que se diz...essas pessoas que são...não lembro... perai.

Era assim, a pessoa era italiano que quis abrir uma loja no Brasil. Aí eu e uma amiga minha, essa minha amiga era amante dele [Fala em tom de voz mais baixo], mas ela era casada. Aí ela era amante dele e era minha comadre, e eu abri... Ela abriu comigo uma firma pra ele, em nosso nome, porque como ele era estrangeiro, não podia. Só que eu tirei do meu nome depois. E aí nessa época eu podia botar uma loja e eu tava ganhando bem. Eles falaram assim: “Mas tu é muito burra!” Eu disse: “O que eu posso fazer? É o destino”. Eu acredito em destino! (...) Vera.

Além deste, dois outros motivos teriam impulsionado as narradoras a morar no ASVP: convivência conflituosa com parentes ou pessoas conhecidas e mudanças nos

arranjos familiares. Estes foram percebidos, respectivamente, nas narrativas de *Nara*, *Teodora*, *Vera* e *Josefa*.

De acordo com Kátia Bernardo (2006), o envelhecimento pode vir acompanhado de novas configurações nos arranjos familiares, os quais podem aumentar (nas circunstâncias de novos casamentos/uniões conjugais ou do convívio em uma mesma residência com irmãos, irmã, sobrinhos, sobrinhas, filhos, filhas, noras, genros, netos e netas) ou diminuir (em situações de separações, viuvez, decisão de morar sozinho ou, ainda, com a saída dos filhos, filhas, noras, genros, netos e netas de casa).

No primeiro caso, trata-se do fenômeno de “coabitação entre gerações” (PEIXOTO, 2004), vivenciado por *Vera*, *Teodora* e *Nara* antes de elas morarem no ASVP. No segundo caso, temos a experiência de *Josefa* que passou a residir no referido abrigo após a perda do marido e da mãe. Nesse sentido, destaco as recordações das narradoras:

(...) Quando eu cheguei eu morava na Cohab, minha casa é lá, e lá era assim. Fui morar com uma irmã, mas não deu certo. A gente brigava demais. (...). Vera

(...) Por que lá eu não podia mais né... não podia me sustentar e sustentar eles aqui. (...) Aí tive que vir... aí fui ajudar até [Pausa]... até quando cresceram. Porque faz mais de trinta anos que eu voltei e eles eram pequenos. (...) E eu tive a experiência de morar com eles e não deu certo! Aí fui morar só. Minha mãe morreu e aí eu fui morar só (...). Teodora

(...) Morei com esse, morei com aquele, até desconhecidos. Até que eu vim parar aqui. (...) porque eu tava na casa da filha de meu irmão. Ela mora do Cohatrac. No Cohatrac. (...) Eu fui pra casa de uma colega e passei uns tempos lá. Ela era muito minha amiga. A casa dela é grande, bonita... só não fiquei mais porque ela tem uns filhos muito danados. Os rapazes eram danados. Ela deixava a chave de casa na minha mão e quando eu olhava, era pra ficar com a chave e abrir a porta pra quando os filhos dela chegassem. Eles chegavam tarde, de madrugada, e eu disse: “Quer saber de uma coisa? Vou sair daqui porque aqui não dá”. Aí fui pra casa de minha irmã, de novo, a nora dela ainda mora lá. Tive uma temporada e disse: “aqui também não vai dar certo”. E foi o tempo que eu fui pra casa de minha sobrinha. A filha de meu irmão soube que eu tava lá e me chamou pra passar uma temporada com ela.

A narrativa é interrompida. A cuidadora de dona Cássia chega pedindo uma informação e logo se despede. Dona Nara volta a falar do período que estava na casa de sua sobrinha.

Aí passei um temporada lá. E de lá eu me dei bem com duas vizinhas. Elas que arranjaram essa casa aqui, pra mim. E eu só mexi no dinheiro pra comprar minhas coisas pra entrar aqui. Minha geladeira, fogão, cama, essas coisas. Nana.

(...) E eu vim pra cá. Aí meu esposo morreu, passou doze anos deitado. Porque ele já vivia doente. (...) Aí ele morreu vai fazer três anos, agora, no mês de outubro. Aí quando ele...eu tava, mais ou menos, um ano que ele tinha morrido, um ano e pouco, aí mamãe adoeceu, que ela já tava adoentada mesmo, mas ainda fazia as coisas dela. Aí ela não pôde mais fazer e eu vim, pra ajudar. Aí tá com... vai fazer dois meses que ela morreu, agora, no dia 25. Passou 48 horas no hospital e não aguentou. (...) A gente vai ficando idosa e vai perdendo... vai ficando fraco, pega doença fácil. (...)

Por enquanto eu tô ficando aqui, mas não sei se vou ficar de vez. Se eu conseguir uma casa, eu vou morar com meu filho. Ele tá sozinho. Ele veio embora de Goiânia e tá aqui. E eu até prefiro ter o meu canto, porque ele tá sozinho também. Pra os dois se ajudarem. (...) e se eu não ficar aqui mesmo, vou acabar indo pra Belém, pra perto do outro. (...) Josefa

Peixoto (2004) ressalta que o principal fator das “coabitações entre gerações” é o recebimento das aposentadorias e/ou pensões. Os benefícios previdenciários são utilizados, a maioria da vezes, para arcar com as despesas da casa ou ajudar algum familiar ou outras pessoas conhecidas que passe por dificuldades pessoais ou profissionais, sejam de cunho financeiro e/ou conjugal. A autora apresenta outros exemplos de coabitações entre gerações, tais como:

Pais com recursos financeiros morando com filhos que atravessam um período de desemprego, mães divorciadas ou viúvas que acolhem seus filhos divorciados ou filhas solteiras com seus filhos; ou ainda, filhos solteiros que nunca saíram da casa dos pais, pais ou mães viúvas mais abastados que não acolhem os filhos em suas casas, mas ajudam financeiramente aqueles em dificuldade, casados ou não; pais e filhos adultos (casados e com filhos) que sempre moraram juntos etc. (PEIXOTO, 2004, p. 75).

Cabe ressaltar que tal fenômeno pode trazer benefícios às pessoas envolvidas, mas também pode gerar conflitos.

Há casos que, em se tratando de camadas sociais mais pobres, em geral, algumas pessoas consideradas velhas ou idosas passam a conviver nas residências dos filhos, ou vice-versa, para diminuir os custos e dividir as despesas com alimentação, moradia, ajudar na execução das tarefas domésticas e cuidar dos netos e/ou bisnetos. Esta realidade poderia trazer benefícios a ambas as partes, mas estas coabitações, entre diferentes grupos geracionais, também tem gerado muitos conflitos. Estes podem ocorrer tanto pelo deslocamento de hierarquia e poder no núcleo familiar, quanto pela falta de paciência de alguns familiares que cuidam de *peessoas consideradas velhas ou idosas* que tem algum tipo de limitação ou dificuldade, como por exemplo, de locomoção, audição, visão ou paladar, perpetrando, em muitos casos, agressões físicas e psicológicas. (ALVES, 2011, p.67).

Entretanto, estes estudos abordam as coabitações entre gerações dentro das seguintes configurações: pai “idoso” e/ou mãe “idosa” que convivem com filhos ou filhas, podendo agregar noras/genros e, ainda, netos, netas e bisnetos ou bisnetas. As recordações de *Nara*, *Teodora* e *Vera* me mostraram, de outro modo, que os conflitos decorrentes de coabitação entre gerações também podem ocorrer em situações que envolvem irmãos, irmãs, tias, tios, sobrinhos, sobrinhas e outras pessoas com as quais compartilhem a residência.

Nesse sentido, *Nara*, *Teodora* e *Vera* destacaram que convívio harmonioso de pessoas que possuem diferentes faixas etárias (ou pertençam a distintos grupos geracionais), em uma mesma residência, nem sempre é possível.

Nara morou em quatro locais até chegar ao ASVP. Primeiro, na casa de seu irmão. Depois, na residência de uma amiga. Em seguida, junto com o sobrinho (filho de sua irmã já falecida) e, por último, na casa de sua sobrinha (também filha de sua irmã). *Teodora* experimentou morar com uma irmã e três sobrinhos, filhos desta, mas a convivência entre eles não deu certo. Ela preferiu morar no ASVP, diante da impossibilidade de alugar uma casa. *Vera* foi morar com sua irmã, mas os conflitos entre as duas fizeram com que aquela decidisse residir no abrigo, pois ali “ninguém manda nela”.

O relato de *Josefa*, por sua vez, destacou que as mudanças nos arranjos familiares foram responsáveis pela decisão de ficar morando no ASVP. Sua família teria “diminuído” com os falecimentos do esposo e, em seguida, da mãe. Entretanto, dona *Josefa* demonstrou não adotar uma decisão definitiva, pois narra que o abrigo é um local de passagem, no qual está “passando uma temporada” enquanto decide com qual dos filhos poderá morar diante dos problemas de saúde que possui.

Como foi possível perceber, as lembranças de *Cristina*, *Teodora*, *Vera*, *Josefa*, *Nara* e *Celeste* trouxeram à tona lugares, pessoas, acontecimentos e, sobretudo, as redes de amizade com as quais estas mulheres puderam contar para conseguir uma casa no ASVP.

Os laços de amizade, fortalecidos ao longo da vida, facilitaram a admissão dessas seis mulheres no ASVP. *Cristina*, *Josefa*, *Nara* e *Celeste* recordaram que a intermediação, seja por parte de antiga moradora do abrigo ou de alguém que

conhecia o local, foram os principais meios de contato utilizados entre elas e as voluntárias da Associação de Caridade São Vivente de Paulo (ACSVV).

Cristina foi a única que se lembrou, com maior riqueza de detalhes, de seu processo de admissão no abrigo. A mediação de uma antiga moradora do local (bem quista entre as demais), para quem já costurava, conferiu boas credenciais junto às voluntárias da ACSVP que, naquela ocasião, estavam comandando o processo de admissão na instituição.

(...) Uma idosa que morava aí nessa casa 177... que eu costurava pra ela. Porque Marly era responsável por ela aqui. Que eles chamam de madrinha. Dava assistência, tudo, acompanhava e... um dia... Marly levava eu lá pra casa dela pra fazer as costuras dessa senhora também. (...)

O nome dela era Joana. Só chamava de Janoca. (...). Pois é né... Eu tinha a vista boa e fazia as costuras sem ser muito torta. E aí ela disse: “Tu ainda vai ser minha vizinha”. Essa, a dona dessa blusa que eu lhe mostrei. Eu dizia: “Ah, tá difícil! Eu tô é longe de chegar aos sessenta!”. Ela já tinha uns setenta e poucos anos!

A conversa é interrompida. Uma senhora da ACSVP chega e as duas conversam sobre a pintura que foi realizada, recentemente, na casa de dona Cristina.

(...) Nunca na minha vida eu pensei em vir morar aqui! Nunca passou pela minha cabeça! Aí ela... ela foi que disse que disse um dia...disse: “Tu não tem vontade de morar assim... ter tua casa, morar só?”. Eu disse: “Eu tenho medo... assim, de morar só... não sei”. Ela disse: “Mas lá onde eu tô pensando em arranjar uma pra ti, não faz medo não”. Aí disse: “Olha, eu vou arranjar uma casa pra ti! Que lá tem duas desocupadas. Vou pedir uma pra ti”. Eu: “Hum! Ah, mas falta muito tempo pra mim morar ali!” E eu tava era longe dos sessenta anos!

Eu não me lembro se... se, naquela época, eu tava era com quarenta e nove... eu sei que eu tava perto de cinquenta, mas ainda não tava perto dos sessenta! Mas não era cinquenta não! Eu não sei se foi quarenta e oito ou quarenta e nove, quando eu entrei aqui! Nessa faixa. Aí, dona Joana pediu pra dona Maria Raimunda. Mas como sempre, tem que ter a reunião delas.

Uma acha que sim, outra que não! E tem que ser concordado! Aí, a maioria não aceitou! “Raimunda, tu é doida, Maria Raimunda? Essa moça é muito nova pra morar aqui!”. Disseram que era pela idade. Aí, disse que ela disse: “Vocês sabem quem pediu a casa, foi a pessoa mais idosa daqui. Não vamos contrariar ela não”.

Ela já tava perto de oitenta anos. E todas daquela época já se foram! Todas já se foram! Dona Gigi, dona Joana, e outras mais! E já tinha esses dois lados, só não tinha aquela casa mais alta no fundo.

Aí fizeram a reunião...ficou pra decidir! Aí dona... dona... a presidente disse: “Vamos deixar a moça entrar. Se não der certo...bem”. Aí chamaram ela. Ela veio, pra pegar uma referência, né? Chamaram dona Marly. Ela disse: “Não se preocupe não. Ela vive do trabalho dela. Ela não gosta de festa.” Que eu mesma fui criada assim, sem sair. Vontade de dançar eu tinha, mas não liberaram! E tô até hoje! Eu acho que elas pensavam que eu era alvoroçada ou sei lá, mas nem liguei pra isso. Só queria saber que tinha conseguido uma casa pra mim. (...).

Cristina.

Cristina recordou que sua “entrada” foi aceita apesar de ter uma idade inferior àquela das demais moradoras (ou possíveis candidatas a moradoras da instituição), isto é, mais de sessenta anos de idade. Outros elementos também são percebidos em seu relato. Eles refletem a produção discursiva do gênero em relação à construção do sujeito feminino e, especialmente, aqueles parâmetros considerados adequados às mulheres com mais idade.

Naquela ocasião, Dona Marly (sua amiga e madrinha de uma das moradoras do abrigo) fora chamada pelas voluntárias da ACSVP para confirmar as boas referências de dona *Cristina*. Ela destacou que aquelas não deveriam se preocupar com ela, pois vivia de seu próprio trabalho/ofício⁵³ (como costureira) e “não gostava de festa”.

A ressalva da amiga, a respeito de dona *Cristina* não gostar de festas, aponta para a produção discursiva do gênero na qual o “ser mulher” implica na assimilação e repetição de atos, gestos e normas (Butler, 2003) que na construção da feminilidade são associados ao bom comportamento, recato e timidez. Nesse sentido, ser calma, tranquila e, principalmente, não gostar de agitação ou festas foi o “cartão de visitas” utilizado por Marly em relação à sua amiga, dona *Cristina*, frente a uma possível admissão naquele abrigo destinado a mulheres de idade avançada.

Em sintonia com os aportes de Judith Butler, feminilidade e masculinidade não são características naturais ou inatas a mulheres e homens. São, por outro lado, construtos significantes do “gênero inteligível” (BUTLER, 2003, p.38) que especificam necessidades, demandas e expectativas de comportamento diferentes a cada um daqueles construtos. Isto me fez lembrar das críticas que Carmem Salgado (2002) tece a respeito das diferentes construções discursivas que, socialmente, são atribuídas a homens e mulheres em relação à aparência física, relacionamentos amorosos e o exercício da sexualidade.

Salgado (2002) ressalta que, em geral, para os homens as exigências com a aparência física são menores à medida que envelhecem. Assim, é socialmente aceitável que possam ostentar os cabelos grisalhos (como uma espécie de atrativo

⁵³ Utilizarei os termos “trabalho” e “ofício”, em algumas passagens do texto, com o sentido geral de atividade remunerada pois, de acordo com Claude Dubar (2005), desde o século XIII, o termo “profissão” começou a ser utilizado para diferenciar o trabalho manual (com uso da força braçal) do trabalho intelectual, isto é, aquele a ser aprendido nas universidades e cujo saber seria institucionalizado por um currículo de disciplinas e, sobretudo, legitimado por um diploma de conclusão.

sedutor) ou estar acima do peso, sem que essas características os atrapalhem, pois não perdem a virilidade e masculinidade com o avançar da idade. O contrário se percebe em relação às mulheres que são consideradas mais frágeis, vulneráveis, tímidas, menos atraentes fisicamente e passíveis de mais perdas do que os homens de mais idade. A autora ainda acrescenta que é socialmente aceitável que os homens casem-se quantas vezes quiserem, independentemente da idade que possuam, enquanto que o aconselhável às mulheres “em idade avançada” é se manter viúva, divorciada ou solteira.

Nesse sentido, mulheres que não vão/não gostam de festas, que não namorem e não tenham algum relacionamento amoroso ou conjugal na velhice se “encaixam” em um padrão de mulher que é considerado adequado pelas voluntárias da ACSVP, para viver no Abrigo São Vicente de Paulo. As casas da instituição seguem um modelo de construção no qual somente uma mulher possa residir, impedindo que filhos, filhas, netos, netas, sobrinhos, sobrinhas, afilhados e afilhadas existentes, bem como cônjuges ou companheiros, possam habitar no local.

Algumas daquelas mulheres casaram ou viveram outras formas de conjugalidade (dona *Josefa*, *Celeste* e *Vera*) em algum momento de suas vidas. *Josefa* e *Celeste* tiveram filhos, mas nem todos sobreviveram. *Josefa* perdeu uma filha (com 01 ano e 1 mês de idade) e *Celeste* teve dois abortos naturais (da primeira e terceira gestação) e um filho que morreu antes de completar 01 ano de vida (de sua segunda gestação). *Vera*, por sua vez, decidiu interromper a única gestação que teve. Entre aquelas que não casaram, nenhuma teve filhos (*Cristina*, *Nara* e *Teodora*); mas me contaram que possuem sobrinhos, afilhados e amigos, mais jovens, pelos quais têm muito apreço.

Diante dessa variedade de experiências, percebe-se que, para poder viver em uma daquelas casas do ASVP, a mulher não pode ter vínculo conjugal na fase da vida que foi construída socialmente como velhice. Nesse sentido, destaco que o discurso institucional acaba asseverando que as mulheres “idosas” devem ser castas, puras e, até mesmo, assexuadas. Esse discurso se choca com outros saberes, sobretudo da medicina e gerontologia que, em jornais impressos, reportagens de televisão e revistas especializadas, incentivam o exercício da sexualidade das pessoas “idosas”, tal como destacam os trabalhos de Robert Butler e Myrna Lewis (1985) e Ricardo

lacub (2007). Esses campos do saber têm empreendido grandes esforços no sentido de problematizar concepções de que a vida sexual acaba com o avançar da idade. (ALVES, 2011).

Em busca de captar o que as narradoras trazem a respeito da experiência de “mudança” para o Abrigo São Vicente, como as produzem e significam, percebi alguns sentimentos nas narrativas de *Cristina, Nara e Teodora*.

O entusiasmo foi percebido na narrativa de dona *Cristina* ao relembrar a intenção de morar sozinha pela primeira vez na vida. Aquela experiência significou uma grande conquista para ela, pois poderia “tomar suas próprias decisões”. A alegria e saudade que as idas para a casa dos pais (já falecidos), na cidade de Santa Inês, (cuja distância é de, aproximadamente, 240 quilômetros da capital) representavam para ela foram notadas por meio dos olhos marejados de lágrimas e do choro, sobretudo, na ocasião que lembrou daqueles entes queridos.

Aí fiquei pensando... que era filha dessa senhora de Bacabal. Era ela e o marido em casa... Ele era do Exército. Aí um dia eu disse: “Marly me deu vontade de alugar uma quitinete daquelas de dona Regina, no Alto Paraíso” - Ali, bem em cima, em frente à Praça do Quartel, naquela rua subindo! [Falou animada]. “Marly, eu tenho uma vontade enorme de morar só. De amanhecer o dia e me virar, saber determinar as coisas. Ela: “menina, tu devia ter feito isso há muito tempo [Animando-a]. Que aí tu organizava tua vida. Eu disse: “Será que eu tenho coragem?” Ela: “Tem sim. Tenta! Tem a Teodora lá, pertinho, que eu conheço há muitos anos”. Aí... eu disse: “Marly, lá é tão seguro!”

Naquele tempo não tinha essa onda de ladrão, não. Hoje não! É diferente! Lá fechou na frente, que tem um “portão” de um canto a outro, tá tudo seguro. A área de entrada é bem larga, mais larga que esse lado aqui, nosso. Aí fechava e o vigia, que tinha, ficava vendo os carros. Ele vigiava e de noite ainda passava a noite apitando. Aí eu: “Vou é pedir preferência de uma quitinete daquelas!”. Porque tinha uma família que ia mudar pro São Raimundo. Aí eu disse pra Teodora, que era minha colega de lá: “Quando eles saírem tu pede preferência pra dona da casa, quando ela chegar aí”. Ela morava lá pro lado da Cohab, dona Regina. Aí ela pediu preferência. Ela me apresentou pra ela, depois ela disse: “Ah, pois bem, a gente vai se dar muito bem! Tenho certeza!”

(...) Viajava, do mesmo jeito que aqui, agora. Me mandava pro interior, levava as coisas lá pra minha mãe, e tudo ficava certinho lá [Seus olhos enchem d’água]. [Pequena pausa]. E ninguém mexia. Só encontrava o piso... que a cerâmica era vermelha e quando chegava tava branca de poeira, do tempo mesmo. E depois a dona e o dono decidiram vir morar ali mesmo. Vieram e moravam em cima e nós, embaixo. Lá só são três quitinetes: eu, o Silas, que ainda hoje mora lá. Ele é solteiro. É da minha época! [Risos]. E aí ficou... Só o do meio que muda. De vez em quando, um vai embora. Entra um e sai outro. E as filhas dos próprios donos moram na parte da frente. É muito bom! Já faleceram os donos...o dono e a dona.

*(...) Depois que meus pais se foram eu fiquei ruim! E.. ainda não tô legal não! [Pausa]. Tô assim... parece que eu tô, assim, em outro mundo! Desligada, aérea [Seus olhos enchem d’água e chora]. [Pausa]. *Cristina*.*

Por outro lado, percebi que a tristeza e indignação afloraram quando *Nara* contou que fora enganada por seu sobrinho-neto na venda de sua casa, o que a fez morar “com um e com outro” antes de morar no ASVP:

(...) Foi mais ou menos com sessenta e dois ou sessenta e três anos que eu me aposentei. (...) Aí eu fui arrumar. Ajeitei a casa e tudo... Mandei fazer uma pintura na casa. Suspendi, porque era um pouco baixa. Tinha um “rancão” no quarto. Eu tirei, pra suspender. E suspendi, mas aí eu acho que isso não foi bom, porque fazia muito calor. Porque a casa é como aqui. É baixa. Aí eu “altiei” a casa, tudinho... Arrumei o piso, que já tava quebrado. Comprei outro piso e fui arrumando. Endireitei. Comprava as coisas e botava num canto, porque eu era sozinha.

(...) Aí meu irmão, que é mais velho do que eu, e o neto dele não era bom... porque se fosse bom ele dizia: “Olha, minha tia, eu tô estudando, mas posso tomar conta de sua casa. A senhora faz um desconto, pra me ajudar porque eu tenho que pagar passagem, livro”. Essas coisas que ele usava... isso era uma conversa que ele poderia ter comigo, mas nunca disse nada! Ficou na dele. E quando eu falei em vender a casa, ele foi o primeiro! Me enganou! Botou um dinheirinho lá na Caixa... porque minha casa valia mais! Ali é uma rua que tudo passa, bem movimentada, de comércio por perto... É bem localizada!

(...) Mas naquele tempo não achei gente boa pra alugar. Já tinha gente que ficava morando na minha casa sem pagar. Se eu queria o dinheiro pra comprar meus remédios e outras coisas, assim não dava! E cadê o dinheiro? Aí me aperreou. Eu decidi vender a casa.

*Foi só abrir a boca que o neto de meu irmão se apresentou pra querer. Ele era filho do filho de meu irmão. O meu sobrinho-neto. Ele teve o filho com uma dona e levou o filho pra meu irmão criar com a mulher dele. Quando o pai dele morreu, ele já tava rapaz, rapazinho. Depois que ele foi pra faculdade. Ele ficou sabido, minha filha! Me passou a perna! (...). *Nara*.*

Por outro lado, ressentimento, raiva e hesitação foram apreendidos da narrativa de dona *Teodora* ao falar a respeito de uma das irmãs e os sobrinhos, filhos desta.

(...) Porque eu sempre fui arrimo de família. Aí ajudei uma irmã por muitos anos... ajudei com os filhos. Aí quando o marido dela morreu, mesmo é que eu tive que voltar e ajudar mesmo. Por que lá eu não podia mais né... não podia me sustentar e sustentar eles aqui. Porque lá eu não podia mais né... não podia me sustentar e sustentar eles aqui. Porque ele vivo; ainda dava a comida, mas era só, porque o resto era tudo eu que dava. Aí tive que vir... aí fui ajudar até... [Pausa] ...até quando cresceram. Porque já faz mais de trinta anos que eu voltei e eles eram pequenos. Hoje já tão na faculdade. Outros formados. Outros terminando de se formar. E é assim ...chega uma certa idade se você não ajuda, você não pode, você não é mais nada! E eu tive a experiência de morar com eles e não deu certo! Aí fui morar só. Minha mãe morreu e aí eu fui morar só, mas chega um tempo que você não... O salário mínimo não dá pra você se sustentar, comprar

remédio, alugar casa, pagar casa né? E foi esse o motivo de eu vir pra cá. (...)
Teodora.

As lembranças de dona *Cristina* e dona *Teodora*, em especial, se aproximam daquilo que Michael Pollak (1989) denomina de “memórias subterrâneas”, pois envolviam sombras, ressentimentos e lhes causavam perturbações. *Teodora* contou que, por muitos anos, foi o esteio da família e sempre pagou tudo àqueles familiares - de roupas a material escolar dos sobrinhos, ainda crianças. Hoje se arrepende de tal atitude e diz:

(...) Se eu tivesse feito curso superior, era aposentada com mais de um salário. Hoje em dia eu não vivia aqui! Devia ter meu apartamento, minha vida melhor, mas eu só pensava em família. Meu pai já tinha falecido, mas minha mãe não. Ai pronto, fiquei assim. E hoje em dia parente não quer nem saber! Nem ligam se eu tô bem ou não. [Fala em tom de raiva]. Não tão nem aí. E... deixa pra lá! Eu já fiz, né! Só que se fosse fazer agora, eu não ia mais. Jamais! Jamais! [É enfática]. (...)
Teodora

Além daqueles sentimentos, as narrativas também apontam que a memória é reconstruída com dados do presente. Isso pode acarretar em uma nova análise, reflexão ou compreensão a respeito de um fato que ocorreu no passado, como o faz dona *Teodora*.

Assim, ao relembrem a experiência da “entrada” na vila, *Cristina*, *Teodora*, *Vera*, *Nara*, *Celeste* e *Josefa* trazem à tona pessoas, lugares, situações e informações. Resignificam tais experiências e examinam o passado enquanto narram. Ressaltam, sobretudo, as dificuldades financeiras para suprir o custo de um aluguel e compra de remédios e alimentação, os ressentimentos com familiares e as dificuldades e os conflitos de adaptação vividos em casas de parentes e outras pessoas.

No percurso da investigação, nossos contatos iam se estreitando enquanto eu buscava focalizar, em suas narrativas, a articulação entre dimensões da vida que constituem os sujeitos através das experiências de trabalho, aposentadoria, (des)construções de gênero, classe social, raça, regionalidade etc. Nessa direção, prossigo no terceiro capítulo analisando intersecções de marcadores sociais da diferença que me ajudaram a compreender quem são as mulheres “em processo de envelhecimento” que na fase da velhice foram morar no Abrigo São Vicente de Paulo.

4 TRABALHO, APOSENTADORIA E CONSTRUÇÕES SOBRE O PRESENTE E O “FUTURO”

4.1 Aposentadoria: futuro previsível para as mulheres?

A maioria das narradoras mencionou que recebe o valor de um (01) salário mínimo de aposentadoria (R\$ 880,00/Oitocentos e oitenta e oito reais)⁵⁴ por tempo de serviço prestados. Somente dona *Celeste* referenciou que recebe o valor bruto de, aproximadamente, R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), mas alguns empréstimos consignados lhe fazem receber o valor líquido de R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais).

Os trechos de narrativas a seguir mostram que a preocupação com a aposentadoria não era um ideal ou “projeto de vida” (GOLDENBERG, 2013, p.11) de *Vera, Cristina e Josefa*, pois, devido à distinção feita entre espaço privado e espaço público até meados do século XX, as mulheres não eram orientadas a resolver problemas que envolviam, sobretudo, questões financeiras ou jurídicas. Essas demandas não eram responsabilidades que lhes fossem inculcadas desde criança, como atos performativos de gênero, uma vez que, em geral, a norma social orientava as mulheres para casar, constituir família e ter filhos, como destacarei posteriormente.

Nesse sentido, muitas mulheres não sabiam quais caminhos deveriam ser percorridos e nem os trâmites burocráticos que deveriam ser acionados para que pudessem ser beneficiadas por ocasião da aposentadoria. Assim, conforme narram *Vera, Cristina e Josefa*, muitas seguiam suas vidas sem informações sobre leis e políticas sociais, nas quais o “projeto” de futuro financeiro era ausente.

(...) Eu já tô com mais de 70 anos...sou de 1944. Por que eu tenho duas datas. O documento veio 1949 e eu sou de 1944. 1º de setembro de 1944 e no documento veio 1949 aliás, cinco anos que foram diminuído, na época, pra eu poder estudar. Isso complicou até no meu Benefício [Benefício de Prestação Continuada]⁵⁵. Foi difícil pra dar entrada. Eu tive que recorrer. Andei tanto... até pela Defensoria

⁵⁴ Valor das aposentadorias referente ao ano 2016, com base no Decreto 8.618/2015. No ano seguinte, 2017, o valor das aposentadorias passou a ser de R\$ 937,00 (Novecentos e trinta e sete reais), segundo a Lei nº 13.152/2015. Em 2018, segundo Decreto 9.255/2017, o valor das aposentadorias passou a ser de R\$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais).

⁵⁵ O Benefício de Prestação Continuada é concedido pelo INSS a pessoas maiores de 65 anos de idade e portadoras de deficiências incapacitantes para a vida independente e para o trabalho (BRASIL, 1993) que comprovem que o valor total de sua renda e dos membros da família, dividido pelo seu número de integrantes, seja inferior a ¼ do salário mínimo vigente no país.

Pública, mais de ano. E não deu certo porque eles exigiram até o Batistério. Eu não sabia nem que isso ainda existia.

Eu fui em Vitoria [do Mearim]⁵⁶ ... olha, porque eu fui registrada lá em Bacabal Aliás, em Vitorino Freire. E toda documentação dessa época foi pra Vitoria do Mearim. O Padre faleceu e tudo da Igreja foi pra Vitoria do Mearim. Aí tive que ir. E lá ainda era tudo manual. [Risos]. Do tempo daqueles livros de registro que eram preenchidos à mão. Não sei se já mudou. E a moça rasurou uma letrinha, no meu nome, no meu Batistério e a juíza não aceitou, lá em Bacabal. Que eu ia tirar meu Registro [Registro de Nascimento]. Eu só tinha uma declaração para fins escolares. Tirei essa declaração para fazer a inscrição no colégio, que eu morava nessa época lá. (...). Faltava dois anos pra dar entrada no meu Benefício quando eu comecei esse processo, mas demora. A coisa é demorada! Resultado: “Aí planejei ir pra lá, mas já tava tão perto, eu decidi esperar com o Registro de 1949”.

E era só ir lá pra ela me dar o Registro novo, a juíza. Aí pensei e disse: “Não vou mais não.” Era R\$120,00 [Cento e vinte reais] e eu não tava com esse dinheiro, mais pagar a passagem e já tava tão perto. Aí fui esperar. Peguei tudo que tinha, fui trocar a identidade. Lá não quiseram tirar. Eu apresentei a declaração para fins escolares e já tinha dado entrada no Benefício com ela. Lá aceitaram, mas pra tirar outra identidade não. Ai me preocupei. Ela me disse que eu tinha que trocar. Uma outra moça me ajudou no dia. Disse assim: “Vai lá na Deodoro e lá tem um Correio Postal. Você vai lá que você consegue esse documento sem precisar ir em Bacabal.” Foi R\$220,00 [Duzentos e vinte reais]. Aí meu Deus! Pensei, pensei... que eu nem em condição de costurar, eu tava. Porque eu costuro, sempre costurei. Aí eu vim pra casa pensando e vim. Depois eu tava de viagem marcada pra Santa Inês⁵⁷, na época que meu pai entrou em crise, e fui. Cheguei lá era R\$150,00 [Cento e cinquenta reais]. Não exigiram nada pra dar entrada e fazer a busca. Perguntei se podia mandar outra pessoa lá e disseram que sim. “Pode! Você pode mandar outra pessoa e a documentação.” Mandei meu sobrinho. Ele levou tudo e recebi com dois dias. [Risos].

*Só que aí vou tirar a identidade aqui. Eu moro perto e vou. Aqui é mais fácil que no interior. Já tô com o Registro certo, mas com a idade diferente. (...) E eu sempre digo a idade certa, principalmente, em médico. E só falta eu tirar a identidade nova. E botar o CPF na mesma cédula. E o Benefício eu já tô até recebendo. Vai fazer um ano em abril. Tive que esperar. Eu dei entrada e só por causa desse documento, demorou. Eu ainda pensei que da época que eu dei entrada, eu fosse receber os atrasados, mas não. Os meses anteriores, não recebi. Foi contado só a partir da última data que eu fui lá no INSS, que apresentei a documentação completa e é só mesmo os R\$ 880,00 [Oitocentos e oitenta e oito reais], mas já é uma ajuda. E quando eu era mais nova eu podia ter evitado isso. Uma amiga minha perguntava muito. Incentivava que eu pagasse aqueles carnêszinhos amarelo, meio laranja, do INSS, mas eu sempre fui deixando pra depois e não ligava. Nunca pensei que... em me aposentar, que fosse precisar me aposentar porque eu me virava com as costuras, com meu trabalho, e fui levando a vida assim. *Cristina.**

(...) Meu pagamento é só dia seis, um salário mínimo. Quer dizer, graças a Deus eu ainda tenho isso. Dá né, mas você trabalhar pra ganhar só um salário!! E o pior é que isso aí eu não reclamo, sabe, porque foi problema meu mesmo. Assim, eu nunca ganhei salário mínimo na minha vida, todo o tempo que eu trabalhei. Só que eu trabalhei dezoito anos na Telefônica, aí quis trabalhar por conta própria.

⁵⁶ Município distante, aproximadamente, 369 quilômetros da capital maranhense.

⁵⁷ Município distante, aproximadamente, 241 quilômetros da capital maranhense.

Quis fazer... comecei a investir em roupas. Eu viajava pra comprar roupas. Vendia muito! Olha, eu tô nessa porque tenho que tá, porque eu vendia muito! Eu ganhava bem! Vendia roupa. Até no começo da Globo eu vendia pro pessoal De lá, da Globo. Aqui tem gente que não acredita e diz que eu sou mentirosa [Fala em tom de voz mais baixo]. Inclusive a minha casa vivia cheia. Eu vendia muito, muito! Aí deixa eu te dizer...quando eu fui pagar, eu mesma que fiz né, no Banco Nacional, essa época, aí eu dei entrada e tudo, mas eu pagava um salário mínimo, mas eu não tô sabendo! Fui pagando, aí quando eu fui pra me aposentar, que eu me aposentei com vinte e cinco anos, então eu tinha vinte e oito anos, três anos a mais, quando eu fui dar entrada o rapaz olhou na minha carteira e disse: “É uma pena!” Eu: “Porquê?” Ele respondeu: “Porque a senhora se aposentou com um salário. A senhora nunca ganhou um salário, não é?” “Eu não! Eu nunca ganhei um salário! Eu pensei que fosse pelo salário da carteira”. E ele disse: “Não, você tinha que aumentar para pagar. Eu também nunca perguntei!”.

(...) Quando eu dei entrada na minha aposentadoria, que o rapaz olhou, disse: “Nossa senhora! A senhora trabalhou bem, hein?! Era pra se aposentar muito bem!” Mas tudo bem, eu acredito no destino. O destino quis assim! Eu nunca liguei pra nada. (...) Eu me lembro...a minha prima... eu tenho uma prima que a gente morou junto. Aí a minha prima... primeiro moramos na casa da minha tia e depois morávamos juntas. Alugamos apartamento. A gente morava junto, uma se empregava e tinha época que uma tava sem emprego e a outra segurava as pontas. Aí a outra se empregava, era assim. Mas ela sempre foi assim, mais segura [Mostra com a mão fechada] ... segura no dinheiro. Ela chegava pra mim e dizia: “Veeeera!” E eu sempre ganhei mais que ela. “Cuidado! Guarda teu dinheiro. Pensa no dia de amanhã”. Eu dizia: “Amanhã a Deus pertence! Eu lá quero saber do amanhã!”. Ah, mas eu gostava de gastar. [Risos] (...) Vera.

Eu nasci num lugar chamado Ponta da Capoeira, em São João Batista e me criei, me casei com quinze anos. Lá mesmo, no interior e me mudei pra São João Batista, porque meu esposo morava lá e aí eu me mudei. (...) Morei quatorze anos lá. Os meus filhos nasceram todos lá. Passei mais trinta e dois anos aqui e voltei pra lá, pro interior (...). Quando meu filho morreu, a gente ainda levou ele arrastando o pé, mas daí pra frente, foi só piorando. A gente botava ele em pé e ele não firmava. Ele tinha...eu acho que naquele tempo...ele teve um AVC e ninguém soube dizer. O irmão dele ainda teve aqui, trouxe ele, mas o médico disse que não tinha mais jeito. Só se fosse na mesma hora, na hora que ele passou mal. Na hora, se trouxesse, porque ele não ficou debilitado na hora. Ficou só assim, apático. Sem dar conta de nada e com dificuldade de andar. Eu acho que foi AVC. Meu caçula ainda não tinha um ano quando aconteceu. (...) Meu marido trabalhava na lavoura, era com roça de Mandioca, Arroz, Feijão, Milho e quando a gente veio pra cá ele não trabalhava mais. Ele ficou adoentado e ficou encostado. Aí ele recebia o benefício do INSS. Ele ficou recebendo até morrer, porque eu fiquei cuidando dele mais de quinze anos. (...). E lá eu cuidava da roça, também. Ele adoeceu lá e eu fiquei trabalhando na roça e cuidava dele, também. Quando eu voltei pra lá que eu me aposentei. Eu recebo um salário. Sou aposentada como lavradora. (...) Josefa.

No caso de Dona Josefa, a partir de suas lembranças, pode-se deduzir que sua aposentadoria rural foi conquistada segundo as regras de concessão que passaram a vigorar após 1991, pois, naquela ocasião, a idade mínima para requerer

aquela modalidade de benefício foi alterada pelo sistema previdenciário brasileiro⁵⁸. Nesse sentido, Marcia de Castro (1997) destaca que brechas legais fizeram com que muitas mulheres que moravam no contexto rural brasileiro conseguissem se aposentar. A autora explica:

Por exigir uma carência de apenas 5 anos de contribuição, muitas mulheres (em sua grande maioria donas de casa), começavam a contribuir como autônomas aos 55 anos de idade, de tal forma que ao atingir 60 anos (idade mínima necessária para requerer a aposentadoria por idade) já reunissem as condições mínimas para ingressar no Sistema Previdenciário. A expectativa média de permanência dessas mulheres na condição de beneficiárias era superior a 17 anos, embora tivessem contribuído apenas cinco (CASTRO e FERNANDES, 1997 apud CASTRO, 1997, p.20).

De outro modo, dona *Celeste* e dona *Nana* pensaram a respeito da aposentadoria e mostraram desenvoltura para resolver burocracias pertinentes àquela temática, conforme narram a seguir:

(...) No começo eu trabalhava a noite, num colégio no Anil. Passei vinte e seis anos e três meses. Quando foi na época da prefeita Conceição, a prefeita, ela decidiu que quem morasse no Anil iria trabalhar no Anil. Quem morasse no Monte Castelo, trabalharia no Monte Castelo. E aí eu fui transferida pro Colégio Bandeira Tribuzzi. E foi melhor pra mim. No outro eu cuidava de documento de aluno. Ajudava nessa parte. Eram muitos armários como esse [Aponta para o armário de ferro em sua sala] grandes e muita pasta, papel. Era agoniado. E depois, já no outro, eu caí na parte que eu gosto: na cozinha! Eu era responsável pela entrega da merenda na cantina. A supervisora me passava o que chegava e eu ia fazer o cardápio para a semana, mas aí eu ajudava também, porque sempre gostei de cozinhar. Ajudava na preparação das comidas porque eu gostava. Nós éramos seis pessoas na parte da cozinha e tinha seu Índio, também porque ele que carregava as coisas pesadas pra nós: gás, caixa de alimento, panelas grandes. Eu ia e passava a tarde toda lá. Quando passei pra lá, mudaram meu horário também, mas eu nem achei ruim. Sempre fiz minhas coisas, em casa, cedo e continuei. Me aposentei com trinta anos de serviço, mas eu ganhava muito mais costurando. O salário era uns Cinquenta Cruzeiros [Cr\$ 50,00], por exemplo, e eu já tava morando na vila, no Monte Castelo. Devo ter já uns vinte e poucos anos de aposentada. Foi no Governo de Tadeu Palácio que eu me aposentei. Deu uma confusão! O processo ficou perdido e eu fui atrás com uma amiga. O processo tava por último na mesa. Embaixo de todos. Já tava mofando, mas eu recebi retroativo. Cinco ou seis anos, eu acho. E isso porque eu descobri! Imagina quem é bobo? Aí fiquei na costura e nos projetos sociais para adolescentes. (...) Celeste.

⁵⁸ A Constituição Federal de 1988 determinou alterações na previdência social brasileira que só foram regulamentadas em julho de 1991, com a nova promulgação da nova Lei de Benefícios (Lei nº 8.213/91). Dentre as principais mudanças estavam: a redução da idade mínima exigida para a aposentadoria de trabalhadores rurais (antes fixada em 65 anos para ambos os sexos, foi alterada para 55 e 60 anos para mulheres e homens, respectivamente); o direito às mulheres de se aposentarem, proporcionalmente, ao completarem 25 anos de tempo de serviço; a extensão da pensão por morte a viúvos/as e/ou companheiros/as; a equiparação entre segurados urbanos e rurais e a imposição de um piso mínimo de um salário mínimo.

Trabalhei lá três anos. Esses três anos eu levei pra me aposentar. Consegui juntar. (...) Então juntei três anos com dois, fez cinco anos. E eu levei esses cinco anos pra me aposentar. Aí eu fui até lá pra ele assinar num papel que eu tinha trabalhado esses dois anos lá e ele disse: “Pois não, Nara, assino na hora!” e assinou. (...) Depois que me aposentei, trabalhei mais um ano, mas não quis ficar porque me cansei demais. O balcão cansava a gente demais. (...) Eu tenho mais de quinze anos de aposentada. Ganho um salário. Não lembro agora quando foi, mas é isso, ou mais. Foi com uns sessenta e dois ou sessenta e três anos que me aposentei.

*(...) Quando eu me aposentei aí eu fiquei mais na minha casa. Arrumando as minhas coisas. Ajeitando, que eu não tinha tempo antes. Eu já morava na minha casa, no Monte Castelo. A casa de meus pais já tinha vendido. Já tinha sido vendida, a casa deles, e eu já tava na minha casa. Bem pertinho da Casa dos Queijos. Arrumei quando recebi o FGTS (...) *Nara.**

*(...) Fui aposentada com um salário, né. Trabalhei muito tempo com Contabilidade e fui me aposentar ganhando pouco. O salário mínimo não dá pra você se sustentar, comprar remédio, alugar casa, pagar casa né, aí foi esse o motivo de eu vir pra cá. (...) Se eu tivesse feito curso superior, era aposentada com mais de um salário. Hoje em dia eu não vivia aqui! Devia ter meu apartamento, minha vida melhor, mas eu só pensava em família. (...) *Teodora.**

Estes trechos de narrativas também revelam as transformações ocorridas nos sistemas de atendimento e informação referentes ao sistema previdenciário brasileiro. *Vera, Cristina, Celeste e Nara* relembram (independentemente da contribuição previdenciária ser como trabalhadoras da esfera privada, pública ou autônoma) que antes precisavam realizar pagamentos dos carnês de contribuições previdenciárias junto ao banco; que os documentos poderiam se “perder” no decorrer da análise do processo ou ficarem, por muito tempo, “esquecidos” debaixo de outros papéis; ou, ainda, que precisavam se dirigir muitas vezes a postos previdenciários para entregar documentos pendentes.

Essas questões problemáticas não foram totalmente eliminadas, ao longo das últimas décadas, mas as principais características do atual sistema previdenciário brasileiro decorrem do uso de “tecnologia de automatização da vida pública” (PEIXOTO e CLAVAIROLLE, 2005), tais como banco de dados informatizado, senhas eletrônicas, guichês de autoatendimento, atendimento via telefone e/ou digital e etc.

De acordo com as autoras, essas ferramentas tecnológicas passaram a ser utilizadas com intuito de melhorar o atendimento dos serviços públicos objetivando agilizar a busca de informações e, principalmente, fazendo com que os cidadãos

demorassem o mínimo possível em suas consultas e/ou atendimentos. Contudo, Clarice Peixoto e Françoise Clavairolle (2005) advertem que, apesar das mudanças tecnológicas, nem sempre os serviços públicos conseguem ser ágeis, concisos e eficientes, como foram planejados.

Isto pode ser percebido no atual sistema previdenciário brasileiro, que não consegue suprir as demandas de seus usuários. As matérias que são veiculadas pela mídia impressa e televisiva destacam os desconfortos e as inúmeras reclamações a respeito, por exemplo, da demora em relação à marcação de agendamentos, realização de perícias médicas e solicitações para concessão ou deferimento de aposentadorias.

Para buscar resolver as principais queixas e dificuldades de muitos cidadãos brasileiros, em agosto de 2017⁵⁹, foram anunciadas mudanças que “prometem” acabar com as filas nas agências do INSS. Dentre elas estão: concessão automática de aposentaria por idade, concessão de salário-maternidade às mulheres que estão com dados cadastrais atualizados e concessão automática de aposentadoria por tempo de contribuição. Esses benefícios serão cedidos a partir de cruzamento dos sistemas de dados do INSS, do Governo Federal e dos registros de nascimento dos cartórios do país. Resta-nos aguardar para vermos como tais mudanças serão implementadas e, sobretudo, se a celeridade, eficiência e eficácia propostas serão alcançadas⁶⁰.

Por outro lado, aqueles trechos de narrativas também destacaram as insatisfações e as dificuldades financeiras decorrentes dos valores dos benefícios previdenciários recebidos (em geral, um salário mínimo). Esses aspectos foram, recorrentemente, narrados por *Cristina, Celeste, Teodora e Vera*. Elas destacaram, principalmente, que, em certo momento da velhice, o valor das aposentadorias recebidas não conseguiu suprir todas as necessidade básicas, ocasionando algumas consequências nas vidas dessas mulheres, como residir no ASVP.

⁵⁹ Informação disponível no site: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/inss-vai-conceder-aposentadoria-por-idade-de-forma-automatica.ghtml>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

⁶⁰ A partir de 21 de maio de 2018, o agendamento para concessão de benefícios previdenciários por idade e salário-maternidade deixou de ser presencial e, então, passou ser realizado via telefone ou site. Informação obtida no site: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/inss-estima-que-ate-20-das-aposentadorias-por-idade-pedidas-por-internet-e-telefone-terao-concessao-automatica.ghtml>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

A despeito dessas dificuldades financeiras, dona *Celeste* e dona *Nara* acrescentam que “caíram” nos engodos e fraudes financeiras que as levaram a viver naquele abrigo.

Dona *Celeste* revelou que alguns empréstimos, em seu nome, foram realizados sem sua autorização. Ela recorda, a seguir, que estava doente e uma amiga se ofereceu para comprar os remédios de que necessitava.

(...) Sempre ajudei as pessoas e com isso, às vezes, me dei mal. Uma amiga ficou de me ajudar para comprar uns remédios com meu cartão e senha. Eu dei porque estava muito doente. Ela foi, aproveitou pra pedir...ela me pediu um dinheiro emprestado e eu dei. Ela foi e fez um empréstimo no meu nome. Eu quando soube fiquei anestesiada. Fui no banco pra ver o que estava acontecendo e lá descobri que foi ela. Gilberto foi comigo [Fala em tom de voz mais baixo]. Ele nem gosta de ouvir essa história porque já xingou tanto aquela mulher. Queria que eu fosse dar parte dela na polícia, mas eu não tive coragem. Ele já chamou ela de ladra, vagabunda, tanta coisa... [Aumenta o tom de voz]. E ela é pessoa que nem precisa. O pai era militar e ela recebe muito bem, muito mesmo, aquelas pensão...pensão vitalícia... até hoje. E eu fiquei com a dívida, tô pagando até hoje. Ainda tá na metade.

(...) Uma prima minha... Ela tá sempre aqui na Igreja da Conceição, e foi ela que disse: “Celeste, tu queres ir lá pro abrigo dos idosos? Se tu quiser, eu falo lá com dona Estela”. Eu disse: “Eu quero”. Celeste.

Como se percebe, Dona *Celeste* entregou sua senha bancária e cartão magnético (com o qual recebe o benefício previdenciário) à amiga, para que esta comprasse os medicamentos. Entretanto, sua amiga também teria aproveitado a oportunidade para realizar empréstimos (na modalidade Crédito Direto Caixa/CDC Automático), junto ao banco em que dona *Celeste* recebia sua aposentaria. Apesar de descobrir o que tinha sucedido, *Celeste* não quis denunciar a amiga junto aos órgãos de proteção, como Delegacia de Polícia (DP) ou Ministério Público Estadual (MPE), nem exigiu que ela lhe ressarcisse. Ela preferiu assumir a dívida, a ser paga em 48 meses (dos quais já foram pagos a metade), mas teria se afastado da amiga, embora ainda lhe convidasse para algumas festas que realiza, de aniversário e ladainhas religiosas, a contragosto de alguns amigos e outras pessoas conhecidas que souberam do ocorrido.

Nara, por sua vez, também se envolveu em um engodo ao decidir vender sua casa própria para seu sobrinho-neto. Ela narra como tudo aconteceu desde sua aposentadoria:

(...) Me aposentei. (...) Aí eu fui arrumar. Ajeitei a casa e tudo... Mandei fazer uma pintura na casa. (...) Comprava as coisas e botava num canto, (...). E nisso eu tirei a cama, pra dar espaço, e fui dormindo na rede enquanto reformava. Quando eles terminaram eu pedi. Agora eu vou botar minha cama. Pedi pros moços da reforma pra botar antes de irem embora. Aí pedi: “Vocês vão botar essa cama pra mim, meus filhos, antes de ir embora. Tá bom?” E eles botaram. Armaram a cama e ficou tudo bom.

Depois eu tive morando lá e foi passando. Foi passando... Aí foi o tempo que meu cunhado faleceu. (...) Quando fez um ano de morte, a minha irmã foi lá, em casa, com um neto dela. Ele já era rapazinho, o neto dela. Ela tem quatro netos. Tudo do filho dela. Ainda hoje eles moram lá, mas só... não são todos. Cada qual tem sua casa. Só esse que mora lá com a mãe dele. E mais duas meninas. Uma tem treze anos e a outra tem quatorze anos. E eu tive lá morando com eles. Tive um tempo com eles. Eu tive uma temporada lá. (...) Depois eu fui pra casa de meu irmão. (...) eu fui morar com meu irmão na Liberdade. (...) Aí eu aluguei minha casa. (...) não pagavam direito.

(...) Aí meu irmão, que é mais velho do que eu, e o neto dele não era bom... (...) E quando eu falei em vender a casa, ele foi o primeiro! Me enganou! Botou um dinheirinho lá na Caixa[Caixa Econômica Federal]... porque minha casa valia mais! Ali é uma rua que tudo passa, bem movimentada, de comércio por perto... É bem localizada! O moço dizia: “Dona Nara, a senhora... a sua casa era pra ser vendida por mais de R\$ 30 [Trinta mil reais]. Era pra ser uns R\$ 35 a 45 Mil [Trinta e cinco a quarenta mil reais]. A senhora achava! Não esse valor que ele lhe pagou. Ele foi bandido! Aquilo foi olho grande! Ele vai pagar tudo isso!”. E a família que ele tem fizeram tanta coisa que eu saí da casa.

Ele comprou a casa pra ele e a mulher dele, que ele já tinha casado. Por pouco ou, quase nada, mas minha casa valia mais do que ele me pagou. Na hora de pagar, tô pensando que ele botou mais na Caixa Econômica, que nada! Botou pouco! Botou só R\$ 25 mil [Vinte e cinco mil reais]. Sei que eu comecei a pensar e não podia desfazer o negócio, porque ele já tinha investido na casa. Quando eu fui ver, aí eu fiquei assim besta.

O gerente até estranhou e perguntou o que eu tinha. Eu tava pálida e comecei a chorar. Aí fui dizer pra ele. Ele disse: “a senhora já fez o negócio no cartório?”. Eu disse que já. Não podia fazer nada porque se ele não tivesse mexido na casa, eu ia desfazer o negócio. Eu ia desfazer. “Tire seu dinheiro do banco e me devolva a chave da minha casa”. Mas não dava. Ou eu ia vender pra outra pessoa. E já tava feito tudo. Ele ficou com pena, o gerente.

Ele gastou dinheiro na casa, não vou negar, mas só pagar R\$ 25 mil [Vinte e cinco mil reais]? A casa ficou bonitinha! E, depois, ele vendeu minha casa por R\$ 70 mil [Setenta mil reais]. Ele hoje em dia tá morando na Cohama, mais meu irmão. Ele e a mulher dele. E a casa, ele passou pra outro.

Quem comprou me disse que pagou R\$ 70 mil [Setenta mil reais]. Quer dizer, ficou bonita a casa. A dona mandou eu entrar na casa. Que eu ainda fui lá, expliquei tudo, mas ela deixou eu entrar. Sei que minha casa não valia o que ele me pagou. Rapaz, mas eu fiquei triste! Triste, triste! (...) passei uma temporada lá. E lá eu me dei bem com duas vizinhas. Elas que arranjaram essa casa, aqui, pra mim. (...) *Nara*.

A venda do imóvel, por um preço abaixo do que fora acordado com aquele rapaz, trouxe algumas implicações à dona *Nara*. Ela passou um tempo morando “na

casa de um e na casa de outro” até conhecer duas senhoras que intermediaram o contato com o ASVP. Ela não se adaptou em nenhum dos locais que viveu antes, por conta de diferenças de costumes e hábitos que, muitas vezes, a “coabitação de gerações” (PEIXOTO, 2004) acarreta às pessoas “idosas”, fenômeno discutido anteriormente.

Assim, através das lembranças de dona *Nara* e *Celeste*, foi possível apreender fraudes, espoliações, logros e engodos financeiros que são cometidos contra pessoas “idosas”, conforme vemos e ouvimos, cada vez mais, nos noticiários de televisão, jornais impressos e conversas informais.

Uma rápida busca na internet apresenta inúmeras reportagens jornalísticas a respeito do assunto com chamadas/título de matérias como “idosos e fraudes”, “idosos e violência financeira”, “idosos e crimes financeiros”. Em geral, de acordo com Alda Britto da Motta (2014), nas ocasiões em que o assunto é discutido, ele é visto pelo âmbito dos engodos praticados por parentes ou outras pessoas conhecidas, que se apossam de bens, proventos e, inclusive, pressionam os “idosos” a realizar empréstimos consignados em folha de pagamento, conforme fora narrado, respectivamente, por dona *Nara* e dona *Celeste*. Todavia, as fraudes praticadas por bancos ou instituições financeiras têm se tornado cada vez mais frequentes no Brasil, segundo a autora, embora poucos estudos tenham abordado até então essa última modalidade.

Fabiana Almeida (2000), Clarice Peixoto e Françoise Clavairolle (2005) e Alda Britto da Motta (2014) também ressaltam que “idosos” são vistos como uma fonte de renda para familiares e outras pessoas conhecidas. A eles se pode recorrer para pedir divisas emprestadas, por exemplo, que sejam usadas para pagar contas atrasadas, investir em algum empreendimento financeiro, comprar ou quitar bens e etc. em razão dos proventos (aposentadorias e/ou pensões) que recebem, mensalmente, através das aposentadorias e/ou pensões do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) ou do serviço público (Federal, Estadual e Municipal).

Porém, Juliana Rigo (2007) também lembra que os “idosos” são alvos de golpes ou enrolação, pois muitos têm dificuldades de realizar operações bancárias ou utilizar terminais eletrônicos de autoatendimento e acabam confiando que outras pessoas, conhecidas ou não, possam lhes ajudar.

Nesse sentido, baseados na confiança de uma amizade ou nos laços de parentesco, essas pessoas podem entregar seu cartão magnético e senha para que um familiar, ou amigo, realize saques ou compras (como ocorrido com dona *Celeste*) ou, também, assinar alguma documentação de compra e venda de imóveis (conforme narrado por dona *Nara*). Podem, ainda, “cair” em outros golpes ao confiar na boa aparência, educação e gentileza de algum desconhecido ou desconhecida que se aproxime oferecendo ajuda, por exemplo, no momento em que estão tentando sacar dinheiro em um terminal de autoatendimento bancário.

Apesar dos conselhos de alertas e cuidados emitidos por funcionários de órgãos ligados à segurança pública, sobretudo, à população “idosa”, sobre os riscos do compartilhamento de dados e informações pessoais a quaisquer pessoas, Rigo (2007) ressalva que muitos homens e mulheres “idosos” ainda pedem informação e repassam seus dados pessoais, senhas, cartão bancário e documentos a pessoas desconhecidas. Porém, a maioria dos estelionatos, fraudes, furtos e apropriações indébitas (de bens e documentos) cometidos contra “idosos”, ressalta a autora, são praticados por pessoas conhecidas ou familiares, tal como fora narrado por dona *Celeste* e dona *Nara*.

Em meu estudo monográfico, analisei situações de violência cometidas contra “idosos” em São Luís-MA a partir dos casos registrados na Delegacia de Proteção ao Idoso (DPI), de 2005 a 2006. Os boletins de ocorrência, feitos naquela ocasião, me mostraram que 20% (Vinte por cento) do total de delitos cometidos contra pessoas “idosas” se referiam a casos de estelionato, fraudes, furtos, roubos e apropriações indébitas eram praticados por alguém próximo como filhos, filhas, netos, netas, sobrinhos, sobrinhas ou algum funcionário ou funcionária. (ALVES, 2007).

A maioria daquelas queixas diziam respeito a engodos financeiros, apropriação de documentos, como Registro Geral (RG) e Cadastro de Pessoa Física(CPF), cartão bancário, empréstimos consignados⁶¹ fraudulentos, espoliação de bens (casa) e, especialmente, dos proventos recebidos (aposentadorias e/ou pensões). (ALVES, 2007).

⁶¹ Britto da Motta (2014) ressalta que esta modalidade de crédito foi bastante incentivada a partir de 2004. Inicialmente os empréstimos consignados poderiam ser quitados em 36 parcelas, mas o Conselho Nacional de Previdência ampliou este prazo em 2015. A partir de então, aposentados e pensionistas do INSS poderiam liquidar consignados em 72 parcelas. Os servidores federais, que fizessem parte do sistema eletrônico Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), por sua vez, contariam com até 96 parcelas para finalizar os consignados

É possível que o número de ocorrências policiais a respeito daqueles delitos tenha aumentado, consideravelmente, transcorrido o período de uma década. As matérias jornalísticas citadas, anteriormente, destacam o aumento dos casos de abusos financeiros a pessoas “idosas”, mas a questão é sempre abordada dentro do tema: “violência contra idosos”. Neste caso, ao universalizar esta categoria, acaba tornando invisíveis as estatísticas de mulheres envolvidas nesses episódios.

Os únicos trabalhos que discutiram, especificamente, a respeito destes abusos e espoliações financeiras, na última década, foram elaborados por Juliana Rigo (2007) e Alda Britto da Motta (2013 e 2014). As autoras se preocuparam em analisar a motivação e os desdobramentos da realização de empréstimos consignados contraídos, voluntariamente ou não, por pessoas “idosas”.

Juliana Rigo (2007) percebeu que, no município de Palhoça (SC), 90% dos empréstimos consignados foi realizada por mulheres, alfabetizadas (60%) e cuja idade é de 60 a 70 anos (80%). Britto da Motta (2014), por outro lado, não destacou o número total da amostra da pesquisa - dados referentes a dois projetos de pesquisa fomentados pelo CNPq (2011-2013⁶² e 2014-2016⁶³) - mas apresentou quatro exemplos de empréstimos consignados realizados por mulheres. As autoras também ressaltaram que a prática das fraudes ou abusos financeiros é realizada, na maioria das vezes, pelos familiares (filhos, netos e outros parentes). Em seguida, são elencadas as pessoas conhecidas (como amigos, vizinhos e outros) e, por fim, pessoas desconhecidas e instituições financeiras como bancos e empresas que oferecem crédito.

(...) aparecem com frequência nos casos em que diferentes gerações compartilham da mesma moradia, sendo que 2/3 dos agressores são filhos ou cônjuges. Estudos parciais feitos no país mostram que a maioria das queixas dos idosos é contra filhos, netos ou cônjuges, 7% se referem a outros parentes. As denúncias enfatizam em primeiro lugar abusos econômicos, em segundo lugar, agressões físicas e em terceiro, recusa dos familiares em dar-lhes proteção. (RIGO, 2007, p.39).

O abuso ou espoliação financeira a idosos, assim como outros abusos, ocorre em todas as instâncias da vida social – a começar da família. Apesar de toda a contribuição que, é sabido, os idosos dão para o orçamento doméstico, filhos, netos e outros familiares nada raro se apossam de seus documentos e cartões bancários, o que significa, dos seus proventos de aposentadoria e pensões. Ou os pressionam a vender ou lhes ceder a casa de morada, ou ainda, mais recentemente, a contrair empréstimos bancários de difícil

⁶² Projeto de pesquisa “Tempo geracional: acompanhando centenários e pivôs” (2011-2013) realizado com apoio do CNPq. (Britto da Motta, 2014).

⁶³ Projeto de Pesquisa “Longevidade e Tempo Geracional: idades e vicissitudes” (2014-2016) realizado com apoio do CNPq. (Britto da Motta, 2014).

ressarcimento. Principalmente os consignados em folha de pagamento (BRITTO DA MOTTA, 2014, p.06).

Nesse sentido, as fraudes e engodos financeiros que foram ressaltados por dona *Celeste* e dona *Nara* se aproximam, bastante, das assertivas de Rigo (2007) e Britto da Motta (2014), confirmando que pessoas próximas, como amigos e familiares, são os que mais enganam “idosos”.

Em contrapartida, ao narrarem a respeito da dificuldade de se sustentar com os valores de suas aposentadorias, *Teodora*, *Cristina*, *Celeste* e *Vera* lembraram-me da pesquisa realizada pelo Ipea, no ano de 2016, a respeito do crescimento de pessoas “idosas” aposentadas no mercado de trabalho, principalmente, para complementar a renda recebida.

De acordo com Alexandre Alcântara, Ana Amélia Camarano e Karla Giacomini (2016), 76,6% das pessoas “idosas” contam com a aposentadoria e/ou pensão como única fonte de renda para realizar pagamento de contas e despesas pessoais. Dentre estas estão *Cristina*, *Teodora*, *Vera*, *Josefa*, *Celeste* e *Nara*.

A pesquisa também ressaltou que o número de pessoas com mais de 60 anos que continuam trabalhando, após a aposentadoria, cresceu de 2012 a 2016. Dentre os maiores de 60 anos de idade, as mulheres aposentadas que retornaram ao mercado de trabalho, nos últimos quatro anos, somaram 55,5%. Em relação aos homens, o percentual daqueles aposentados que voltaram a trabalhar, no mesmo período, é de 51,6%. (ALCÂNTARA, CAMARANO e GIACOMINI, 2016).

Esses autores ainda ressaltam que a maioria daqueles homens “idosos” aposentados e mulheres “idosas” aposentadas voltaram ao mercado de trabalho, entre 2012 e 2014, por considerarem que *o valor recebido é insuficiente* para honrar seus compromissos (46,9%). Outras relataram que buscavam o trabalho **para ocupar a mente** (23,2%) ou **se sentir produtiva** (18,7%) e algumas disseram que precisaram retornar ao trabalho **para ajudar financeiramente familiares** (9,1%). Dentre todas estas pessoas, 17% trabalham como **autônomas**. Outras 10% são **trabalhadoras informais**; ao passo que 2,1 % são **profissionais liberais** e 1,7% trabalham em **empresas privadas**. (ALCÂNTARA, CAMARANO e GIACOMINI, 2016). (Grifo nosso).

Porém, em primeiro lugar, noto que esta pesquisa não evidencia os dados estatísticos por *coortes geracionais*, isto é, conjunto etário de homens aposentados e as mulheres aposentadas que retornaram ao mercado de trabalho entre 2012 e 2014,

uma vez que aqueles e aquelas acabam sendo englobados pela amálgama da categoria “idosos” e “idosas”, ou seja, todos aqueles e aquelas que possuem mais de 60 anos de idade. Isto dificulta sabermos quais grupos geracionais de “homens aposentados” e “mulheres aposentadas” são abordados no estudo de Alcântara, Camarano e Giacomini (2016), ou seja, se aqueles e aquelas estariam na faixa etária de 60-70 anos, 70-80 anos, etc.

Observo, em segundo lugar, que aquela pesquisa também não informa há quanto tempo aqueles “homens” e aquelas “mulheres” estariam aposentados e aposentadas. Isto faz com que não tenhamos subsídios para afirmar que teriam se aposentado há menos de cinco anos ou, de outro modo, há mais tempo e, assim, buscar entender a relação entre **tempo de aposentadoria x grupo geracional x motivações para reinserção de aposentados e aposentadas no mercado de trabalho**. (Grifo nosso).

Contudo, apesar de divergências, noto que existem aproximações entre as narrativas de *Cristina, Nana e Celeste* e a pesquisa realizada pelo Ipea, em 2016, no que se refere aos motivos e vontades de voltar a trabalhar após a aposentadoria.

Dona *Cristina* se aposentou por idade, mas teve que diminuir o ritmo de trabalho com as costuras por problemas na visão. Ela narra, a seguir, as lembranças de como aprendeu aquele ofício e, também, as complicações de saúde que dificultaram a execução dos trabalhos de costura.

(...) Eu costurava muito. Aprendi a costurar em Bacabal, quando morava com minha tia. Ela que costurava pra vender. Do tempo das anáguas, de lingerie, fazia blusas cheias de coisinhas, biquinhos. Tudo com renda, tinha as combinações. Ela comprava os tecidos. Comprava de peça e fazia. Ela fazia e vendia. No final da tarde ela ia. Tinha a clientela dela. (...) eu não tinha dificuldade pra aprender. Aprendia tudo rápido. Colocar bolso, foi muito rápido! Só que depois que vim pra cá eu me interessei pra tirar as medidas. (...) Nunca fiz um curso. Pode me dar uma fita aí que eu nem sei pra onde vai, mas faço toda peça de costura. Pedia pra pessoa provar, aí eu ia vendo onde era os defeitos. Já dizia como queria ou levava os modelos. (...)

Eu tinha a vista boa e fazia as costuras sem ser muito torta. (...) Hoje eu ainda costuro, mas é pouco. É a lente, então, aumentou [Risos]. Eu ainda costuro. Oh, tem muita coisinha aqui [Aponta para a mesa ao lado]. Essa sacola aqui tem muita coisa pra fazer. Eu tenho uma clientela, costuro pra fora cliente ainda daquele tempo. Tem uma lá do Anil que é do tempo que eu morava na casa de dona Nuncy. Tem outra na Cidade Operária, mas a diferença é que hoje elas é que vem até aqui. Se bem que hoje em dia as pessoas compram mais é roupa feita, mas eu ainda costuro pra elas. Faço reparos, uns apertos, barra de calça. É difícil elas comprarem um tecido e fazerem hoje em dia. Lá uma vez ou outra elas acham um tecido pra uma blusa e compram pra fazer, mas geralmente é

*reparo. Às vezes a roupa ficou grande na medida, lá onde elas compraram, e eu pego pra fazer. Às vezes não é nada demais. Uma manguinha assim, uma barra assim. E eu me criei desse jeito, costurando desde lá, de Bacabal. E eu gostava imensamente da costura, mas com os anos a visão foi ficando fraca. O óculos tem que trocar a lente agora. Hoje mesmo me levantei e tava tudo embaçado, parecia que era uma nuvem assim na frente. Aí eu pensei: “Já deve tá na época de trocar, tá vencida, e vou ter que trocar”. [Fala em tom de voz mais baixo, com ar de preocupação]. *Cristina**

Dentre as demais moradoras do ASVP, dona *Celeste* e dona *Nara* mencionaram que continuaram trabalhando após terem se aposentado, respectivamente, como funcionária pública e comerciária. Entretanto, problemas de saúde e o avançar da idade dificultaram a execução daqueles ofícios.

Celeste gostava de fazer roupas de festa e fantasias de carnaval (principalmente de escolas de samba e blocos tradicionais), mas o problema de Catarata⁶⁴ em seus olhos a impediram de continuar executando suas peças de costura.

O celular de dona Celeste toca e ela vai atender. Ela retorna depois de alguns minutos e volta dizendo que era um grande amigo seu perguntando sobre a cirurgia de Catarata que ela terá que fazer.

Eu vou me operar no final do mês. Tá marcado pra dia 26, mas não vejo a hora dessa cirurgia acontecer. Minha vista é tudo turvo. Só vejo os vultos, as réstias das coisas. (...) Me aposentei com trinta anos de serviço, mas eu ganhava muito mais costurando. O salário era uns Cr\$ 50,00 [Cinquenta cruzeiros], por exemplo. (...) Foi no governo de Tadeu Palácio que eu me aposentei. (...) Aí fiquei na costura e nos projetos sociais para adolescentes. E lá tinha o Boi de Fita, o Bloco Tradicional de crianças. Sempre tinha alguma coisa. Nessa época eu já tava separada e lá em casa viro o centro de encontro para pensar as coisas do Carnaval e outras festas. Eu fiz muita coisa! Me diverti muito [Risos]. E eu ajudava muitas pessoas, nunca faltava comida e bebida.

(..) Fim de semana, em casa, nunca passava sozinha. A casa cheia de amigos, gente legal. (...) Sinto falta disso e da minha costura. Essa foi a minha vida! (...) Eu sempre acordei, tomei café, fui fazer almoço ou lavar roupa, logo cedo, e depois eu já tava livre pra minhas costuras. Aqui todo mundo estranha que 9 horas meu almoço tá pronto.

Meio dia esquentava a comida, almoçava e depois, um pouquinho depois, já voltava pra costura. Costurava a tarde toda. Às vezes chegava cliente, conversava e atendia, mas continuava na costura. E nisso eu ia até seis horas da tarde, até sete ou sete e meia da noite. Agora não posso mais como antes (...).

⁶⁴ Doença ocular muito comum em pessoas idosas que provoca a opacificação parcial ou total do cristalino, isto é, uma lente transparente que fica atrás da íris e da pupila, tornando a visão embaçada ou enevoada. A doença pode ter causa senil, adquirida com o avançar da idade, congênita, traumática, por radiação ou secundária ao uso de medicamentos. Informação disponível no site <<https://www.mdsaude.com/2016/01/catarata.html>>. Acesso em 20 out. 2017.

(...) Um ia dizendo pro outro e ia crescendo a freguesia. Eu sempre gostei de roupa trabalhosa. Porque eu olho e nem acredito que fui eu que fiz. É aquele desafio! Tecido trabalhoso era pra casamento. Organza, Guipir, Renda e Gilberto pintava à mão, bordava. Fazíamos exclusividade as peças porque você pegava um guipir normal, tingia e era uma peça única no final. Fazia tons diferentes, dégradé. Era ótimo! Gosto de lembrar dessa época. Me faz muita falta!

Eu lembro dos vestidos que fiz. Até hoje tem modelo que a gente fez. Tá guardado. Peraí...

Dona Celeste se levanta e vai buscar umas sacolas com modelos de croqui de fantasias de carnaval que confeccionou e panos de prato e de geladeira que ela mesma bordou.

Eu guardo tudo pra usar em aula, de modelo, usar mesmo eu não uso. [Risos]. Olha a modernidade fez com que minha clientela caísse, mas um vestido que eu fazia era único. Era elaborado! Você escolhia o tecido, o modelo, o bordado e tem a criação de quem desenha. Tem tudo isso! As pessoas não querem pagar, hoje, o que vale um vestido de festa. Isso que caiu minha renda, com as lojas mais populares. A qualidade é diferente. Antes as pessoas pagavam a costura de um vestido de festa, de noiva. Hoje não, casam com roupa alugada.

Eu tenho uma colega que comprou o vestido dela de casamento... alugou, aliás. Ela alugou pra casar. O braço... ela pegou uma micose que o braço ficou tomado de coceira. Ela foi até no Rio, São Paulo, mas demorou muito pra descobrir. Às vezes, nem lavam nesses lugares. Usam e já entregam pra outra pessoa. Uma outra colega minha... essa minha colega pedia até calcinha emprestada. Calcinha e maiô, pras outras amigas dela. Isso é horrível. [Risos]. Difícil de acreditar, né, minha filha, mas é verdade. É verdade! [Risos]. Celeste.

Nara, por sua vez, deixou de trabalhar porque se sentia cansada ao não conseguir acompanhar o ritmo de trabalho de outrora:

(...) Depois que me aposentei, trabalhei mais um ano, mas não quis ficar porque me cansei demais. O balcão cansava a gente demais. (...). Nessa época não tinha essas coisas novas. Era só lápis, caderno...no trabalho também. Não tinha computador. Era máquina de escrever e conta feita na mão mesmo. A gente terminava o balanço umas 3 horas da manhã. Era só uma vez no mês, sempre no dia primeiro que a gente fazia o balanço. Lá mesmo eles faziam comida e a gente comia. Naquele tempo a gente trabalhava! [É enfática]. Era conta no lápis e papel, mesmo. A gente tinha que estudar muita tabuada, mas quando começou a ter muita gente eu não dava conta de tá no caixa e atender. Aí ele...o meu patrão, ele arrumou uma moça lá, a Lourdes, e com três meses ela roubou o caixa. E quando deram falta, ele viu logo que foi ela, porque todo mundo ali já era funcionário antigo. Eu até tinha me aposentado e voltei, mas desisti porque não dava mais conta. Era cansativo. (...) Nara.

Cabe ressaltar que a recorrência do ato de costurar, lembrado por dona Celeste e dona Cristina, chamou minha atenção para a significação que aquele trabalho tinha, e ainda tem, para essas mulheres. Celeste refletiu sobre o tempo em que estava residindo no ASVP e, logo em seguida, lembrou dos bairros em que residiu e

manteve sua clientela como costureira, bem como das ruas e lojas em que comprava tecidos e outros aviamentos.

(...) Tenho um ano e oito meses aqui. É isso. (...) Primeiro eu morei lá, no Sacavém. Morei uns dez anos lá, me constitui lá como liderança. A escola de samba era lá também, o Salgueiro. Lá tenho muitos afilhados. Muito mesmo! Mais de quarenta! [Risos]. Sempre vem um ou outro aqui. Ou, também, eu fico sabendo que alguém perguntou por mim. [Risos]. Um grande amigo meu... um casa de amigos, moram lá ainda. De vez em quando eu vou pra lá, passar o dia com eles. (...) Cada rua tem dois ou três afilhados. É afilhado de batismo, de casamento. Muitos! [Risos]. De lá eu fui pro Monte Castelo. Morei vinte e seis anos e uns meses. (...) E a minha clientela tava acostumada, comigo, no Monte Castelo. Naquela época não tinha a ponte do São Francisco [Ponte José Sarney] e antes do pessoal morar pro lado de lá, todo mundo morava pelo Centro. Rua São Pantaleão, de Santana, Rua do Sol, até na Rua do Passeio eu tinha clientes. Filipinho, também. Depois que esse pessoal todo foi para o Calhau, São Francisco, Renascença. Fui costureira da esposa de Cafeteira. Doutor Jackson e a esposa, Doutor Cosmo e a esposa. A família de Zé Cirilo toda. Vinha a mãe dele de Pedreiras⁶⁵ pra cá, pra fazer as coisas. Socorrinho e Shirley moravam aqui, mas a mãe dele vinha de Pedreiras, sempre, pra fazer costura comigo. Aí eu passava a semana costurando pra eles. Na outra semana era pra outra família e, assim, ia seguindo. Costurava também pra família Baluz. Era muita gente. Muita gente! Aquele tempo era comum as famílias terem sua costureira. Hoje em dia, não. Hoje é só loja. Eu era conhecida na Rua Grande, de ponta a ponta, nas lojas. Naquela época não tinha shopping e a Rua Grande era um luxo, as lojas. Até fiado, se quisesse, pegava. E eu pegava mesmo. Muitas vezes. Entrava e pegava o que quisesse. Não ia nas lojas mais simples. Era só em lojas que tivessem uma grande variedade de tecidos, bordados, rendas, todo tipo de aviamentos. Celeste.

A narrativa é interrompida, pois uma amiga de dona Celeste chega e elas começam a conversar. (...).

O contentamento com as recordações das roupas e fantasias de carnaval que costurou, bem como cursos e oficinas que ministrou, em projetos sociais, também foram percebidos na narrativa de dona *Celeste*:

(...) Eu fui para o Rio de Janeiro, pra casa de outra cunhada. Passei dois anos e seis meses. (...) Caiu bem porque ela tem ateliê de costura e eu me dei bem lá por isso, foi “sopa no mel”, mas quando a saudade apertou eu voltei. (...) Continuei trabalhando em escola de samba aqui, porque o marido dessa cunhada era da Portela, lá. Então, aqui, eu continuei costurando pra escola de samba, noivas, festas, tudo eu fazia! (...) Me aposentei por tempo de serviço e, paralelo a isso, fazia trabalhos sociais e também minhas costuras. Os trabalhos eram com Padre Mário da Paróquia do Vicente Fialho. Eu dava aula de corte e costura. E nesses projetos eu conheci muitas pessoas (...) que me abriram portas para costurar. Fazia roupa de festas, noivos, formaturas. Eram roupas elaboradas. Era muito bom! Celeste.

⁶⁵ Município distante, aproximadamente, 290,5 quilômetros da capital maranhense.

O ato de recordar ainda destaca as transformações ocorridas no espaço urbano da cidade, bem como nos costumes, formas de negociação e modos de executar ofícios. Assim, a São Luís de outrora foi relembrada através de prédios e edificações que ainda não existiam nesta cidade, segundo *Celeste*. As mudanças mais significativas ressaltavam: “*naquela época não tinha a ponte do São Francisco*” e “*aquela época não tinha shopping*”. Além disso, também foram percebidas no seguinte fragmento: “*Aquele tempo era comum as famílias terem sua costureira. Hoje em dia, não. Hoje é só loja*”.

As narrativas de *Celeste* e *Cristina*, a respeito daquele ofício, revelaram a sagacidade e criatividade que as duas tinham para costurar (e pintar e bordar, no caso de dona *Celeste*), pois as peças eram criadas de modo rápido, embora não menos elaborado, e lhes causavam satisfação e admiração ao serem finalizadas. Todavia, era através daquela atividade que *Cristina* e *Celeste* obtinham recursos financeiros que garantissem o sustento material de alimentos, moradia, transporte, saúde e etc.

Por outro lado, análises a respeito do trabalho/ofício e das profissões são, em geral, recordadas pelo viés de gênero; mais especificamente, experiências de homens trabalhadores. De acordo com Nadya Guimarães e Murillo de Brito (2016), isto pode ser justificado pela produção discursiva e performativa de gênero que assimilava o trabalho executado “fora de casa” como uma atividade produtiva masculina (que geraria renda para sustentar a família), como discutirei posteriormente. A este respeito, os autores ressaltam:

À luz dos dados censitários brasileiros, vemos que meio século atrás o mercado de trabalho era um domínio dos homens; atualmente, deixou de ser assim. Em 1960, quase oito em cada dez homens aptos a trabalhar aí buscavam os meios de sobreviver, contra menos de duas em cada dez mulheres. Nesses cinquenta anos, a incorporação feminina à população economicamente ativa (PEA) quase quadruplicou (...). (GUIMARÃES e BRITO, 2016, p.72).

Vale lembrar que, apesar da inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro ter aumentado, ao longo da segunda metade do século XX, as desigualdades de gênero ainda persistem no mundo do trabalho, conforme ressaltado por Lena Lavinhas, Ana Carolina Cordilha e Gabriela da Cruz (2016). Entre as disparidades destacadas pelas autoras estão: menor remuneração recebida pelas

mulheres, menor taxa de ocupação em empregos formais e aumento do número de horas trabalhadas em comparação aos homens.

Todavia, ainda que as pesquisas sócioantropológicas tenham contemplado mais experiências de homens no mundo do trabalho, a identidade de “trabalhadora” foi bastante destacada por *Cristina, Teodora, Vera, Nara, Celeste e Josefa*. Nesse sentido, percebi que muitas das atribuições, funções ou trabalhos/ofícios que essas mulheres realizaram, ao longo da passagem do tempo, foram aprendidos *in loco*, isto é, “na aprendizagem direta” (DUBAR, 2005, p.257) das tarefas a realizar enquanto costureira, técnica contábil, telefonista, comerciária, funcionária pública e trabalhadora rural. Tais atividades envolviam mais os saberes práticos do “olhar”, “tocar”, “copiar”, “testar”, “errar” e “acertar” do que os conhecimentos escolares que foram adquiridos, no passado, por aquelas seis mulheres.

4.2 Produções de Gênero nas Relações de Trabalho

As lembranças de *Cristina, Teodora, Vera, Nara, Celeste e Josefa* também destacam que o gênero é produzido nas relações de trabalho. O ofício de costureira, por exemplo, era naturalizado com um “saber” natural das mulheres. Os incentivos pela aprendizagem poderiam vir da própria família, assim como de anúncios de jornais e revistas especializadas, em circulação nas décadas de 1940 e 1960 (período no qual aquelas seis mulheres cresceram), que ajudavam nos processos de produção do gênero com propagandas que anunciavam: “**Obtenha sua independência financeira com uma máquina SINGER**” (Grifo nosso).



**Obtenha sua
INDEPENDÊNCIA
com uma máquina
SINGER**

EM SAIR DE CASA, A SENHORA PODERÁ TER UM MEIO DE VIDA SEGURO E INDEPENDENTE. FAMOSA HÁ 89 ANOS, A MÁQUINA DE COSTURA SINGER, LEVE, VELOZ E DE FÁCIL MANEJO, COSE, EMBAINHA, FRANZE E DEBRUA COM PERFEIÇÃO. E PODE SER ADQUIRIDA EM SUAVES CONDIÇÕES. ASSEGURE O SUSTENTO DOS SEUS, COM A MODERNA E DURADOURA MÁQUINA DE COSTURA SINGER.

IMPORTANTE: NÃO NOS RESPONSABILIZAMOS POR MÁQUINAS E ACESSÓRIOS SINGER VENDIDOS FORA DAS NOSSAS LOJAS OU POR VENDEDORES NÃO AUTORIZADOS.

Todas as agulhas e peças Singer legítimas trazem gravado o nome da marca registrada SIMANCO. Cuidado, pois, com as imitações.

O motor elétrico Singer reduz pela metade o trabalho de quem costura.

UM LIVRO GRÁTIS! Envie-nos, por um magnífico livro sobre SINGER SEWING MACHINE. Colize Postal 2967 -

NOME _____
ENDEREÇO _____

Imagem 6 – Propaganda Máquina de Costura Singer.

Fonte: www.estadao.com.br/blogs/reclames-do-estado/maquinas-de-costura-nos-anuncios-do-estado/. Acesso em: 01/03/18.

Devido à baixa resolução que a propaganda acima apresenta, transcreverei o anúncio principal com intuito de auxiliar na compreensão da reflexão que, em seguida, realizo:

Sem sair de casa, a senhora poderá ter um meio de vida seguro e independente. Famosa há 89 anos, a máquina de costura Singer, leve, veloz e de fácil manejo, cose, embainha, franze e debrua com perfeição. E pode ser adquirida em suaves condições. Assegure o sustento dos seus com a moderna e duradoura máquina de costura Singer.

A propaganda reitera a produção discursiva e performativa do gênero ao apresentar a figura de uma mulher com semblante tranquilo e feliz ao costurar com a

máquina de costura “Singer”. As qualidades do objeto são exaltadas naquele anúncio, para que pudessem impulsionar a aquisição do produto. Nesse sentido, a leveza, a velocidade e a facilidade de manejo para coser, embainhar, franzir e debruar iam reforçando que o ato de costurar era uma das atividades pelas quais as mulheres poderiam se interessar nas décadas de 1940 a 1960.

A presença de “motor elétrico” era um elemento que também ajudava a reforçar que os papéis de esposa e mãe, naquele período, não seriam “abalados” ou “atrapalhados” com o ato de costurar, pois aquele motor diminuiria o cansaço e tempo de serviço das mulheres. Assim, permitiria que afazeres domésticos e cuidados com a família fossem conciliados às costuras.

Outro elemento que percebi, naquela propaganda, está relacionado à forma de pagamento das máquinas de costura. Conforme anunciado, o produto poderia ser adquirido, facilmente, em pagamentos parcelados. Esta ressalva permitiria que as máquinas de costura fossem adquiridas por pais, mães e/ou maridos, sem que as despesas do lar e/ou da família fossem oneradas.

A propaganda alertava, sobretudo, que o ato de costurar permitiria “independência financeira” às mulheres sem que estas precisassem sair de suas próprias casas: **“Sem sair de casa, a senhora poderá ter um meio de vida seguro e independente!”** que, ainda, garantiria **“o sustento dos seus”**. (Grifo nosso). Os trechos em destaque lembram-me que “as costuras” estiveram no centro das narrativas de duas narradoras desta Tese. Além de um ofício que lhes permitiu prover suas necessidades básicas (alimentação, moradia, transporte e etc.) e as atenções e cuidados em relação a pai e mãe, como no caso de dona *Cristina*, também foi uma atividade com a qual dona *Celeste* poderia prover a família que desejava constituir, mas não conseguiu em decorrência de dois abortos espontâneos que sofreu e do falecimento de seu terceiro filho.

Do trecho destacado, no parágrafo anterior, ainda se apreende a produção discursiva do gênero no que se refere às costuras realizadas “sem sair de casa”, pois o local das mulheres era no lar. Isso implicava que, naquela época, em geral, as mulheres tinham que direcionar suas atenções, interesses e preocupações, principalmente, para a casa (assim como os filhos e maridos) e que, permanecendo naquele local, estariam seguras e protegidas dos perigos que poderiam ser presenciados nas ruas, questão que abordarei posteriormente.

Entretanto, apesar dos sistemas de regulação, as normas de gênero nem sempre são igualmente cumpridas por todas as mulheres, permitindo que diferentes feminilidades sejam constituídas. *Vera*, por exemplo, recordou que aprendeu a costurar para confeccionar as roupas que ela usaria, principalmente, nos bailes e festas que desejava ir. Ela ressaltou que, apesar de ter feito outros cursos (pintar, bordar e datilografia), não se interessou por nenhuma daquelas atividades que eram consideradas, nas décadas de 1940 a 1960, como se fossem próprias da natureza “feminina”:

(...) Eu quando costurava, era só pra mim. Eu aprendi a costurar pra mim. Pra trocar de roupa. Sempre ter roupa nova pra ir aos bailes, mas eu só fazia tubinho. Na gola eu fazia redondo, quadrado, decotado, mas no corpo era sempre modelo de tubinho. Aprendi corte e costura, mas quer dizer... não fazia todas as coisas. Só costurava mais vestido. Fazia pra minhas irmãs e pra mim. De babado, plissado, de corpo comprido. Pra elas eu fazia esses modelos, mas pra mim só tubinho. Nunca gostei de corpo marcado. Acinturado eu usava novinha, porque eu tinha corpo magro. Aprendi ainda aqui, antes de viajar. Fiz curso de corte e costura. Datilografia também. Fiz datilografia na Hamilton [Máquinas de Escrever Hamilton]. Aprendi a pintar no vidro. Aprendi a pintar azulejos. Aprendi bordar, mas nada disso eu gosto. Nada disso eu faço hoje. Aprendi quando nova, mas não manda fazer que não gosto. [Risos]. Gosto é de fazer palavra cruzada, de baralho, de ver televisão. Às vezes vem um curso desses pra cá e eu digo: “Por que vocês não trazem um baralho?”. Elas não trazem. E tem essa prima minha do Rio que nunca fez curso e sabe fazer tanta coisa! Quero que tu olhes! A primeira coisa que ela fez foi pro enxoval da sobrinha dela. Foi na Casa Almir, lá no Rio, que era só de criança. Olhou e fez de fustão. Todo de rococó na mão. Bordado, lindo. Bonito como o da loja. Lindo, lindo! Até rolo de papel higiênico, ela faz. Garrafa! Garrafas, ela já pintou muitas, mas ela também não repete. Agora ela só faz um modelo uma vez! Não adianta pedir pra fazer igual que ela não faz. Costura, mas não aprendeu em curso nenhum. Eu digo que a pessoa já nasce com o dom. Ela só tem o primário, e sabe fazer coisas lindas! (...) Vera.

Assim, em sintonia com Judith Butler (2014, p.253), destaco que o gênero é um “aparato pelo qual a produção e a normalização do masculino e do feminino se manifestam junto com as formas intersticiais, hormonais, cromossômicas, físicas e performativas que o gênero assume”. Gênero é uma “norma” reguladora que opera no domínio das práticas sociais. Entretanto, segundo a autora, “norma” não é sinônimo de regra, lei ou modelo ao qual os indivíduos tentam se aproximar no campo da inteligibilidade de gênero.

De acordo com Butler (2014), as normas de gênero, explícitas ou não, são discursiva e performativamente atualizadas na prática social por meio de atos e gestos repetidos no tempo, que passam a ser considerados “naturais”, mas a norma nunca

será esgotada ou exaurida, pois “integra tudo o que pretende ir além dela” (Butler, 2014, p.265), como destacado por dona *Vera*, anteriormente.

Judith Butler ressalta:

Gênero não é exatamente o que alguém “é” nem é precisamente o que alguém “tem”. (...) Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. Assimilar a definição de gênero à sua expressão normativa é reconsolidar inadvertidamente o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados. De fato, pode ser que o próprio aparato que pretende estabelecer a norma também possa solapar esse estabelecimento, que esse estabelecimento fosse como que incompleto na sua definição. (BUTLER, 2014, p. 253).

Nesse sentido, apesar de perceber que o ofício de costureira, bem como as atividades de bordar, fazer crochê e tricô, faziam parte do processo normativo de socialização das mulheres, permutações de gênero que não se encaixavam naquele binarismo de atividades consideradas “masculinas” ou “femininas” são, segundo Butler (2014, p.253), “tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo”.

Aqueles saberes artesanais eram, geralmente, transmitidos de uma geração para a outra e incentivados de maneira naturalizada, principalmente, por avós, mães e tias ou, ainda, por exemplares de manuais especializados, como a revista “Crochê e Tricô– Magazine Feminino de Trabalhos Manuais”, que circularam pelo Brasil nas décadas de 1940 e 1950, como destaque a seguir:



Imagem 7 – Revista “Crochê e Tricô”.

Fonte: www.alceupenna.com/index.php/galeria/. Acesso em: 01/03/18.

Nesse sentido, atividades como costurar, fazer tricô e crochê ajudavam a reiterar a construção discursiva da “feminilidade” via domínio de técnicas que utilizavam habilidades e saberes manuais. Era preciso, desse modo, que tais habilidades fossem aprendidas por aquelas mulheres e, conseqüentemente, internalizadas como algo “natural” que as moças deveriam saber fazer.

Entretanto, segundo Butler (2003), o gênero é uma identidade construída por meio de atos e gestos repetidos que passam a ser considerados “naturais”. O gênero

passa a ideia de unidade e coerência, pois é regulado por “normas de inteligibilidade socialmente instituídas e mantidas” (Butler, 2003, p.38) que institui oposições binárias, assimétricas e hierárquicas entre, por exemplo, masculino e feminino.

A autora ressalta:

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência do gênero. (BUTLER, 2003, p.59)

Desse modo, não se deve interpretar gênero como uma marca, atributo ou identidade estável, mas sim como prática discursivamente construída, no tempo, por atos performativos a serem desnaturalizados, abertos a ressignificações e deslocamentos. Assim, nas narrativas de *Cristina*, *Celeste*, *Nara*, *Teodora* e *Josefa*, o gênero aparece, em geral, naturalizado como um “atributo” cultural à espécie humana, na qual homens e mulheres são qualificações marcadas a partir de uma perspectiva biológica “inquestionável”.

Ainda destaco, em conformidade a Pnad Contínua (IBGE, 2016) e os estudos de Alexandre Alcântara, Ana Amélia Camarano e Karla Cristina Giacomini (2016), que dona *Celeste* e dona *Cristina* anseiam voltar a trabalhar como costureiras, por dois motivos: aumentar a renda e ocupar a mente e o tempo com algo que gostem de fazer. Ambas esperam que seus problemas de saúde sejam resolvidos para que possam retomar “suas costuras”.

Todavia, é preciso compreender que o crescimento do número de pessoas aposentadas (com mais de 60 anos de idade) no mercado de trabalho brasileiro a partir de 2015, conforme registrado pelo IBGE, pode ser explicado, de acordo com alguns especialistas da área econômica, pela crise econômica que atingiu o país a partir do início daquele ano. Tal crise econômica teria atingido pessoas, de todas as classes sociais e idades, que sentiram a diminuição do poder econômico para honrar pagamentos de contas e despesas básicas (alimentação, habitação, transporte, energia elétrica, educação, saúde, etc.) com a maior taxa de inflação econômica registrada nos últimos anos três anos; isto é, 10,67% no ano de 2015. (BANCO CENTRAL, 2015).

As dificuldades financeiras mencionadas justificaram e impulsionaram, em sua maioria, as decisões de *Cristina, Celeste, Vera, Nara, Teodora* e *Josefa* por morarem em um abrigo na fase da velhice. Isso também me levou a refletir sobre as experiências de trabalho que essas seis mulheres exerceram ao longo da vida.

Comungando das ideias de Michelle Perrot (1989) e Maria Bernardete Flores (1995), cabe ressaltar que as lembranças de *Cristina, Celeste, Vera, Nara, Teodora* e *Josefa* não expressaram apenas questões que discursivamente foram constituídas como pertencentes à esfera da vida privada. Ao contrário, estas mulheres transitaram tanto na casa quanto na rua, logo suas memórias também indicaram espaços “como o comércio, a acumulação, as diferenças sociais, as mudanças” (Flores, 1995, p.139).

Conforme mencionado, *Cristina* e *Celeste* trabalharam como costureiras. *Vera, Teodora* e *Nara* também recordaram as experiências de trabalho, respectivamente, como telefonista, técnica em contabilidade e comerciária:

(...) Lá eu trabalhei na Companhia Telefônica. Comecei a trabalhar num laboratório. Depois, na Shell, e trabalhei em Companhia Americana. Fiquei mesmo sendo telefonista. Me aposentei como telefonista. Trabalhei dezoito anos e paguei sete. Sete? Isso! Aí me aposentei com vinte e cinco! Que era vinte e cinco anos pra telefonista! Eram vinte e cinco anos pra se aposentar. E hoje ainda é. (...)

Quando eu fui para Rio, teve uma época que eu tava sem emprego. Tava na Praça da Bandeira, na casa de uma amiga minha, foi quando eu desci pra...pra pegar o ônibus pra procurar emprego. Era na época do DKW, Gordini, esses carros, e eu tô no ponto do ônibus pensando no que é que eu vou fazer, como é que eu ia arrumar emprego. Aí para um Gordini. Parou bem perto...Aí ele parou, bem perto de mim, e começou a buzinar. Aí eu fiz que conhecia: “Oi, tudo bem!” E ele: “Pra onde você vai?” “Vou procurar emprego”. Ele disse: “Entra aí”. E aí entrei.

*Naquela época não existia maldade, assim, não tinha essas maldades que existe hoje. Aí eu entrei e quando chegou em frente à Companhia Telefônica ele parou o carro, na Praça Onze, aí escreveu no cartão dele um bilhete e disse: “Agora você vá e procure o General Landrin. Ele é meu irmão. E você já tá empregada!” E foi. Eu era assim! Aonde eu chegava pra procurar emprego era eu que ficava! Parece que eu tinha uma coisa, assim... Não sei o que era! Alguma coisa. Eu nem me aperreava muito, parece que eu tinha uma coisa que facilitava. Não sei...uma sorte. E eu sempre trabalhei em Companhia Internacional. Trabalhei na Shell, pouco tempo, eu corria férias... Na Colgate e Palmolive, que é americana. Shell, Elevadores Shindler e várias outras companhias internacionais. (...)*Vera.**

Vera nos informa que trabalhou em muitas Companhias Internacionais, o que lhe garantia um bom salário antes de se aposentar, conforme destacou anteriormente. Também ressaltou a questão de classe social ao lembrar que se locomovia pela

cidade do Rio de Janeiro utilizando o transporte público coletivo, pois poucas pessoas (neste caso as mais abastadas) possuíam um automóvel nas décadas de 1950 e 1960.

Um costume de outrora também foi recordado por dona *Vera*: aceitava-se carona, pois “naquela época não existia maldade”. A comparação entre a violência existente no passado e no presente, realizada por *Vera*, pode ser justificada pela visibilidade que a criminalidade no contexto urbano brasileiro atingiu por intermédio da mídia, segundo Sílvia Ramos e Anabela Paiva (2005 e 2007).

As autoras destacam que a partir da década de 1980, a violência e criminalidade urbana ganharam destaque nos jornais impressos e televisivos no Brasil juntamente com o crescimento demográfico da população brasileira e o aumento dos problemas de distribuição de renda, acesso ao emprego e desigualdades sociais. (RAMOS e PAIVA, 2005).

Entretanto, segundo Sílvia Ramos e Anabela Paiva (2007), ao expor dados, informações, imagens e estatísticas de crimes como homicídios, roubos e/ou furtos, lesões corporais, sequestros, balas perdidas, chacinas, violências sexuais e etc. (produzidas e divulgadas, principalmente, por Secretarias de Segurança Pública e Delegacias de Polícia), a mídia impressa, televisiva e eletrônica brasileira tem alertado as pessoas sobre o aumento da violência urbana, mas também tem gerado medos e sensações de insegurança no Brasil, tal como foi ressaltado por dona *Vera*.

Aquele costume ainda indica que *Vera* não se sentia amedrontada por aceitar, naquele período, carona de um homem estranho. Sua atitude nos mostra que ela não reiterava o modelo de socialização das mulheres que, nas décadas de 1940 a 1960, as orientava para não ficarem sozinhas ou terem intimidades com os rapazes, a fim de casarem virgens.

Nesse sentido, de acordo com Carla Bassanezzi (1996) e Sandra Sousa (1998), ao terem comportamentos considerados “ousados” e destoantes do que delas era esperado, tais como recato, ingenuidade, timidez, castidade e passividade, poderiam ser associadas às moças consideradas mais “liberais”, isto é, que tinham um comportamento social duvidoso e impróprio aos costumes da época.

Sousa (1998) e Bassanezi (2007) destacam que, nas décadas de 1950 e 1960, alguns jornais como *O Imparcial*, *Diário Popular*, *Jornal do Dia*, *Jornal do Povo*, e revistas *Querida*, *Jornal das Moças* e *O Cruzeiro* ressaltavam, em crônicas,

reportagens e colunas sociais, representações e formas ideais de as mulheres se comportarem na escola e, sobretudo, nas tarefas domésticas e no cuidado com maridos e filhos, compondo assim a configuração performática de uma possível “identidade feminina”.

Ainda que tais publicações não pudessem ser adquiridas por todas as moças daquela época, devido ao seu valor de aquisição mais elevado, as informações que elas continham se disseminavam por diversos meios, especialmente nas instituições escolares e religiosas.

Nesse sentido, as mulheres jovens das mais diversas camadas sociais absorviam informações a respeito do que a sociedade esperava delas, isto é, uma conduta regrada e voltada para o respeito à norma de “gênero inteligível” (BUTLER, 2003), embora transgressões muitas vezes ocorressem, evidenciando condutas que apontavam para construções de distinções na materialização do gênero.

Da narrativa de dona *Teodora* foi possível apreender, mais uma vez, os grandes esforços que eram empreendidos para conseguirem sustentar os parentes que, de um modo geral, permaneciam na cidade de São Luís:

(...) Eu já trabalhava aqui, antes de ir pro Rio, em comércio, em escritório de contabilidade, mas aí tomei minha irmã mais nova como obrigação e eu...o marido dela não queria nada com nada (...) e tomei essa carga. Ficou nas minhas costas. E eu, pra ver se ele tomava mais responsabilidade, fui para o Rio, né? Eu tinha uma irmã... tinha um casal de irmãos lá no Rio e fui pra lá. Mas que nada! De lá eu que sustentava, mandava dinheiro, e comprava tudo. (...) Aí quando ele morreu...Ele bebeu muito, ele morreu novo, só de beber. Deu trombose. Ele fumava muito e teve trombose. Morreu. E eu tive que vir pra aguentar a batalha. E peguei e fui trabalhar mesmo. Aí ganhei um... uma amiga minha de infância, que é medica pediatra, arranjou um serviço pra mim no Estado. E eu (..) dei a minha contratação pra ela. E essa minha amiga ficou chateada! (...) Porque lá onde eu trabalhava, no escritório, eu ganhava bem... razoavelmente bem. E ela nunca trabalhou. Assim ela não ia sair das minhas costas.

(...) Uma vez um patrão meu me chamou, lá no Rio, pra aconselhar, pra ver se eu cuidava mais de mim e deixava de cuidar tanto assim de família. Eu briguei tanto, briguei tanto com ele, que saí do emprego. Hoje em dia eu me arrependo, porque aquilo ele queria era pro meu bem. Ele via que era demais. Eu deixava de cuidar de mim pra mandar dinheiro pra família. Ele achava aquilo tão... nunca tinha visto uma pessoa assim, fazer tanto pra parente e não ligar para si. Saí do emprego mesmo. Hoje eu me arrependo porque eu sabia que ele tava me aconselhando. Às vezes a gente faz tanto pelos outros que não vale a pena. (...) Eu tinha vontade de... ainda fiz vestibular aqui, mas não deu. Nessa época eu fazia... eu tinha vontade de duas coisas, mas era muito difícil. Eu queria Psicologia e Serviço Social, e Educação também. Eu tinha vontade dessas três, mas eu ainda fiz pra Educação. Terminei... eu estudei no Liceu [Colégio Liceu Maranhense], terminei, fiz vestibular, mas não deu pra passar. Eu tenho dois segundo grau. Tenho Magistério, até o quarto ano adicional, e tenho Técnico de

Enfermagem, que eu fiz no Canto da Fabril. E naquela época era ruim, porque era difícil pra pobre estudar, era mais pra rico ou quem tinha mais condições. Agora não, é pra todo mundo. Pobre, rico, faz e pode fazer, é mais fácil hoje, mas antigamente era muito difícil!

*Aí quando eu fui para o Rio, eu trabalhei sempre com Contabilidade. Aí eu ia fazer Ciências Contábeis. Eu tinha uma amiga, colega de serviço, que me chamava pra fazer com ela. “Vumbora fazer Ciências Contábeis, que é nossa área?”. Eu dizia: “Eu não posso fazer! Tu não vê a carga que eu tenho nas minhas costas?”. Não tinha como! Eu me sustentar lá e sustentar aqui! Eu não tinha como fazer faculdade. Pagar ainda e fazer particular. Aí ela dizia: “Ah, mas e como eu posso, que tenho filho?”. (...) Eu sei que ela fez, se formou, aí eu fiquei...foi o tempo que eu vim embora. Não tive condições, mas eu tinha muita vontade de fazer faculdade. Muita vontade! (...) **Teodora.***

Nara, por sua vez, recordou os tempos de trabalho no comércio de São Luís enfatizando os laços de amizade que foram construídos nos três estabelecimentos nos quais trabalhou:

(...) Trabalhei na Farmácia Garrido. Fiz até a 3ª série, mas consegui um emprego bom! Estudei no colégio Nossa Senhora de Lourdes, no Canto da Viração. Lembro de tudo, até do nome das minhas professoras. Dona Uda era a diretora. Era ela mais os irmãos, dona Margarida e seu Amâncio (...) Sempre trabalhei lá, foi com vinte e seis anos que eu fui trabalhar lá, mas eu trabalhei também... o meu primeiro emprego foi ali na Casa Dimas, com seu Dimas. Ele tinha o pé adoentado e ele era alfaiate, ele cortava as coisas, mas...mas ele tinha uma lojinha, também, na frente.

O parente dele, como era o nome dele? ... Era...era...como era o nome dele, meu Deus?! É Miguel! Isso! Ele trabalhava lá e foi passar as férias em Itapecuru [Itapecuru Mirim]⁶⁶ e morreu afogado no rio, ele não sabia e foi banhar. Ele era apaixonado por mim. [Pausa] [Choro]. Ele gostava de mim. Era doido pra casar comigo. Ele era muito mais velho do que eu e mesmo assim eu não gostava dele. Assim, pra me casar. Ele falou comigo. Disse que eu ia ser sua princesa, mas eu disse que não. Depois ele ficou meio estranho, mas ele arranjou outra e casou. Ele já era de idade. Era brigador e eu não gosto de briga. Eu não dizia que era isso, mas ficava na minha. Ainda fui em um aniversário dele. Fui com seu Dimas e a esposa. (...). Mas sabe... olha, ele foi muito imprudente. Porque a gente precisa saber como é o rio, se é fundo ou não, pra poder banhar. Ele era o gerente. Quando ele não tava, eu que ficava.

Eu era o caixa e vendia, porque o povo chegava e perguntava: “Cadê dona Nara? Quero falar com ela”. Daí que eu fui conhecer os médicos do Dutra, porque lá que era feita...agora não, nem fazem mais, mas lá que era feito os ternos dos médicos. Ele que cortava e mandava os alfaiates fazer. E às vezes...ele me ensinou os números, porque ele dizia...porque não é como serviço de costureira, é diferente, as coisas... as medidas que eles tiram é diferente do serviço de costureira. Hoje eu já esqueci tudo, mas na época eu era “bamba”, gravava tudo. Ele me dizia e eu gravava. E os médicos iam pra mandar fazer os ternos. (...) Eu chamava ele de seu “Dimão”. Eu gostava dele! E ele e a esposa gostavam muito de mim. Trabalhei lá três anos. Esses três anos eu levei pra me aposentar.

⁶⁶ Município distante, aproximadamente, 117 quilômetros da capital maranhense.

Consegui juntar. E trabalhei, também, na Padaria Duas Nações, que era de Carlos Amorim, ele ainda é vivo, Doutor Carlos. Ainda é vivo. Tinha a esposa dele que era de Portugal, o nome dela era Elci, parece... e eles tinham um casal de filhos. E tinha seu Boaventura, que era irmão dele, e trabalhava lá. Eu entrava cedo na Padaria e saía umas 16:30 ou 17 horas, porque eu entrava cedo. As meninas de lá perguntavam porquê eu saía cedo e ele, seu Carlos, dizia que era porque eu entrava cedo, antes delas, e ele me botou no caixa. Quem trabalhava no caixa era outra menina, mas ela casou e eles me botaram no caixa. As outras ficaram no escritório e eu no caixa. Todo mundo gostava de mim. Seu Boaventura mesmo pediu pra me botar no caixa depois que a outra menina casou e saiu. Ele dizia que eu era muito comunicativa. [Risos]. E eu fiquei lá mais dois anos.

*Então juntei três anos com dois, fez cinco anos. E eu levei esses cinco anos pra me aposentar. Aí eu fui até lá pra ele assinar num papel que eu tinha trabalhado esses dois anos lá e ele disse: “Pois não, Nara, assino na hora!” e assinou. Perguntou como eu ia, me abraçou...é Elci a mulher dele. “Eu vou dizer pra ela que tu és viva e tu vieste pra assinar”. Quando eu cheguei lá ainda era o tempo do filtros de barro e eles não lavavam as velas. Eu não sei como eles tomavam aquela água e eram mais de oito meninas no escritório. Então eu fui e disse que ia lavar pra seu Carlos. Pedi pra ele comprar as coisas, até pano pra enxugar, e ele comprou. Os copos deles era aqueles copos de alumínio, que tinha nome, e eram tão sujos! Eu fiquei: “Como é que esse povo toma essa água nesses copos sujos?!” (...) E lavei, depois ele disse pra mulher dele. Ela foi lá visitar e ficou contente do que ele contou. Me agradeceu e depois mandou um presente pra mim. Foi um vestido, uma sandália e uma bolsa e tudo era combinando. Ela mandou perguntar qual a minha pontuação e número de roupa. Depois ela mandou colar, brinco. Ele disse que ela ficou muito contente! (...) *Nara.**

Também foi possível apreender, lembrando das assertivas de Bosi (2004), a fluidez do ato de rememorar por meio das conexões feitas entre passado e projeções futuras à medida que dona *Nara* recordou as primeiras experiências de trabalho e precisou somar o tempo de trabalho adquirido naquela oportunidade, àquele no qual trabalhou, ao longo de toda a vida, para completar o tempo de contribuição necessário a fim de se aposentar pelo INSS.

A narrativa de *Nara* continuou trazendo associações entre tempo e memória através do enfoque a respeito do modo como eram confeccionados os “ternos dos médicos”. Ela recordou que o ofício de alfaiate era executado por saberes específicos e diferentes daqueles realizados por costureiras e que as negociações entre cliente e vendedor eram, antigamente, mais próximas e atenciosas. As recordações de dona *Nara* me lembram, também, que a memória individual está relacionada àquilo que Halbwachs (2006) denomina de “quadros sociais” da vida humana, isto é, os grupos sociais com os quais ela conviveu (família, escola, trabalho, etc.). Além disso, através

de figuras com “médico”, “patrão” e “colegas de trabalho”, dona *Nara* revela a que grupos e classes sociais aquelas pessoas pertenciam.

Ainda foi possível apreender a significação que os laços familiares e de amizade tiveram (e ainda têm), respectivamente, para dona *Teodora*, através do rancor e arrependimento; e dona *Nara*, por meio do sentimento de carinho.

Cristina, Teodora, Vera, Celeste, Nara e Josefa também me fizeram apreender, sobretudo, variadas diferenças existentes sobre os papéis e funções exercidas por mulheres que trabalhavam nos contextos urbanos e rurais entre as décadas de 1950 e 1960. A este respeito, *Josefa* ressalta:

(...) Meu marido trabalhava na lavoura, era com roça de Mandioca, Arroz, Feijão, Milho e quando a gente veio pra cá ele não trabalhava mais. Ele ficou adoentado e ficou encostado. Aí ele recebia o benefício do INSS. Ele ficou recebendo até morrer, porque eu fiquei cuidando dele mais de quinze anos. (...). E lá eu cuidava da roça, também. Ele adoeceu lá e eu fiquei trabalhando na roça e cuidava dele, também. Quando eu voltei pra lá que eu me aposentei. Sou aposentada como lavradora. (...) Eu cuidava dos meninos, de meu marido doente, da casa e da roça. (...) Aprendi a cozinhar, bordar, fazer rede. Fazer rede eu já aprendi depois de casada, mas o resto aprendi antes porque meus avós iam pra roça e eu ficava em casa cuidando do meu irmão e meus primos.

(...) Não tinha ninguém pra me ajudar e quando meus filhos cresceram eles já aprenderam tudo. Eu vim pra cá e o mais velho tava com quatorze anos. Eles sabem fazer tudo! Cozinhar, lavar, passar, tudo eles dão conta! Todo mundo sabe fazer as coisas porque se eu saísse, eles tinham que fazer comida pra comer. Aí eles aprenderam. Só quem não aprendeu a cozinhar foi o segundo, porque ele tinha Epilepsia⁶⁷ e eu tinha medo dele se queimar, mas ele sabia fazer tudo dentro de uma casa. (...). Josefa.

Como percebido, dona *Josefa* chama atenção para uma questão importante com relação à divisão de trabalho: enquanto vivia no contexto rural, se ocupava com os afazeres domésticos, a criação de filhos e os cuidados com a lavoura. Todavia, Maria Emília Pacheco (1996), Silvani Magali Nascimento, Fernanda Rodrigues e Nilma Santos (2013) e Juliana Almeida et al. (2014) advertem que, apesar de o trabalho realizado pelas mulheres no campo (em quintais e roças) ainda ser visto como

⁶⁷ Doença que provoca alteração temporária e reversível no funcionamento do cérebro ocasionada por lesão cerebral decorrente de acidentes na cabeça, infecções (como meningite), neurocisticercose e abuso de consumo de bebidas alcoólicas, drogas, etc. que se manifesta através de crises convulsivas, crises de “ausência”, de “alerta”, dentre outros tipos. Informação disponível no site: <<http://bvsmms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2046-epilepsia>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

complemento de renda do trabalho executado pelos homens - uma vez que estas ainda são vistas como ajudantes e não “trabalhadoras”, muitos estudos têm mostrado que a participação efetiva das mulheres nas atividades agrícolas é capaz de “gerar renda de forma direta e/ou indireta, fazendo parte parcial ou totalmente de atividades produtivas” (Almeida et al., 2014, p.3741).

Ainda é importante ressaltar que a conciliação dos afazeres domésticos, da criação de filhos com os cuidados com a lavoura, narrada por dona *Josefa*, não pode ser generalizada e percebida como única fonte de referência para compreender vivências de mulheres que vivem nos contextos rurais, uma vez que diferenças de classe social, raça, regionalidade, territorialidade, gênero e etc. revelam que diferentes formas práticas de vivências coexistem nos diversos contextos rurais do Brasil.

A atuação das narradoras em atividades “fora do lar” chamam atenção para a questão da classe social, uma vez que mulheres pobres precisavam trabalhar para garantir seu sustento e, às vezes, de seus familiares. Experiências que apresentam deslocamentos em relação às construções discursivas e performativas do que era socialmente esperado das mulheres, em geral, nas décadas de 1940 a 1960: serem, prioritariamente, donas de casa, esposas e mães.

Como destacam os trabalhos de Margareth Rago (1985), Jurandir Freire (1994), Carla Bassanezzi (1996) e Sandra Sousa (1998), nas primeiras décadas do século XX, de acordo com discursos normativos, caberiam às mulheres voltarem suas atenções e cuidados para o lar, o marido e os filhos.

Esses cuidados e responsabilidades reforçavam a ideia de que as mulheres saberiam cuidar “naturalmente” da família e da casa. Os discursos religiosos, normas familiares e saberes da medicina-higienista, ainda legítimos naquela ocasião, ajudaram a construir estas noções, pois, como ressaltado por Joan Scott (1998), o gênero está em normas, instituições, organizações sociais, símbolos e representações culturais e todas essas dimensões operam juntas nas relações sociais. Nesse sentido, segundo Margareth Rago (1985) e Jurandir Freire (1994), tais discursos enfatizavam que a “natureza” das mulheres as inclinava para cuidar dos filhos e dos maridos, por conta de suas disposições físicas e corporais, por terem uma vocação “natural” à maternidade. Assim, foi se consolidando uma distinção entre “natureza masculina” e “natureza feminina” em configurações binárias, opostas e excludentes.

Nessa distinção, a “natureza feminina” foi sendo constituída através de qualidades e atributos que seriam peculiares às mulheres, como recato, pureza, timidez, ingenuidade, bem como interesses em assuntos como casamento, família, maternidade, educação dos filhos, decoração do lar, culinária, cuidados com a beleza e etc. (ALVES, 2011).

Cabe destacar que havia consenso social, sobretudo, nas décadas de 1940 a 1960, de que os homens proveriam a família através do trabalho efetuado no espaço público e que as mulheres deveriam se preocupar com o espaço privado, cuidando do lar, do marido e, principalmente, dos filhos. O que se percebe, diante de tal configuração, é que o papel heteronormativo de mães, esposas e “donas de casa” foi produzido discursivamente (e definido como tal) em oposição e/ou complementariedade ao papel dos homens. Assim, papéis de gênero binários, opostos e excludentes são, em geral, produzidos em conformidade à matriz de poder de inteligibilidade hegemônica que institui e mantém relações de coerência e continuidade entre sexo/gênero/prática sexual/desejo, regulando “atributos segundo linhas de coerência culturalmente estabelecidas” (Butler, 2003, p.48).

Contudo, os atuais estudos de gênero problematizam a estabilidade, rigidez e polarização dos papéis de gênero (assim como, também, das identidades), apontando que é preciso perceber “aquilo que não se conforma aos modelos sequenciais ou causais da inteligibilidade” (Butler, 2003, p.47), considerando que desestabilizações, deslocamentos e ressignificações coexistem com os processos de reiterações discursivas de gênero:

As produções se desviam de seus propósitos originais e mobilizam inadvertidamente possibilidades de “sujeitos” que não apenas ultrapassam os limites da inteligibilidade cultural como efetivamente expandem as fronteiras do que é de fato culturalmente inteligível. (BUTLER, 2003, p.54).

Nesse sentido, as desestabilizações, deslocamentos e ressignificações de gênero não devem ser compreendidas como falhas ou impossibilidades das normas de inteligibilidade cultural. Indicam, ao contrário, os limites que regulam a inteligibilidade e, principalmente, disseminam “matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero” (Butler, 2003, p.39).

Assim, considero que os papéis de “homens provedores” e “mulheres mães/esposas/donas de casa”, vigentes nas décadas de 1940 a 1960, são construções discursivas de gênero que circularam em diferentes contextos e camadas sociais. Contudo, apesar de se disseminarem como aquilo que era considerado como

norma social, *Cristina, Teodora, Vera, Nara e Celeste* mostraram, ao narrarem a respeito de suas práticas cotidianas, que mulheres de determinadas camadas sociais atuavam no mundo do trabalho para promover o próprio sustento, assim como de familiares.

Em estudos sobre essas questões, constato que, em geral, essa ocupação para sustentação de sua casa impedia a formação escolar de alto nível para inserção no mercado de trabalho de melhor remuneração. Assim, decorrente do nível de escolaridade destacado por *Cristina, Teodora, Vera, Nara, Celeste e Josefa*, pode-se deduzir o recebimento de baixos valores previdenciários na fase da velhice, gerando algumas implicações nas vidas dessas mulheres, tais como: residir no Abrigo São Vicente de Paulo:

(...) Eu tirei essa documentação pra fazer a inscrição no colégio. Lá em Bacabal, que eu morava lá na época. Diminuí cinco anos e disse que era natural de Bacabal. Então eu nasci em 01 de setembro de 1944. [Risos], mas no documento é 1949. Risos. Quem me conhece sabe, mas eu falo dependendo de quem for. (...) Então eu nasci em 01 de setembro de 1944 [Risos], mas no documento é 1949. [Risos]. Quem me conhece sabe, mas eu falo dependendo de quem for. Eu costumo dizer até pros médicos, porque eles precisavam saber pelos medicamentos. Aquele produto que não pode ser forte demais nem fraco, também. Aí explico! E fizeram isso pra eu poder estudar, porque era um sonho que eu tinha. Estudar! E outra coisa, eu queria envelhecer sabendo ler, sabendo resolver minhas coisas. Saber fazer minha assinatura, mas agora tá parecendo umas cobrinhas. Era meu sonho, poder estudar!

Quando eu saí do interior, pra morar com meus tios, em Bacabal. Eu saí com dezesseis anos e aí já tava perto da maioridade e eu ia estudar a noite no colégio das freiras e as freiras não iam deixar. Porque tava com mais idade. Eu tive que tirar esses cinco anos por isso. Por isso que deu essa diferença de idade. As freiras não aceitaram fazer a inscrição. Foi dezesseis não. Dezesseis anos foi quando eu fui morar com meus tios. Quando eu fui pro colégio eu tinha era dezanove...acho que Dezanove...oh, minha cabeça tá tão ruim... eu sei que com esses cinco anos a menos eu cheguei na idade de estudar de noite na escola das freiras, mas não lembro assim ao certo. Era quase perto dos vinte. Fiquei só ajudando em casa...na casa de meus tios, mas meu sonho era estudar. Eu saí do interior com esse objetivo: de estudar. Saí da casa de meus pais pra ir estudar. Saí do município de Vitorino. Não tinha escola lá. (...) de lá que eu saí. Fiquei lavando, cozinhando, esses serviços domésticos. E gostei demais porque nunca tinha morado em cidade. Ave maria! Ainda mais sabendo que ia estudar. E minha tia foi muito legal (...).

(...) Aí eu vim pra cá e fui estudar. Eu estudava e trabalhava. Passei a arranjar serviço e pagar, porque eu nunca tive sorte de arranjar uma vaga na escola pública. Ainda tentei ir naquele Liceu [Colégio Liceu Maranhense], mas a prova tinha sido no outro dia. Era uma seleção que fazia. Oh, mas eu tinha vontade de estudar ali! Não deu certo. Aí fui pro Zoé Cerveira, pagando. Pagando, pagando. Eu me rebojava pra dar conta do colégio e das passagens. Porque hoje tem o passe livre, mas naquela época não. E fique lá quatro anos. Aí... mas não valorizei, porque eu tinha era que largar a costura e procurar fazer um concurso, procurar me engajar em qualquer coisa, que eu tinha até mais saúde que hoje. Se

*eu tivesse deixado essa costura... hoje eu tenho problema sério de rins, de coluna por causa da posição de ficar direto na máquina, até domingo...eu só voltava pra casa no domingo de manhã por causa dos transportes. Naquele tempo era mais difícil. E eu trabalhava na casa dos outros e lá eu dormia. Elas mesmo diziam: “Tu dorme aqui e amanhã vai pra tua casa.” E tinha vez que nem dava mesmo que quando eu saía do banho já tava escuro e eu não ia me arriscar mesmo. Talvez o ônibus já tivesse saído mesmo, porque eu costurava no Parque Amazonas, Bequimão, Ipase, Cohama e morando aqui no Monte Castelo. Onde eu costurava que era mais próximo era no Bairro de Fátima, ia até beirando o quartel. Costurava na rua 1º de Janeiro, na casa de uma comadre minha. (...) *Cristina.**

*(...) Se eu tivesse feito curso superior, era aposentada com mais de um salário. Hoje em dia eu não vivia aqui! Devia ter meu apartamento, minha vida melhor, mas eu só pensava em família. (...) Ainda fiz vestibular aqui, mas não deu. Nessa época eu fazia... eu tinha vontade de duas coisas, mas era muito difícil. Eu queria Psicologia e Serviço Social, e Educação também. Eu tinha vontade dessas três, mas eu ainda fiz pra Educação. Terminei... eu estudei no Liceu [Colégio Liceu Maranhense], terminei, fiz vestibular, mas não deu pra passar. Eu tenho dois segundo grau. Tenho Magistério, até o quarto ano adicional, e tenho Técnico de Enfermagem, que eu fiz no Canto da Fabril. E naquela época era ruim, porque era difícil pra pobre estudar, era mais pra rico ou quem tinha mais condições. Agora não, é pra todo mundo. Pobre, rico, faz e pode fazer, é mais fácil hoje, mas antigamente era muito difícil! (...) *Teodora.**

Nesses trechos de narrativas, dona *Cristina* e dona *Teodora* atribuem para si a responsabilidade frente ao fracasso ao ressaltarem, respectivamente, “*Se eu tivesse deixado essa costura*” e “*Se eu tivesse feito curso superior*”, que outra possibilidade de experiência de vida seria possível. Elas destacam que a falta de percepção a respeito daquelas questões, ao longo da vida adulta, gera muitos ressentimentos e arrependimentos na fase da velhice. Desse modo, acabam reforçando a concepção do discurso liberal segundo a qual o “sujeito moderno” é o responsável pelo seu sucesso ou fracasso.

Nesse sentido, percebo que o discurso de ascensão social, cultural e econômico pelo mérito generaliza experiências e não considera que distinções de classe social, gênero, raça, regionalidade, etc. constituem os sujeitos. Dona *Josefa*, por exemplo, narra as dificuldades enfrentadas para estudar em Ponta da Capoeira, povoado do município de São João Batista, no interior do Estado do Maranhão, e destaca que as ocupações e os cuidados com os filhos fizeram com que os estudos só fossem retomados bem depois, já na fase da vida adulta.

(...) O estudo lá era sazonal. Lá não tinha condição. Era muito atrasado. (...) E quando eu vim pra cá que terminei meus estudos. Eu só tinha o primário. Aliás, eu já terminei depois de mãe de filho. Terminei o primário. Porque eu só tinha o segundo ano. Que lá era muito atrasado. Professor começava este ano e lá não terminava. Deixava pelo meio do ano. Lá voltava pro zero. Começava de novo e era assim... era muito longe. Os prefeitos também não pagavam. Até hoje. É uma promessa grande que eles não cumprem. Aí não terminei. Depois que eu me casei, com filhos grandes é que fui estudar. Depois do meu caçula nascer, fui estudar. Foi quando surgiu aqueles supletivos. Terminei o primário e quando vim pra cá pude fazer o ginásio. Aqui eu estudei no Sousândrade [Unidade Integrada Sousândrade], a 5ª série. A 7ª e 8ª eu fui no Arthur Carvalho e o Ensino Médio eu fiz no Gonçalves Dias. Tudo perto. Eu morava na Kennedy [Avenida Kennedy]. Desde que vim pra cá eu morei ali. Só que não era na beira da avenida, era pra trás. Numa rua que fica atrás, sentido Monte Castelo, já subindo pra ponte. Ficava abaixo do sinal, perto das paradas de ônibus. (...) *Josefa.*

Nara narra tanto as relações de amizade que foram construídas com as professoras, e diretora, da escola na qual estudou, quanto ressalta os motivos que a levaram a interromper os estudos:

(...) Trabalhei na Farmácia Garrido. Fiz até a 3ª série, mas consegui um emprego bom! Estudei no colégio Nossa Senhora de Lourdes, no Canto da Viração. Ainda me lembro. Lembro de tudo, até do nome das minhas professoras. Dona Uda era a diretora. Era ela mais os irmãos, dona Margarida e seu Amâncio. (...)

Eu brincava muito no colégio, mas não ia no recreio. Porque tinha uns meninos muito danado. Tinha uns meninos que davam rasteira e eu não ia. Mamãe dizia pra eu não ir. Eu ficava era mais quieta, levava minha merendinha e eles ficavam me olhando com a professora. A dona Uda dizia que eu era bem criada, porque eu ficava calma, sossegadinha. E eu ficava quieta. Depois de merendar ela me chamava, era a diretora, aí ela me chamava. Meu irmão me trazia que era no Canto da Viração. Minha filha o que tu tens? “Eu vim mais porque tinha as provas.” E ela me fazia arguição oral e eu gostava. E eu fazia as provas com ela. Ela botava a nota e eu fazia. Quando tava no recreio que nós fazíamos as provas e depois que terminava o irmão dela ia me levar em casa. Porque meu irmão tava pro serviço, minha irmã, também, e meus pais não podiam. Porque ele tinha um carro, o Seu Amâncio. Ainda me lembro o nome dele. [Risos]. Ele dizia: “Narinha, eu vou levar ela”. Ele gostava de conversar comigo. Eu até cantava com ele. Cantava as cantigas de roda. “Ciranda cirandinha vamos todos cirandar, vamos dar a meia volta, volta e meia vamos dar...”. Eu cantava muito essas cantigas com ele. Aí quando era aniversário deles, sempre eu levava algo. Um sabonete, uma toalha de banho. Eu tinha um dinheirinho no cofre e sempre usava pra ajudar alguém ou comprar essas coisas. Meu irmão comprava. Eu sabia a data do aniversário dele, de dona Uda e dona Margarida e ele ia comprar. E tinha também dona Cotinha, filha de dona Margarida. Todos eles trabalhavam juntos. E no meu aniversário eles também ia e me levavam presente. E quando ele me levava em casa mamãe sempre chamava pra tomar um café. Ela dizia: “Entre! Não quer tomar um cafezinho? Café com bolo de tapioca”. Dava pra ele e mandava cortar um pedaço grande pra mandar pra dona Uda e dona Margarida. Mamãe mandava e elas gostavam como quê! As outras não davam nada, mas eu sempre dava. Lá em casa tinha carambola e ela gostava. Mamãe mandava tirar do pé,

fazia o suco e mandava pedir a jarra dela e quando eu ia pro colégio a gente levava. Betinho que levava. Me lembro de tudo isso! A menina que disse que eu me lembro de tudo.

*(...) Eu não tinha terminado meus estudos nessa época. Depois que eu larguei porque eu já não tinha mais tempo...porque eu ficava cuidando de minha mãe e de meu pai. Aí eu que cuidava deles. Eu ia pra farmácia comprar remédio...eu era que cuidava deles. (...) Eu estudava, mas tava junto com eles. Deixava as coisas todas prontas, que nesse tempo mamãe ainda enxergava, e eu deixava tudo prontinho. Ela temperava as comidas. Nesse tempo ainda se catava arroz, que era sujo, agora não, é mais fácil, mas antes era assim. E ela que catava o arroz e eu ia pro colégio. Aí eu varria a casa. Lá em casa tinha dois quintais. E tinha um pé de carambola que sujava muito. A gente tinha que limpar. Eu também ajudava porque mamãe não gostava de nada sujo. Aí eu ia pro colégio. Eu acordava cedinho! Por isso que eu tenho sono a tarde, só de acordar cedo. Hoje em dia eu ainda acordo cedo. (...) Eu cuidei de minha mãe até ela morrer. Eu tinha dezessete anos quando ela perdeu a visão e quando ela faleceu eu tinha vinte e seis anos. Já pensou eu sozinha pra dar conta de tudo? E eu fiquei cuidando deles. Meu pai já tava aposentado e minha mãe tinha perdido a visão. (...) aí depois eu não terminei meus estudos. Como eu não podia tá indo mais, meu pai pagava uma professora pra mim. (...) *Nara.**

Essa narrativa reitera, mais uma vez, que os cuidados para com os pais, mães, tios, tias, avôs e avós são, em geral, atribuições tradicionalmente “naturais” das mulheres (CAMARANO e KANSO, 2010), uma vez que as ocupações com os afazeres domésticos e cuidados de familiares dificultavam e, muitas vezes, impediam que as mulheres tivessem uma formação escolar naquela época. Nesse sentido, as renúncias eram bastante comuns e, principalmente, naturalizadas, pois era socialmente esperado que as mulheres, nas décadas de 1940 a 1960, abdicassem de si (assim como de suas aspirações) para cuidarem do lar, do marido, dos filhos e, também, de outros familiares. A narrativa de *Celeste*, a seguir, destaca essas questões ao recordar as “prendas domésticas” que as mulheres deveriam aprender para casar:

(...) Estudei no Colégio São Vicente. O meu pai me deu uma educação esmerada. Graça, minha irmã, estudava comigo. Antes era só pra meninas. Só as meninas que estudavam lá. Hoje não, é misturado. E era tudo controlado. Hora de entrar, a reza na entrada e na hora da saída. Não tinha diversão. Era só reza e estudo. A gente só brincava dia de domingo, em casa. O resto, era em casa fazendo as coisas. Também estudei no Ateneu Teixeira Mendes. (...) Depois, mais velha, fui estudar no Colégio Santa Clara pra fazer Arte e Culinária, Doces e Frios. Era ali onde hoje é aquele colégio Margarida Leal, na Alemanha. Lá era diferente.

As freiras ensinavam tudo pra gente. E diziam que tinha que comer tudo, mas eu não comia. Tinha umas coisas que elas ensinavam que era crua. Elas eram do Canadá e lá era costume, por exemplo, fazer almôndega e o ovo que botava na carne, o preparo não era muito demorado. Então, aquilo ficava cru. Eu não gostava. Quando elas mandavam comer, eu inventava que ia lavar a louça, que eu gostava, e dizia que comeria logo depois, mas eu fazia era jogar fora. Agora

bolos, não! Eu gostava de fazer e comia. Elas também ensinavam boas maneiras. A gente tinha que saber essas coisas pra casar. Como se comportar à mesa, nas conversas, nas festas, essas coisas e no final davam um certificado. E eu ainda tenho guardado por aí. Ganhava um livro de receitas finas também. E depois eu ainda comprei outros, porque eu gosto de cozinhar.

Sempre gostei de cozinhar! Fazer doces e salgados. Costura eu aprendi no João Paulo. A minha professora era dona Flora, era bem aí perto desse Banco Itaú. Eu vinha andando, que nessa época a gente morava na Rua da Cerâmica (...) Celeste.

De outro modo, *Vera* ressalta que o casamento não era a única oportunidade para as mulheres naquela época e destaca, mais uma vez, que as normas de gênero não são igualmente cumpridas por todas as mulheres, conforme ressaltado por Butler (2014):

(...) Eu fiz até o ginásio. (...). O ginásio eu fiz em colégio pago, Colégio São Luís, porque aqui naquela época tinham poucos colégios. (...) E fiz até o primeiro ano do curso em Técnico em Contabilidade, mas não terminei. Aí parei. Eu fui telefonista, trabalhei como telefonista. (...) Eu era muito danada. Respondona! Brigona! Eu brigava com quem mexesse! No primário eu estudei no Instituto Coração de Jesus. Era mais ou menos perto porque eu morava na Cândido Ribeiro e o colégio ficava na Rua de Santana. Ia pela Rua da Paz. A gente ia andando mesmo. Minha mãe que levava pra escola. Agora depois eu já ia grandinha só. Só eu e meu irmão. O resto eram menorzinhos. De mim para a minha irmã mais velha é um ano. Aí pros outros é de dois anos. Eu sou a segunda. (...) E tenho amizades daquele tempo. Só que tá diferente porque eu fiquei muitos anos longe, mas todo mundo me vê e conhece logo. “É Vera?! Te conheço daquela época!” E eu que às vezes não lembro, muitas vezes. E eu tenho boas lembranças dessa época. Eu não gostava, na verdade, de nenhuma matéria, ia pro colégio porque era obrigada, mas nunca gostei de estudar não. Pelos meus pais eu estava formada, e de tudo eles fizeram, mas eu nunca quis. Eu ia empurrada. De tudo eles fizeram! Eu ia porque o uniforme era bonitinho, os livros que eles compravam tudo, era uma “burra carregada de livros”. [Gargalhada]. Mas eu nunca sonhei em fazer uma faculdade. Duas coisas que eu nunca sonhei. Nem fazer faculdade, nem casar de véu e grinalda e ter filho. E nem ter filhos. Eu nunca quis ter filhos. Nunca! Eu sempre quis ser uma mulher rica, viu. [Risos]. Mandar na minha vida! Só que não fui rica, mas mando na minha vida. Sempre fui assim! Minha mãe dizia pra não fazer e eu fazia! Eu dizia: “Eu vou fazer e depois a senhora resolve o que, a senhora, faz aí”. Mas aí oh! [Gesticula como quem vai apanhar] fazia e depois apanhava. [Risos].

(...) Quando eu fui para o Rio de Janeiro era novinha. Na minha época, eu fui com dezoito anos, era uma menina de dez, quinze anos. Nem quinze anos hoje eu não digo. Quando eu fui com meus dezoito anos pra lá, eu acho que era uma criança hoje aqui, porque as moças de doze anos já estão sabendo coisa demais! E naquela época não sabia. E eu não sabia de nada. Eu fui pra lá, eu ia estudar, peguei até a transferência, mas não estudei. Fui morar com uma tia minha, no Flamengo. Nem cheguei a me matricular, aliás, me matriculei pra fazer datilografia. E só. Eu já tinha feito aqui, mas fiz lá um ano, só pra aumentar o que eu sabia, relembrar. Demorei muito ainda a trabalhar. Eu tinha uns vinte e poucos. Lá eu passeava muito. Tinha lá uma turma de moças e rapazes e a gente

tinha encontros domingos e feriados na Praia Vermelha e se encontrava todo mundo ali. Fazíamos piquenique, tinha aniversário, e todo final de semana tinha uma coisa. Porque uma fazia aniversário e a gente dividia. Os rapazes levavam as bebidas e as mulheres, bolo, outras comidas, mas era muito bom. Não era como hoje que tem tanta coisa ruim. Tanto que teve muitas moças que casaram com os rapazes do grupo mesmo. Vera.

Como se nota, dona *Vera* se adaptou, facilmente, na cidade do Rio de Janeiro, pois enxergava além do que seus olhos avistavam em São Luís. A capital fluminense⁶⁸ representava, na década de 1950, o “lugar da moda, do moderno, do novo, espaço de circulação da nova burguesia brasileira, *lócus*, sobretudo, de um novo estilo de vida: o modo de vida burguês europeu adaptado aos trópicos” (Meyer, 2012, p.03).

O hino da cidade⁶⁹ (marchinha composta para o carnaval de 1935, por André Filho), hoje muito conhecido, enaltece essas belezas naturais, o samba e, sobretudo, evoca que a cidade é uma “terra que a todos seduz” que abraça e acolhe aqueles que chegam como um “ninho de sonhos e de luz”:

Cidade Maravilhosa, cheia de encantos mil
Cidade Maravilhosa, coração do meu Brasil

Berço do samba e de lindas canções
Que vivem n'alma da gente
És o altar de nossos corações
Que cantam alegremente

Cidade Maravilhosa, cheia de encantos mil
Cidade Maravilhosa, coração do meu Brasil

Jardim florido de amor e saudade
Terra que a todos seduz
Que Deus te cubra de felicidade
Ninho de sonho e de luz

Cidade Maravilhosa, cheia de encantos mil
Cidade Maravilhosa, coração do meu Brasil

⁶⁸ Nem sempre a “Cidade Maravilhosa” foi um destino para turistas de todo o mundo, cujas florestas tropicais e praias da zona sul representassem os cartões postais do Brasil. De acordo com Marlise Meyer (2012), o Rio de Janeiro (capital federal até 21 de abril de 1960) era bastante conhecido por ser uma “Cidade Morte” ou “Porto Sujo” até o começo do século XX, quando reformas urbanísticas (Reforma Pereira Passos, de 1902 a 1906, por exemplo) começaram a ser implementadas, objetivando ordenar e sanear a cidade através do controle de doenças (como febre amarela, varíola, sarampo, tuberculose, difteria e outras), da modernização do tráfego urbano que promoveria o acesso a várias regiões da cidade e do alargamento de avenidas com a demolição de muitos cortiços, sobretudo, na área central do Rio de Janeiro. Entretanto, tais reformas trouxeram muitos problemas de habitação, saneamento e trânsito que foram percebidos a partir da década de 1950, com o crescimento das indústrias de base.

⁶⁹ Informação disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Cidade_Maravilhosa>. Acesso em: 08 mar. 2018.

Com tantas encantos naturais, o Rio de Janeiro era o cenário de diferentes personagens, tais como “misses, artistas internacionais, políticos nacionais e estrangeiros” (Meyer, 2012, p.03). Tais encantos atraíam diversos olhares e anseios para conhecer aquela capital. Nesse sentido, morar na capital fluminense era desejo de muitas pessoas que, de acordo com Rosângela Dias (2008), embarcavam rumo à então capital federal, nas primeiras décadas do século XX, em busca de estudar ou passear, mas principalmente de emprego, como dona *Vera*, *Celeste* e *Teodora* recordaram.

Da narrativa de *Vera* apreende-se, sobretudo, que morar na cidade do Rio de Janeiro era sinônimo de liberdade, uma possibilidade de ampliar horizontes e se constituir como mulher por meio de experiências que desestabilizavam e ressignificavam os papéis de gênero que eram socialmente esperados, principalmente, das mulheres, nas décadas de 1940 a 1960.

As narrativas de *Vera* e *Celeste*, destacadas anteriormente, lembram que as moças eram criadas, naquelas décadas, principalmente, para casar e ter filhos. Nesse sentido, o matrimônio e a maternidade foram construídos discursivamente como atribuições e “anseios” que todas as mulheres “naturalmente” teriam. Porém, apesar de serem comportamentos socialmente esperados, nem todas as mulheres casavam e/ou tinham filhos.

Assim, *Cristina*, *Teodora*, *Vera*, *Nara*, *Celeste* e *Josefa* mostram até que ponto as determinações sociais e, sobretudo, as normas de gênero constroem e subvertem os sujeitos ou, ao contrário, como estes podem agir livremente e influenciar a moldagem de contextos sociais.

Nessa direção, no próximo e último capítulo, considerarei pertinente abordar que *Cristina*, *Teodora*, *Josefa*, *Vera*, *Nara* e *Celeste* são mulheres que residem sozinhas na fase da velhice (e esta é uma das condições para residirem no ASVP), embora algumas daquelas seis mulheres tenham casado e/ou vivido outras formas de conjugalidade no passado.

Cristina, *Teodora* e *Nara* destacam que se arrependem de não terem casado e tido filhos no passado, atribuindo à ausência de casamento/outras formas de conjugalidade e/ou de filhos as razões por estarem vivendo, nos dias de hoje, no Abrigo São Vicente de Paulo. Entretanto, as preocupações com quem cuidará delas,

futuramente, sobressaem nas narrativas de *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste*, sobretudo no momento em que a autonomia e a independência do sujeito mulher que envelhece naquele abrigo forem abaladas ou comprometidas por complicações de saúde.

5 AMORES, FAMÍLIA, VIVÊNCIAS NO PRESENTE E EXPECTATIVAS

O matrimônio e a maternidade, enquanto construções discursivas e performativas, foram constituídos como “ideais” de vida, “anseios” e atribuições que, em geral, quase todas as mulheres “naturalmente” teriam nas décadas de 1940 e 1960. As narrativas de *Cristina, Teodora, Vera, Nara, Celeste e Josefa* ressaltadas, anteriormente, indicam que as moças eram criadas, principalmente, para casar e ter filhos, pois era socialmente esperado que as mulheres constituíssem suas famílias.

Porém, o “sonho” ou o “destino” de casar e ter filhos não se concretizou para muitas mulheres e a expectativa de ter alguém (marido e/ou filhos) que as amparasse em todas as fases da vida, mas sobretudo no momento da velhice, não foi uma realidade possível para *Cristina, Teodora, Vera, Nara, Celeste e Josefa*.

Nessa perspectiva, a condição dessas seis (06) mulheres residirem sozinhas na fase da velhice e esta ser uma das exigências para morarem no ASVP chamou minha atenção. Desse modo, neste último capítulo analiso as narrativas de *Cristina, Teodora, Vera, Nara, Celeste e Josefa* a respeito das relações amorosas que foram vividas no passado, ressaltando transgressões e/ou reiterações às “normas de gênero” (BUTLER, 2014) e descortino dramas e aflições mencionados por essas mulheres a respeito da “dependência e perda de autonomia funcional que caracterizam as etapas mais avançadas do envelhecimento” (Debert, 2016, p.252) que acabam sendo encobertas e invisibilizadas, muitas vezes, por discursos científicos e políticas públicas que contemplam uma parcela da população “em processo de envelhecimento” ao defender e difundir modos ativos, independentes e autônomos de envelhecer.

5.1 Relações Amorosas

Conforme destacado por Carla Bassanezzi (1996) e Sandra Sousa (1998), anteriormente, ser mãe e esposa eram os papéis socialmente esperados das mulheres nas décadas de 1940 e 1960, construídos através de discursos e “atos performativos” (BUTLER, 2003). Era preciso, desse modo, que esses ideais fossem internalizados pelas mulheres, em geral, como “comportamentos e valores assumidos como naturais” (Sousa, 1998, p.100) e característicos da “natureza feminina”.

A norma social disseminava que as etapas do namoro e noivado preparariam as mulheres para o casamento. Todavia, apesar de o matrimônio e a maternidade serem comportamentos socialmente esperados, naquele período, nem todas as mulheres (de diferentes classes sociais, gerações, raça, etnia e regionalidade) casavam e/ou tinham filhos.

Cristina, Teodora, Vera, Nara, Celeste e Josefa recordam dos namoros e relacionamentos amorosos/outras formas de conjugalidade que foram vividos, ao longo da vida, e as lembranças trazem à tona alegrias, anseios, transgressões, rejeições, abnegações e arrependimentos. Atualmente essas seis mulheres residem sozinhas, mas *Cristina, Teodora e Nara* destacam que se arrependem de não terem casado e nem tido filhos no passado, atribuindo à ausência de casamento/outras formas de conjugalidade e/ou de filhos as razões por estarem vivendo, nos dias de hoje, no Abrigo São Vicente de Paulo.

Josefa relembra, a seguir, dos “casamentos arranjados”. Eles eram decididos pelas famílias dos futuros nubentes e pouca, ou quase nenhuma, relevância era dada à vontade das mulheres, que se casavam porque a mãe, o pai ou os avós achavam conveniente (econômica ou politicamente). Ela também ressalta que internalizou conselhos e normas sociais, então vigentes, que asseveravam que as mulheres deveriam se sacrificar e se dedicar ao marido, assim como aos cuidados do lar e dos filhos:

(...) Eu fui criada mais pelos meus avós. A minha mãe trabalhava na roça e depois veio pra São Luís. Eu me criei, me casei, com quinze anos, lá mesmo, no interior. E me mudei pra São João Batista, porque meu esposo morava lá e aí eu me mudei.

Eu conheci meu marido lá no interior, inclusive o pai dele era primo do meu avô. A mãe ...não, o pai do meu sogro era irmão da mãe do meu avô. (...) Ele chegou, se engraçou... ele tinha trinta e dois anos e eu nem pensava em casar. Nem atinava pra isso! E eu tinha quinze completos. Ele falou com meu avô e minha avó. De lá eles mandaram avisar mamãe, que tava aqui em São Luís. Aí fizeram o casamento. Casei lá mesmo. Morei quatorze anos lá. Os meus filhos nasceram todos lá.

(...) Se eu voltasse, hoje, eu não tinha me casado...nem com essa pessoa e nem tão cedo. E filho, se eu tivesse, era só dois. Deixava pra ter numa idade...assim, mais pra frente...de uns vinte e cinco pra cima. Eu tive filho muito cedo. Dezesseis anos eu tive meu primeiro filho. Lá não tinha condição. Era muito atrasado. E passei minha vida toda cuidando do marido doente. Passei quarenta anos! É muito tempo!

E eu vim pra cá, meu esposo...passou doze anos deitado [É enfática]. Ele já vivia doente. (...) Quarenta anos doente [É enfática], mas ele adoentou e passou doze anos deitado. Mas que ele prostrou, passou doze anos deitado. Passei

quinze anos dando comida na boca. Dando de tudo. Até banho. Aí ele morreu vai fazer três anos, agora, no mês de outubro. (...) Mas também não tinha como saber que ele ia adoecer e ficar daquele jeito, mas se eu soubesse, não tinha casado com ele. No começo ainda ia levando, mas depois ficou muito cansativo. Meus filhos ajudaram muito, mas se eu pudesse voltar no tempo, faria diferente. (...) Josefa.

Da narrativa de dona *Josefa* apreende-se, ainda, que os padrões idealizados para os papéis de gênero eram bem demarcados na ocasião em que ela se casou. Faziam parte das atribuições de esposa cuidar da saúde do marido, durante quatro décadas, como bem enfatizou. *Josefa* conviveu com seu esposo “na saúde e na doença (...) até que a morte nos separe”, tal como a conhecida frase prenunciada em cerimônias de casamento religioso, mas ao refletir, no tempo presente, a respeito de esforços e renúncias feitas em relação aos cuidados com o marido doente, menciona que “*faria diferente*” se soubesse, antes, como seria sua vida. Ela faria outras escolhas para si que refletiriam tanto no número de filhos que teria, quanto na possibilidade de casar, mais tarde, com outra pessoa que não necessitasse de tantos esforços e cuidados de saúde como seu marido precisou.

Celeste, por sua vez, recordou o controle e a vigilância dos pais em relação às saídas e passeios. Os horários para chegar em casa eram bem controlados, principalmente, por sua mãe, que conciliava a administração do lar com os cuidados do marido e dos cinco filhos (2 homens e 5 mulheres). Contudo, apesar da vigilância, dona *Celeste* narra que burlar as regras não era algo impossível. Ela conseguia driblar proibições e controles dos pais aproveitando a oportunidade das aulas de corte e costura para namorar escondido:

Quando eu ia pra aula de corte e costura que eu conheci esse que foi meu namorado. Nesse vai em vem [Risos]. Ele era motorista de ônibus. Então a gente se encontra mais na ida para o curso, porque na volta eu não podia chegar muito tarde em casa. Nós namorávamos escondido. Eu estudava depois do almoço. Já sabia o horário certo que ia encontrar. Às vezes, na volta, minha professora passava um pouco da hora. Então, eu vinha correndo. Porque lá em casa tinha hora pra sair e pra voltar. Era horrível! Horrível. (...) Eu me lembro que eu fui na casa de uma amiga minha que era irmã do rapaz que eu gostava. Aí nesse dia, era aniversário, acabei dormindo lá. E nesse dia foi uma confusão! [É enfática]. (...) Quando eu cheguei... a minha cunhada foi comigo. Já tava minhas coisas todas arrumadas só pra pegar e ir pra onde eu tinha passado a noite. Foi desse jeito. E com a obrigação de apanhar ainda, antes de ir embora. Ainda me lembro disso. Tomei duas cintadas. Eu já tinha meus... não lembro bem, mas acho que tinha meus trinta e seis anos. (...).

Naquela época, que eu fui pra casa de Glória, eu já tinha uns trinta e seis anos. Eu era a mais velha da turma lá de casa. Depois de mim que era Gracinha. Aí foi uma confusão terrível. Ainda apanhei por isso, mas aí...eles mesmos falaram que não queriam mais que eu ficasse lá. Meu pai e minha mãe que falaram. Falaram que eu tinha que ir embora de casa. Eu tive que ir pra casa de minha cunhada. (...) E minha cunhada não aceitou que a gente ficasse em casa sem casar. Aí eu casei no civil. Casei no civil, porque minha cunhada ficou falando. Ela não queria que a gente ficasse morando junto sem casar. Aí... e foi rápido que eu me casei. Glória não deixou a gente morar junto sem casar. Por ela eu ainda morava lá hoje. Eu que não quero.

(...) Ainda hoje eu ainda sou casada no papel. Até hoje não nos divorciamos. Ele já fez de um tudo pra voltar comigo. É bem de vida, mora em Imperatriz⁷⁰, tem loja de secos e molhados, distribuidora, mas ficou com ódio quando eu vim pra cá. E minha cunhada, até hoje me dá assistência.

(...) Fiquei seis anos casada com ele, Nélio. Mas ele bebia demais. Depois que me separei, (...). Aí separei e arranjei outro marido, mais beberrão que o primeiro. Outro! (...) Ainda fiquei com ele treze anos, mas ele era muito ciumento. Aliás, os dois eram! E foi essa bebida que eu não aguentei. Me separei por causa disso. Eles bebiam demais. (...) Celeste.

Da ressalva de *Celeste*, que relatou apanhar “duas cintadas” e ter que sair da casa de seus pais porque passou a noite fora de casa, apreende-se que o modelo de socialização das mulheres as orientava, nas décadas de 1940 a 1960, para não ficarem sozinhas ou terem intimidades com rapazes antes do casamento, para casarem virgens. A norma social estipulava que aquele comportamento era errado e inadequado às mulheres e aquela punição também registraria e reforçaria “os comportamentos, tidos como condenáveis” (Sousa, 1998, p.99) ao definir aquilo que era considerado socialmente “correto”.

Entretanto, o comportamento de dona *Celeste* também ressalta deslizes e escapes em relação às normas de gênero, uma vez que as vivências práticas e cotidianas das mulheres constituem experiências que não cumprem com aquilo que é produzido, estipulado e internalizado discursiva e performativamente como “norma” (BUTLER, 2014). Nesse sentido, *Celeste* desestabiliza a norma de gênero ao contar que foi morar com o namorado (pois os seus pais a colocaram para fora de casa), mas teve que se encaixar no modelo normativo, casando-se oficialmente, diante da insistência de sua cunhada. A fluidez entre desestabilizações e reiterações do modelo normativo é percebida, mais uma vez, ao narrar que ainda é casada, pois não se separou oficialmente do marido.

⁷⁰ Município distante, aproximadamente, 629 quilômetros da capital maranhense.

As narrativas de *Josefa* e *Celeste* demonstram, desse modo, que as práticas cotidianas e escolhas feitas, ao longo da passagem do tempo, juntamente com outros marcadores sociais da diferença, destacados ao longo desta Tese, podem explicar a condição de morarem sozinhas na fase da velhice e, mais especificamente, no Abrigo São Vicente de Paulo.

Por outro lado, ainda em sintonia com os argumentos de Judith Butler (2014), pude perceber, através das narrativas de *Vera*, *Cristina*, *Nara* e *Teodora*, que nem todas as mulheres interiorizavam ou seguiam as “normas” de gênero que vigoravam nas décadas de 1940 a 1960. Entre estas destaco, sobretudo, o interesse “natural” para o matrimônio e a maternidade. Nesse sentido, conforme apresento, a seguir, as narrativas a respeito das vivências amorosas e das escolhas feitas, nas práticas cotidianas, por estas quatro (04) mulheres, talvez também podem explicar, junto a outros marcadores sociais da diferença destacados ao longo desta Tese, as circunstâncias que as fizeram viver sozinhas na fase da velhice e, mais especificamente, no Abrigo São Vicente de Paulo.

Vera relata que sempre namorou muito, mas nunca quis casar e nem ter filhos. Estas escolhas a distanciavam dos papéis que eram socialmente esperados das mulheres, sobretudo, na primeira metade do século XX. Nesse sentido, seu comportamento se aproximava daquilo que poderia ser considerado transgressor, uma vez que rompia com os padrões sociais considerados pertinentes e aconselháveis, nas décadas de 1940 e 1960, às mulheres solteiras:

Eu sou solteira. Não fui casada, assim... eu morei junto. Eu morei junto com um rapaz lá no Rio vinte e um anos. (...) Eu acho que eu tinha uns vinte e sete ou vinte e oito anos quando fui morar com ele. (...).

Fui...eu fui noiva três vezes. Aqui eu fui do filho de um fazendeiro de Carema⁷¹. (...) E depois eu namorei Câmara, que era Prefeito em Ribamar⁷² [São José de Ribamar]. Quando eu fui embora, ele...ele que me levou no Porto. Porque nessa época a gente ia de navio. E ele disse: “Não vai Vera! Fica e a gente casa! Vamos viajar pro Rio!” Eu disse: “Não! Se eu tiver que me casar contigo eu volto do Rio e aí a gente casa, mas eu fui e não voltei!” [Risos]. E o outro foi Fernando Simas. Ele trabalhava na Embaixada Americana, mas essa época era no Rio. Esse me trocou por causa de outra. Ele me trocou, mas depois ele foi atrás de mim. Minha prima deu o endereço e eu não quis mais, já tava com esse que eu morei com ele. (...) Outra coisa, as besteiras que eu já fiz na minha vida! Só pode ser destino! Eu botei a perder um casamento com um General. Não te contei?! [Risos].

⁷¹ Povoado localizado no município de Santa Rita, cuja distância é de, aproximadamente, 94 quilômetros da capital maranhense.

⁷² Município distante, aproximadamente, 26,7 quilômetros da capital maranhense.

Esse foi depois daquele que eu fiquei vinte e um anos, mas eu não tive nada com ele. Quando eu voltei da Suíça... uma amiga minha de Pedra de Mangaratiba⁷³ ela tinha um irmão. Era só eles dois. Ele era General! De alta patente da Marinha e tudo. Ela me chamou, como ele tava muito adoentado, pra eu casar com ele. Porque ele ia morrer e ia perder esse dinheiro. Ia voltar pro Governo. Ele não era casado. Aí eu disse: “Ah, vou não!”. Caso nada! [Risos]. Falei assim pra ela: “Tu já imaginou ele não morre e eu vou ficar cuidando dele a vida inteira?!” “Não mesmo!”. Eu tava com uns sessenta anos, nova ainda. E não tinha esse problemão de saúde que eu tenho hoje! Mas falei: “Quero não!” [Risos]. Demorou... acho que não demorou nem quinze dias e o homem morreu! [Risos]. E ele deixou o dinheiro dele pro Governo! [Risos] (...) Mas eu acredito no destino. Não era pra ser. (...)

Eu tive uma porção de namorado. Namorava pra caramba. Aqui e lá. Acho que eu tinha dezesseis anos quando namorei. Namorei muito! Eu namorava que esquecia e quando via já estava namorando outro. [Risos]. (...) Mas eu não tava nem aí. Namorava pra caramba! Namorava um mês com um, acabava e ficava com outro. Até hoje eu não me apego. Não sofri por amor! Eu gosto, me dou, mas não me apego. Posso me dar aqui, gostar e sair daqui, acabou, “bye bye!”. Eu esqueço o que ficou pra trás. Sempre fui assim. Eu só sofri por um que eu morei por vinte e um anos. Lá no Rio, mas no dia que eu falei: “Não, ele não me merece! Por que eu vou ficar sofrendo? Vou parar aqui e parei!” Eu acho que eu tinha uns vinte e sete ou vinte e oito anos quando fui morar com ele. (...)

Duas coisas que eu nunca sonhei. Nem fazer faculdade, nem casar de véu e grinalda e ter filho. E nem ter filhos. Eu nunca quis ter filhos. Nunca! Eu sempre quis ser uma mulher rica, viu. [Risos]. Mandar na minha vida! So que não fui rica, mas mando na minha vida. Sempre fui assim! E eu não quis casar mais. Depois desse rapaz, parou aí. Nunca mais eu... eu morri mesmo. Nunca mais eu me interessei. Desde garota eu não queria casar. As outras da época, as colegas, quase todas casaram. Todas elas. Acho que elas queriam, né?! Todas daqui de São Luís. Naquela época era criada pra casar, mas eu nunca pensei. Minha mãe falava: “Minha filha, para com isso!” [Fala em tom de voz zangada]. [Risos]. Eu dizia: “Não! Pra ser igual a senhora, encher de filho...Não”. Ela era só em casa e cheia de filho. Ficar em casa trabalhando. Eu não queria. Pra falar a verdade, é mais um segredo, mas aqui todas sabem. Eu tirei um filho.

A narrativa é interrompida. Dona Solange chega pedindo uma informação à dona Vera. Ela se despede e a narrativa é retomada.

Sim...e eu tirei um filho com um médico, lá no Rio. Esses médicos... “Tinha e ainda tem”. Mas é o que eu digo: “Acho melhor fazer isso do que ter e dar”. E na época eu não tinha condições. Eu morava no Rio e não tinha condições. E naquela época era feio a moça aparecer barriguda. Os pais, geralmente, não aceitavam. E eu era namorada. Eu era novinha, tinha vinte anos. O médico falou que eu era menor de idade, foi uma luta pra convencer ele. Era menor de idade. Aí foi uma luta. Ele queria chamar minha família. Foi uma confusão danada! E ele que tirou mesmo. Porque eu disse pra ele que morava só com minha tia e não ia chamar. Depois ela soube, porque minha prima ficou com medo de acontecer algo e falou pra ela. Aí eu já tinha feito tudo. E eu até já tinha saído da casa dela. Tava sem emprego, morando só, que minha prima voltou a morar com ela e eu não voltei porque eu tenho um gênio danado. E decidi tirar esse filho. Fui morar num quarto, numa casa que dividia cômodos e fui mesmo. Eu tava mal de casa, de tudo, e não tinha como ter. E o cara tirou o corpo fora. E se eu botasse a boca no trombone, falasse, ele ia ter que assumir, porque ele era treze anos mais velho do que eu.

⁷³ Município fluminense cuja distância é de, aproximadamente, 61,4 quilômetros da capital.

Eu era menor de idade. Ia complicar pra ele. Era caso de polícia, na época, mas eu não quis falar nada. Ele disse que não era ele o pai. Me deu mais medo ainda. Eu boba demais na época. Com vinte anos eu era boba, boba, boba. Não era essas meninas de quinze anos, de hoje. (...) Eu não me arrependo. Não tem remorso. Nem me lembro, só quando alguém me pergunta se eu tive filho. Aí lembro. Eu não tenho remorso. Sou a favor de fazer aborto. Nunca quis ser mãe. Naquela época ninguém se cuidava. O que acontecia, vinha, igual a minha mãe. Era um filho por ano. E eu não queria isso pra mim. (...). Vera.

Vera coloca em questão a norma social segundo a qual as moças tinham vocação “natural” para o casamento e a maternidade. Ao não internalizar, em sua totalidade, os padrões idealizados para os papéis de gênero, nas décadas de 1940 a 1960, ela problematiza a experiência de sua mãe (esposa e dona de casa), “*Pra ser igual a senhora, encher de filho...Não*”, e idealiza um “projeto de vida” (GOLDENBERG, 2013) para si diferente daquele, principalmente, ao mencionar que “*sempre quis ser uma mulher rica, viu. (Risos). Mandar na minha vida! So que não fui rica, mas mando na minha vida. Sempre fui assim*” e “*Desde garota eu não queria casar*”.

Vera ainda indica que teve suas primeiras experiências sexuais com um namorado na cidade do Rio de Janeiro e que engravidou, desviando-se, mais uma vez, do que era socialmente esperado das mulheres na primeira metade do século XX. Ela recorda o medo que sentiu ao descobrir que estava grávida, pois era menor de idade e isto, naquela época, era “*caso de polícia*”. Todavia, diante da recusa daquele homem a assumir o filho, e das dificuldades financeiras nas quais dona *Vera* se encontrava, ela decidiu que realizaria um aborto.

Da narrativa de dona *Vera* ainda sobressaem a desinformação e o desconhecimento que as mulheres tinham a respeito da sexualidade, as dificuldades enfrentadas para realizar aquele aborto (procedimento que, nos dias de hoje, ainda é considerado crime no Brasil), mas também que não era impossível burlar regras e controles de saúde, então vigentes no país, para realizar tal procedimento.

Assim, mais uma vez, percebo que as mulheres deveriam evitar contatos e encontros mais íntimos com os homens com intuito de se casarem virgens, pois ser “mãe solteira” era uma condição, em geral, mal vista pela sociedade; uma “desonra vergonhosa para a mulher, sobretudo, para as não casadas” (Sousa, 1998, p.114),

bem como às suas famílias, como *Vera* recorda: “*E naquela época era feio a moça aparecer barriguda. Os pais, geralmente, não aceitavam*”.

A desaprovação social para as mulheres solteiras que tinham contatos íntimos com homens, antes do casamento, foi destacada por Branca Alves et al. (1980), Sandra Sousa (1998) e Carla Bassanezzi (2007). As autoras asseveram que aqueles tipo de encontros deveriam ser evitados, pois o matrimônio seria a instituição que conferiria legitimidade ao exercício da sexualidade das mulheres e, sobretudo, à maternidade.

Desse modo, a condição de ser virgem era valorizada no contexto das décadas de 1940 a 1960, para que as moças conseguissem um futuro marido. Elas deveriam ser ingênuas, castas e puras. Estes ideais, como “atos performativos” de gênero (BUTLER, 2003), eram internalizados pelas mulheres como “essências” ou “naturezas” femininas, com intuito de manter sua inocência sexual até o momento do casamento, pois os homens “buscavam como esposas as moças que fossem recatadas e com uma boa moral” (Alves, 2011, p.110). A este respeito, Branca Alves et al. (1980) argumenta que:

O desconhecimento, o silêncio sobre a sexualidade não é um vazio. É um silêncio simbólico, na medida em que transmite um modelo de “ser mulher”, um modelo de conformidade. O desconhecimento amplia o significado dessa sexualidade feminina, enquanto uma espécie de tabu, cercada de interdições, de regras de comportamento, de exigências, que definem não apenas a atuação da mulher como sua própria essência, a sua própria “natureza”. É visto como algo “natural”, próprio do comportamento adequado à condição feminina, e, conseqüentemente, atua como um dos elementos do poder exercido sobre a sexualidade feminina (MOREIRA et al., 1980, p.259).

Nesse sentido, compreender que os papéis de gênero são “naturais” ou “essências” da masculinidade e/ou feminilidade é “manter a naturalização que a noção de gênero pretende contestar” (Butler, 2014, p.254). Desse modo, conforme ressaltam as narrativas de *Vera* e *Celeste*, é preciso compreender que o gênero se move além dos binarismos naturalizados e engloba permutações, desencaixes, desestabilizações, ressignificações e deslocamentos. Judith Butler problematiza:

Supor que gênero sempre e exclusivamente significa as matrizes “masculino” e “feminina” é perder de vista o ponto crítico de que essa produção coerente e binária é contingente, que ela teve um custo, e que as permutações de gênero que não se encaixam nesse binarismo são tanto parte do gênero quanto seu exemplo mais normativo. Assimilar a definição de gênero à sua expressão normativa é reconsolidar inadvertidamente o poder da norma em delimitar a definição de gênero. Gênero é o mecanismo pelo qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, mas gênero pode

muito bem ser o aparato através do qual esses termos podem ser desconstruídos e desnaturalizados. (BUTLER, 2014, p.253).

Entretanto, apesar de a autora reconhecer que tais deslocamentos e permutações integram a “norma” e que são cruciais para o seu funcionamento, o gênero “requer e institui seu próprio regime regulador e disciplinar específico” (Butler, 2014, p.252). Judith Butler ressalta que este regime regular e disciplinar opera no contexto das práticas sociais e acaba sistematizando e instituindo como “norma” aquilo que acaba sendo internalizado e, sobretudo, “naturalizado” como atributos masculinos e/ou femininos:

Uma norma opera no âmbito de práticas sociais sob o padrão comum implícito da normalização. (...) Normas podem ou não serem explícitas, e quando elas operam como o princípio normalizador da prática social, elas geralmente permanecem implícitas, difíceis de perceber e mais clara e dramaticamente discerníveis nos efeitos que produzem.

Para que o gênero seja uma norma, isso sugere que ele esteja sempre e apenas tenuamente incorporado num ator social específico. A norma governa a inteligibilidade social da ação, mas não é o mesmo que a ação que ela governa. A norma parece ser indiferente às ações que ela governa, e com isso quero dizer apenas que a norma aparenta ter um estatuto e efeito independente das ações governadas por ela. A norma governa inteligibilidades, permitindo que determinadas práticas e ações sejam reconhecidas como tais, impondo uma grelha de legibilidade sobre o social e definindo os parâmetros do que será e do que não será reconhecido como domínio do social (BUTLER, 2014, p.252-253).

Desse modo, as normas de gênero vão sendo citadas, invocadas, internalizadas e, constantemente, atualizadas no tempo e no espaço por meio de uma repetição de atos e gestos, na prática social, que “constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero” (Butler, 2003, p.200). Esses excertos de Judith Butler me lembram, também, que a busca e o interesse pelo matrimônio e pela maternidade foram internalizadas, como normas de gênero, por *Cristina, Nara e Teodora* de modo naturalizado e continuam a ser citadas e invocadas, na fase da velhice, como motivos/fatores que as teriam aproximado da condição de morar sozinha na velhice, em especial, no Abrigo São Vicente de Paulo.

Cristina, Nara e Teodora narraram que viveram relacionamentos amorosos, como namoro e/ou noivado, mas não se casaram e/ou tiveram filhos na fase da juventude ou vida adulta. De suas narrativas sobressaem, sobretudo, pesares e arrependimentos que sentem porque, no passado, fizeram escolhas que as distanciaram do matrimônio e da maternidade:

(...) Até eu se fosse casada, já era viúva. Quando tem que ser mesmo, é. E eu não tive sorte pra essas coisas de casamento. Porque andei bem pertinho de me casar. Ainda me preparei pro casamento, aqui em São Luís. (...) Eu conheci ele quando morava ali no Monte Castelo, na casa do pessoal de Bacabal, que morei dez anos. (...) Ele trabalhava no DNER. Ele trabalhava lá. (...) Aí eu namorei com ele, foi uns três anos. E eu sempre ia e vinha do interior, da casa de meus pais. (...) Quando eu cheguei uma vez, que eu tinha ido cuidar de uma sobrinha, que minha mãe tava se recuperando de doença e pensei: “Quer saber, eu vou é me casar”. Fiquei decidida a me casar. Ter minha casa, meu canto, minhas coisas. Hum, quando foi uma noite, nós estávamos conversando na calçada, lá vem uma mulher. Ela disse, pra mim, que ele gostava dela e... era...ela era amante dele. Ela falou que ele já estava com ela há mais tempo e eu também só ouvi aquilo e disse: “Tudo bem”. (...) Eu decidi logo. Não pensava nas consequências. (...) E eu terminei na mesma hora. “Não venha mais aqui”. E ele veio muitas vezes depois disso. (...) Comigo não tinha segunda chance. Decidi! Eu sempre fui assim com meus namorados! Esse foi o quarto namorado.

Eu já tinha namorado outro em Bacabal e outro lá no interior, que eu namorei primeiro, antes de ir pra casa da minha avó. Esse, do interior, foi meu primeiro namorado. (...) E depois desse teve um quando eu cheguei na casa da minha tia. Eu conheci ele através de...de... ele era da SUCAM, botava veneno, inseticida nas casas e foi assim que eu conheci ele. Nesse tempo eu não tava mais na casa de meus tios, eu tava com uma irmã, lá em Bacabal. Ele sempre me observando e eu vendo como ele era. Ele perguntou pra vizinha da frente se eu tinha namorado e ela disse que não. Aí ele se aproximou. E nós começamos a namorar. Ele era simpático, educado. Era mais velho que eu, também, mas era bonitão, elegante. (...) Ele trabalhava no interior, mais afastado, e eu ficava na cidade. Ele chegava na casa do compadre dele só sábado à noite e a gente só se comunicava no domingo. Pra lá a gente nem saía e eu costurava muito. (...) Aí também não durou. (...).

(...) Mas de todos esses eu achava mais bonito o segundo. Gostei mais dele. De todos, foi o que eu mais gostei. Estes dois daqui, já faleceram os dois. E depois disso, que eu vim pra cá, não quis mais ninguém. Não me arrependo de não ter casado com nenhum desses. Quer dizer, esse que foi o segundo, eu ainda pensei que tinha perdido um bom partido. Devia ter me casado com ele. Esse (...) do DNER, eu não gostava mesmo. Pensei em casar com ele, mas não gostava. Eu queria sair de casa alheia e essa era minha ideia (...) *Cristina*.

Da narrativa de *Cristina* apreende-se que o casamento era mais uma alternativa para acabar com os “deslocamentos” pela cidade, conforme destaquei no primeiro capítulo, do que o enlace amoroso e conjugal com a pessoa amada. Assim, com intuito de acabar com o “vai” e “vem”, de “um lado” pro “outro”, como ressaltou, dona *Cristina* vislumbrou no casamento uma oportunidade para “Ter minha casa, meu canto, minhas coisas”, pois seu objetivo era “sair de casa alheia”. Contudo, ao narrar sobre os namoros e noivados firmados no passado, percebi que dona *Cristina* afirma não se arrepender das escolhas e decisões tomadas, mas volta atrás e lamenta não ter

casado, sobretudo, com seu segundo namorado, pois o considerava um “*bom partido*”.

Essa relevância remetia, no contexto das décadas de 1940 a 1960, aos papéis de provedores e chefes de família que eram atribuídos aos homens. Nesse sistema de demarcação de gênero, conforme destaquei anteriormente, às mulheres caberiam os cuidados com o lar, o marido e os filhos e aos homens o trabalho executado fora de casa. Ao internalizar estes ideais, percebo que dona *Cristina* reitera “normas” de gênero (BUTLER, 2014) que vigoravam naquele período, segundo as quais o casamento seria uma instituição que ampararia, principalmente, economicamente as mulheres, uma vez que poucas delas (sobretudo as de classe social pobre) exerciam, naquela ocasião, atividades de trabalho com boa remuneração na esfera pública.

O mesmo destaque foi percebido na narrativa de *Nara*. No trecho a seguir, dentre outras questões, ela enfatiza que se tivesse casado e/ou tido filhos, não estaria “*desamparada*” e, principalmente, morando naquele abrigo:

(...) Eu não casei. Tive assim, namorado, mas pouco namorado que eu tive. Eu tive um namorado que eu gostei. Ele era Tenente do 24º Batalhão [Exército Brasileiro]. Ainda sei o nome dele. José Lourenço. Ainda sei o nome dele todo gravado, pra você ver quando a gente gostava de uma pessoa. Ele era da terra da minha mãe, de São Bento⁷⁴. E veio chamado pra cá. Meu primo não quis ficar. Deram baixa e ele quis ficar e ficou. Meu primo fez o concurso pra Fortaleza⁷⁵, passou e ele ficou. Ele começou a ir lá em casa atrás de meu primo e nisso ele gostou de mim. Aí eu tinha dezenove anos. A gente começou a namorar escondido. Eu gostava era muito dele. Eu amava mesmo. (...) Quando ele sabia que eu ia sair, fazer alguma coisa com minha irmã, ele ia. Ia se encontrar comigo. Ele era louco por mim.

(...) E ele foi um dia lá em casa. (...) Ele entrou um dia, de tarde, lá em casa. Papai tava sentado. Ele disse: “Boa tarde, seu José”. Meu pai respondeu: “Boa tarde. Senta, meu filho”. “Seu José, a minha vinda aqui, eu vou lhe dizer: eu gosto muito de sua filha, a Nara”. “Oh, meu filho, mas ela lida conosco”. “Seu José, eu quero só sua benção pra casar, mas nós ficamos morando aqui. Nós ficamos no quarto dela. Depois que vocês... que vocês não tiverem aqui, aí nós podemos ir pra nossa casa”.

Ele disse: “Meu filho, eu te dou a mão de minha filha, mas quem vai... eu reconheço que nós já estamos velhos e ela vai ficar sozinha, e eu quero deixar ela casada”. Aí eu fiquei noiva, mas mamãe não queria. Ela não queria que eu casasse. E naquele dia ela passou mal, teve uma agonia, mas ele ficou atordoado e foi chamar um médico pra mamãe. Ele disse...aí ele chorou tanto. Ele disse: “Eu sou louco pela Nara, mas a mãe dela...quando eu fui dizer isso, ela passou mal”. “Dona Miritina, eu não vim lhe fazer mal. Eu vim...porque eu amo sua filha e nós viveremos aqui mesmo. Sou um Tenente, sou de boa família”.

⁷⁴ Município distante, aproximadamente, 305 quilômetros da capital maranhense.

⁷⁵ Cidade de Fortaleza, CE. Distante, aproximadamente, 895,7 quilômetros da capital maranhense

Mamãe já não enxerga nessa época. Porque nessa época papai ainda trabalhava. Ele trabalhava na fábrica Martins [Fábrica Martins Irmão e Cia.], mas se aposentou antes do tempo porque teve um problema na mão. E minha mãe ficava em casa. Ela cuidava de casa, mas ficou cega. Eu tinha uns dezessete anos. E nem teve jeito.

O médico disse que ela não ia voltar a enxergar. Eu chorei tanto, lá em Teresina. Nós ainda fomos por lá, pra ela se consultar. Ela chorou tanto! Eu fiquei abatida. Minha irmã também ficou. Meu pai, também. Nós ficamos assim, tudo sem graça. (...) Antes ela enxergava, mas foi perdendo a visão. E esse rapaz queria casar comigo. (...) E eu não casei porque minha mãe não aceitou.

Aí ele queria casar e foi procurar outra. A moça que ele casou era uma colega minha (...) E eu me arrependo. Se eu tivesse casado, não estaria aqui. Todo mundo dizia pra eu casar com ele, mas eu não tive coragem. Uma vizinha nossa, dona Cidália, ela dizia: “Minha filha, casa! Este rapaz é muito bom. Ele gosta de ti”, mas eu não ouvia. Não escutava o que as pessoas diziam, que era para o meu bem.

(...) E depois ainda botei aliança no meu dedo do Miguel. Eu era mais nova do que ele dois anos. Ele que morreu naquele acidente do rio. Ele nem chegou a falar com meus pais. Eles já tinham morrido. Ele foi banhar no rio e faleceu. Fui noiva duas vezes. O outro foi o do 24º Batalhão. E depois eu nunca mais quis casar.

*Às vezes sinto falta de não ter marido. Se eu tivesse um marido, poderia ter uma filha, um filho, que olhasse por mim e tudo, mas sabe lá se eu ia tá bem?! Eu acho que cada um vem com uma sina e a minha não foi casar. (...) Minha mãe não queria que eu casasse com a pessoa que eu gostasse e aquilo me desinteressou. E depois disso, não quis mais. (...). Eu tive bons pretendentes. Não era pra tá morando aqui, não. Se eu tivesse casado não tava aqui. Eu tinha minha casa, minhas coisas. (...) Eu não casei porque quando me lembrei de casar, já tava mais velha. Já tinha passado aquela historia de casamento. Não tinha parecido outro e eu fiquei assim, desamparada, mas arranjei...tanto que eu pedi a Deus um emprego, me aposentei e tô aqui. (...) *Nara.**

Nara ressalta, mais uma vez, que desistiu de casar com seu primeiro noivo em razão de cuidar de sua mãe; que teve complicações na visão e ficou cega na vida adulta. Ela ainda compara as atenções que foram demandadas à mãe e se queixa por não ter marido e filhos que “olhassem” por ela, isto é, cuidassem e a amparassem, principalmente, na fase da velhice. Compreendo, desse modo, que esse anseio reitera, novamente, a concepção de que os cuidados para com pais e mães, dentre outros familiares, em geral, são atribuições “naturais” das mulheres, conforme problematizam Camarano e Kanso (2010), mas tais cuidados são construídos discursiva e performativamente, no tempo e espaço, como responsabilidades que, tradicionalmente, caberiam às mulheres realizar.

O trabalho com a memória ainda me permitiu captar, nas narrativas de dona *Nara*, algumas lembranças marcadas por zonas de sombras e silêncios em relação aos relacionamentos amorosos. Nas primeiras narrativas, *Nara* recordou do acidente

que tirou a vida de um dos seus patrões, se emocionou e, sobretudo, contou que ele foi apaixonado por ela. Todavia, em momento posterior, ela revelou que aquele rapaz foi seu segundo noivo. Desse modo, compreendo que as recordações sobre a morte daquele rapaz (então seu noivo) se aproximam de lembranças traumatizantes ou “memórias subterrâneas” (Pollak, 1989, p.08), isto é, lembranças que causam sofrimentos e comoções, que podem ser guardadas ou silenciadas por muito tempo à espera de um momento oportuno para serem afloradas:

(...) O meu primeiro emprego foi ali na Casa Dimas, com seu Dimas. Ele tinha o pé adoentado e ele era alfaiate, ele cortava as coisas, mas...mas ele tinha uma lojinha, também, na frente.

O parente dele, como era o nome dele? ... Era...era...como era o nome dele, meu Deus?! É Miguel! Isso! Ele trabalhava lá e foi passar as férias em Itapecuru e morreu afogado no rio, ele não sabia e foi banhar. Ele era apaixonado por mim. [Pausa] [Choro]. Ele gostava de mim. Era doido pra casar comigo. Ele era muito mais velho do que eu e mesmo assim eu não gostava dele. Assim, pra me casar. Ele falou comigo. Disse que eu ia ser sua princesa, mas eu disse que não. Depois ele ficou meio estranho, mas ele arranhou outra e casou. Ele já era de idade. Era brigador e eu não gosto de briga. Eu não dizia que era isso, mas ficava na minha. Ainda fui em um aniversário dele. Fui com seu Dimas e a esposa. (...) Mas sabe... olha, ele foi muito imprudente. Porque a gente precisa saber como é o rio, se é fundo ou não, pra poder banhar. Ele era o gerente. Quando ele não tava, eu que ficava.

(...) E depois ainda botei aliança no meu dedo do Miguel. Eu era mais nova do que ele dois anos. Ele que morreu naquele acidente do rio. Ele nem chegou a falar com meus pais. Eles já tinham morrido. Ele foi banhar no rio e faleceu. Fui noiva duas vezes. Nara.

Assim, em sintonia com Michel Pollak (1989) e Alessandro Portelli (2002), considero que tanto os contextos de tempo e espaço nos quais as narrativas são proferidas quanto a relação entre pesquisador/pesquisadora e narradoras são importantes no trabalho com narrativas. Isto implica compreender que, dependendo das circunstâncias, as emoções, os silêncios, as hesitações e os ditos e não-ditos significam muito na construção de si, como pude perceber em algumas ocasiões nas quais estive escutando as narradoras desta Tese.

Nesse sentido, *Teodora* destacou, mais uma vez, os arrependimentos que sentia por ter cuidado e, inclusive, sustentado financeiramente alguns parentes (irmã, cunhado e sobrinhos/sobrinhas) e ter pensado pouco em si mesma. Tais atenções e esforços empreendidos teriam dificultado os relacionamentos amorosos que teve no passado, mas ela se queixou, principalmente, por não ter avançado nos estudos

superiores, oportunidade que poderia lhe trazer melhores condições financeiras, sobretudo, na fase da velhice:

(...) Nunca me casei. Sempre fui arrimo de família. Nunca tive filho, nunca casei. Só vivi pra família. Eu não tive sorte de casar. (...) Não me formei porque tive que segurar a barra da família. Ou eu pagava minha faculdade, ou ajudava eles. E eu preferi ajudar a família. Por isso, porque senão eu era formada, mas é isso. Sempre vivi em função de família. (...) Só pensei em minha família e não pensei em mim. Foi tão assim, que uma vez, no Rio de Janeiro um patrão meu me chamou pra aconselhar. Pra ver se eu cuidava mais de mim. (...) Resultou que eu saí do emprego. Hoje em dia eu me arrependo.

Aqui eu tinha umas paquerinhas, lá perto do comércio que eu trabalhava, mas não era nada sério. (...) Depois que eu fui para o Rio, arranjei dois namorados. O primeiro eu ainda morava com minha irmã e o cunhado, mas eles ficavam no meu pé. Aí eu fui morar com umas amigas, fomos dividir apartamento. E nessa época eu arranjei outro.

Passei seis anos com ele. Ele implicava também com minha família, que eu mandava dinheiro pra cá. E dizia que assim era ruim. Que nunca nós teríamos nossa vida. E aquilo foi cansando, cansando. E ele me largou. Depois eu fiquei sabendo que ele estava namorando outra moça e com ela casou. Nunca mais eu procurei saber o que aconteceu com ele. Perdi contato e mais pra frente, uns anos...eu...eu voltei pra São Luís.

(...) Aqui não me interessei por ninguém. Apareceu um ou outro pretendente, mas eu não quis. Aí foi o tempo que minha mãe veio morar comigo. E, sabe, mesmo não tendo casado e tido filho eu considero muito uma moça... uma senhora...que... que eu tenho idade pra ser mãe dela. Ela me ajuda em tudo que eu precisar. Nós nos conhecemos quando minha irmã ficou no hospital internada. A mãe dela que eu fiz amizade e já faleceu.

E hoje eu tenho um carinho com ela como filha. Ela é casada, tem filhos, e...e...sempre se coloca à disposição no que eu precisar. Ela diz: “Dona Teodora, se a senhora precisar de remédio, consulta, comida, qualquer coisa, pode me dizer. Eu lhe dou”. E ela me ajuda mesmo! Eu até fico com vergonha de pedir, mas é com ela que eu mais conto. Já pagou remédio pra mim de R\$ 300,00 reais [Trezentos reais]. Já pagou consulta cara. Outro dia eu fui fazer a limpeza da lente da Catarata, que eu tava sentindo a vista ruim e fui me consultar. Eu não ia porque esse médico que me operou é particular e eu não tinha condições. Aumentou muito o valor. Aí...aí eu falei pra ela. Ela disse na hora: “Pois marque e venha aqui buscar o dinheiro. Vou lhe dar também para ir e voltar de táxi”.

Então, são essas coisas que eu sou muito grata. Sou muito grata a ela! Sempre dou alguma coisa no aniversário dela e da família. Ligo, sempre, e pergunto como ela vai e tenho muito carinho por ela. Eu não casei nem tive filho, mas ela é como uma filha pra mim. Me ajuda mais do que meus parentes. Eu fiz tudo por parente e hoje eles não ligam pra mim. (...) Teodora.

Através da narrativa de dona *Teodora*, também pude perceber que, a partir das vivências cotidianas, outras pessoas podem passar a fazer parte de nossas redes de relações de amizade e se mostrarem bastante atenciosas, cuidadosas, amorosas e prestativas a ponto de serem consideradas como integrantes da “família”. Isto mostra

que os laços de amizade construídos, ao longo da passagem do tempo, podem ser mais resistentes do que aqueles nos quais as condições de consanguinidade e/ou convivência sejam comuns às pessoas.

A condição dessas seis mulheres viverem sozinhas na fase da velhice também nos apresenta um fenômeno recente na sociedade brasileira: o crescimento do número de pessoas “idasas” que moram sozinhas no país. Ainda há poucos estudos a respeito desta temática, mas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou que, nos últimos dez anos, cresceu o número de pessoas com mais de 60 anos de idade que residiam sozinhas no Brasil (2004-2014). Hoje, cerca de 4.376.982 pessoas se enquadram nessa condição de morar sozinha. A maioria dessas pessoas são, segundo a pesquisa, mulheres separadas, viúvas ou que nunca se casaram/viveram outra forma de conjugalidade. (IBGE, 2015).

Atentos a este fenômeno, alguns projetos habitacionais destinados às pessoas “em processo de envelhecimento” estão sendo desenvolvidos no Brasil, pelas esferas pública e privada, em alternativa às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). A seguir, apresento os condomínios “Vila dos Idosos” e “Cidade Madura”, localizados, respectivamente, em São Paulo (SP) e João Pessoa (PB).

A Vila dos Idosos foi inaugurada em agosto de 2007, no bairro do Pari, na capital do Estado de São Paulo. É um modelo de locação social desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação, através da Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) e financiado pela Prefeitura de São Paulo. A vila é destinada exclusivamente a pessoas com mais de 60 anos e que possuem renda máxima de até três salários mínimos. Atende cerca de 175 moradores acima daquela faixa etária em 145 unidades habitacionais disponibilizadas (55 apartamentos e 90 quitinetes). A área comum do local conta com três salões de festa, três elevadores, biblioteca, horta comunitária e amplo espaço verde. Para atender as necessidades físicas dos residentes, o local é adaptado com maior espaço nos banheiros para a circulação de cadeira de rodas, portas largas e adequação dos pisos⁷⁶.

O Programa Habitacional Cidade Madura, por sua vez, foi criado no Estado da Paraíba. Três unidades condominiais foram inauguradas nas cidades de João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras, respectivamente em julho de 2014, maio de 2015 e

⁷⁶ Informação disponível no site <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/mooca/noticias/?p=6892>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

março de 2016. São condomínios com 40 unidades habitacionais (em cada um deles), compostas por terraço, quarto, sala, banheiro, cozinha e área de serviço, além de pavimentação em blocos. Ainda apresenta um centro de vivência, núcleo de assistência à saúde, horta, praça e outras áreas comuns. Também são adaptados para as necessidades dos moradores, contando com barras de apoio no banheiro e rampas de acesso, conforme as normas de acessibilidade. O critério adotado para ter direito a uma daquelas unidades habitacionais é possuir 60 anos de idade ou mais, ter renda de até cinco salários mínimos, morar só ou com o cônjuge e ser independente (pois o programa não disponibiliza cuidadores àqueles e àquelas que precisem desses profissionais, seja de modo temporário ou permanente).⁷⁷

Algumas construtoras imobiliárias, por sua vez, também têm voltado seus olhares para o público com idade acima dos 60 anos. Desde os anos 2000, alguns empreendimentos foram lançados, como flats, casas de condomínio e apartamentos com acabamento mais luxuoso, cujo público alvo é de classe média a alta, por exemplo, das cidades do Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Santos/SP, Barueri/SP, Curitiba/PR, Maringá/PR. Em geral, as construtoras têm identificado que, dentre as necessidades deste público, estão: piscina com escada de alvenaria e corrimão, pisos antiderrapantes e sem brilho (para não ofuscar a visão), bancos com cantos arredondados nas áreas comuns (para não correr o risco de lesões em um eventual esbarrão), bacia especial nos banheiros, barras de apoio e banco basculante dentro do box, fechaduras invertidas (para facilitar a abertura com as chaves), tomadas a uma altura maior (para que não haja necessidade de se abaixar para ligar/desligar eletrodomésticos), portas com vão livre maior (para comportar a circulação de cadeiras de rodas e andadores) e áreas comuns dotadas de plataformas elevatórias de acesso, barras de apoio e até uma academia para atividades de reabilitação⁷⁸.

Apesar da existência dessas modalidades de moradias para pessoas “em processo de envelhecimento”, da importância que possam apresentar para usuários e usuárias daquelas unidades habitacionais e das críticas que possam existir sobre

⁷⁷ Informações obtidas nos sites <<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/05/condominio-exclusivo-oferece-refugio-para-idosos-na-paraiba.html>> e <<http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-entrega-mais-um-condominio-cidade-madura-em-cajazeiras/>>. Acessados em: 03 de novembro de 2015 e <<http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-entrega-condominio-cidade-madura-de-campina-grande/>> Acesso em: 12 de abril de 2016.

⁷⁸ Informação obtida no site <<http://delas.ig.com.br/casa/arquitetura/2013-04-01/condominios-para-idosos-estao-na-mira-de-construtoras.html>>. Acesso em: 03 de novembro de 2015.

elas (pois especialistas acreditam que os projetos realizam uma segregação geracional ao não incentivar o convívio de pessoas “em processo de envelhecimento” com grupos de crianças, jovens e adultos), nem todas as pessoas podem ter acesso a um apartamento ou casa, seja imóvel próprio ou por locação social, conforme exemplificado, tanto pela inexistência de um projeto habitacional similar (público ou privado) em sua cidade ou Estado, quanto pela falta de recursos financeiros que viabilizem a aquisição/locação de um imóvel. Desse modo, as ILPIs acabam se legitimando, socialmente, enquanto modalidade de cuidados e moradia com as quais muitas pessoas “em processo de envelhecimento” podem (ou poderão) contar em algum momento de sua vida.

Por outro lado, o crescimento do número de pessoas “idosas” que estão morando sozinhas no país, como apontado na pesquisa “Síntese de Indicadores Sociais” (IBGE, 2015), chama a atenção para questões de autonomia e independência do “sujeito que envelhece”, pois nem sempre se chega à fase da velhice sem nenhum problema ou complicação de saúde que possam dificultar ou interferir na execução das atividades cotidianas. Nesse sentido, “os dramas dos estágios mais avançados da vida” (Debert, 2016, p.252), como dependência e perda de autonomia, se tornam invisíveis, haja vista que, como lembra a autora, as políticas voltadas para “idosos” dependentes são insignificantes e funcionam em condições de precariedade no Brasil.

A este respeito, a seguir, *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste* narram suas preocupações a respeito do processo de envelhecer no Abrigo São Vicente de Paulo (ASVP), ressaltando seus receios e apreensões com fragilidades que possam advir com o avançar da idade naquele espaço institucional que é mantido pela Associação de Caridade São Vicente de Paulo (ACSVP).

5.2 Aflições com o avançar da idade: cuidados e responsabilidades

Josefa e Cristina foram as que mais narraram suas preocupações com o “porvir” que o passar dos anos lhes trarão, isto é, com a problemas que possam ocorrer a partir da perda da autonomia e a independência para realizar suas atividades cotidianas. A este respeito, expressam:

(...) De certo que eu aqui não fico. Tô só passando uma temporada. E olha, depois da gente velho não tem mais condição de ficar só mesmo. E aqui precisa

de uma pessoa e não tem quem cuide. Porque quando eu não puder mais fazer as coisas, quem vai fazer por mim? É sempre assim. Todas as daqui é assim. (...) Eu já tava aqui, cuidando de minha mãe, e fiquei. Não me cobraram nada, mas eu não pretendo ficar aqui. A gente paga água, luz e tem uma “taxinha”. É R\$ 20 reais [Vinte reais]. Antigamente não pagava nada, mas deram pra cobrar. Dizem que é pra quando precisar levar uma no hospital ou comprar alguma coisa, aí já tem aquele dinheiro. Uma emergência, alguma coisa. (...) Josefa.

(...) Eu penso em sair daqui um dia, porque chega uma certa idade que a gente não pode se cuidar sozinha. Porque eu não sei até que idade eu vou, né? Chega um ponto que não pode fazer comida, não pode sair, fazer feira. Aí eu vou procurar minhas irmãs mais novas.

Devo voltar pra Santa Inês, que tem três lá. São bem próximas e o mais certo é eu ir pra lá. Lá tem a casa de meu pai e eu não posso ir pro lado das irmãs que moram longe. Uma ainda trabalha, as filhas todas trabalham e eu não posso ir pra onde ela, em Goiânia. A de Roraima⁷⁹, tá quase é vindo. É só ela e filho dela. Não vou dar trabalho pra ela não. É a mais velha, já tá cansada. Eu tenho que procurar as mais novas. Pra me levar pro médico, se sentir alguma coisa, mas aí é Deus que vai determinar quando. E eu quero, porque aqui não tem como! E meu salário é pouco. E mesmo assim não quero tá aqui quando eu não mais poder me virar sozinha. (...) Cristina

Donas *Josefa* e *Cristina* alertam que a vivência daquelas mulheres no ASVP torna-se difícil à medida que o processo de envelhecimento avança, principalmente, quando não conseguem mais cuidar da casa e de si mesmas. Suas angústias e receios não são insignificantes, pois mostram uma das faces da velhice que contrasta com as imagens e discursos do “envelhecimento bem sucedido”, ressaltado por Alda Britto da Motta (1997), Benedita Cabral (1997) e Guita Debert (2004 e 2016).

De acordo com Guita Debert (2004), foram os discursos da Gerontologia⁸⁰ que ajudaram a transformar a velhice em uma questão política e, sobretudo, propor práticas que promovessem um “envelhecimento bem sucedido” no Brasil. Os gerontólogos acreditavam que alguns fatores (explosão demográfica, imposição do Capitalismo, valorização do jovem e novo na cultura brasileira e incapacidade de o Estado resolver problemas básicos da população) ajudaram a construir a imagem do

⁷⁹ Estado brasileiro distante, aproximadamente, 2.062 quilômetros da capital maranhense.

⁸⁰ Criada em 1909, pelo então médico russo Elie Metchnikoff, a Gerontologia buscava compreender “o processo de envelhecimento dentro de uma perspectiva que vislumbra tanto a individualidade quanto questões políticas, econômicas, culturais, sociais e de saúde relacionadas” (Debert, 2004, p.138) com o avançar da idade, contando com a presença de profissionais que, em equipe, se complementariam e estipulariam ações relacionadas ao processo de envelhecimento de populações locais, regionais ou nacionais.

“velho” brasileiro como vítima do sofrimento, do abandono, da discriminação e da precariedade:

(um ser humano) discriminado, inativo, vivendo em condições precárias e em situação de perda do *status*, do prestígio e das relações funcionais decorrentes do trabalho (...) conseqüentemente temos um idoso em crise: crise de identidade, o que o leva na maioria das vezes, à retração, à volta a si mesmo, à síndrome de pós-aposentadoria caracterizada pelo isolamento, pela solidão, pelo desinteresse pela vida, alcoolismo, divórcio, decrepitude, senilidade, (...) (DEBERT, 2004, p. 202-203).

Assim, segundo Debert (2004 e 2016), pensando em combater as imagens negativas do envelhecimento, os discursos gerontológicos passaram a incentivar o “envelhecimento bem sucedido” e influenciar as políticas sociais voltadas para a população “idosa” no Brasil. Como consequência, o envelhecimento passou a ocupar mais espaço na agenda pública brasileira a partir da década de 1980 e um *know-how* a respeito da criação de espaços institucionais de convivência para “idosos” foi constituído na sociedade brasileira, principalmente, nas últimas décadas do século XX:

Esse interesse evidencia-se na abertura de espaços em agências governamentais e organizações privadas para iniciativas que se destinam a assegurar um envelhecimento bem-sucedido: como as associações de aposentados e os programas para a terceira idade de que tratamos no capítulo anterior; na proliferação de pesquisas que buscam compreender as práticas cotidianas desenvolvidas por idosos, e as representações que eles fazem de suas experiências de envelhecimento; no tratamento cada vez mais amplo que os idosos e as questões do envelhecimento recebem na mídia (DEBERT, 2004, p.203).

Tais espaços institucionais têm atraído e mobilizado, predominantemente, um público de mulheres que é denominado por “jovens idosas” (DEBERT, 2016) e ajudaram a construir a valorização ou celebração do envelhecimento enquanto fase da vida positiva, gratificante, independente e autônoma. Todavia, apesar dessa valorização, tais discursos e saberes científicos acabaram ocultando problemas da “idade avançada” e atribuindo, exclusivamente, aos “sujeitos que envelhecem” as falhas pelas decisões tomadas no passado (seja este distante ou mais recente):

Através da promoção de atividades como bailes, excursões turísticas, cursos, conferências, teatro, coral, artesanato, esses programas procuram convencer o público mobilizado de que as etapas mais avançadas da vida são momentos privilegiados para novas conquistas e para o estabelecimento de relações mais profícuas entre os mais jovens e os mais velhos. Voltados para públicos distintos do ponto de vista socioeconômico e dispondo de recursos materiais mais ou menos sofisticados, todos esses programas têm um tom geral de revisão de estereótipos negativos com que a velhice é tratada. (...). Contudo, esse compromisso com o envelhecimento positivo encobre os problemas próprios da idade avançada. A perda de habilidades cognitivas e

controles físicos e emocionais – habilidades que, nas sociedades democráticas, são fundamentais para que um indivíduo seja reconhecido como um ser autônomo capaz de exercício pleno dos direitos da cidadania – é percebida como resultado de transgressões cometidas pelos indivíduos contra seus corpos e sua saúde (DEBERT, 2016, p.251).

Como se percebe, a autora também destaca que os discursos científicos e a mídia tiveram um papel importante na construção das imagens do “envelhecimento bem sucedido” através da divulgação de “receitas”, “manuais” e “dicas” que, ao indicarem “como os que não se sentem velhos devem se comportar” (Debert, 2004, p.204), ajudaram, também, a responsabilizar os “sujeitos da velhice” pelas falhas e fracassos cometidos contra si mesmos ao ignorarem e não seguirem tais conselhos e recomendações:

A visão do idoso como um consumidor que falhou ganha concretude em um contexto no qual vigoram as concepções autopreservacionistas do corpo, que por sua vez encorajam os indivíduos a adotarem estratégias instrumentais para combater a deterioração e a decadência. Essas concepções são aplaudidas pela burocracia estatal, que procura reduzir os custos com a saúde educando o público para evitar a negligência corporal. (...)

Os indivíduos não são apenas monitorados para exercer uma vigilância de si, mas são responsabilizados pela própria saúde, pela ideia de que muitas doenças são resultados de abusos, como o excesso de bebida e do fumo e a falta de exercícios (DEBERT, 2016, p. 252).

Nesse sentido, a autora chama a atenção para aquilo que denomina por “reprivatização da velhice” isto é, processo que “transforma a velhice em uma responsabilidade individual” (Debert 2004, p.14) ao indicar comportamentos que se aproximem da independência, autonomia e dinamismo, como destaquei, modos de ser e agir consolidados com os ideais de igualdade e liberdade das sociedades ocidentais modernas (SANTOS, 2006). Entretanto, adverte a autora, ao se defender os discursos do “envelhecimento bem sucedido” e, sobretudo, atribuir ao “sujeito da velhice” a culpa por não seguir ou aderir tais recomendações de velhice positiva, “corre-se o risco de transformar o direito de escolha num dever, numa obrigação de todo o cidadão” (Debert, 2004, p. 229).

Desse modo, em consonância com as assertivas de Guita Debert (2004), retomo as narrativas de *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste* para destacar que não considero pertinente culpá-las, unicamente, pelos infortúnios que vivem na fase da velhice, uma vez que uma parcela da população “em processo de envelhecimento” no Brasil pode não ter recursos disponíveis (culturais, sociais, políticos e, sobretudo, econômicos) para seguir aquelas recomendações do “envelhecimento bem sucedido”,

apesar de acompanharem a circulação daqueles discursos e saberes científicos e institucionais a respeito da velhice independente, autônoma, dinâmica e positiva.

Nesse sentido, as aflições com o avançar da idade de *Josefa* e *Cristina* ressaltam que as experiências de mulheres “em processo de envelhecimento” são marcadas por desigualdades sociais, de gênero, geração, dificuldades no mundo do trabalho e carência de estudos. De suas narrativas se apreende que em algum momento, ao longo da fase da velhice, poderão precisar de alguma ajuda.

Dona *Josefa* resalta que “*depois da gente velho não tem mais condição de ficar só mesmo. E aqui precisa de uma pessoa e não tem quem cuide*”. *Cristina*, por sua vez, destaca que ela deve procurar as irmãs mais novas “*Pra me levar pro médico, se sentir alguma coisa, mas aí é Deus que vai determinar quando*” e acaba por reiterar, mais uma vez, que a assistência e o cuidado com quem envelhece é, geralmente, atribuído às mulheres da família, perspectiva que ressaltai, anteriormente, a partir dos estudos de Adriana Alcântara (2004), Helena Watanabe e Vera Maria de Giovanni (2009), Micheline Christophe (2009), Ana Amélia Camarano e Solange Kanso (2010) e Guita Debert (2016).

Como ressaltai, a alocação dos cuidados daqueles e daquelas que envelhecem às mulheres da família são “atos performativos” que, de acordo com Judith Butler (2003), acabavam por naturalizar processos discursivos e performativos de constituição do gênero. Encobrem, também, que o considerado “tradicional” cuidado que as mulheres passariam a desenvolver, ao longo de suas vidas, em relação a pais, mães, maridos, tias, tios, irmãs, irmãos, sogras e sogros, sobretudo, por alguma doença ou fragilidade provocada pelo avançar da idade ou viuvez, acabavam sendo passados, de uma geração a outra, reiterando um padrão heteronormativo que não é contestado ou refletido.

Ana Amélia Camarano (2008b) e Guita Debert (2016) ainda criticam a legislação brasileira⁸¹ por, também, qualificar que as atenções para com as pessoas “idosas” devem ser realizados, prioritariamente, pela família (que nesse caso pode ser assimilada às mulheres que compõem o grupo familiar). Nesse sentido, segundo as autoras, tais dispositivos legais acabam por reiterar que o desempenho de cuidados na fase da velhice devem ser realizados pelas mulheres.

⁸¹Constituição Federal de 1988 (nos artigos 229 e 230), Decreto 1.948/96 (que regulamenta a Política Nacional do Idoso, aprovada em 1994) e Estatuto do Idoso.

Todavia, cabe ressaltar que o cuidado não é apenas uma atenção. Ele abrange, segundo Danièle Kergoat (2016, p.17), “um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta à necessidade do outro”. O trabalho do cuidado, acrescenta Angelo Soares (2016), envolve uma relação direta (que mantém contato face a face; como a responsabilidade pelo banho e troca de fraldas geriátricas), assim como indireta (na qual a vulnerabilidade de quem é cuidado está nas mãos de outra pessoa, como na condição de procuradores ou curadores para resolver assuntos da vida civil juridicamente) entre quem cuida e quem é cuidado. O autor ressalta:

(...) a relação de cuidados se apoia sobre o fato que um humano, fragilizado sob os efeitos da doença, da idade avançada ou de um acidente da vida, remete a sua vulnerabilidade, com ou contra sua vontade nas mãos do outro. A relação de cuidados deve sua dificuldade em determinar os contornos estritos e ao caráter assimétrico dessa relação intersubjetiva (SOARES, 2016, p.214).

Assim, noto que a vulnerabilidade na fase da velhice se sobressai nas narrativas de *Josefa* e *Cristina*. Percebo, ainda, que estas duas mulheres fazem associações entre os cuidados e a confiança. A este respeito, ao contar que cuidou de sua mãe, no momento em que ela precisou, dona *Josefa* demonstra que se preocupa consigo mesma ao ressaltar: “*Porque quando eu não puder mais fazer as coisas, quem vai fazer por mim?*”. Dona *Cristina*, ao destacar que pensa em morar no interior do Maranhão, perto de uma das suas irmãs mais novas, reforça que nos cuidados também está imbuída a questão da confiança.

Em sintonia com as narrativas de dona *Josefa* e *Cristina*, as pesquisas realizadas por Ana Amélia Camarano (2008b), Guita Debert (2016), Helena Hirata (2016) e Marc Bessin (2016) reforçam que o trabalho do cuidado é, majoritariamente, realizado por mulheres. Esses autores ressaltam que os cuidados e afeições que são realizados pelas mulheres do grupo familiar, aos demais membros da família, também são imbuídos de significados como integridade, respeito e, principalmente, confiança, assim como pude perceber nas narrativas de *Josefa* e *Cristina*.

Sem a confiança, de acordo com Soares (2016), a relação entre quem cuida e quem é cuidado se torna impossível. Porém, “confiança” é uma palavra que é, costumeiramente, usada para expressar vários aspectos e, em geral, parece invisível aos olhos e difícil de apreender. Apesar disso, segundo o autor, ela é resultado de um

contínuo e atento trabalho de observação durante as relações sociais que exige julgamento e atenção vigilante, uma vez que há uma estreita relação entre “confiança” e “risco”, por exemplo, de quem cuida não ser honesto, incompetente e desqualificado para exercer o trabalho de cuidado.

Assim, à medida que *Josefa e Cristina* pensam a respeito de quem cuidará delas quando a independência e autonomia da pessoas que envelhece for abalada, ou comprometida, elas projetam seus anseios levando em conta a confiança às mulheres da família, haja vista que começam a ressaltar, pontualmente, que o Abrigo São Vicente de Paulo acolhe e recebe mulheres “em processo de envelhecimento” que sejam independentes e autônomas na forma de gerir suas rotinas, questão que ressaltarei posteriormente.

São as mulheres, segundo Ana Amélia Camarano (2008b), Guita Debert (2016), Helena Hirata (2016) e Marc Bessin (2016), que realizam os cuidados de “modo domiciliar formal” (realizado com auxílio de trabalhadoras domésticas, cuidadoras, técnicas de enfermagem ou enfermeiras) ou “informal” (pelos membros da família e vizinhos sem nenhum tipo de vínculo empregatício) (Grison, Alves e Faleiros, 2015, p.182), pois a elas são atribuídas integridade, atenção e, sobretudo, depositadas mais confiança do que aos homens, sejam eles profissionais de saúde ou entes familiares como maridos, sogros, filhos, sobrinhos e netos.

O cuidar (enquanto atividade remunerada ou gratuita) envolve diferentes atividades que, segundo Soares (2016), pode ser realizada com crianças, “idosos” ou pessoas com limitações físicas ou mentais. No caso específico de “idosos”, Hirata (2016) destaca que há pouquíssimas pesquisas sobre cuidados em domicílios e nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) no Brasil, embora haja estudos que tenham demonstrado que muitas trabalhadoras domésticas realizam, como parcela de seus deveres, cuidados de pessoas “idosas”⁸². Entretanto, enquanto “estágio mais longo da vida” (Debert, 2016, p.250), não se pode defender ou afirmar que existe “uma” velhice, isto é, aquela independente, autônoma, ativa e dinâmica.

Há, por outro lado, heterogêneas experiências de velhices. Elas são marcadas por diferenças de geração, classe social, raça, etnia, geração, regionalidade,

⁸² Helena Hirata (2016) lembra que as tarefas de cuidados são caracterizadas como uma atividade precária, mal remunerada, pouco reconhecida, pouco valorizada e, em muitos casos, sem documentação registrada que assegure proteção social e direitos trabalhistas no Brasil.

nacionalidade e, desse modo, várias experiências vão, ao longo da passagem do tempo, constituindo os sujeitos. Assim, dramas e dilemas da população “em processo de envelhecimento”, conforme ressaltai, não podem ser desconsiderados ao refletirmos a respeito do processo de envelhecimento no Brasil, no Maranhão e, mais especificamente, em uma Instituição de Longa Permanência (ILP) localizada na capital deste Estado.

Nesse sentido, a seguir, *Teodora*, *Vera* e *Nara* reforçam que o avançar da idade pode ser acompanhado de problemas de saúde (incapacitantes ou não), mas que o ASVP (assim como muitos outros estabelecimentos no país) não oferece suporte para a demanda dos cuidados, indo na contramão daquilo que está estipulado e recomendado na legislação brasileira a respeito das Instituições de Longa Permanência para Idoso (ILPIs).

Teodora, *Vera* e *Nara* se queixam pela ausência de profissionais de saúde no ASVP que possam cuidar de todas as moradoras que, majoritariamente, têm problemas de saúde como diabetes, hipertensão, colesterol alto, problemas renais, de visão e, inclusive, doenças neurodegenerativas como demência:

(...) [Começa a falar em tom de voz mais baixo]. Agora elas não querem! Quer que adoença e cada qual vá pra casa de parente. Isso que as voluntárias querem! Elas não querem ter responsabilidade. Elas são Presidente, são Vice, são isso, são aquilo, mas não querem ter trabalho! (...) Teodora

(...) O problema das casas é com elas, com as voluntárias [da ACSVP]. Aqui tem uma taxazinha que a gente paga, mas cada uma paga sua água e luz. Porque eu achava que deveria ter aqui uma enfermeira, pelo menos toda semana, vir e tirar a pressão... porque todo mundo aqui tem problema de saúde. Aí, se tiver algo, tem que ir lá no posto. E quem não puder ir? Se tiver passando mal, essas coisas. Pelo menos médico, algumas vezes no mês, mas não tem aqui [Fala em tom de voz mais baixo]. (...) Vera.

(...) E quem não tem ninguém fica jogada aí, como aquela [Aponta para a casa de dona Luzia] e dona Maria. Quando não tem, fica assim, jogada, dependendo de uma pra fazer um mingau, de outra pra fazer outra coisa. De outra pra fazer outra. E é assim! Arrumar casa e tudo é difícil.

Olha, essa aqui tá só [Apontando para o lado da casa de dona Celeste], mas tem esse moço que passa o dia com ela, mas e a noite? Se acontece algo é pior! Tem que acordar as outras, chamar... E se não conseguir levantar?

Aquela ali do outro lado [Apontando para a casa de dona Rosália], deu uma crise num dia que ela viu ela morrer sozinha! Foi de noite, também, e não chamou ninguém! Tinha uma moça cuidando dela de dia, mas aí saiu. Aí ela tá só. Tá até adoentada, hoje. Amanheceu ruim, disse que tá com uma diarreia.

Essa daqui também tá [Apontando para o lado da casa de dona Celeste], com tontura também, vontade de vomitar. E é assim! E se não tiver ninguém? Quem vai acudir? Aqui é bom, mas enquanto a pessoa tá se movimentando, pode andar, pode ir no médico, pode fazer as coisas sozinho, mas depois que a gente não pode fazer, é ruim! (...) Nara.

As narrativas de *Teodora*, *Vera* e *Nara* chamam a atenção, mais uma vez, para as dificuldades que podem surgir com o avançar da idade. Através de suas apreensões, essas três mulheres reforçam as imagens de vulnerabilidade das pessoas que envelhecem morando sozinhas e cujos laços familiares e de amizade foram desgastados e/ou se romperam ao longo da passagem do tempo. A aflição com quem cuidará delas, em um futuro próximo ou distante, ronda seus pensamentos assim como aquelas apreensões presentes nas narrativas de dona *Josefa* e *Cristina*.

Através do medo ou receio existente em relação à perda da autonomia e a independência para realizar atividades rotineiras e honrar compromissos na fase da velhice, os trechos das narrativas de dona *Teodora*, *Vera* e *Nara* reforçam, novamente, que existem experiências de velhice que destoam das imagens e dos discursos do “envelhecimento bem sucedido”.

Tais narrativas também reforçam que o ASVP tem funcionado de forma precária, pois não tem médica ou médico, enfermeira ou enfermeiro, nem cuidadora ou cuidador⁸³ de pessoas “idosas” que possam oferecer algum tipo de auxílio ou socorro médico para as moradoras que possuem complicações de saúde, conforme reclama *Vera*: “Eu achava que deveria ter aqui uma enfermeira, pelo menos toda semana, vir e tirar a pressão...porque todo mundo aqui tem problema de saúde. (...) Pelo menos médico, algumas vezes no mês, mas não tem aqui” e, também, adverte *Nara*: “Aqui é bom, mas enquanto a pessoa tá se movimentando, pode andar, pode ir no médico, pode fazer as coisas sozinho, mas depois que a gente não pode fazer, é ruim!”.

A condição de precariedade no funcionamento do ASVP também foi mencionada por dona *Teodora*. Ela criticou a omissão das senhoras voluntárias da Associação de Caridade São Vicente de Paulo (ACSVP), enquanto gestoras da

⁸³ A profissão de “cuidador” ainda não foi regulamentada no Brasil, mas o Projeto de Lei (PLC 11/2016) já tramita no Senado Federal. Porém, enquanto não for sancionada pela Presidência da República, cuidadoras/cuidadores (de idosos, crianças ou pessoas com deficiência) são assegurados pelas leis “do trabalhador doméstico”, isto é, Lei Complementar nº150, de 01 de junho de 2015.

instituição, em relação ao problemas de saúde que, inesperada ou previsivelmente, podem acometer as moradoras do abrigo: “(...) *[Começa a falar em tom de voz mais baixo]. Agora elas não querem! Quer que adoença e cada qual vá pra casa de parente. Isso que as voluntárias querem! Elas não querem ter responsabilidade*”.

Tais objeções, notadas nas narrativas de *Teodora, Vera e Nara*, me fizeram pensar a respeito da legislação brasileira a respeito das ILPIs, uma vez que estas foram sendo criadas à medida que a procura por tais estabelecimentos passou a crescer, de acordo com Silvia Pinto e Olga Von Simson (2012), com o aumento da expectativa de vida brasileira, as mudanças no tamanho e na configuração das famílias, o aumento da escolaridade e participação das mulheres no mundo do trabalho e a diminuição da disponibilidade de recursos familiares para o cuidado dos “idosos”.

Ana Amélia Camarano e Solange Kanso (2010) e Silvia Pinto e Olga Von Simson (2012) ainda ressaltam que as ILPIs passaram a oferecer apoio social e, sobretudo, serviços de assistência à saúde, pois cada vez mais o envelhecimento populacional brasileiro é acompanhado da redução de capacidades físicas, cognitivas, doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, colesterol, hipertensão, etc.) e doenças neurodegenerativas (Parkinson, Alzheimer e Demências).

Nesse sentido, as normas e leis brasileiras estabelecem que as ILPIs tenham alvarás de segurança, regimentos e estatutos que garantam, juridicamente, o funcionamento junto aos órgãos de vigilância e fiscalização (municipais e estaduais) de Assistência Social e Vigilância Sanitária. Também determinam projetos arquitetônicos que contemplem normas de segurança e acessibilidade para circulação de seus moradores e suas moradoras (que utilizem quaisquer objetos de auxílio à locomoção como cadeiras de rodas, muletas, bengalas ou andadores articulados) e estipulam recursos humanos aconselháveis para as instituições do tipo centro dia, centro de convivência, casa lar e ILPI (vide BRASIL, Portaria nº 73/2001) segundo o grau de dependência da pessoa “idosa” (vide BRASIL, Resolução 283/2005).

Todavia, mesmo levando em conta normas e leis brasileiras a respeito das ILPIs, minha intenção nunca foi conferir, por exemplo, se portas, janelas, pisos, rampas e barras de apoio/segurança, de cada uma das casas do ASVP, estavam adaptadas conforme determinação legal. Entretanto, pude perceber que a maioria daqueles objetos estavam em desacordo com as normas vigentes de acessibilidade e segurança.

Notei, desse modo, que inexistiam luzes de vigília, extintores de incêndio e campainhas ou interfones no local; itens que, em si tratando de uma ILPI, servem para garantir a segurança, mobilidade e conforto às moradoras do ASVP. Porém, observei que alguns daqueles itens foram providenciados após inspeções realizadas, no decorrer do ano de 2017 e início de 2018, por órgãos municipais e estaduais como Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Defensoria Pública e Ministério Público.

Entretanto, os problemas na infraestrutura do abrigo são antigos. *Vera* destaca que, em razão do fornecimento de água existente naquele bairro (João Paulo), incomoda-se muito com as dores de coluna que sente ao carregar, várias vezes por dia, muitos baldes de água. *Cristina*, de outro modo, se queixa do piso escorregadio de sua casa e ressalta que tem medo de cair e ficar debilitada, conforme ocorreu com dona *Luzia*, ex-moradora do abrigo (falecida em fevereiro de 2017):

(...) O que eu me movimento, em casa, já tô toda dolorida. Eu acordo, faço café, encho água, porque aqui a gente tem que tirar água pra deixar guardada. A água não vem todo dia. É um dia sim, um dia não. Aí a gente tem que deixar armazenada de um dia pro outro. A caixa d'água que tem aí no pátio não funciona direito. Não joga...não joga a água pras casa. A água chega na pia, mas não chega no chuveiro. Aí tem que encher um balde e carregar pra tomar banho. Isso é muito ruim, aqui. [Fala em tom de voz mais baixo]. Isso é ruim pra nossa coluna. E aqui, a maioria, é de idade. Toda vez que chega água a gente tem que correr pra encher balde, bacia. A água nem chega no banheiro. Tem que tomar banho de cuia, de caneco. Agora isso é perigoso demais. Se uma de nós cair, quem vai acudir? Vai ser ruim! Vai ser muito ruim! (...) Vera.

(...) E essa senhora que morava aqui faleceu... a dona Joana. Só que quando ela faleceu eu não tava aqui! Tava no interior, cuidando de meus pais. Foi consequência de uma queda, tipo a Luzia [Ex-moradora do abrigo que era acamada]. Só que ela não ficou acamada, como a Luzia. Ela quebrou até a bacia! E por isso eu tenho pavor... olha, esse piso me dá um medo! Eu tenho que botar... que depois que eles rebocaram essas paredes, essa casa ainda não foi limpa como deve ser! Aí eu fico pensando... já escorreguei muitas vezes! Aqui... isso aqui é um perigo! Tem que ser uma cerâmica, como essas outras. Porque ainda não foi trocada a minha, mas tem que ser trocada.

Eu acho que quase todas daqui já foram trocadas. Logo, elas pedem. E eu não. Fico na minha... é como dizem: “Quem não chora, não mama”... não falo e ninguém sabe que eu tô precisando, né? E eu em vez de ter ficado com essas “tralhas”, essas coisas lá [Aponta para seus objetos e sacolas na sala, no quarto e para a outra casa em que estava morando no abrigo, antes da reforma] ... Olha minha cabeça como está! (...) Aí, em vez eu deixar as coisas lá, e pedir pra eles trocarem o piso, né? Que tava desocupada esta casa...aí era mais fácil! Gente, quando eu me lembro disso... que vai ter que tirar tudo de novo... essa bagulhada toda. [Risos]. Outro trabalho! Porque se não pedir pra fazer isso, eu tô correndo o risco de cair, me acidentar a qualquer momento. E no período do inverno é que a

coisa é feia. Por que a chuva molha aí e molha lá [Apontando para a porta da frente e do quintal].

E eu tenho que comprar dois tapetes daqueles que é antiderrapante. Pra botar e ajudar. Ali [Apontando para a porta do quintal] eu me seguro naquela mesinha e na porta do lado, quando o chinelo desliza. E eu já vou logo me agarrando. Eu digo: “Isso não vai dar certo! Tenho que procurar comprar isso”. Aí tô deixando ajeitarem pra pedir pra trocar o piso dessa casa. Eu quero que troque. Eu vejo a Luisinha aí como é que tá, por causa de queda.

Essa Nira, também, já caiu e quebrou o braço. Isso é muito perigoso! Vera já pediu pra... porque ela e assim, ela pede é mesmo! Vão trocar a dela! Vou ver aí... Quando eu ver que começarem aí a comprar material, eu vou falar. [Fala em tom de voz baixo]. E eu vou pedir pra minha madrinha ou pra Presidente... “Quando for comprar o material pra casa de Vera inclua o meu, que eu tô correndo risco de cair”. Vera já caiu! [Aumenta o tom de voz]. Eu ainda não caí porque me seguro nas coisas. E ela já caiu. Vai ser trocada! Ela disse que só as pernas ficaram assim meio doloridas, mas é um perigo!

*Pois é... e eu fico assim observando essas coisas... nem vale a pena arrumar. Vou limpar somente o essencial, por cima, e deixar pra fazer quando trocar esse piso. Porque vai ter que trocar! Vai ter que ser trocado. (...) *Cristina.**

Conforme narrado por dona *Cristina*, o perigo de sofrer alguma queda é constante e, também, muito comum no ASVP, pois *Joana*, *Nira* e *Vera* já caíram, anteriormente, em decorrência de um piso escorregadio e/ou ausência de barras de apoio no banheiro. Dos males e complicações que essas mulheres tiveram, nenhum se compara à dona *Luíza* (ex-moradora do abrigo que faleceu em fevereiro de 2017). Ela sofreu duas quedas seguidas e quebrou o fêmur. Teve complicações que a deixaram bastante debilitada, passando a viver acamada e contando com o subsídio de uma pessoa que realizasse as atividades do banho, troca de fraldas, se vestir, comer e etc. Dona *Josefa* conta como tudo aconteceu:

(...) Ela quebrou o fêmur e nunca cicatrizou. Ela não pode operar. Eu acho que é o...como é...o líquido do osso que tá... a secreção tá saindo. Eu creio que sim. Eu não sei, mas... o médico não falou nada, quem sou eu pra dizer. Mas eu creio que seja isso. O líquido que sai e não cicatriza. Já tá há muito tempo. Na época operou mas não resolveu. Tá ali deitada. Quatro anos, já. Parece que é quatro anos. É muito tempo. [Pequena pausa].

Ela tava limpando casa e caiu. Mamãe que ajudou a ajuntar ela, com aquela senhora ali [Aponta para a casa de dona Mariana]. A hora que ela caiu, chamaram...chamaram uma senhora bem aí da frente... e mamãe morava do lado dela, daquele lado ali [Aponta para as casas ladeadas que ficam localizadas no lado esquerdo do abrigo] ... Essa aqui de reforma e ela foi pra lá. Aí ficou junto de Mariana. E ela tava limpando casa, entrou, tornou a sair e quando se deram conta foi com ela caída. Quando elas juntaram... porque chamaram um senhor da casa da frente. Ele veio e chamou mais outro.

Botaram ela na cama. Só conseguiram botar ela sentada. Aí depois deitaram ela, mas aí... sabe, ela não tem ninguém, daqui que chegasse as interessadas daqui, pra resolver, custou. Custou levar pro médico, ainda passou não sei quanto tempo, e não deu certo a cirurgia.

Aí de noite ela tornou a levantar e disse que foi essa segunda queda, da noite, que esbandalhou com ela. Eu acho que ela levantou, talvez, pra ir ao banheiro. Eu acho que foi. Aí caiu de novo. Disse que ela caiu de novo e foi essa queda que terminou de piorar. Porque, talvez, o osso não tivesse quebrado e como ela caiu de novo, terminou de quebrar. Aí demoraram pra chamar, resolver. (...) Josefa.

Além dos problemas de infraestrutura acima ressaltados, também percebi que, apesar de existir um ambulatório nas dependências do abrigo, ele se encontrava fechado (e assim permaneceu até o presente momento de elaboração desta Tese). Em algumas oportunidades, pude conversar com algumas das voluntárias da associação de caridade (ACSVP) e elas responderam-me que aquele ambulatório estava fechado porque não contavam com médico ou enfermeiro que pudesse atuar no local, voluntariamente, pois alegavam não ter recursos financeiros para contratar um profissional, já que o abrigo era mantido por doações realizadas por terceiros (que não foram divulgados).

A respeito dos Recursos Humanos recomendados pela Resolução 283/05, também verifiquei que no abrigo havia carência de profissionais nas áreas de Enfermagem, Educação Física, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Terapia Ocupacional e Assistência Social que pudessem atuar no local. Isto se justificava, segundo algumas das voluntárias da associação de caridade (ACSVP), também por não contarem com recursos financeiros que possibilitassem contratar tais profissionais. Apesar disso, durante a realização do processo de escuta e gravação das Histórias de Vida de *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste*, percebi que um curso de Nutrição foi ministrado, voluntariamente, durante dois (02) meses às moradoras do ASVP.

Algumas daquelas voluntárias da ACSVP ainda comentaram (se vangloriando) que também não se direcionavam a nenhuma Universidade em busca de estagiários, pois eles é que sempre vinham até o abrigo demandando um campo de estágio. Também soube, através de algumas das narradoras, que, quando alguma pessoa chegava ao local querendo participar daquela associação, propondo ideias e estratégias para arrecadar recursos financeiros a serem utilizados em melhorias para

o abrigo, alguns entraves eram criados por aquelas voluntárias, tais como: “não há carro para providenciar” e “não tenho mais idade ou saúde para ir atrás”.

O desengargo e desinteresse que aquelas voluntárias da ACSVP demonstram ter, sobretudo, diante dos cuidados de saúde que deve ser assegurados às moradoras do ASVP volta a aparecer nas narrativas de *Teodora*, *Cristina* e *Celeste*. Essas três mulheres contam que as complicações de saúde de dona *Maria* e dona *Luzia* (ex-moradoras do abrigo que faleceram, respectivamente, em junho de 2016 e fevereiro de 2017) foram desapreciadas pelas voluntárias daquela associação de caridade:

(...) Olha, quanto tempo dona Maria tá doente! Porque essas mulheres não... não... já se arrumou alguma coisa pra ela? Se ela tivesse que morrer, já tinha morrido aí. “Joga” pra cima de uma, “joga” pra cima de outra. Umás que mais se preocupam, mas o resto... olha, quase não liga. Aí queriam “jogar” pra cima de mim. Jogavam! E eu doente aqui, mas me chamavam. Perguntavam por ela. E eu só dizia: [Aumenta o tom de voz] “Senhora, eu tô doente. Eu tô jogada aqui, doente! Não tô dando conta nem de mim!” (...) *Teodora*.

(...) A Luzia tá assim porque ela não tem ninguém. É difícil. [Fala em tom de voz mais baixo] As voluntárias se preocupam, mas é aquela coisa... [Pausa]. Eu acho um serviço muito pesado, muito estressante, ficar 24 horas com uma pessoa.

Porque aqui ninguém quer não ficar de noite, acompanhando, uma pessoa! Tem umas que chegam aí, vindo se empregar, pra cuidar dela, e quando dizem que é pra dormir, elas não querem! Não quer mesmo! Ninguém quer ficar 24 horas! Eu ajudo, mas vou embora. Venho dormir na minha casa. E ela vai morrer assim. Vai morrer deitada, dormindo! Você chega lá e ela tá dormindo. Quando a gente menos esperar, chega lá e ela vai ter falecido. (...) *Cristina*.

(...) Aquela que você arruma, dá o leite e ela fica quieta, vai dormir. É o caso dela, de Luzia. Ela vai morrer daquele jeito. A gente chega e ela tá dormindo!

Eu chego, levo o mingau dela, à noite, e ela toma. Eu e a vizinha aqui, que tá viajando agora. A gente faz e leva. Dá o mingau e água. Até umas 8:30 da noite ela já tá prontinha. E pode deixar até o outro dia, mas aí tem muita gente que acha que ela precisa de uma pessoa, à noite, com ela. Elas acham, as voluntárias. E já procuraram, mas não encontra não! É uma sorte se encontrar!

Ela não fica gritando, chamando! Ela dorme é muito bem! Apesar daquelas escaras...faz curativo ali. Ela geme, às vezes, é de pegar pra fazer os curativos, mas de resto, não. Vive deitada! (...)

Ela não tem ninguém. Não tem família nenhuma. Ela morava com um pessoal...uma doutora aí, que eu não sei quem era. Por lá que ela trabalhava e veio pra cá. (...) Parece que ela foi trabalhar nessa casa dessa doutora e de lá ela veio pra cá. Eu não sei contar direito... mas parece que foi de lá que ela veio. Aí arranjaram pra ela ficar aqui.

Acho que ela é das mais antigas! Das mais velhas, que tão aqui, só tem duas. Dona Cristina e dona Mariana. (...) Essas outras são mais novas. A mais velha é

essa aqui [Aponta para a casa de dona Cristina]. Teodora, Nira e Vera chegaram depois. Celeste.

Desses trechos de narrativas apreende-se que *Teodora, Cristina e Celeste*, além de dona *Josefa*, ajudavam a cuidar de duas ex-moradoras do abrigo, dona *Maria* e dona *Luzia*. Entretanto, essa era uma responsabilidade das voluntárias da ACSVP que administram o local e, portanto, devem assegurar que as moradoras tenham acesso à saúde, alimentação, higiene, repouso, lazer, dentre outras necessidades, em conformidade com normas e leis que regulamentam o funcionamento das ILPIs no Brasil.

Também se percebe que *Cristina e Celeste* narram a respeito dos cuidados e atenções demandados àquelas experiências de velhice mais debilitada⁸⁴, ou seja, caracterizada por complicações de saúde que decorram de doenças crônicas não transmissíveis e/ou neurodegenerativas ou do próprio processo de envelhecimento, como imobilidade, incapacidade comunicativa e cognitiva, úlceras de pressão (ou escaras) e ausência de familiares, pessoas amigas ou conhecidas com as quais pudesse contar na fase da velhice.

Nesse sentido, este tipo de vivência é uma realidade precária no ASVP, uma vez que o trabalho de cuidar é realizado, principalmente, por algumas de suas moradoras e não, ao contrário, por profissionais da área de saúde. Apesar disso, por intermédio das voluntárias da ACSVP, o abrigo segue acolhendo aquelas mulheres que necessitam de cuidados e assistência, reforçando que as mulheres são frágeis, vulneráveis e precisam ser amparadas em todas as “idades da vida” (Ariès, 1981), sobretudo, na fase da velhice.

É possível que essa concepção de amparo e ajuda às mulheres “em processo de envelhecimento”, promovida pelo ASVP, seja resquício de discursos religiosos da caridade cristã e filantrópicos que envolviam a criação e o funcionamento dos antigos asilos, conforme eram denominados no passado.

⁸⁴ De acordo com Edgar Moraes, Marília Marino e Rodrigo Santos (2010), sete síndromes geriátricas podem fazer com que pessoas “idosas” não consigam gerenciar as atividades da vida cotidiana. São elas: incapacidade cognitiva, incapacidade comunicativa, instabilidade postural, imobilidade, incontinência esfinteriana, iatrogenia e insuficiência familiar.

Aqueles asilos tinham o objetivo de atender as necessidades básicas da vida (como, por exemplo, um local no qual as pessoas “velhas” sem família, pobres, doentes e desamparadas pudessem banhar-se, vestir-se, comer e dormir. Entretanto, como destaque, a seguir, ao longo do século XIX, discursos e saberes científicos passaram a ordenar os espaços urbanos públicos e medicalizar a população brasileira e, conseqüentemente, edificar instituições destinadas à “velhice desamparada”.

Segundo Daniel Groisman (1999a) e Helena Watanabe e Vera di Giovanni (2009), os primeiros estabelecimentos que se destinaram a cuidar de pessoas “velhas” desamparadas e carentes surgiram embasadas nos fundamentos da caridade cristã e da filantropia. Groisman (1999a) acrescenta que muitas entidades e congregações religiosas foram responsáveis tanto pela criação de muitas casas de assistência quanto por obras de caridade junto às pessoas mais pobres, carentes e doentes da sociedade. Dentre essas estavam portadores de deficiência física ou mental, meninos e meninas órfãs ou abandonadas, doentes (Tuberculose⁸⁵ e Hanseníase⁸⁶) e as pessoas de “idade avançada”.

A assistência, segundo Cláudia da Silva (2006), era guiada pelo ato de amor ao próximo e não objetivava interesses pessoais ou recompensas materiais. Era um ato baseado no amor fraterno e para exercê-lo bastava a vontade de servir ao próximo (espiritual e materialmente), por exemplo, consolando, perdoadando, orando, visitando, oferecendo comida, bebida e roupas a quem necessitasse:

A caridade cristã a todos se estende sem distinção de raça, de condição social ou de religião. Ela não espera vantagem alguma nem gratidão. Foi com amor gratuito que Deus nos amou. Assim também os fiéis por sua caridade mostrem-se solícitos por todos os homens, amando-os naquele mesmo afeto que levou Deus a procurar o homem. À imitação de Cristo que percorria todas as cidades e aldeias, curando toda doença e enfermidade em sinal da vinda do Reino de Deus (cf. 9, 35 ss; At 10, 38), a Igreja por seus filhos se liga aos homens de qualquer condição e particularmente aos pobres e aflitos, dedicando-se a eles prazerosamente (SILVA, 2006, p.328).

Ainda segundo a autora, essa concepção de caridade pode ser encontrada em diversas passagens da Bíblia e acabou se consolidando, principalmente, com as

⁸⁵ Doença infecciosa causada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis* ou Bacilo de Koch (BK). Afeta, principalmente, os pulmões; mas também pode atingir os ossos, rins e meninges. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/tuberculose>>. Acesso em: 18 set. 2017.

⁸⁶ Doença causada por infecção da bactéria *Mycobacterium leprae* que afeta a pele, os nervos periféricos e que pode levar a incapacidades físicas. Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/hanseníase>>. Acesso em: 18 set. 2017.

ações da Igreja Católica (embora outras religiões também preguem-na enquanto virtude a ser alcançada), por meio do discurso religioso “repetitivo e moral, objetivando o equilíbrio e a harmonia entre os diferentes segmentos sociais, evitando, assim, o perigo de conflitos e revoltas daqueles que se encontram na miséria” (Silva, 2006, p.327).

Segundo seus defensores, a caridade possibilita uma relação de união e comunhão com o outro, seu irmão, porque considerado filho do mesmo Pai, garantindo a salvação a rico e pobre, ou seja, a recompensa de uma vida eterna plena de amor e paz, já que os leva a ações de acolhimento e humildade: ao primeiro, porque ajuda e ao segundo, porque aceita o que lhe é oferecido. (SILVA, 2006, p. 329).

Nesse sentido, muitos dos orfanatos, asilos, hospitais e hospícios que foram construídos no Brasil, ao longo do século XIX, baseados em uma técnica de poder disciplinar que era “essencialmente centrada no corpo, no corpo individual” (Foucault, 2002, p.288), passaram a adotar uma outra “tecnologia de poder” que não excluiu a primeira, mas a integrou. Esta se caracterizou por ser regulamentadora, fazendo com que, gradativamente, discursos e saberes médicos (sobretudo higienistas e planejamento urbano das cidades) passassem a atingir o homem-espécie, ou seja, a população.

A “nova tecnologia de poder” (FOUCAULT, 2002) é denominada por Michel Foucault de biopolítica ou biopoder. Ela difere da técnica disciplinar porque tem outra superfície de suporte e é auxiliada por outros instrumentos. Assim, compreende-se:

[...] a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados; eventualmente punidos. E, depois a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem a corpos, mas na medida em que ela forma uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos de nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se faz consoante o modo de individualização, mas que é também massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. (FOUCAULT, 2002, p.289).

Nesse sentido, a partir do século XIX, o biopoder vai atuar em processos de natalidade, mortalidade, longevidade, enfermidades, anomalias e epidemias. O controle e a vigilância sobre os corpos continuavam a existir, mas foram cedendo lugar para questões de mapeamento, quantificação, estatísticas e previsões realizado pelo Estado Moderno.

A “velhice desamparada”, desse modo, emergiu no Brasil enquanto categoria social junto a outros indivíduos que eram chamados por diversas nomenclaturas, como, por exemplo, pobres, indigentes, mendigos, vadios, desvalidos e etc., de acordo com Daniel Groisman (1999b) e Rildo de Souza (2010). Eles formavam a mendicância urbana no início do século XIX⁸⁷. Contudo, aquele período foi marcado por intensas transformações sociais, políticas, econômicas, pois no país ainda vigorava “uma sociedade escravista e o trabalho não era um valor fundamental” (GROISMAN, 1999b, p.178).

Isso se justifica, segundo o autor, porque naquele período, início do século XIX, a sociedade brasileira era essencialmente escravista, na qual o ato de trabalhar era, em geral, associado ao trabalho executado pelos escravos africanos e, desse modo, possuía conotações negativas. Nesse sentido, “mendigar era mais honroso do que fazer trabalho de escravo” (Groisman, 1999b, p.178):

Se havia certa tolerância para com os mendigos, aos vadios reservava-se a repressão. Com o Código Criminal do Império de 1830, a vadiagem passou a figurar entre os crimes, podendo o infrator pegar pena de oito a vinte e quatro dias de prisão. A lei de 26 de outubro de 1831 reformaria esse artigo, elevando a pena para um a seis meses, podendo ser duplicada em caso de reincidência. Os ociosos e vadios seriam obrigados a assinar “termo de bem viver”, no qual se comprometiam a arranjar trabalho dentro de um prazo estipulado. Em 1841, com a reforma do Código do Processo Criminal, as atribuições de controlar e reprimir a ociosidade passariam para os chefes de polícia, delegados e subdelegados. A legislação visava converter os vadios e ociosos em elementos “úteis”, inseridos no mundo da ordem (GROISMAN, 1999b., p.179).

De acordo com Groisman (1999b) e Jacklady Nascimento (2010), na primeira metade do século XIX, os discursos da filantropia e medicina com proposta higiênica e social passaram a criticar a caridade cristã e começaram a impulsionar o processo de ordenação e higienização dos espaços urbanos, assim como dar mais atenção à saúde pública brasileira. Assim, o serviço de Polícia começou a reprimir a vadiagem

⁸⁷ A compreensão e classificação, sobretudo, das terminologias mendigos e vadios eram bastante confusas até o século XVIII. A distinção foi sendo estabelecida no início do século seguinte, segundo Walter Fraga Filho (1996). Este autor estudou a população de rua da Bahia, no século XIX, e ressaltou que mendigos e vadios viviam circulando nas ruas, becos e vielas do período Imperial brasileiro. Contudo, enquanto os vadios eram vistos como marginais, desocupados e preguiçosos, os mendigos seriam aquelas pessoas incapacitadas para o trabalho por serem doentes, deficientes físicos ou mentais, leprosos, velhos, viúvas e crianças órfãs. Estes eram tolerados socialmente, dignos de sobreviver das ações caridosas e protegidos pelas autoridades. Tinham, assim, licença para mendigar em certos pontos da cidade e, muitas vezes, estavam associados aos acontecimentos religiosos da cidade como funerais, festas e procissões religiosas, batizados e casamentos. Groisman (1999b, p.178) acrescenta que as assertivas de Fraga Filho (1996) se referem ao contexto da Bahia no século XIX, mas podem ser estendidas a outros contextos, pois “determinados fenômenos ocorreram de forma semelhante nos principais centros urbanos do Brasil”.

e as Santa Casa de Misericórdia⁸⁸ passaram a receber os doentes, inválidos, doentes mentais, portadores de doenças (curáveis ou não), “velhos” e crianças abandonadas.

A decadência da escravidão, com o fim do tráfico negreiro, colocou à sociedade a necessidade de transformar pobres livres em trabalhadores assalariados. Nesse sentido, a concepção de pobreza começa a desvincular-se de seus aspectos morais e religiosos e surge como fato econômico. O discurso filantrópico e o higienismo criticarão a caridade, propondo um projeto civilizado. A população indigente – mendigos e vadios – será mais intensamente reprimida. (GROISMAN, 1999b., p.180).

Todavia, a classificação e separação de pessoas inválidas, velhas, crianças abandonadas, doentes mentais e portadores de doenças (sobretudo, Tuberculose e Hanseníase) em instituições especializadas do tipo asilos, orfanatos, hospícios e leprosários somente ocorreu, segundo Daniel Groisman (1999b), na segunda metade do século XIX, através da consolidação de discursos da medicina social higienista que, desde o começo do século XIX, elaboraram mecanismos “de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber” (Foucault, 2002, p.291) que buscavam intervir em questões sociais que estavam relacionadas à população, ordenando a cidade e, sobretudo, eliminando quaisquer coisas que ameaçassem a saúde da população.

Os discursos médicos e higienistas objetivavam, segundo Groisman (1999b), construir uma sociedade “sadia” e, para tal, buscaram excluir das vias públicas urbanas aqueles e aquelas que tinham comportamentos inadequados ou eram considerados desordeiros e, portanto, representariam uma ameaça a toda população. O intuito era, de acordo com Daniel Groisman (1999b), Adriana Soares (2016) e Jacklady Nascimento (2010), eliminar os locais insalubres, sem circulação de ar, áreas de pântanos, esgotos e lixo a céu aberto das cidades, assim como proibir a realização de enterros em igrejas, demolir habitações do tipo cortiços (nas quais se percebia a aglomeração das pessoas), desarticular as aglomerações de pessoas que viviam nas ruas (principalmente aquelas que pediam esmolas) e separar os indivíduos que tinham comportamentos inadequados (loucos, vadios, criminosos, prostitutas, etc.) ou que representavam uma ameaça à saúde da população com a transmissão de doenças do cenário urbano:

⁸⁸ A Santa Casa de Misericórdia, irmandade leiga, contava com uma rede filantrópica de hospitais, orfanatos e cemitérios. Em São Luís, criada em 1657, contava com serviços médicos e de enterros gratuitos aos mais necessitados e marginalizados da cidade (escravos, crianças, velhos, doentes) que não tinham condições de arcar com despesas fúnebres (que incluíam confissão, extrema-unção, procissão fúnebre e sepultura). (Agostinho Coe, 2009).

Eram considerados como empecilhos todos aqueles que estavam à margem, alheios a sociedade, como os bêbados, prostitutas, mendigos, vagabundos, criminosos, etc. e que deveriam ser recolhidos e afastados por representarem um perigo iminente. (SOARES, 2006, p.27).

Groisman (1999b) ainda ressalta que foram os discursos filantrópico e médico-higienista que suscitaram tanto a separação e classificação da população mendiga quanto a criação de espaços específicos como hospitais, leprosários, manicômios, orfanatos e asilos nos séculos XIX e XX:

A crítica da filantropia higiênica sobre a caridade passa a condenar as misturas dos diferentes tipos de doentes e moribundos que caracterizavam os espaços institucionais até então existentes. Entretanto, a ação normatizadora da medicina social é mais incisiva sobre aqueles considerados “recuperáveis” e, portanto, passíveis de aproveitamento para o trabalho. Os vadios, os presos, os jovens e os loucos serão alvo de práticas diferenciadas, com o processo de medicalização das prisões e com o surgimento dos hospícios. Nem todos, entretanto, eram considerados “recuperáveis”. Mesmo assim, o espaço das instituições destinadas aos inválidos seria medicalizado, embora de forma diferente e sem perder a tônica de instituições de caráter social. (GROISMAN, 1999b, p.184).

Porém, aqueles discursos médicos e higienistas não foram disseminados a todas as localidades do país. Eles ficaram restritos, inicialmente, às províncias que já possuíam faculdades de Medicina, Farmácia, Biologia e Psiquiatria, áreas do conhecimento que embasaram cientificamente as intervenções do Estado Moderno em questões sociais, econômicas, de planejamento urbano, sanitárias e médicas.

A demora na disseminação daqueles discursos científicos podia ser verificada nas ações das Santa Casas de Misericórdia e os Asilos de Mendicidade⁸⁹. Estas instituições, quase sempre inspiradas em discursos religiosos da caridade ou filantropia, continuaram a acolher, ao longo de todo o século XIX, crianças abandonadas, velhos desamparados, doentes mentais, deficientes físicos, tuberculosos e portadores de hanseníase sem que houvesse nenhum tipo de diferenciação em relação aos tratamentos e condutas consideradas adequadas (médico e/ou assistencialistas) a cada um daqueles casos. (Groisman, 1999b).

Desse modo, conforme destaquei, foi criticando a falta de emprego, desestimulando os pedidos de esmolas que eram realizados nas ruas e arredores de

⁸⁹ O primeiro Asilo de Mendicidade foi criado no Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1854. Estava localizado na Rua Santa Luzia, centro da cidade. Era uma espécie de albergaria, com 70 leitos, que reunia todo tipo de indivíduos que viviam mendigando ou perturbando a tranquilidade nas ruas, praças e Igrejas das cidades. Segundo Groisman (1999b, p.182), a instituição era dirigida pelo chefe de Polícia, que realizava a triagem e separação dos mendigos. Os mais doentes seguiam para as Santas Casas de Misericórdia e os delinquentes eram encaminhados às Cadeias ou Casas de Correções, instituições sob a responsabilidade dos governos municipais, formadas por celas e oficinas de trabalho.

praças, Igrejas e Cemitérios das cidades, defendidos pelos discursos e entidades religiosas, que os discursos médicos e higienistas combateram a insalubridade das vias públicas urbanas, as aglomerações das moradias e, também, legitimaram que instituições de assistência à “velhice desamparada” (no passado conhecidas como asilos) fossem construídas no Brasil. (GROISMAN, 1999b).

Nesse sentido, somente no final do século XIX que surgiu a primeira instituição destinada à “velhice desamparada” no Brasil⁹⁰. O Asilo São Luiz foi inaugurado em 1890, na Quinta do Caju, bairro central da cidade do Rio de Janeiro. Era uma instituição particular, criada por Luís Augusto Ferreira de Almeida, o primeiro e único Visconde e Conde de Carvalhido, português que migrou para o Brasil e aqui se destacou como homem de negócios da sociedade carioca. O objetivo do Asilo São Luiz era “receber os velhos de ambos os sexos, sem distinção de cor ou nacionalidade, provavelmente desamparados, aos quais dá casa, sustento, vestuário, médico e farmácia, e por morte, modesto mas decente enterramento” (Groisman, 1999b, p.187). Porém, deixou de existir em meados da década de 1920.

O surgimento do Asilo São Luiz, nos finais do século XIX, marca o início de uma nova era para a velhice. Pensar a constituição de um novo tipo de prática – a institucionalização da velhice – é inevitavelmente esbarrar na questão de se identificar um movimento que separou uma determinada parcela da população – no nosso caso, os velhos – e lhe conferiu uma identidade própria, elegendo-a como alvo específico de uma prática assistencial. Nesse momento, a “velhice desamparada” emerge como uma categoria que classifica e separa determinados indivíduos do aglomerado de tipos que compõem a mendicância urbana, destinando-lhes um locus privilegiado de assistência: o asilo de velhos. (GROISMAN, 1999b, p.176).

Em pouco mais de três décadas, ampliou enormemente sua capacidade, inicialmente de 45 leitos, em 1892, para 260 leitos, em 1925. Para tanto, ampliou e modernizou suas instalações, numa série de obras financiadas com o dinheiro das subvenções e dos inúmeros donativos que a instituição recebia. (GROISMAN, 1999a, p.71).

São Luís não destoava do contexto nacional no que se refere ao caráter caridoso e filantrópico das instituições que acolhiam, até o final do século XIX, pessoas carentes, desamparadas ou doentes. Igreja, Santa Casa de Misericórdia e Leprosários da cidade recebiam, conforme destacam os estudos de Adriana Soares (2006), Rita

⁹⁰ Antes disso, em 1794, no centro da cidade do Rio de Janeiro, existiu a Casa dos Inválidos. O local foi idealizado, segundo Alcântara (2004), por José Luís de Castro, o segundo Conde de Resende, para receber soldados vindo de Portugal (em 1762) que já possuíam uma “idade avançada” ou estavam cansados do trabalho. Entretanto, com a vinda da família real ao Brasil, em 1808, Dom João decidiu destinar aquela casa para residência de seu médico particular e, conseqüentemente, determinou que os antigos moradores da Casa dos Inválidos fossem transferidos para a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

de Cássia Nascimento (2007) e Jacklady Nascimento (2010), respectivamente, as crianças órfãs ou abandonadas; os velhos desamparados, deficientes físicos e doentes mentais; e os portadores de hanseníase.

Segundo essas autoras, apenas na passagem do século XIX para o XX que os discursos médicos e higienistas começaram a fomentar as primeiras políticas de saúde e campanhas de tratamento para a população da cidade de São Luís. No entanto, Adriana Soares (2006) e Jacklady Nascimento (2010) destacam que as ações sanitárias eram realizadas no centro da cidade, local no qual residiam e trabalhavam pessoas das camadas mais abastadas da sociedade ludovicense, visando melhorar a prestação dos serviços públicos e, por consequência, disciplinar o comportamento dos indivíduos:

Contrariamente ao desejável, o governo da capital maranhense só tomou medidas e atentou-se para as necessidades sanitárias da população, com a instituição do regime republicano, que foi acompanhado de um discurso de ordem: modernidade e civilização. No entanto, na prática, os serviços sanitários destinaram-se a classes sociais abastadas, legando aos pobres inspetorias que decretavam preconceito às habitações dos pobres e possíveis demolições, fortifica-se a ideia de modificar a estrutura urbana, que se torna mais caótica devido ao aumento demográfico, da pobreza, má distribuição de renda etc. A desorganização urbana era percebida como causadora de doenças, devendo ser modificada. (NASCIMENTO, 2010, p.47).

É importante destacar que São Luís embarcou no projeto de modernização e civilização somente no começo do século XX, por intermédio de discursos e saberes científicos que, aos poucos, primaram pelo ordenamento e saneamento das áreas urbanas públicas com intuito de combater contaminações e transmissões de doenças e/ou epidemias, como varíola, sarampo, febre amarela e disenteria, que afligiam a cidade constantemente (NASCIMENTO, 2010). Assim, os discursos da filantropia e, sobretudo, da medicina social higienista legitimaram condutas e saberes que impulsionaram a constituição de locais específicos para abrigar, cuidar e assistir pessoas com tuberculose, hanseníase, crianças abandonadas, doentes mentais e “velhos desamparados”.

Contudo, foram os discursos da caridade cristã e filantropia que impulsionaram a criação do Abrigo São Vicente de Paulo na capital ludovicense, em 1953, pois as ideias de ajuda, amparo e assistência às necessidades básicas da vida continuam a direcionar, até os dias de hoje, práticas e condutas que são tomadas por sua equipe gestora.

Nesse sentido, as queixas e receios de *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste* tanto alertam sobre falhas, desinteresses e omissões que aquela instituição mantém em relação à provisão dos cuidados às mulheres “em processo de envelhecimento” que residem no abrigo quanto evidenciam que as ILPIs “funcionam de maneira precária e em confronto com princípios básicos da dignidade humana”. (Debert, 2016, p.252).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os recursos teórico-metodológicos da Memória e das Histórias de Vida possibilitaram registrar experiências de seis (06) mulheres “em processo de envelhecimento” e perceber que processos discursivos e performativos de gênero mais expressivos diferenciam, demarcam e constituem os sujeitos, junto a outros marcadores sociais da diferença.

Conforme destaquei, as narrativas de *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste* seguiram uma sequência livre, marcadas por movimentos de recuos e avanços em que “presente”, “passado” e “futuro” se articularam e se imbricaram à medida que as recordações vinha à tona, tal como apontado por Ecléa Bosi (2004).

Muitos lugares, acontecimentos, sentimentos, informações, familiares, pessoas amigas e conhecidas foram recordados por aquelas seis mulheres. Desse modo, as lembranças de *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste* asseveraram o vínculo da memória individual aos grupos com os quais os sujeitos compartilharam experiências, conforme ressaltado por Maurice Halbwachs (2006). No entanto, as narrativas não foram exploradas em sua totalidade, uma vez que escolhas, ajustes e recortes foram feitos nesta Tese, mas indicaram outras temáticas que poderão ser trabalhadas em futuros trabalhos.

Nesse sentido, as recordações de *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste* registraram que o gênero é construído, reiterado e desestabilizado ao longo da passagem do tempo, por exemplo, através de afazeres domésticos, das roupas usadas, dos modos de se comportar, das brincadeiras na infância, da educação recebida de pais, mães, avós, avôs e outros integrantes da família, dos cuidados com familiares, das atividades de trabalho exercidas, dos estudos e cursos que foram realizados, dos namoros, dos relacionamentos conjugais, da viuvez, criação de filhos/filhas, sobrinhos/sobrinhas ou afilhados/afilhadas e das vivências no Abrigo São Vicente de Paulo.

As articulações entre geração, classe social, raça, naturalidade e etc. também se emaranharam às lembranças de *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nara e Celeste* e revelaram que a “entrada na vila” ocorreu, principalmente, por dificuldades financeiras e conflitos geracionais, sobretudo, com familiares e pessoas amigas e/ou conhecidas.

Em vários momentos, *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nana e Celeste* narraram suas dores, alegrias, frustrações, digressões, incertezas e contradições. Resgataram as recordações do passado e as compararam às vivências atuais para exemplificar, criticar e, principalmente, avaliar suas experiências. Repensaram a respeito das escolhas, certas ou equivocadas, que foram tomadas e refletiram que poderiam ter agido diferente em relação às atenções e cuidados que foram despendidos a alguns membros da família, aos estudos e atividades de trabalho e, também, nos relacionamentos amorosos e/ou outras formas de conjugalidade que foram vividos no passado.

Aquelas seis mulheres também ressaltaram que o processo de envelhecimento pode vir acompanhado de complicações de saúde, como doenças crônicas não transmissíveis (como hipertensão, diabetes, pneumopatias, distúrbios renais, acidentes cardiovasculares que ocasionem, principalmente, enfartes e doenças cerebrovasculares que acarretem Acidentes Vasculares Cerebrais/AVCs, Acidentes Vasculares Encefálicos/AVEs) e problemas neurodegenerativos (por exemplo, Alzheimer, Parkinson e Depressão), e que as Institucionais de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), muitas vezes, não estão preparadas para receber e cuidar de homens e/ou mulheres “em processo de envelhecimento” que precisam morar nesse tipo de estabelecimento.

Desse modo, as narrativas de *Cristina, Teodora, Josefa, Vera, Nana e Celeste* descortinam dramas e dilemas do processo de envelhecimento vivido em ILPIs que, em geral, não se encaixam nos discursos científicos e institucionais do “envelhecimento bem sucedido” (DEBERT, 2004) e nem são veiculados na mídia impressa, televisiva e eletrônica (com exceção das denúncias a respeito de maus tratos e abandonos, insalubridade nas condições higiênico-sanitárias, má gestão institucional e desvios de verbas realizados por representantes das instituições ou responsáveis legais – via procuração ou curatela – que deveriam se encarregar de efetuar os pagamentos mensais à instituição). Chamam atenção, também, para os modos como são conduzidas as políticas de assistência a pessoas vulneráveis no Brasil, sobretudo, aquelas direcionadas a pobres, moradores de rua ou sem moradia, crianças, adolescentes, mulheres, negros e “idosos”.

Nesse sentido, por um lado, as políticas sociais destinadas a grupos sociais vulneráveis revelam que o Estado busca mobilizar esforços para garantir a toda

população brasileira condições básicas de saúde, educação, habitação, segurança, alimentação, trabalho e etc., pois todos cidadãos e cidadãs seriam iguais enquanto “sujeitos modernos” de direitos universais (SOUSA, 2001). Entretanto, por outro lado, muitas das políticas sociais brasileiras destinadas a pobres, moradores de rua ou sem moradia, mulheres, negros e “idosos” em situação de vulnerabilidade (ou não) continuam se baseando em uma concepção de “sujeito universal” de direitos na qual as diferenças e especificidades de gênero, geração, raça, etnia, classe social, territorialidade, regionalidade etc. são esquecidas ou, sobretudo, anuladas.

Nesse processo, a elaboração de contradiscursos tem ajudado a contestar “a validade de discursos hegemônicos ocidentais” (Sousa, 2001, p.58). Os estudos de gênero, dentre outras abordagens teóricas, tem grande importância nesse processo de “desconstrução” do sujeito universal, pois continuam criticando e problematizando representações do “sujeito moderno” enquanto homem, branco, de classe média, urbano, com alta escolaridade e etc. (BUTLER, 2003).

Entendo, desse modo, que essa problematização deve ser estendida às políticas sociais que são destinadas ao segmento da população que no Brasil é, geralmente, denominado pela categoria “idoso” ou “idosos”, cujas terminologias aparecem no masculino e, seja no singular ou plural, acabam unificando como uma amálgama as vivências de homens e mulheres “em processo de envelhecimento” de diferentes classes socioeconômicas, culturas, gerações, raças, etnias, gêneros, regionalidades, territorialidades e etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Trad. Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **Tratamento das entrevistas de História Oral no CPDOC**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1505.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos**. Campinas: Alínea, 2004.

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia e GIACOMIN, Karla Cristina. **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

ALMEIDA, Fabiana. **Idosos em instituições asilares e suas representações sobre família**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2000.

ALMEIDA, Juliana Amanda Theodora de; NORONHA, Cartiele Rosale Borges de; BRITO, Erik Renan Pinto de; FARIAS, Andrielle Renata Barbosa de e ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva. A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas. In: REDOR – REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE, 18, 2014, Recife. **Anais 18º REDOR**, Recife, 2014. P.3740-3750. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1957/876>>. Acesso em: 05 de fev. 2017.

ALVES, Andréa. **A dama e o cavalheiro: um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALVES, Branca Maria Moreira; ROMANI, Jacqueline Pitangy de; BARSTED, Leila de Andrade Linhares; HEILBORN, Maria Luíza; RIBEIRO, Mariska e BOSCHI, Sandra. Sexualidade e desconhecimento: a negação do saber. In: **Vivência – História, Sexualidade e Imagens Femininas**. BRUSCHINI, Maria Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia (Orgs.). São Paulo: Brasiliense, 1980.

ALVES, Carla Maria Lobato. **(En)gendramento na passagem do tempo: vivências de mulheres**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2011.

_____. **Vivências de velhos e situações de violência**. Monografia (Curso Ciências Sociais). Departamento de Sociologia e Antropologia, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2007.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BANCO CENTRAL. **Relatório de Inflação**, Brasília. vol.17, n.4, p.01-109, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2015/12/ri201512P.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BASSANEZZI, Carla. Mulheres nos anos dourados. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **Historia das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. Cap. 18, p. 607-640.

_____. **Virando páginas, revendo as mulheres**: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Trad. Sérgio Joaquim de Almeida. Ver. Henrique Caetano Nardi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. (Trad.) Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica**: arte e política. Obras escolhidas, vol.1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERNARDO, Kátia Jane Chaves. Novos laços familiares: o fenômeno da coabitação de gerações e a violência contra a pessoa idosa. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7, 2006, Santa Catarina. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7**, Santa Catarina, 2006. p.01-08. Disponível em:<http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/K/Katia_Jane_Bernardo_34.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

BERNARDO, Terezinha. **Memoria em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: UNESP, 1993.

BESSIN, Marc. Política da presença: as questões temporais e sexuadas do cuidado. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Trad. Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOSI, Ecléa. **Memoria e sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução da Diretoria Colegiada nº283**, de 26 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.saude.mg.go.br/atos_normativos/legislacao-sanitaria/estabelecimentosde-saude/atencao-ao-idoso/RES_283.pdf>. Acesso em 15 jan. 2015.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Código Criminal do Império**, de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. **Decreto nº 1.948**, de 03 de julho de 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1948.htm>. Acesso em: 15 set. 2014.

_____. **Decreto nº 8.618**, de 30 de dezembro de 2015. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e sua política de valorização de longo prazo. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8618.htm>. Acesso em: 20 out. 2017.

_____. **Decreto nº 9.274**, de 6 de setembro de 1884. Regula o Asilo de Mendicidade da Corte. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=6907>>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. **Decreto nº 9.255**, de 29 de dezembro de 2017. Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9255.htm>. Acesso em: 23 mai. 2018.

_____. **Lei 261**, de 03 de dezembro de 1941. Reformando o Código de Processo Criminal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. Lei 2.670, de 20 de outubro de 1876. In: SILVA JUNIOR, Osir da. **Do Asylo da Mendicidade ao Hospital Escola São Francisco de Assis**: a mansão dos pobres. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social, Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefício da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 07 mar. 2018.

_____. **Lei nº 8.742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em <http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742.htm>. Acesso em: 27 mai. 2016.

_____. **Lei 10.741**, de 03 de outubro de 2003. Dispões sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm>. Acesso em: 05 jan. 2015.

_____. **Lei nº 13.152**, de 29 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a política de valorização do salário mínimo e dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para o período de 2016 a 2019. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13152.htm>. Acesso em: 20 out. 2017

_____. **Lei Complementar nº150**, de 01 de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm> Acesso em: 03 mai. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico**. Monitoramento dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika até a Semana Epidemiológica 37, vol. 47, n.34, 2016. Disponível em: <<http://portal.arquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/outubro/18/2016-029-Dengue-publicacao-n-34.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº810**, de 22 de setembro de 1989. Institui as normas para funcionamento de casas de repouso, clínicas geriátricas e outras instituições destinadas ao atendimento ao Idoso. Disponível em: <<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/Suvisa/doc/DOC000000000024919.PDF>>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. Senado, **Projeto de Lei da Câmara 11**, 2016. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125798>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

_____. Secretaria de Estado da Assistência Social. **Portaria Interministerial MPAS/SEAS nº73**, de 10 de maio de 2001. Normas de Funcionamento de Serviços de Atenção ao Idoso no Brasil. Disponível em: <<http://www.idoso.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=39>>. Acesso em: 05 jan. 2015.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.26, p.329-376, jan./jun. 2006.

BRITO DA MOTTA, Alda. A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sobre envelhecimento. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, vol.5, n.2, p.225-250, mai./ago. 2010.

_____. Palavras e convivência: idoso hoje. **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina, ano 5, n.1, p.129-139, 1997.

_____. Violência financeira e desamparo dos mais idosos. In: Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (CONINTER), 3, 2014, Salvador. **Anais III Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Salvador, 2014. p.88-102. Disponível em: <<http://aninter.com.br/Anais%20CONINTER%203/GT%2010/07.%20MOTTA.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BRITO FILHO, Luiz Ferreira de. **O processo de envelhecimento e comportamento vocal**. Rio de Janeiro. 1999. Monografia (Especialização em Voz) – Centro de Especialização em Fonoaudiologia Clínica.

BUTLER, Robert e LEWIS, Myrna. **Sexo e amor na terceira idade**. (Trad.) Ibanez de Carvalho Filho. São Paulo: Summus, 1985.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. (Trad.) Renato Aguiar. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.42, p.249-274, jan./jun. 2014.

CABRAL, Benedita Enedina da Silva. A vida começa todo dia. **Revista Estudos Feministas**. Santa Catarina, ano 5, n.1, p.140-162.1997.

CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal e COELHO, Maria José. Políticas públicas para saúde do idoso: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Brasília, v.63, n.2, p.279-282, mar./abr. 2008.

CAMARANO, Ana Amélia (Coord.) et al. **Características das Instituições de Longa Permanências para Idosos - Região Centro Oeste**. Brasília: IPEA, Presidência da República, 2008a.

_____. **Características das Instituições de Longa Permanências para Idosos - Região Nordeste**. Brasília: IPEA, Presidência da República, 2008b.

_____. **Características das Instituições de Longa Permanências para Idosos - Região Norte**. Brasília: IPEA, Presidência da República, 2007.

_____. **Características das Instituições de Longa Permanências para Idosos - Região Sudeste**. Brasília: IPEA, Presidência da República, 2010.

_____. **Características das Instituições de Longa Permanências para Idosos - Região Sul**. Brasília: IPEA, Presidência da República, 2008c.

_____ e KANSO, Solange. **As Instituições de Longa Permanência no Brasil**. **Revista Brasileira Estudos Populacionais**. vol.27, n.1, p.233-235, jan./jun. 2010.

CAMARGOS, Mirela Castro Santos; RODRIGUES, Roberto Nascimento e MACHADO, Carla Jorge. A relação entre renda e morar sozinho para idosos paulistanos – 2000. **Revista Bras. Estudos Populacionais**, São Paulo, v.24, n.1, p.17-31, 2007.

_____. Idoso, família e domicílio: uma decisão narrativa sobre a decisão de morar sozinho. **Revista Bras. Estudos Populacionais**, São Paulo, v.28, n.1, p.217-230, 2011.

CARVALHO, Vanessa Lôbo. Perfil das instituições de longa permanência para idosos situadas em uma capital do Nordeste. **Cadernos Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.22, n.2, p.184-191. 2014.

CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CASTRO, Marcia Caldas de. **Entradas e saídas no Sistema Previdenciário Brasileiro**: uma aplicação de tábuas de mortalidade. Belo Horizonte, 1997. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais.

CHARPY, Elisabeth. **Santa Luísa de Marillac, Correspondência e Escritos**. (Trad.) Irmã Lucy Cunha. Ribeirão Preto: Ed. Legis Summa, 2010.

CHÂTELLIER, Louis. **A Religião dos Pobres**: as missões rurais na Europa e a formação do Catolicismo Moderno Séc. XVI-XIX. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

CHRISTOPHE, Micheline. **Instituições de longa permanência para idosos no Brasil**: uma opção de cuidados de longa duração? Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

COE, Agostinho Júnior Holanda. Medicina, caridade e Poder: a misericórdia e os serviços assistenciais no século XIX em São Luís. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTORIA, 4, 2009, Maringá. **Anais Congresso Internacional de Historia**, Maringá, 2009. p.3569-3577. Disponível em: <<http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/436.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2017.

CORRÊA, Olympíades Guimarães. **Vila das lembranças**. Disponível em: <<http://spleenbored-minhaspoesiasfavoritas.blogspot.com.br/2007/07/vila-das-lembranas.html>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

CORTELLETTI, Ivone A.; CASARA, Miriam Bonho, HERÉDIA, Vânia B. M. **Idoso asilado: um estudo gerontológico**. Caxias do Sul: Educs/Edipurcos, 2004.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. **A velhice invisível**: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte. São Paulo: Annablume, 2010.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. Políticas públicas diante do envelhecimento no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. Trad. Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Rosângela de Oliveira. Representações da cidade do Rio de Janeiro: chanchada e cinema novo. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTORIA, 13, 2008. Rio de Janeiro. **Anais XIII Encontro Regional de Historia**, Rio de Janeiro, 2008. p.01-18. Disponível em:

<http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212883125_ARQUIVO_TEXTOANPUH2008.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

DUARTE, Yeda Aparecida de Oliveira; ANDRADE, Claudia Laranjeira de e LEBRÃO, Maria Lúcia. O Índice de Katz na avaliação da funcionalidade de idosos. In: **Rev Esc Enferm**. São Paulo, vol.4, n.2, p.317-25, 2007.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção de identidades sociais e profissionais. Trad. Andréa Stahel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FARIA, Regina Helena M. de e MONTENEGRO, Antonio Torres. **Memórias de professores**: histórias da UFMA e outras histórias. Brasília, CNPq, 2005.

FERREIRA, Marieta Moraes de. Desafios e dilemas da História Oral no Brasil nos anos 90. **História Oral**. São Paulo, n.1, p.19-30, jun. 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade** – curso no Collège de France (1975-1976). (Trad.) Maria Ermantina Galvão. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. Entre a casa e a rua...memória feminina das festas açorianas no sul do Brasil. **Cadernos Pagu**. Campinas, vol.4, p.117-142. 1995.

FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador: Hucitec/Edufba, 1996.

FREIRE, Jurandir. **Norma médica e ordem familiar**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

FROSSARD, André. **Vicente de Paulo o humilde servo dos pobres**. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1986.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GOLDFELD, Márcia. **Fundamentos em Fonoaudiologia**: linguagem. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

GRISON, Elman Moreira Coelho; ALVES, Vicente Paulo e FALEIROS, Vicente de Paula. O imaginário de um grupo de cuidadores de idosos institucionalizados no cotidiano asilar. **Revista Kairós**, São Paulo, v.18, n.1, p.177-197, 2015.

GROISMAN, Daniel. Asilos de velhos: passado e presente. **Estudos Interdisciplinares Envelhecimento**, Porto Alegre, vol.2, p.67-87, 1999a.

_____. Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica Santa Genoveva à história da institucionalização da velhice. **Cadernos Pagu**. Campinas, n.13, p.161-190, 1999b.

GUIMARÃES, Nadya Araújo e BRITTO, Murillo Marschmer Alves de. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e**

trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. Trad. Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Cortez, 2006.

HIRATA, Helena. O cuidado em domicílio na França e no Brasil. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais. Trad. Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

IACUB, Ricardo. **Erótica e velhice: perspectivas do ocidente.** (Trad.) Marcos de Carvalho Pachá. São Paulo: Vetor, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Agosto de 2016.** Brasília: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Mensal/Comentarios/pnadc_201608_comentarios.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

_____. PROJEÇÃO da população do Brasil por sexo e idade para o período 2000-2060; **PROJEÇÃO da população das unidades da federação por sexo e idade 2000-2030.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default.shtm>. Acesso em: 30 ago. 2016.

_____. SÍNTESE de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2015. **Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 35.** IBGE-Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

IRMÃ ANITA. **Os cinquenta anos do Colégio São Vicente de Paulo.** São Luís: Colégio São Vicente de Paulo, 1991.

KAMAKURA, Wagner A. e MAZZON, José Afonso. **Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil.** São Paulo: Editora Blucher, 2013.

KATZ, Sidney; FORD, Amasa B.; MOSKOWITZ, Roland W.; JACKSON, Beverly A.; JAFFE, MARJORIE W. **Studies of illness in the aged. The index of ADL: a standardized measure of biological and psychosocial function.** JAMA. 1963;185(12):914-9.

KERGOAT, Danièle. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França:** perspectivas interseccionais. Trad. Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

LAVINAS, Lena; CORDILHA, Ana Carolina e CRUZ, Gabriela Freitas da. Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil: rumos da formalização. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Trad. Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et. al. **Iniciação à prática sociológica**. São Paulo: Vozes, 1998.

MAHONEY, Florence I. e BARTHEL, Dorothea W. — Functional evaluation: the Barthel Index. **Maryland State Medical Journal**. Vol.14, p. 61-65, 1965.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. Tradução Cláudio Marcondes. In: FORACCHI, Marialice M. **Karl Mannheim: sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.p.67-95.

MATOS, Heloisa Reis Curvelo. **Análise Toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. Fortaleza, 2014. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará.

MEYER, Marlise Regina. Representações do Rio de Janeiro nos anos 50: o paraíso tropical ameaçado. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.2, n.7, p.01-16, jul./dez. 2012.

MICHEL, Tatiane. **A vivência em uma Instituição de Longa Permanência: significados atribuídos pelos idosos**. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal do Paraná.

MOCHNAEZ, Isaura e MURAKAMI, Marinisa. Bases do tratamento e prevenção de úlceras por pressão. **Revista Enfermagem UNISA**. São Paulo, n.1, p.40-43. 2000. Disponível em: <<http://www.unisa.br/graduacao/biologicas/enfer/revista/arquivos/2000-09.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

MORAES, Edgar Nunes de; MARINO, Marília Campos de Abreu; SANTOS, Rodrigo Ribeiro. Principais síndromes geriátricas. **Revista Médica de Minas Gerais**. Belo Horizonte, v.20, n.01, p.54-66, mar./abr. 2010.

NASCIMENTO, Jacklady Dutra. **A perspectiva dos adoecidos: um olhar antropológico para compreender a hanseníase**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2010.

NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. INFÂNCIA, POBREZA E ASSISTENCIALISMO EM SÃO LUÍS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3, 2007, São Luís. **Anais III Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, 2007. p.01-10. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/1ceaa8>

0149861047c9a5Rita%20de%20C%C3%A1ssia%20Gomes%20Nascimento.pdf>.
Acesso em: 26 de set. 2017.

NASCIMENTO, Silvani Magali Vale; RODRIGUES, Fernanda Cássia e SANTOS, Nilma Angélica dos. Agricultura familiar, agronegócio e a produção das trabalhadoras rurais: processos de expropriação, dominação e resistência na zona rural do Maranhão. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6, 2013, São Luís. **Anais VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, 2013. p.01-09. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo12-questaoagricolaquestaoagrariasegurancaalimentarepoliticaspublicas/pdf/agriculturafamiliaar-gronegocioeaproducaodastrabalhadorasrurais-.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

PACHECO, Maria Emília Lisboa. Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero. **Proposta**. Rio de Janeiro, v.25, n. 71, p.30-38, dez./fev. 1996.

PEIXOTO, Clarice. **Família e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____ e CLAVAIROLLE, Françoise. **Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: **Revista Brasileira de Historia**. São Paulo, v.9, n.18, p.9-18, ago./set. 1989.

PESSOA, Fernando. **Livro do desassossego** – composto por Bernardo Soares, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa. 3ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PETRUS, Júlia Kátia Borgneth e PEREIRA JÚNIOR, Magno Vasconcelos. A desigualdade Socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos seus bairros. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, vol.9, n.2, p.170-189, ago. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/37575>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

PINHO, Sílvia M. Rebelo. **Fundamentos em Fonoaudiologia**: tratando os distúrbios da voz. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

PINTO, Sílvia Patrícia Lima de Castro e VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: sumário da legislação. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol**. Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.169-174, 2012.

PIRES, André. **Envelhecimento e as revistas voltadas para um público feminino**. Campinas, 1993. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana. (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum. In: (Orgs.). FIGUEIREDO, Janaina P.

Amado de e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org. e Int.). **Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1998. p.14-43.

RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Iar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e violência** – como os jornais retratam a violência e segurança pública no Brasil. Relatório Preliminar. (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania). Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2005.

_____. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

RIGO, Juliana Ravedutti. **Empréstimo consignado**: repercussões sociais relacionadas à vida dos idosos do município de Palhoça/SC. Monografia (Curso Serviço Social). Departamento de Serviço Social, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

SARAMAGO, José. **Pequenas Memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SALGADO, Carmem Délia Sánchez. Mulher idosa: a feminização da velhice. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 4, p. 07-19, 2002. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4716>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. (Trad.). Lúcia Haddad. (Revisão Técnica) Marina Maluf. **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP. São Paulo, v.16, fev., p.297-395, 1998. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**: gênero e educação. Porto Alegre, vol.20, n.2, p.71-99, jul./dez. 1995.

SERQUEIRA, Carlos. **Cuidar de idosos dependentes**: diagnósticos e intervenções. Coimbra: Quarteto Editora, 2007.

SILVA, Cláudia Neves da. Igreja católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n.15, p. 326-351, jan./jun. 2006.

SILVA, Kátia Ramos. **Velhice e alteridade**: a relação entre os asilados e as “senhoras de caridade”. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2012.

SOARES, Adriana de Araújo. **Hospital Colônia Nina Rodrigues: são e loucos internados**. Monografia (Curso Historia) – Departamento de Historia. São Luís: Universidade Estadual do Maranhão, 2006.

SOARES, Angelo. Cuidado e confiança. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena e LOMBARDI, Maria Rosa (Org.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. Trad. Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOUSA, Rosinaldo Silva de. Direitos humanos em perspectiva antropológica. In: NOVAES, Regina Reyes Novaes e LIMA, Roberto Kant de (Orgs). **Antropologia e Direitos Humanos** – Prêmio ABA/FORD/ Regina Reyes. Niterói: EdUFF, 2001. p. 47 a 79.

SOUSA, Sandra Maria Nascimento. **Mulher e Folia: a participação das mulheres nos bailes de máscara do carnaval de São Luís nos anos 50 e 60**. São Luís: Ed. Litograph, 1998.

_____. **Mulheres em movimento: memória da participação das mulheres nos movimentos pelas transformações das relações de gênero, nos anos 1970 e 1980**. São Luís: EDUFMA, 2007.

SOUZA, Rildo Bento de. **Pobres, Doentes e Desvalidos: o asilo São Vicente de Paulo na cidade de Goiás (1909-1935)**. Dissertação (Mestrado em Historia). Programa de Pós-Graduação em Historia, Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2010.

TAVARES, Patrícia Fernanda. **Perda auditiva no idoso: suas interferências na vida psicossocial**. Itajaí, 2001. Monografia (Especialização em Audiologia Clínica) – Centro de Especialização em Fonoaudiologia Clínica.

VERAS, Renato Peixoto e MATTOS, Leila Couto. Audiologia do envelhecimento: revisão de literatura e perspectivas atuais. **Revista Brasileira Otorrinolaringologia**. Rio de Janeiro, v.73, n.1, janeiro/fevereiro, 2007, p.128-134.

WATANABE, Helena e GIOVANNI, Vera Maria di. Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). **Boletim do Instituto de Saúde** – Envelhecimento e Saúde. São Paulo, n.47, p.69-71, abr. 2009.

WELLER, Wívian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, vol.25, n.2, p.205-224, mai./ago. 2010.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS:

<<http://noticias.r7.com/cidade-alerta/videos/reportagem-denuncia-o-abandono-e-os-maus-tratos-vividos-por-idosos-em-asilos-18102015>>. Acesso em: 13 mar. 2014.

<<http://g1.globo.com/mato-grosso/noticia/2014/03/policia-investiga-indicios-de-maus-tratos-em-asilo-de-idosos-de-cuiaba.html>>. Acesso em: 13 mar. 2104.

<<http://revista.pucsp.br/kairos/>>. Acesso em: 14 mai. 2015.

<<http://saude.gov.br/instituto-de-saude/producap-editorial/boletim-do-instituto-de-saude>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

<<http://bancodeteses.capes.gov.br/>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

<<http://www.portaldoenvelhecimento.com.br>>. Acesso em: 18 jun. 2015.

<<http://www.facebook.com>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

<<http://bdt.d.ibict.br/vufind/>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

<http://www.tedebc.ufma.br/tde_busca/index.php>. Acesso em: 20 jun. 2015.

<<http://biblioteca.undb.edu.br/acervo.php>>. Acesso em 20 jun. 2015.

<<http://www.cest.edu.br/index.php?voz=nav/biblioteca-on-line>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

<<http://www.ceuma.br/sitenovo/servicos/biblioteca/login.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

<<http://scielo.br/reben/>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

<<http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/05/condominio-exclusivo-oferece-refugio-para-idosos-na-paraiba.html>>. Acesso em: 03 nov. 2015

<<http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-entrega-mais-um-condominio-cidade-madura-em-cajazeiras/>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

<<http://delas.ig.com.br/casa/arquitetura/2013-04-01/condominios-para-idosos-estao-na-mira-de-construtoras.html>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

<<http://www.soenfermagem.net/tecnicas/sondagem.html>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

<<http://www.unidospelanutricaoclinica.com.br/pt-br/diferentes-tipos-de-nutricao-clinica-0>>. Acesso em: 04 nov. 2015.

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Nutri%C3%A7%C3%A3o_parenteral>. Acesso em: 04 nov. 2015.

<<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 nov. 2015.

<<http://g1.globo.com/goias/noticia/2016/01/casal-e-presos-suspeito-de-administrar-asilo-clandestino-e-maltratar-idosos.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/mooca/noticias/?p=6892>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

<<http://paraiba.pb.gov.br/ricardo-entrega-condominio-cidade-madura-de-campina-grande/>> Acesso em: 12 abr. 2016.

<<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2016/06/proprietario-de-clinica-de-idosos-e-presos-por-suspeita-de-maus-tratos.html>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

<<http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2016/06/mp-realiza-vistoria-em-asilo-onde-vivia-idosa-internada-com-ferida-enorme.html>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

<<https://esa.un.org/unpd/wpp/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

<<http://apps.who.int/gho/data/node.main.688?lang=en#>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

<<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2013/08/veja-diferencas-entre-conceitos-que-definem-classes-sociais-no-brasil.html>>. Acesso em: 09 jul. 2016.

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/inss-vai-conceder-aposentadoria-por-idade-de-forma-automatica.ghtml>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

<<http://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2013/12/1389765-numero-de-idosos-que-moram-sozinhos-triplica-em-20-anos.shtml>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

<<http://www.aic-international.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2016/06/cahier22-port.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

<<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2016/outubro/18/2016-029-Dengue-publicacao-n-34.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2017.

<<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/tuberculose>>. Acesso em: 18 set. 2017.

<<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/hanseniose>>. Acesso em: 18 set. 2017.

<<https://www.mdsaude.com/2016/01/catarata.html>>. Acesso em 20 out. 2017.

<<https://www.estadao.com.br/blogs/reclames-do-estadao/maquinas-de-costura-nos-anuncios-do-estadao/>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

<www.alceupenna.com/index.php/galeria/>. Acesso em: 01 mar. 2018.

<https://en.wikipedia.org/wiki/Cidade_Maravilhosa>. Acesso em: 08 mar. 2018.

<<https://g1.globo.com/economia/noticia/inss-estima-que-ate-20-das-aposentadorias-por-idade-pedidas-por-internet-e-telefone-terao-concessao-automatica.ghtml>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

<<http://bvsmms.saude.gov.br/dicas-em-saude/2046-epilepsia>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO

São Luís, ____ de _____ de _____.

Senhor(a) Diretor (a):

Eu, **Carla Maria Lobato Alves**, aluna do curso de **Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSoc) da Universidade Federal do Maranhão**, matrícula 2014102919, RG _____, CPF _____, venho através desta informar que tenho interesse em realizar uma pesquisa junto à seguinte instituição de cuidados de longa duração para idosos _____, localizada na _____, Bairro _____, CEP _____, em São Luís-MA. Aproveito a oportunidade para declarar o comprometimento de cumprir normas constantes da referida instituição durante o período de efetivação das atividades e esclareço que todos os dados levantados na pesquisa, tais como plantas baixas, desenhos, narrativas e etc. serão utilizados para fins acadêmicos. Sem mais, coloco-me à disposição de V^a. S^a. para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Desde já agradeço sua colaboração.

Atenciosamente,

Carla Maria Lobato Alves.

Telefone para contato: _____

Sandra Maria Nascimento Sousa (Orientadora)

(Prof^a Dr^a do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Maranhão).

Telefone para contato: _____

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS – PPGCSoc/UFMA
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

A senhora está sendo convidada para participar da pesquisa “**CONTANDO HISTÓRIAS: narrativas de mulheres na velhice e produção de experiências no curso da vida**”.

Trata-se de uma pesquisa para fins de elaboração de Tese de Doutorado e as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais, uma vez que o sigilo sobre sua participação estará assegurado. Seu nome e outras informações que possibilitem sua identificação não serão revelados, garantindo seu anonimato. Lembramos que sua participação é voluntária. Desse modo, a senhora poderá desistir de participar e retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independentemente do motivo. Caso a senhora aceite participar, concederá narrativas de História de Vida.

As informações obtidas nas narrativas serão utilizadas na referida pesquisa, como também em possíveis eventos e/ou revistas científicas. Ainda ressalto que nenhuma compensação financeira ou pagamento será oferecido, pela pesquisadora, para que o estudo seja realizado. Em caso de esclarecimentos, poderá entrar em contato, a qualquer momento, com a estudante **Carla Maria Lobato Alves** no telefone _____ ou com a Prof.^a Dr.^a **Sandra Maria Nascimento Sousa** (orientadora) no telefone _____.

São Luís, ____ de _____ de _____.

Declaro que concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Informo, também, que recebi uma cópia do referido **Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE**, tendo a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Assinatura

Declaro, para todos os fins, que cumprirei todas as exigências acima, obtendo de forma voluntária o consentimento livre e esclarecido da declarante para a realização desta pesquisa.

Carla Maria Lobato Alves (Pesquisadora).

ANEXOS



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
Cidade Universitária Dom Delgado – Av. dos Portugueses nº 1966 - CCH 65080-805 CCH
Fone: (98) 3272-8352 / 3272-8353
e-mail: ppgcs@ufma.br

Of. PPGCSoc. Nº 010/2016.

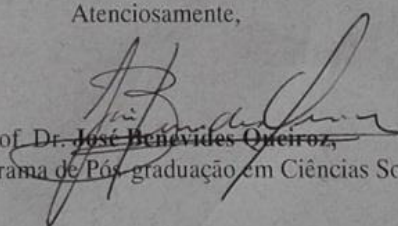
São Luís, 17 de fevereiro de 2016.

A Sua Senhoria, a Senhora
Maria do Socorro Sauaia
Presidente da Associação das Senhoras de Caridade de São Vicente de Paulo/ Setor João
Paulo

Senhora Diretora,

Vimos por meio deste encaminhar a discente de Doutorado em Ciências Sociais **CARLA MARIA LOBATO ALVES**, Código de matrícula 2014102919, do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, para desenvolvimento de sua pesquisa no período de fevereiro a dezembro de 2016, onde abordará sobre o tema: **Experiências na Velhice em Instituições de Longa Permanência para Idosos**.

Atenciosamente,


Prof. Dr. José Benedito Queiroz,

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/UFMA.

